

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANTONIO DE OLIVEIRA COSTA NETO

**IMPACTOS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO
DE ESPLANADA -BA**

SÃO CRISTOVÃO- SE
2016

ANTONIO DE OLIVEIRA COSTA NETO

**IMPACTOS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO
DE ESPLANADA -BA**

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia para a obtenção do
título de Doutor, à Universidade Federal de
Sergipe. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio
Mitidiero Junior

SÃO CRISTOVÃO- SE
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

C837i Costa Neto, Antonio de Oliveira
Impactos territoriais dos assentamentos rurais no Município de Esplanada – BA / Antonio de Oliveira Costa Neto ; orientador Marco Antonio Mitidiero Junior. – São Cristóvão, 2016.
377 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) –Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. 2. Assentamentos humanos. 3. Posse da terra – Aspectos sociais. 4. Questões territoriais. I. Mitidiero Junior, Marco Antonio, orient. II. Título

CDU: 911.374.2:332.2.021.2(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

ANTONIO DE OLIVEIRA COSTA NETO

IMPACTOS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ESPLANADA –BA

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia para a obtenção do
título de Doutor, à Universidade Federal de
Sergipe. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio
Mitidiero Junior

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos- Examinador externo
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. José Hunaldo Lima- Examinador externo
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dra. Marleide Maria Santos Sergio- Examinadora Interna
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. José Eloízio da Costa- Examinador interno
Universidade Federal de Sergipe

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, meus irmãos, meus sobrinhos, minha esposa, minha filha, minha sogra e meus cunhados, pessoas que incondicionalmente sempre estiveram dispostas a me ajudar em todas as etapas do processo de elaboração da tese.

Ao Frei Chico, homem simples que com sua fé, paz e perseverança melhorou a vida de centenas de camponeses.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Eliezer, minha mãe Maria de Lourdes e aos meus irmãos Joselito, Jairo, Verbênia e Vânia, pela confiança transmitida e pelo apoio de sempre.

A minha esposa Eltamara e a minha filha Gabriela pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio em todos os momentos. Palavras de incentivo e apoio foram constantes durante todo o processo de construção da tese.

A Dona Edinalva, pela fé transmitida. Sempre me apoiando e iluminando os meus caminhos.

Aos meus cunhados Naldo, Jaqueline e Ronaldo e a minha sobrinha Laís, pessoas queridas que sempre se colocaram à disposição em ajudar.

Aos amigos Nunum, Dailson e Peixoto pela contribuição na coleta de dados em campo e pela torcida de sempre. Nossas idas aos assentamentos foram verdadeiras aulas práticas. Os assentamentos nos proporcionou uma série de informações e também fortaleceu ainda mais nossa amizade.

Aos colegas de disciplina Alberlene, Jamile, Janison, Jonas, Laiany, Leônidas, Lucivalda, Ramom e Vanilza, que tornaram minha vida em Aracaju mais suave e agradável.

Ao meu orientador Marco Antonio Mitidiero Junior pela compreensão e paciência na orientação.

Aos Professores Marco Antonio Mitidiero Junior, José Eloísio, Alexandrina Luz, Eraldo Ramos e Celso Locatel pelos conhecimentos transmitidos. A minha visão de sociedade justa nunca mais será a mesma depois desses professores.

À professora Marleide Santos pela imensa contribuição durante a qualificação.

À cidade de Esplanada e seus moradores que sempre me acolheram de braços abertos.

Aos assentados de Esplanada, pessoas simples e trabalhadoras que dificilmente desistem de seus sonhos.

A Lenilda, camponesa que canta com muita doçura e luta com muita bravura, sempre disposta a defender o homem do campo.

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) por me proporcionar a oportunidade de cursar Doutorado e por me conceder ajuda de custo para que eu pudesse estudar e morar em Aracaju e assim poder me dedicar integralmente ao curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) por ter acreditado em mim. Tentei dar o melhor de mim, se não escrevi a melhor tese do mundo não foi por deficiência do Programa, mas devido as minhas limitações, porém fico com a consciência tranquila de que

escrevi no intuito de construir uma sociedade mais justa, onde o homem do campo tenha o seu merecido reconhecimento.

Aos amigos de décadas João Filho, Kiko, Dilson, Adalto, Loinha, Edilson, Salú e Niltinho pela amizade e torcida de sempre.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos territoriais causados pela implantação dos assentamentos rurais no município de Esplanada (BA). Para alcançar esse objetivo foi necessário analisar temas relevantes relativos à questão agrária brasileira, como a luta pela terra, a estrutura fundiária e o papel do governo no processo de consolidação dos assentamentos, sobretudo a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), principal responsável pela implementação e apoio ao desenvolvimento dos assentamentos rurais brasileiros. A luta pela terra em Esplanada foi fortemente marcada pela presença de um Frei, que, ao assumir o papel de líder dos camponeses, conseguiu influenciar a implantação de cinco assentamentos. A estrutura fundiária de Esplanada apresenta valores relativos próximos à do Brasil e à da Bahia. Esses valores evidenciam alta concentração de terras e má distribuição de áreas agriculturáveis, sendo que os latifúndios, além de possuírem os maiores percentuais de áreas, continuam a se ampliar. Apesar da implantação dos assentamentos, a alta concentração de terras continua. O governo, com uma tímida política de criação de assentamentos via desapropriação, não consegue desconcentrar terras. Muitos desses assentamentos, como os do município em questão, encontram-se apenas na categoria de assentamentos criados, longe de se tornarem consolidados. O INCRA não consegue executar seu papel de forma eficaz, tendo forte influência no lento desenvolvimento desses assentamentos. Apesar dos problemas enfrentados pelos assentados, os impactos territoriais causados pela implantação dos assentamentos são muitos. Os assentados melhoraram consideravelmente suas vidas em relação à educação, à moradia, à alimentação e à renda. Além disso, os assentamentos também proporcionaram uma nova dinâmica socioeconômica ao município. Nesse contexto, são evidentes os impactos positivos dos assentamentos na vida dos assentados, que se encontram completamente inseridos no desenvolvimento do município.

Palavras-chave: luta pela terra; impactos territoriais; estrutura fundiária; assentamentos rurais.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the territorial impacts caused by the implementation of agricultural settlement in the Municipality of Esplanada — BA. To accomplish this objective it was necessary analyze relevant themes inside the Brazilian agricultural issue, like struggle for land, land structure and the government's role in the settlement consolidation process, above all the role of the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, Colonization and Agricultural Reform National Institute), main responsible for the implementation and support to the development of Brazilian agricultural settlements. The struggle for land in Esplanada was strongly marked by the presence of a fray, who, when assumed the role of leader of the peasants, managed to influence the implementation of five settlements. The land structure of Esplanada present relative values close to Brazil and Bahia. Those values show high concentration of lands and poor distribution of agricultural areas, where the latifundium, besides having the biggest area percentage, continue to expand. Despite the settlement implementation, the high concentration of areas continue. The government with a timid settlement creation policy by dispossession cannot decentralize lands. Many of those settlements, like the ones form the Municipality in this study, find themselves only in the created settlement category, far away from becoming consolidated. The INCRA cannot execute its role effectively, having strong influence in the development of these settlements. Despite the problems face by the settlers, the territorial impacts caused by the settlement implementation are many. Those considerably improved their lives regarding to education, dwelling, alimentation and income. Moreover, the settlements also provided a new socioeconomic dynamic in the Municipality. In this context, are evident the positive impact of the settlements in the lives of the settlers, whom are completely inserted in the Municipality development.

Key-words: Struggle for land, territorial impacts, land structure, agricultural settlement.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar los impactos territoriales causados por la implantación de asentamientos rurales en el municipio de Esplanada-BA. Para alcanzar este objetivo se necesitó analizar temas relevantes en la cuestión agraria brasileña, como la lucha por la tierra, la estructura de la tierra y el papel del gobierno en el proceso de consolidación de los asentamientos, sobre todo el papel del Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), principal responsable por la implementación y apoyo al desarrollo de los asentamientos rurales brasileños. La lucha por la tierra en Esplanada ha sido fuertemente marcada por la presencia de un fraile, que se encargó del papel de líder de los campesinos y pudo influenciar la implantación de cinco asentamientos. La estructura de la tierra de Esplanada presenta valores relativos similares a los de Brasil y Bahia. Valores estos que muestran alta concentración de tierras y mala distribución de áreas de cultivo, en que los latifundios, además de contar con los más grandes porcentajes de áreas, siguen a ampliarse. A pesar de la implantación de los asentamientos, la alta concentración de tierras persiste. El gobierno, con su tímida política de creación de asentamientos por medio de expropiaciones, no logra desconcentrar tierras. Muchos de estos asentamientos, como los del municipio de que se trata, se encuentran no más que en la categoría de asentamientos creados, lejos de consolidarse. El INCRA no logra ejecutar su papel de manera eficaz, influenciando fuertemente el lento desarrollo de estos asentamientos. A pesar de los problemas enfrentados por los asentados, son muchos los impactos territoriales causados por la implantación de los asentamientos. Estos han mejorado en gran medida sus vidas respecto a educación, vivienda, alimentación e ingreso. Por otra parte, los asentamientos han también proporcionado una nueva dinámica socioeconómica al municipio. En este contexto, son evidentes los impactos positivos de los asentamientos en la vida de los asentados, que se encuentran completamente insertados en el desarrollo del municipio.

Palabras claves: Lucha por la tierra, impactos territoriales, estructura de la tierra, asentamientos rurales.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CEDITER	Comissão Evangélica dos Direitos da Terra
CEI	Centro de Estatística e Informações
CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COONAP	Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção
COOTERRA	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
CPDA	Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTV	Centro Terra Viva
CUT	Central única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
DOU	Diário Oficial da União
DVD	Digital Versatile Disc
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
FAF	Forum de Agricultura Familiar
FATRES	Fundação de apoio aos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares da região do Sisal e semiárido da Bahia
FERBASA	Companhia de Ferro Ligas da Bahia
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLTDC	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania
FLONA	Floresta Nacional
FTL	Frente de Trabalhadores Livres
GEE	Grau de Eficiência da Exploração
GUT	Grau de Utilização da Terra
Ha	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Km	Kilometro
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
MA	Ministério da Agricultura
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAST	Movimento dos Agricultores Sem terra
MBST	Movimento Brasiliense dos Sem terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MOQUIBOM	Movimento Quilombola
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
MRC	Movimento Resistência Camponesa
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTAA-MT	Movimento dos trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MVTC	Movimento Volta dos Trabalhadores ao Campo
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
OI	Organização Independente
OLC	Organização da Luta no Campo
OTC	Organização dos Trabalhadores no Campo
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAC	Projeto de Assentamento Casulo
PAE	Projeto de Assentamento Estadual
PAM	Projeto de Assentamento Municipal
PCT	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRIMA	Empreendimentos Inovadores SA
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PFP	Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto
PRB	Reassentamento de Barragem
PROTERRA	Projeto Especial do Programa de Redistribuição de Terras
PT	Partido dos Trabalhadores
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RACAA-SUL	Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia

RAM	Reforma Agrária de Mercado
RIST	Relatório de Impactos Socioterritoriais
RESEX	Reservas Extrativistas
SEPLAN	Secretária de Planejamento do Estado da Bahia
SNCR	Serviço Nacional de Cadastro Rural
UDR	União Democrática Ruralista
TRQ	Território Remanescentes Quilombola
UMP	Unidade de Manejo e Produção
UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
UNESP	Universidade Estadual Paulista
VIA CAMPESINA	Via Campesina
VT	Via do Trabalho

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil - Número De Ocupações E De Famílias Por Estado E Macrorregiões 1988-2013	13
Tabela 2 - Brasil - Número De Ocupações E De Famílias Por Estado E Macrorregiões – 2013	22
Tabela 3 - Brasil - número de assentamentos rurais - 1979-2013	22
Tabela 4. Correlação entre o número de ocupações com o número de assentamentos criados no Brasil entre 1988 e 2013.	29
Tabela 5 – Correlação entre o número de ocupações e o número de assentamentos criados no Brasil entre 1985 e 2013.	32
Tabela 6 – Brasil – número de assentamentos – 2013	37
Tabela 7 - Correlação entre o número de movimentos em atuação com o número de assentamentos criados no Brasil entre 2000 e 2013.	44
Tabela 8 - Correlação entre o número de movimentos em atuação com o número de ocupações no Brasil entre 2000 e 2013.	52
Tabela 9- Brasil- número de manifestações do campo por estados e macrorregiões – 2000-2013.	54
Tabela 10 - Correlação entre o número de pessoas em manifestações com o número de famílias assentadas no Brasil entre 2000 e 2013.	56
Tabela 11 - Número de estabelecimentos, área e índice de Gini de acordo com as unidades da federação no ano de referência 1995/96.	97
Tabela 12 - Número de estabelecimentos, área e índice de Gini de acordo com as unidades da federação no ano de referência 2006.	98
Tabela 13 - Área média dos estabelecimentos agropecuários, em hectares, e índice de Gini da concentração de terras, conforme unidades da federação. Censo Agropecuário 1995/96.	107
Tabela 14 - Área média dos estabelecimentos agropecuários, em hectares, e índice de Gini da concentração de terras, conforme unidades da federação. Censo Agropecuário 2006.	108
Tabela 15- Correlações envolvendo área média entre o número de estabelecimentos dos estados com seus respectivos índices de Gini. Períodos	109

1995/96 e 2006.

Tabela 16 - Condição do produtor em relação às terras, de acordo com unidades da federação (UF) – Período 2006.	112
Tabela 17 - Número e área total dos estabelecimentos agropecuários e percentual, conforme condição do produtor - Período 2006.	114
Tabela 18 - Condição do produtor em relação às terras, segundo as variáveis selecionadas - Brasil – 2006.	116
Tabela 19 – Condição do produtor em relação às terras de acordo com três estratos – 2006.	117
Tabela 20 - Número e área dos estabelecimentos e índice de Gini do Brasil e da Bahia. Períodos 1995/96 e 2006.	124
Tabela 21 - Variação percentual entre 1995/96 e 2006 para o Brasil e a Bahia em relação a número de estabelecimentos, área dos estabelecimentos e índice de Gini.	124
Tabela 22 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários com declaração de área e seus respectivos percentuais, conforme condição do produtor. Brasil e Bahia. Períodos 1995/96 e 2006.	135
Tabela 23 - Áreas médias (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Bahia, períodos 1995/96 e 2006	136
Tabela 24. Número e área total dos estabelecimentos agropecuários e percentual, conforme condição do produtor. Censo Agropecuário, Brasil. 2006.	137
Tabela 25 - Condição do produtor em relação às terras, segundo as variáveis selecionadas - Bahia – 2006	138
Tabela 26 - Condição do produtor em relação às terras, segundo as variáveis selecionadas de acordo com três estratos- Bahia – 2006.	140
Tabela 27 - Índice de Gini, da distribuição da posse da terra, conforme a condição do produtor. Esplanada, períodos 1995/96 e 2006.	142
Tabela 28 - Número e percentual de estabelecimentos agropecuários com declaração de área conforme a condição de proprietário. Esplanada, Bahia e Brasil. períodos 1995/96 e 2006.	142
Tabela 29 - Área média (em hectares) por estabelecimento agropecuário e variação percentual na condição de proprietário. Esplanada, Bahia e Brasil, períodos 1995/96 e 2006.	143

Tabela 30 - Condição do produtor em relação às terras. Esplanada, período 2006.	144
Tabela 31. Número, área dos imóveis rurais e respectivos percentuais de acordo a sua situação jurídica. Brasil. 2012.	148
Tabela 32. Número e área dos imóveis rurais e seus respectivos percentuais por três extratos de áreas. Brasil. 2006.	150
Tabela 33 - Brasil: mudanças da estrutura fundiária por classe de área, períodos 1998, 2003, 2010, 2011 e 2012.	152
Tabela 34 – Unidades da Federação: mudanças da estrutura fundiária por classe de área, períodos 1998, 2003, 2010, 2011 e 2012.	153
Tabela 35 – Estrutura fundiária por classes de área em Esplanada- BA. Período 2012.	159
Tabela 36 - Estrutura agrária de Esplanada, de acordo com três tamanhos de estratos. Período 2012.	160
Tabela 37. Assentamentos nacionais e algumas características – 2015	193
Tabela 38. 38. Dados dos assentamentos localizados no Brasil com mais de dez anos – 2015.	194
Tabela 39. Assentamentos no estado da Bahia e algumas características. 2015	194
Tabela 40. Dados dos assentamentos localizados na Bahia com mais de dez anos – 2015.	195
Tabela 41. Situação dos assentamentos criados na década de 1980 localizados no estado da Bahia	196
Tabela 42. Assentamentos criados pelo INCRA no município de Esplanada- BA. 2015.	197
Tabela 43. Número de assentamentos na Bahia e em Esplanada de acordo com três rotas definidas pelo governo	197
Tabela 44. Produção Agrícola Municipal das principais culturas permanentes e temporárias do município de Esplanada - 1995 e 2012	289

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil - Número De Ocupações - 1988-2013	15
Gráfico 2 - Brasil - Número De Famílias Em Ocupações - 1988-2013	17

Gráfico 3 - Brasil - Número De Assentamentos Rurais - Assentamentos Criados - 1985-2013	27
Gráfico 4 - Brasil – Assentamentos X Ocupações - 1988-2013	28
Gráfico 5 - Brasil - Número De Famílias Assentadas - Assentamentos Criados - 1985-2013	30
Gráfico 6 - BRASIL –Famílias Em Ocupações X Famílias Assentadas- 1988-2013	31
Gráfico 7 – Nordeste E Norte –Famílias Em Ocupações X Famílias Assentadas- 1988-2013	36
Gráfico 8- Brasil - Número de Movimentos em atuação x nº de assentamentos criados – 2000-2013	43
Gráfico 9 – Brasil - número de unidades da Federação - UF onde os movimentos socioterritoriais realizaram ocupações no período 2000-2013.	47
Gráfico 10 – Brasil – número de famílias em ocupações – participação do MST e dos demais movimentos 2000 – 2013.	50
Gráfico 11 - Brasil - relação dos movimentos socioterritoriais, número de ocupações e número de famílias.	52
Gráfico 12 - Brasil - manifestações do campo 2000-2013. Relação do número de manifestações e pessoas envolvidas	55
Gráfico 13 – Brasil – Número e pessoas em manifestações X Número de famílias assentadas – 2000-2013	56
Gráfico 14 - Números de imóveis do Brasil. 1988-2012.	154
Gráfico 15 - Área dos imóveis do Brasil. 1988-2012.	154
Gráfico 16 - Número de imóveis na Bahia. 1988-2012.	157
Gráfico 17 - Área dos imóveis na Bahia, em hectares. 1988-2012	157
Gráfico 18. Gênero dos assentados	230
Gráfico 19. Idade dos assentados	232
Gráfico 20. Cor e etnia dos assentados	235
Gráfico 21. Local onde morava quando nasceu	235
Gráfico 22. Grau de escolaridade dos membros de família	236

Gráfico 23. Membro da família realizando curso técnico ou superior	238
Gráfico 24. Quantidade de cômodos da residência	241
Gráfico 25. Material usado na construção da casa- Piso	241
Gráfico 26. Material usado na construção da casa- Parede	243
Gráfico 27. Material usado na construção da casa- Cobertura	242
Gráfico 28. Tipos de instalação sanitária	243
Gráfico 29. Principal destino do esgoto das casas	244
Gráfico 30. Opinião dos assentados em relação à residência	244
Gráfico 31. Destino do lixo doméstico na residência	245
Gráfico 32. Existência de bens eletro-eletrônicos e outros na residência	247
Gráfico 33. Telefones existentes nos assentamentos	248
Gráfico 34. Como ocorreu a instalação de energia elétrica	248
Gráfico 35. Suficiência do uso da água	249
Gráfico 36. Uso da água no lote	250
Gráfico 37. Fontes de abastecimento de água	251
Gráfico 38. Tratamento de água utilizada para beber	252
Gráfico 39. Acesso ao lote	253
Gráfico 40. Formas de deslocamento do assentamento até cidade	255
Gráfico 41. Tipos de deslocamento dos estudantes até a escola	256
Gráfico 42. Opinião sobre o estado de conservação das estradas	257
Gráfico 43. Opinião sobre o estado das estradas dos assentamentos até as cidades vizinhas	258
Gráfico 44. Saúde pública	259
Gráfico 45. Opinião dos assentados em relação serviço de emergência	259
Gráfico 46. Qual a maior necessidade dos assentados	260
Gráfico 47. Opinião sobre os serviços prestados pela Prefeitura	261

Gráfico 48. Acesso ao PRONAF	263
Gráfico 49. Opinião dos assentados em relação ao crédito agrícola	264
Gráfico 50. Renda aproximada	267
Gráfico 51. Origem da renda	268
Gráfico 52. Recebimento de assistência técnica	272
Gráfico 53. Órgão responsável pela assistência técnica	273
Gráfico 54. Projetos desenvolvidos pela EBDA nos assentamentos	274
Gráfico 55. Projetos desenvolvidos pela Prefeitura nos assentamentos	274
Gráfico 56. Visitas de técnicos da Prefeitura desde que mora no lote	275
Gráfico 57. Opinião dos assentados em relação à assistência técnica	276
Gráfico 58. Existência de agroindústria familiar no lote	276
Gráfico 59. Aplicação de práticas de conservação do solo	279
Gráfico 60. Utilização de insumos agrícolas	279
Gráfico 61. Gráfico 26. Cursos de capacitação oferecidos pelo INCRA, EBDA e Prefeitura	280
Gráfico 62. Cursos que considera importante fazer	281
Gráfico 63. Existência de implementos agrícolas no seu lote	282
Gráfico 64. Existência de lugar adequado para armazenamento da produção	283
Gráfico 65. Produção em função do tamanho do lote	284
Gráfico 66. Opinião dos assentados em relação ao tamanho do lote	285
Gráfico 67. Opinião dos assentados em relação a localização do lote	286
Gráfico 68. Destino da produção	286
Gráfico 69. Relação de trabalhos desenvolvidos no lote	291
Gráfico 70. Troca de dias de serviço com o vizinho	291
Gráfico 71. Membros da família que trabalha como assalariado	293

Gráfico 72. Organizações Sociais e políticas no assentamento	293
Gráfico 73. Participação da família na organização de atividades coletivas	294
Gráfico 74. Situação das condições de vida após o assentamento – moradia	298
Gráfico 75. Situação das condições de vida após o assentamento – saúde	299
Gráfico 76. Situação das condições de vida após o assentamento – renda	300
Gráfico 77. Situação das condições de vida após o assentamento – alimentação	300

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Brasil- Geografia das ocupações de terra 1988- 2013. Número de Ocupações	18
Mapa 2- Brasil- Geografia das ocupações de terra 1988- 2013. Número de Famílias	19
Mapa 3- Brasil- Geografia das ocupações de terra 2013. Número de Ocupações	24
Mapa 4- Brasil- Geografia das ocupações de terra 2013. Número de Famílias	25
Mapa 5- Brasil- Geografia dos assentamentos rurais 1979 - 2013. Número de Assentamentos	33
Mapa 6- Brasil- Geografia dos assentamentos rurais 1979 - 2013. Número de Famílias assentadas	34
Mapa 7- Brasil- Geografia dos assentamentos rurais 1979 - 2013. Área dos assentamentos rurais	35
Mapa 8 - Bahia, com destaque para o município de Esplanada.	60
Mapa 9 - Localização da área do assentamento São Francisco. Esplanada-BA. 2015	73
Mapa 10 - Parcelamento da área do assentamento São Francisco. Esplanada-BA. 2015.	74
Mapa 11 - Localização da área do assentamento Reunidas Palame. Esplanada-BA. 2015	75
MAPA 12 - Parcelamento da área do assentamento Reunidas Palame. Esplanada-BA. 2015	76

Mapa 13 - Parcelamento da área do assentamento Patizinho. Esplanada-BA. 2015	77
Mapa 14 - Planta de localização do assentamento Boa Vista de Esplanada dentro do município. Esplanada-BA. 2015.	78
Mapa 15 - Planta do assentamento Boa Vista de Esplanada-BA. 2015	79
Mapa 16 - Planta de localização do assentamento Fazenda Reunidas Boa Vista e outras dentro do município. Esplanada-BA. 2015.	80
Mapa 17 - Planta do assentamento Fazenda Reunidas Boa Vista e outras. Esplanada-BA. 2015	81
Mapa 18 - Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários por município - 1995/96.	100
Mapa 19 - Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários por município - 2006.	101
Mapa 20- Comparação do Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários por município - períodos 1995/96 e 2006	102
Mapa 21 - Polos regionais de produção na Bahia em 1960.	122
Mapa 22 - Territórios da Cidadania do Estado da Bahia. Período 2011.	125
Mapa 23 - Índice de Gini para a concentração de terra dos territórios de identidade da Bahia, período 1996.	126
Mapa 24- Índice de Gini para a concentração de terra dos territórios de identidade da Bahia, período 2006.	127
Mapa 25 – Áreas exploradas pela empresa Ferbasa na Bahia.	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Brasil - Movimentos socioterritoriais mais atuantes e estados onde atuaram em 2000-2013	38
Quadro 2 - Movimentos socioterritoriais que atuaram na Bahia em 2000-2013	39
Quadro 3- Movimentos socioterritoriais que atuaram no Brasil em 2013	40
Quadro 4 - Movimentos socioterritoriais que atuaram na Bahia em 2013	41

Quadro 5 - Brasil - Número e nome de movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações por ano no período de 2000 a 2013.	42
Quadro 6 - Classificação do índice de Gini	95
Quadro 7 – Concentração de terras pelo índice de Gini para os territórios de identidade da Bahia. 1995/1996 e 2006.	129
Quadro 8- Conceituação dos detentores de imóveis rurais.	146
Quadro 9. Assentamentos rurais reconhecidos pelo INCRA como ambientalmente diferenciados.	187
Quadro 10. Assentamentos rurais reconhecidos pelo INCRA, implantados por outras instituições governamentais.	189

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frei Chico no Convento da Piedade em Salvador-BA. 2015.	63
Figura 2 - Camponeses do assentamento Nova Esplanada, com o quadro de Frei Chico em mãos. 2014.	83
Figura 3. Lagoa Azul – Esplanada-Bahia.	133
Figura 4. Rio Mucambo – Esplanada-Bahia	133
Figura 5. Lagoa de Panela – Esplanada-Bahia.	134
Figura 6. Lagoa Verde – Esplanada-Bahia.	134
Figura 7. Fluxo de créditos direcionados para assentados da reforma agrária. 2015	205
Figura 8. Cronograma de implantação das ações em projetos de assentamentos. INCRA. 2015	209
Figura 9 – Fases da luta pela terra e dos impactos socioterritoriais	228
Figura 10. Crianças do assentamento São Francisco. 2015	233
Figura 11. Escola construída pela Prefeitura de Esplanada no assentamento Nova Esplanada. 2015	237
Figura 12. Casa abandonada no Assentamento São Francisco. 2015.	240
Figura 13. Agrovila do assentamento Fazenda Reunidas Boa Vista. 2015	246
Figura 14. Rio perene no Assentamento Reunidas Palame. 2014.	252
Figura 15. Rio perene no Assentamento São Francisco. 2015	253

Figura 16. Estrada em péssimo estado de conservação no assentamento São Francisco. 2015	257
Figura 17. Fabricação de farinha no assentamento Reunidas Palame. 2014.	277
Figura 18. Fabricação de farinha no assentamento Reunidas Boa Vista. 2013	278
Figura 19. Casa de farinha construída pelo governo no Assentamento Reunidas Palame. 2014	278
Figura 20. Trator pertencente ao Assentamento São Francisco. 2014.	283
Figura 21. Plantio de coco no assentamento Nova Esplanada. 2014	290

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1 – Escalas, categorias e fontes do DATALUTA	12
--	----

LISTA DE PRANCHA

Prancha 1. Brasil – Geografia dos movimentos socioterritoriais 200-2013. Famílias em ocupações	49
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	
A LUTA PELA TERRA NO BRASIL, NA BAHIA E EM ESPLANADA: assentamentos, ocupações, movimentos territoriais e manifestações como categorias de análise.....	10
1.1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NA BAHIA: a luta continua viva.....	11
1.2 A LUTA PELA TERRA EM ESPLANADA: um Frei e a criação dos assentamentos rurais	60
CAPÍTULO 2	
A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL NA BAHIA E EM ESPLANADA: a grande propriedade e os assentamentos em destaque.....	85
2.1 BREVE HISTÓRICO DOS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA.....	86
2.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, BAIANA E DE ESPLANADA SEGUNDO OS DADOS DO IBGE.....	94
2.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA SEGUNDO OS DADOS DO INCRA: a forte concentração de terras no Brasil, na Bahia e em Esplanada.....	145
CAPÍTULO 3	
O PAPEL DO INCRA NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS: uma análise sobre os dados do Brasil, Bahia e Esplanada.....	164
3.1 TERRITÓRIO: algumas abordagens conceituais.....	165
3.2 COMPREENDENDO O TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	169
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: um mecanismo de controle sobre os assentamentos rurais.....	176
3.4 O GERENCIAMENTO DO INCRA SOBRE OS ASSENTAMENTOS.....	183
CAPÍTULO 4	
ANÁLISE DAS DIMENSÕES DOS IMPACTOS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE ESPLANADA.....	222
4.1. IMPACTOS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: Abordagens conceituais.....	223
4.2 CARACTERÍSTICAS POPULACIONAIS DOS ASSENTADOS.....	230
4.3 ESCOLARIDADE.....	236
4.4 BENS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA.....	239
4.5 ECONOMIA	263
4.6 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	271
4.7 TRABALHO.....	290
4.8 ORGANIZAÇÃO POLITICA E SOCIAL.....	293

4.9 PERCEPÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DE VIDA ANTES E APÓS O ASSENTAMENTO.....	297
4.10 IMPACTOS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO: a vez e a voz dos munícipes.....	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	315
REFERÊNCIAS.....	322
APÊNDICES.....	340
APÊNDICE A. QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ASSENTADOS QUANTITATIVO).....	340
APÊNDICE B QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ASSENTADOS (QUALITATIVO).....	352
APÊNDICE C QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS MUNÍCIPES (QUALITATIVO).....	352

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira envolve uma série de temas que são passíveis de debates. Os assentamentos rurais fazem parte desses temas, os quais se tornaram mais presentes e mais estudados a partir da redemocratização brasileira, precisamente a partir do Governo de José Sarney em 1985. A chamada “abertura política” que aconteceu na época incentivou movimentos sociais de luta pela terra, como a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, a intensificar lutas pela reforma agrária. Como resposta a essa investida dos movimentos sociais, o Governo intensificou a criação de assentamentos.

Ainda que o maior número de assentamentos rurais tenha sido criado no final do século XX e começo do século XXI, na história brasileira são reconhecidos muitos eventos que tinham como objetivo a luta pela terra. Hoje ela ainda continua existindo, não só com ocupações promovidas pelos movimentos sociais de luta pela terra, mas também com uma série de manifestações em variados locais e por variados motivos, como, por exemplo, o reconhecimento de territórios por comunidades tradicionais. A luta no campo hoje é diversificada, mas um adversário é quase unânime: o capitalismo agrário alicerçado na renda da terra.

O capitalismo agrário tem no agronegócio a sua maior expressão. Para expandir-se, o agronegócio não mede consequências e vai se territorializando campo adentro sem respeitar o modo de vida dos camponeses, que são, na maioria das vezes, expropriados ou subalternizados. Essa força é alimentada pelo apoio do Estado, que legitima terras ilegais e criminaliza a organização da luta social. Políticos e latifundiários muitas vezes se confundem na mesma pessoa e engrossam o coro dos que têm fome de terra para gerar riquezas ao invés de alimentos. Assim, ao longo de nossa história, a propriedade privada injusta no campo foi tomando corpo e o resultado é uma concentração absurda de terras.

A concentração de terras no Brasil é uma das mais altas do mundo. A reforma agrária tem como um de seus objetivos primordiais a desconcentração de terras. No Brasil, a tímida reforma agrária, que por sinal, para alguns autores não se faz mais necessária, não consegue desconcentrar terras. A política de criação de assentamentos e a regularização fundiária, além de não desconcentrar terras de forma significativa, são majoritariamente feitas em locais onde a demanda não é urgente ou onde as terras não possuem características privilegiadas ou para

amenizar os conflitos como no caso da região amazônica. As poucas desapropriações feitas pelo governo não minimizam a problemática da alta concentração de terras.

Ainda que o governo publique trabalhos enfatizando a desconcentração de terras, as análises feitas com dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como os Censos Agropecuários ou em dados da estrutura fundiária fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostram claramente o quão grave é a situação da nossa estrutura fundiária. Mostra também o quanto ainda cabe a luta pela terra no Brasil devido ao elevado número de grandes propriedades que são improdutivas e/ou que não cumprem a função social da terra. Oliveira (2004) é emblemático nesse sentido quando defende que existe muita terra para a desapropriação de latifúndios brasileiros.

Assim, a política de criação de assentamentos tornou-se mais um instrumento para aliviar as tensões sociais do que para desconcentrar terras. O INCRA é o representante do governo que cria e auxilia os assentamentos rurais. Os novos assentados necessitam de créditos e orientações para se estabilizarem na nova vida, momento em que se inicia uma nova etapa da luta na terra. O INCRA seria o principal aliado dos assentados se funcionasse de forma adequada. Muito do planejado não é executado e boa parte dos assentamentos não conseguem a consolidação no prazo previsto. Aliás, alguns nem têm planejamento. Porém, a simples existência do assentamento e dos assentados mantém o campesinato vivo. Além disso, os assentamentos, ao serem implantados, geram impactos.

Os impactos territoriais dos assentamentos acontecem em várias dimensões, como a educacional, cultural, ambiental, política, social, econômica, entre outras. Tanto a área do assentamento é impactada como as áreas vizinhas, e também o município onde este está inserido, principalmente no caso de ser mais de um assentamento. O impacto gera uma nova realidade que toma corpo e que produz novos resultados sobre os assentados e sobre os municípios onde os assentamentos estão localizados. Assim, Leite et al (2004) afirma que os impactos dos assentamentos ao longo do tempo influenciam tanto na vida dos assentados e do assentamento como fora deles, atingindo distritos, municípios e regiões onde os projetos se localizam, com efeitos diretos e indiretos sobre a sociedade mais ampla.

Todos esses aspectos comentados anteriormente aconteceram ou acontecem no município de Esplanada na Bahia. A luta pela terra em Esplanada, tendo como líder um religioso (Frei Chico), resultou na criação de cinco assentamentos rurais de reforma agrária e naturalmente os impactos vieram à tona. Esse é o objetivo principal do trabalho: analisar os impactos territoriais causados pela implantação dos assentamentos na vida dos assentados e no município de Esplanada-BA.

A justificativa deste tema é baseada no fato de que a criação dos assentamentos rurais após a redemocratização requer um constante monitoramento, visto que a concretização dos mesmos ainda faz parte de um processo que ainda não se concretizou: a reforma agrária brasileira. Não se realizou tanto na sua primeira versão no 1º Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA), em outubro de 1985, quanto no 2º Plano Nacional da Reforma Agrária (II PNRA), em novembro de 2003. A partir dessa realidade, analisar as consequências da implantação de um assentamento é fundamental para planejar um futuro mais justo, onde os acertos devam ser mantidos ou melhorados e os erros reparados, proporcionando, assim, uma vida mais digna ao camponês assentado.

Muitos são os trabalhos que buscam analisar os impactos territoriais causados pela implantação dos assentamentos, como Leite *et al* (1997), Bergamasco (1999), Fernandes (2000), Heredia *et al* (2001), Ramalho (2002), Leal (2003); Leite *et al* (2004 e 2007), Mazzini (2007), Lima (2010), Mitidiero Junior (2011), Silva e Casalinho (2011), Moraes (2013), entre outros; mas nenhum trata especificadamente das consequências do impacto causado em um município da Bahia, um dos estados que mais concentra assentamentos rurais no Brasil, assim como também um grande número de latifúndios.

O município de Esplanada (BA) faz parte do “território de identidade”¹ Litoral Norte e Agreste Baiano e apresenta vasta área territorial em relação à maioria dos municípios do estado. Apresenta vocação para a fruticultura, sobretudo para os cultivos de coco, laranja e maracujá. Este tem atraído empresas interessadas na exploração de eucalipto e também as do ramo de hotelaria e turismo. Boa parte de terras da zona rural do município, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, foi apropriada por empresas no intuito de implantar os cultivos de *Pinus* e *Eucaliptus* para exploração de madeira, o que contribuiu para a redução drástica da vegetação nativa local, assim como de áreas possíveis de serem usadas por pequenos produtores que vivem da agricultura.

Posteriormente, algumas empresas diminuíram a atividade econômica em parte expressiva de suas áreas, e outras áreas eram apenas de reservas estratégicas para as transações financeiras futuras. Esses fatos atrelados à luta pela terra desenvolvida pelo

¹ A Bahia está dividida em 27 Territórios de Identidade. Território de Identidade pode ser definido como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”. Fonte: Secretária de Planejamento (SEPLAN) - Governo do Estado da Bahia: Política territorial. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/>>. Acesso em 16 dez. 2015.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) atraiu muitos trabalhadores rurais sem terra do próprio município e de municípios vizinhos, que, liderados por um clérigo da igreja católica (Frei Chico), conseguiram fazer com que o INCRA implantasse cinco assentamentos no município: Reunidas Palame, São Francisco, Patizinho, Reunidas Boa Vista e outras (Belo Jardim) e Boa Vista de Esplanada (Nova Esplanada). Esses assentamentos foram alvos da pesquisa sobre os impactos territoriais.

Para entender melhor os impactos territoriais causados pelos assentamentos, buscou-se:

- Analisar a luta pela terra na Bahia e no Brasil, levando em consideração os movimentos territoriais, as manifestações e os assentamentos rurais criados como categorias de análise;
- Relacionar a luta pela terra em Esplanada com a implantação dos assentamentos;
- Pontuar os principais acontecimentos dos Planos Nacionais de Reforma Agrária após a redemocratização;
- Analisar a estrutura fundiária brasileira, baiana e de Esplanada por meio dos dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006 e os dados do INCRA 2012;
- Discutir abordagens acerca do conceito de território;
- Discutir abordagens acerca do território e das políticas públicas no âmbito dos assentamentos rurais;
- Analisar o papel do INCRA na implantação e condução dos assentamentos rurais, tendo como pano de fundo os assentamentos de Esplanada (BA);
- Analisar as abordagens teóricas acerca do tema impactos territoriais e suas dimensões.

A opção por essa linha de pesquisa ocorreu em virtude da experiência obtida durante quatro anos trabalhando em assentamentos rurais. Na época, éramos responsáveis pelo departamento de pesquisa e meio ambiente da Secretaria de Agricultura, da Prefeitura Municipal de Esplanada. O Mestrado em Ciências Agrárias contribuiu expressivamente para o exercício dessa função. Depois de ingressar na carreira acadêmica, quando passamos a lecionar o componente curricular Estatística, continuamos a trabalhar com assentamentos, usando dados coletados para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, o departamento em que atuamos na universidade implantou o curso de Agronomia com ênfase em Agricultura Familiar e Agroecologia, o que reitera nosso interesse nessa linha de pesquisa. Desenvolver uma tese sobre os impactos dos assentamentos

contempla o aprofundamento científico sobre a temática e abre a possibilidade de pesquisas futuras nesta mesma linha ou temas correlatos dentro da questão agrária brasileira.

Por entender que os assentamentos rurais são espaços em constante transformação e que a atualidade guarda relação direta com a história de luta e de vida, entende-se que a perspectiva teórico-filosófica pertinente para analisar essa realidade é a dialética. Nesse sentido, concordamos com Lefebvre (1995) quando afirma que as leis dialéticas constituem pura e simplesmente uma análise do movimento que implica em diversas determinações: continuidade e descontinuidade, aparecimento e choque de contradições, saltos qualitativos e superação.

Essa perspectiva fornece base para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade provocada pela implantação dos assentamentos. Assim, os impactos causados não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, sem ligações com as influências sociais, políticas, econômicas, culturais e outras a qual estão ou já foram relacionados em algum momento.

A natureza da pesquisa é essencialmente qualitativa. Dados quantitativos foram coletados e apresentados apenas no sentido de auxiliar as análises qualitativas. Os procedimentos metodológicos abrangeram pesquisas de ordem documental, teórico-analítica e trabalho de campo.

Para analisar os dados da luta pela terra, foram usados como parâmetro os dados secundários coletados pelo Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA) sediado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Presidente Prudente-SP. Sua publicação refere-se ao Relatório da Luta Pela Terra, o DATALUTA 2013, o mais atual publicado e que abrange dados de relatórios anteriores. Também foram feitas entrevistas com pessoas que acompanharam a luta pela terra em Esplanada. Os mapas das plantas dos assentamentos foram conseguidos diretamente na sede do INCRA em Salvador-BA.

Para análise dos dados da estrutura fundiária, foi usado como referência os dados do IBGE referentes aos censos agropecuários de 1995/96 e 2006, e os dados do INCRA referentes ao ano de 2012, última publicação dessa natureza pela instituição. Esses dados estão disponíveis nos seus respectivos *sites*. Como subsídio para discussão, foi usado principalmente a publicação de Oliveira (2004) intitulada *Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. Oliveira (2004) usou como referência termos médios baseados na lei que fixa os módulos fiscais e assim determinou a pequena propriedade como aquela que vai até menos de 200 hectares; a média propriedade como

aquela que vai de 200 a menos de 2.000 hectares; e a grande propriedade como aquela que tem 2.000 hectares ou mais.

Para a análise do papel do INCRA frente os assentamentos, foi utilizado principalmente como fonte de dados a página do INCRA: www.incra.gov.br, mais precisamente no link destinado à reforma agrária.

Para análise das características socioeconômicas das famílias assentadas, foram feitas entrevistas estruturadas padronizadas onde as perguntas foram apresentadas aos responsáveis pelos lotes exatamente com as mesmas palavras e na mesma ordem. Para avaliar os impactos, 67 perguntas (Apêndice A) foram feitas no intuito de obter indicadores que darão suporte às dimensões a serem analisadas. Os indicadores explorados foram: características populacionais dos assentados, educação, trabalho, renda, produção agropecuária, infraestrutura, saúde, políticas públicas, alimentação e organização sociopolítica.

Os sujeitos da amostra foram escolhidos através de uma seleção aleatória simples, com 50% da população dos assentados no momento da pesquisa. Essa opção foi inspirada por um dos primeiros estudos sobre o tema: o *Relatório de Impactos Socioterritoriais (RIST)*, (Silva *et al* 2006). Ao todo, foram entrevistados 137 assentados responsáveis pelos lotes. Como forma de preservar a identidade dos assentados, estes receberam uma numeração de identificação em cada assentamento e de acordo com a ordem de entrevista.

A análise quantitativa foi feita com a organização de tabelas e gráficos, interpretação e resumo das informações coletadas, que podem ser quantificadas e posteriormente analisadas.

Para a análise qualitativa, foi feito um questionário com doze perguntas abertas (Apêndice B) e que foram aplicadas em dez assentados de cada assentamento, totalizando cinquenta entrevistados. As perguntas foram abertas, permitindo ao entrevistado expressar todos os seus sentimentos em relação às perguntas e sua história de vida. Para expor suas opiniões mais à vontade, os entrevistados foram informados que não teriam seus nomes divulgados. Cada entrevista foi identificada recebendo um número de ordem. Esta etapa esclareceu pormenores que certamente não seriam mostrados nos números revelados na pesquisa de cunho quantitativo. Esta análise foi feita de acordo com a discussão sobre cada informação relevante coletada, procurando-se identificar categorias, padrões e relações entre os dados coletados, de forma a desvendar seu significado por meio da interpretação e da comparação dos resultados com outras pesquisas e referencial teórico pesquisado.

Foi aplicado também um questionário de cunho qualitativo (Apêndice C) para saber a opinião da população de Esplanada sobre a presença dos assentados no município. A maioria das perguntas foi direcionada a pessoas que de certa forma têm alguma ligação direta ou

indireta com os assentamentos, como membros dos poderes executivo e legislativo, comerciantes, profissionais responsáveis por assistência técnica nos assentamentos, presidente do sindicato rural, entre outros. Mas também foram entrevistados cidadãos comuns, por entendermos serem legítimos representantes do seu município. No total foram realizadas 20 entrevistas com os munícipes.

Vale salientar que foi realizado um pré-teste antes das entrevistas. Assim, foi possível identificar algumas perguntas mal formuladas e que conseqüentemente foram retiradas ou reformuladas.

Em alguns momentos da tese, utilizou-se uma ferramenta da estatística inferencial, mais precisamente o estudo da correlação. Foi usada a correlação linear de Pearson usando o programa Statistica versão 5.0. O objetivo do uso da correlação foi fornecer subsídios para a discussão qualitativa acerca da relação entre duas variáveis estudadas em conjunto.

O primeiro capítulo aborda a análise da luta pela terra no Brasil e na Bahia, levando em consideração a distribuição do número de ocupações, manifestações e assentamentos criados até 2013. Este capítulo é finalizado com a história da luta pela terra no município de Esplanada, oportunidade na qual serão apresentados os mapas dos assentamentos, algumas de suas características físicas e alguns depoimentos sobre a origem dos assentamentos.

O segundo capítulo apresenta dados da estrutura agrária brasileira. Sua análise foi concentrada em dados gerais do Brasil da Bahia, e de forma mais específica, no município de Esplanada, segundo dados do IBGE. O mesmo foi feito em relação aos dados do INCRA. Para tanto, o capítulo se inicia com uma revisão que envolve fatos pontuais sobre a reforma agrária brasileira após a redemocratização, pois entende-se que esse esclarecimento anterior é fundamental para podermos fazer uma melhor análise da concentração de terras no momento atual.

No terceiro capítulo, analisa-se o papel do INCRA frente aos assentamentos. Neste capítulo foi usado como parâmetro de comparação a situação dos assentamentos de Esplanada (BA). Para melhor entendimento do funcionamento dos assentamentos, foi feita uma exploração inicial das abordagens mais recentes sobre a categoria território e depois será apresentada e discutida a temática do território e políticas públicas no âmbito dos assentamentos.

O quarto capítulo abordou a análise dos impactos territoriais causados pela implantação dos assentamentos em Esplanada sobre os assentados e sobre os munícipes. Para tanto, foram feitas subseções com as dimensões a serem analisadas: educação, infraestrutura, economia, produção e assistência técnica, trabalho, renda, organização política e social. O

capítulo será finalizado com um comparativo das condições de vida do assentado antes e após o assentamento, e também com uma análise sobre as opiniões dos munícipes em relação à presença dos assentamentos em Esplanada. Ao final do trabalho, foram apresentados as considerações finais, as referências e os apêndices.

CAPÍTULO I

**A LUTA PELA TERRA NO BRASIL, NA BAHIA E
EM ESPLANADA: assentamentos, ocupações,
movimentos territoriais e manifestações como
categorias de análise.**

1.1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NA BAHIA: a luta continua viva

Nas duas décadas de governo militar, além da manutenção do privilégio ao latifúndio, que tem suas origens na colonização, ocorreram alianças para sua ampliação e fortalecimento. A principal causa dessa aliança foi a implantação de um modelo de desenvolvimento que priorizava a expansão do capital no campo. Assim, latifúndio e expansão do capital concretizaram uma aliança forte nas áreas rurais brasileiras.

O apoio do Estado a esse modelo inviabilizou uma reforma agrária ampla e irrestrita. Desse modo, restou aos “sem terras” a alternativa da luta pela terra como forma de manter viva a possibilidade real de conquistar terra para trabalho e sobrevivência.

A CPT (2013), grande aliada dos sem terras, comenta sobre a força dos inimigos umbilicalmente articulados: controlam o Estado em suas três esferas (Legislativo, Executivo e Judiciário) para fazer valer a todo custo seus interesses: não temos dúvidas de que são eles que inviabilizam a Reforma Agrária e a regularização dos territórios tradicionais, a partir do desmonte e sucateamento dos órgãos responsáveis pela sua execução e dos minguados recursos financeiros disponibilizados nos orçamentos, para que seus empreendimentos e ações nocivas à população do campo e da cidade possam se efetivar.

O Estado tem claramente se colocado ao lado da política neoliberal adotada no Brasil, principalmente a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). O apoio à agricultura empresarial (agronegócio) é bem superior ao dado à agricultura camponesa. Assim, ocorre o fortalecimento do capitalismo no campo, que necessita se expandir para ampliar o processo de acumulação de riquezas. Camponeses e comunidades tradicionais são relegados a um segundo plano: necessários ao capitalismo, mas em uma posição de subalternidade.

Nesse sentido, Fernandes (1998) exalta que, com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração.

A luta pela terra contra o capital é feita por um conjunto de ações que visa forçar o Estado a cumprir as leis e formular novas políticas públicas. Ela necessita de ser analisada periodicamente, pois seu resultado serve de parâmetro para compreender parte da questão agrária e também como base para tomadas de decisões.

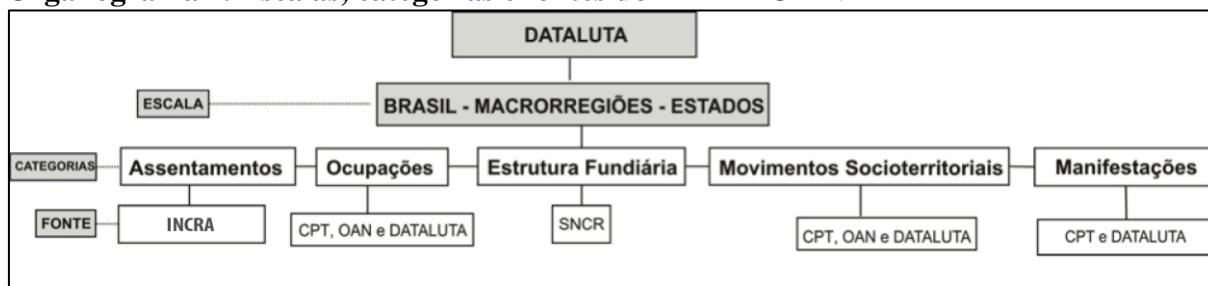
No Brasil se destaca como fonte de dados sobre a luta pela terra, algumas instituições, como CPT, universidades, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, entre outras. No trabalho em questão, servirão de base os dados apresentados no Banco de

Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA): Relatório Brasil 2013, publicado em 2014 pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA, tendo em vista a sua atualidade e abrangência.

O DATA LUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de extensão e pesquisa criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA – vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, *campus* de Presidente Prudente (DATA LUTA 2014).

O organograma 1 apresenta as escalas e categorias de análise e as fontes que alimentam o DATA LUTA.

Organograma 1. Escalas, categorias e fontes do DATA LUTA.



Em relação à escala de atuação, serão feitos comentários gerais sobre o Brasil, macrorregiões e estados, sendo que o estado da Bahia terá um destaque maior, tendo em vista que é o estado em que o município de Esplanada está localizado. Sobre este município, será analisado o impacto territorial dos assentamentos, objetivo principal da tese.

Em relação às categorias de análise, apenas não será analisada a estrutura fundiária, tendo em vista que será o tema principal do capítulo 2 desta tese.

Os períodos para análise são variados em função das séries históricas apresentadas pelo DATA LUTA. O período mais amplo compreende de 1979 a 2013, sendo que em algumas análises aparecerão períodos menores dentro deste intervalo. Os registros dos dados de assentamentos rurais disponibilizados neste relatório são desde 1979; ocupações de 1988; movimentos socioterritoriais e manifestações de 2000 e os dados da estrutura fundiária de 1998, 2003, 2010, 2011 e 2012.

Inicialmente, será mostrado o quadro em que se encontram as ocupações no Brasil entre 1988 e 2013 (Tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS POR ESTADO E MACRORREGIÕES 1988-2013				
REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	850	9,40	113.462	9,11
AC	35	0,39	3.128	0,25
AM	11	0,12	2.886	0,23
AP	2	0,02	120	0,01
PA	559	6,18	83.960	6,74
RO	124	1,37	14.628	1,17
RR	12	0,13	1.471	0,12
TO	107	0,13	7.269	0,58
NORDESTE	3.441	38,04	458.816	36,85
AL	597	6,60	67.248	5,40
BA	706	7,80	109.043	8,76
CE	118	1,30	13.554	1,09
MA	117	1,29	18.875	1,52
PB	203	2,24	22.674	1,82
PE	1.331	14,71	170.440	13,69
PI	78	0,86	10.046	0,81
RN	132	1,46	18.667	1,50
SE	159	1,76	28.269	2,27
CENTRO-OESTE	1.248	13,80	198.733	15,96
DF	51	0,56	8.838	0,71
GO	424	4,69	57.723	4,64
MS	611	6,75	91.827	7,38
MT	162	1,79	40.345	3,24
SUDESTE	2.394	26,46	299.898	24,09
ES	102	1,13	13.285	1,07
MG	699	7,73	69.601	5,59
RJ	101	1,12	13.875	1,11
SP	1.492	16,49	203.137	16,32
SUL	1.113	12,30	174.045	13,98
PR	691	7,64	87.628	7,04
RS	240	2,65	62.094	4,99
SC	182	2,01	24.323	1,95
BRASIL	9.046	100	1.244.954	100

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014. www.fct.unesp.br/nera

O Brasil apresenta uma das maiores concentrações de terra do mundo, com um índice de Gini medindo 0,843 (INCRA, 2012). Sua estrutura fundiária apresenta 40.119 imóveis rurais maiores que 2.000 hectares (ha), somando uma área de 254.306.158,5 ha (INCRA, 2012). Levando-se em consideração que muitos desses imóveis são latifúndios improdutivos e/ou que não cumprem nenhuma função social (Oliveira, 2007), muitos são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Como o Estado não faz cumprir a lei, as ocupações de terra terminam por ser uma estratégia na mão dos camponeses para forçar o cumprimento da lei. Com esse objetivo é que 1.244.954 famílias fizeram ocupações entre os anos 1988 e 2013 (Tabela 1).

O maior número de ocupações no período ocorreu no Nordeste, com 3.441 ocupações (38,04 %). No Nordeste também ocorreu o maior número de famílias envolvidas nas

ocupações, 458.816 famílias, que correspondem a 36,85% do total brasileiro. Dentro do Nordeste, o estado de Pernambuco foi o que apresentou o maior número de ocupações no período, 1.331 (14,71%), com 170.440 (13,69%) famílias envolvidas.

A concentração de terras no Nordeste é consequência de seu processo histórico de formação. Pernambuco historicamente é conhecido como um estado latifundista com seu índice de Gini medindo 0,825 em 2006, conforme o IBGE (2009).

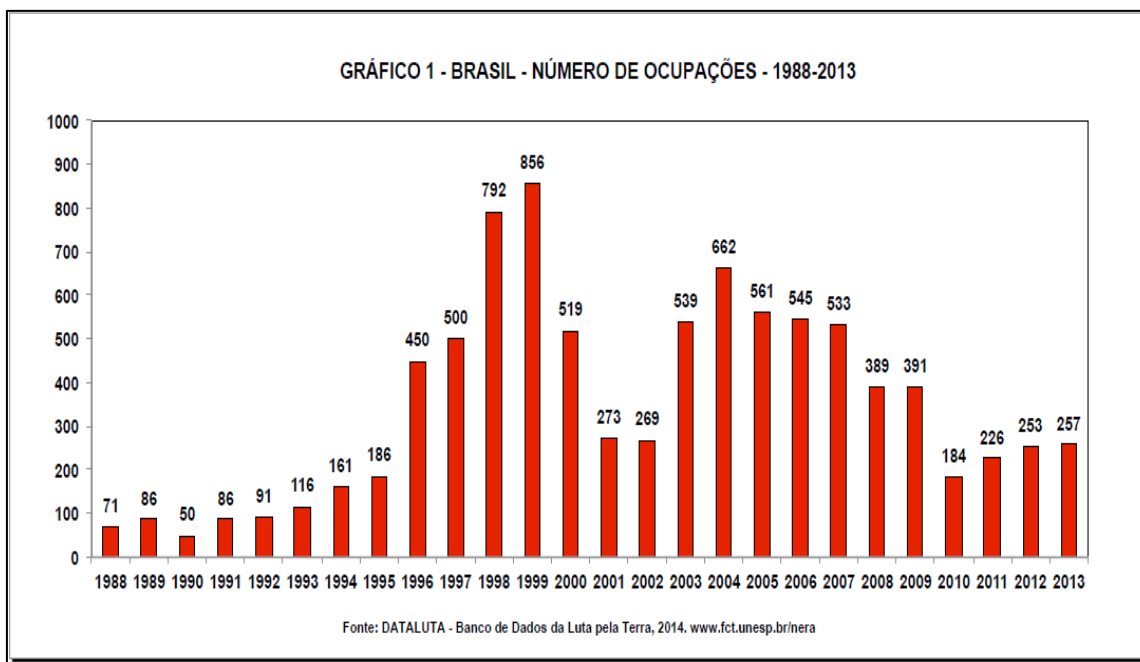
Vale salientar que, para todo o Brasil, o local onde ocorreu o maior número de ocupações e famílias envolvidas foi em São Paulo, com 1.492 (16,49%) ocupações e 203.137 (16,32%) famílias envolvidas. Esse alto índice observado em São Paulo é fruto da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, onde um elevado número de movimentos sociais realiza ocupações em latifúndios.

O menor número de famílias envolvidas em ocupações ocorreu no Norte, com 850 ocupações, correspondendo a 9,40% do total; o menor número de famílias envolvidas também ocorreu no Norte, com 113.462 famílias, correspondendo a 9,11%. Os números do Norte podem ser justificados em virtude de sua vasta extensão territorial, a baixa densidade populacional e pelo fato de na região já existir culturalmente um grande número de posseiros.

A Bahia apresentou neste período (1988-2013) 706 ocupações (7,80%) com 109.043 (8,76%) famílias envolvidas. Apenas dois estados tiveram mais famílias envolvidas em ocupações que a Bahia no período: São Paulo e Pernambuco.

Assim como Pernambuco, a Bahia também tem um número elevado de latifúndios, fruto de herança do modelo de exploração baseado na monocultura em grandes extensões que foram desenvolvidas no período colonial. Algumas culturas foram substituídas, e outras mais novas foram implantadas, como o cacau e mais recentemente a soja no Oeste da Bahia e o eucalipto no extremo sul e no litoral norte da Bahia.

Pelo Gráfico 1, a partir de 1988 o número de ocupações no Brasil tendeu a um crescimento até 1999, onde atingiu o maior número na série histórica, com 856 ocupações. Nesse período, o crescente número de ocupações foi resultado da intensificação da abertura política e social que aconteceu depois da saída do governo militar, dando origem à redemocratização brasileira.



Depois desse período, o número de ocupações apresentou uma ligeira queda entre 2001 e 2002, fruto da criminalização dos camponeses proporcionada pela aprovação da Medida Provisória 2.109-52 de 24 de maio de 2001, pelo então governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (MACHADO, 2013). Essa medida provisória previa o impedimento, por dois anos, de vistoria de imóveis rurais que haviam sido ocupados. A mesma medida também excluía dos programas de reforma agrária trabalhadores rurais que participassem de ocupações.

Logo depois, as ocupações retomaram o crescimento entre 2003 e 2004, sendo que em 2004 apresentaram um valor expressivo de ocupações: 662. A partir de 2005, voltaram a apresentar uma tendência de decréscimo até 2010, quando atingiu o seu mais baixo valor durante todo o governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com apenas 184 ocupações.

Segundo Feliciano (2009), com essa medida de criminalizar as ocupações, ficou nítida a posição autoritária, inconstitucional e antidemocrática do Governo Federal, determinado a punir aqueles que realizassem qualquer ato de contestação e reivindicação pelo acesso à terra. Cleps Junior (2014) resume muito bem os acontecimentos neste período quando afirma que, nesta primeira década do século XXI, houve mudanças significativas na dinâmica das lutas sociais, compreendendo principalmente os períodos dos Governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula da Silva e Dilma. Na primeira fase, que compreende o último mandato do Governo FHC (1999-2002), os movimentos camponeses experimentaram um enorme

refluxo da luta pela terra no Brasil, influenciados pelas políticas neoliberais de reforma agrária, a judicialização da luta pela terra e a criminalização dos movimentos sociais.

Entre 2011 e 2013 ocorreu uma tendência de crescimento, mas de forma bem tímida. Muito provavelmente este aumento ocorreu em virtude da acomodação do governo Dilma em relação à reforma agrária.

Em relação aos períodos anteriores, alguns autores comentaram sobre as mudanças de estratégias e objetivos na luta pela terra. Em uma pesquisa realizada por Girardi e Fernandes (2008) entre 2000 e 2006, observou-se que 86 movimentos sociais diferentes fizeram ocupações, onde os alvos principais eram latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas foram desrespeitadas. Observou-se também que, de um modo geral, as propriedades ocupadas são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da *função social da terra*, definida no artigo 186 da Constituição Federal². Além de lutar contra o latifúndio, os movimentos socioterritoriais camponeses iniciaram a luta contra a territorialização do agronegócio em suas formas mais intensas e, por isso, as ocupações têm ocorrido em áreas de produção de soja transgênica, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto (GIRARDI e FERNANDES, 2008).

Para Oliveira (2011), o baixo número de ocupações de terra em 2009 e 2010 é consequência da mudança na ação política, particularmente do MST, que desde seu 5º congresso em 2005 vem sistematicamente adotando novas formas de ação que demandam a luta contra o capital em geral, admitida como mais importante que a luta pela terra. Como consequência, houve redução nas ocupações de terra depois de ter batido o recorde em 2004, na era petista.

O mesmo autor relaciona a queda do número de ocupações com a perda da força da luta pela terra. Oliveira (2011) relata que existiram vários motivos que explicaram a mudança de ação em relação às ocupações, desde a aceitação da tese da não necessidade histórica da reforma agrária, inclusive no seio de parte dos movimentos socioterritoriais e sindicais, até a análise conjuntural de que “viviam-se um período de descenso das lutas de massa”. Assim, essa nova posição política do MST, de parte da Via Campesina e do setor sindical rural, trouxe como consequência a redução das ações voltadas para a luta pela terra, e, pela primeira vez,

² **Art. 186.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

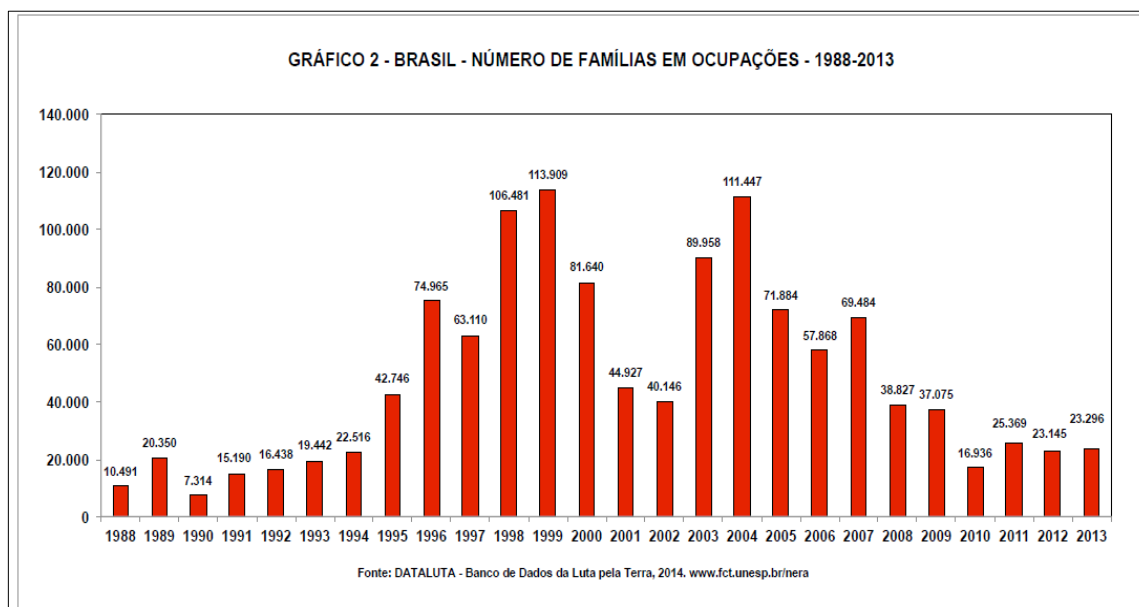
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

depois de quase 30 anos, da perda do protagonismo político nacional dessa luta pelos sem-terra (OLIVEIRA, 2011).

Fica claro que o declínio e o crescimento do número de ocupações acontece em virtude da conjuntura política do momento. Assim, inicialmente aumentam as ocupações em virtude da redemocratização (Governos Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso), depois ocorre um recuo em virtude da criminalização dos movimentos (Fernando Henrique Cardoso), ocorre um novo aumento com a abertura política aos movimentos sociais (Governo Lula) e novamente um declínio em função de os movimentos sociais elegerem outros objetivos na luta pela terra, e novamente um novo crescimento (Governo Dilma) em virtude dos movimentos sociais reagirem à nova política fundiária adotada pelo governo.

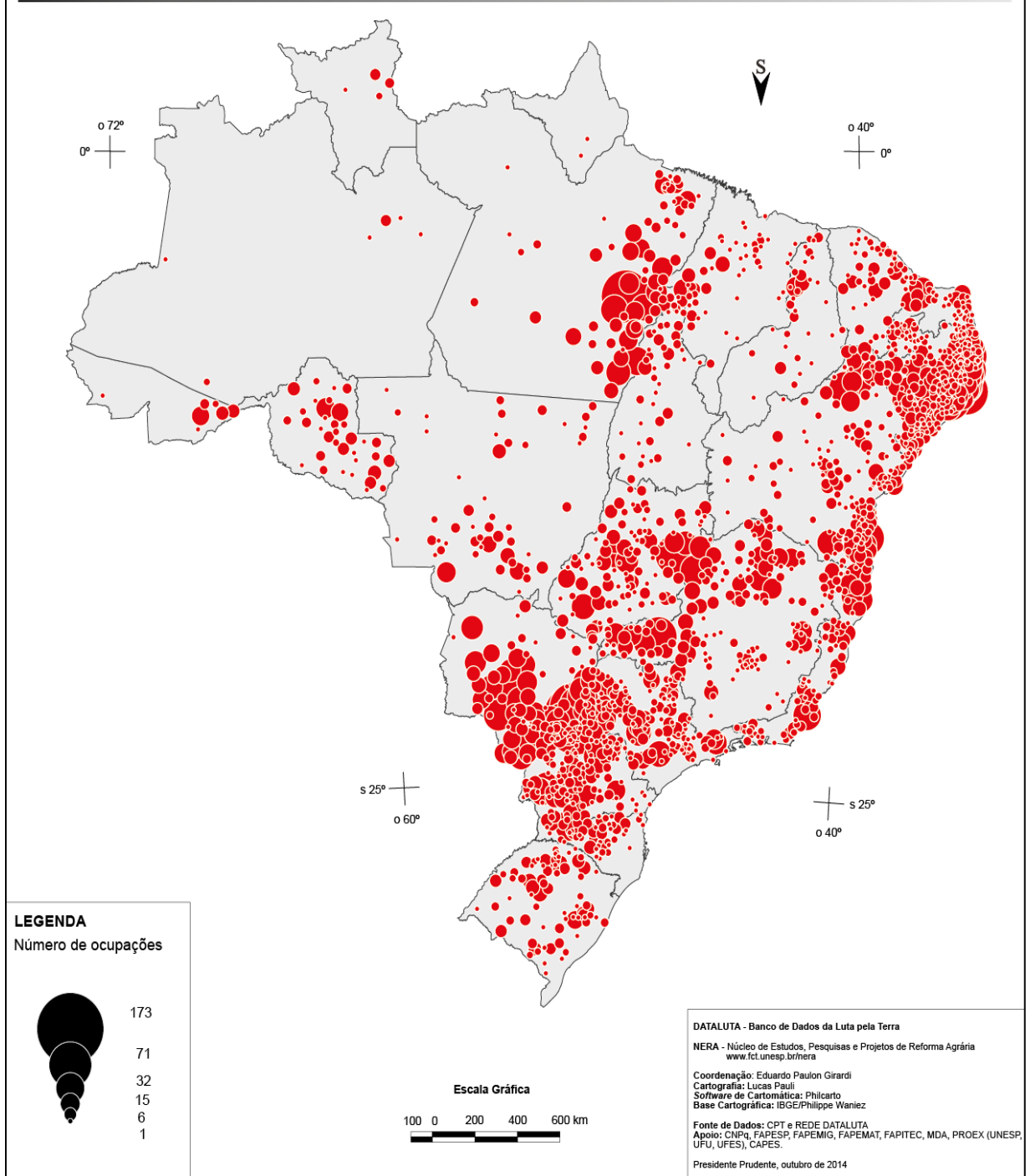
Outro detalhe são as ocupações das lavouras ligadas ao agronegócio, particularmente em áreas de pesquisa transgênica, em propriedades com dívidas junto a União ou com titularidade fraudulenta da terra. Dessa forma, fica explícito que a luta pela terra é também a luta contra o capital, que em seu processo de territorialização, desterritorializa os camponeses.



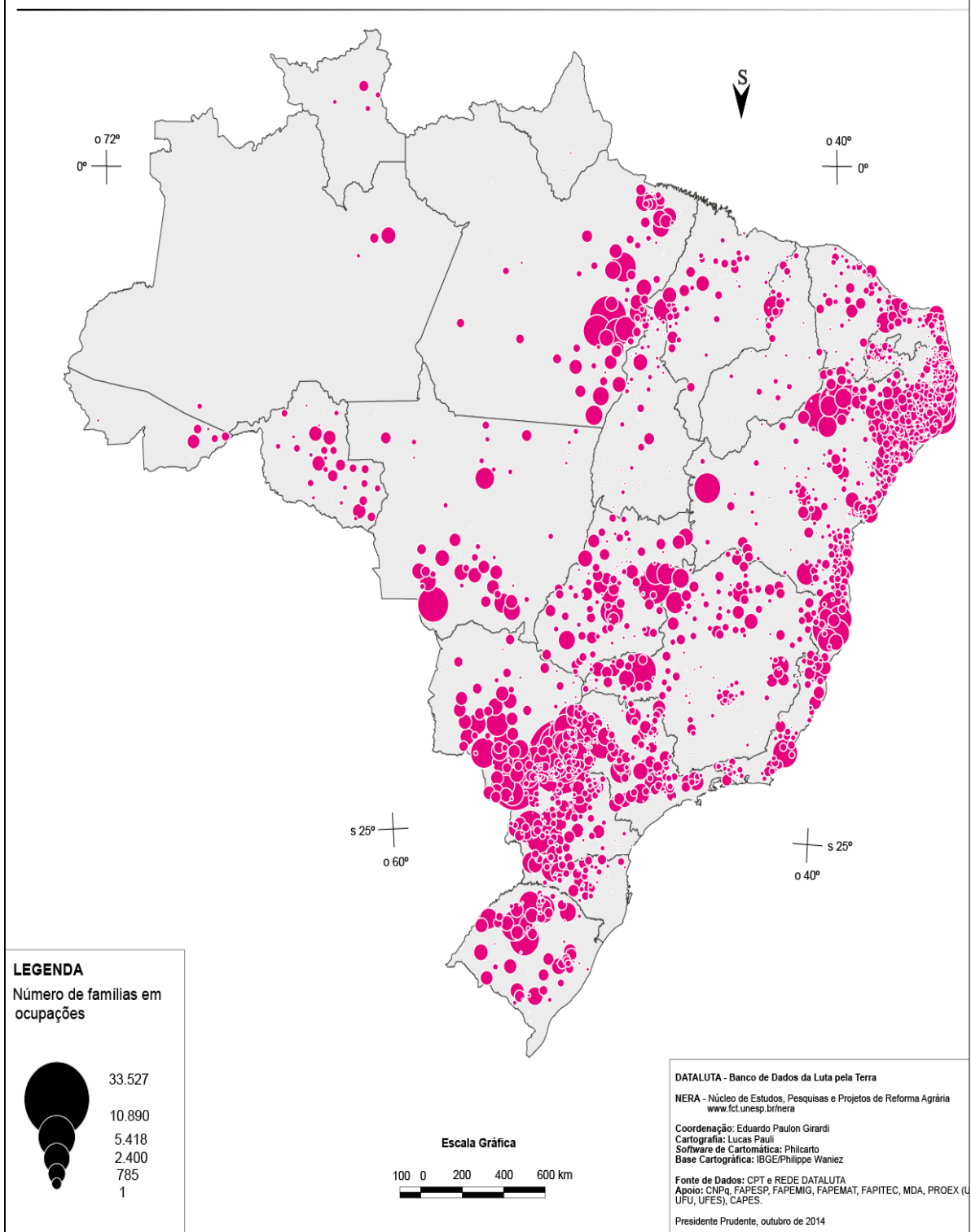
De um modo geral, as mesmas observações de tendência para o número de ocupações são também válidas para o número de famílias em ocupações entre 1998 e 2013 (Gráfico 2), pois são variáveis que seguem a mesma tendência de crescimento, fato facilmente comprovado quando observa-se simultaneamente os Gráficos 1 e 2.

A seguir, serão expostos mapas com a geografia das ocupações.

MAPA 1 - BRASIL - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA - 1988-2013
NÚMERO DE OCUPAÇÕES



MAPA 2 - BRASIL - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA - 1988-2013
NÚMERO DE FAMÍLIAS



Em relação aos locais de destaque que foram observados na Tabela 1 (número de famílias e ocupações por estado), pelos Mapas 1 e 2 observa-se que em Pernambuco as ocorrências aconteceram no estado como um todo. Em São Paulo, predominaram as ocupações no extremo oeste do Pontal do Paranapanema. No Norte, onde ocorreram menos ocupações, existe um grande vazio; apenas no sudeste do Pará, mais precisamente na divisa com Maranhão e Tocantins, é que existe um maior número de ocupações.

De um modo geral, pelos Mapas 1 e 2 destacam-se as maiores concentrações nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco juntos (regiões de forte influência dos canaviais) e no extremo oeste de São Paulo (região do Pontal do Paranapanema).

Ainda pelos mapas 1 e 2 observa-se que o número de ocupações apresenta muita semelhança com o número de famílias em ocupações, com destaque para o Nordeste e a região do Pontal do Paranapanema.

Em relação à Bahia, o maior número de ocupações ocorreu no sul do estado (região de cacauicultura e reservas indígenas) e no norte do estado (polo de fruticultura irrigada), mais precisamente na divisa com Pernambuco (Mapa 1). Em relação ao número de famílias nas ocupações (Mapa 2), estas se concentraram além do norte e sul da Bahia, na região oeste (fronteira agrícola de pecuária e soja), onde apresentou um foco isolado, porém representativo. Na região onde se localiza o município de Esplanada (litoral norte da Bahia) observa-se uma quantidade pequena de ocupações e de número de famílias em ocupações para o período.

Nota-se que, de um modo geral, pelos Mapas 1 e 2, que muitas ocupações ocorreram em áreas de conflitos com os indígenas, como por exemplo no sul da Bahia, onde as demarcações de reservas indígenas ainda não foram feitas, porém já autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Em 2013 (Tabela 2) é apresentado um cenário mais atual das ocupações. As maiores ocupações continuam acontecendo no Nordeste, tendo 89 ocupações (34,63 %) com 10.502 famílias envolvidas (45,08%), com destaque para Bahia, tendo 30 ocupações (11,67%) e 1.780 famílias (7,64%), e também para Pernambuco, tendo 29 ocupações (11,28%) com 2.765 famílias envolvidas (11,87%).

Pelos mesmos motivos históricos da formação dos latifúndios e por ser uma região onde boa parte da população vive do campo, o Nordeste continua sendo uma região onde a luta pela terra continua atual.

Vale ressaltar que em Mato Grosso do Sul foi observado o maior número de ocupações em 2013, com 48 (18,68%) e 1.792 famílias envolvidas (7,69 %); em segundo lugar tem-se o estado de São Paulo, com 41 ocupações (15,92%) envolvendo 3.284 famílias (14,10%). O Mato Grosso do Sul, além de ser uma área de expansão do agronegócio da soja, apresenta uma série de conflitos entre indígenas e fazendeiros. Assim, os indígenas realizam muitas ocupações como forma de pressionar o governo a demarcar suas terras. A intenção são as retomadas dos territórios.

Para a análise do número de ocupações e de famílias por estado e macrorregiões, utilizou-se a Tabela 2. Pela Tabela 2 observa-se que o menor número de ocupações em 2013 aconteceu na região Sul, com apenas 11 ocupações (4,28%) envolvendo 565 famílias (2,43 %). Outro detalhe que chama atenção em 2013 é que nos estados do Amazonas, Amapá, Roraima e Santa Catarina não ocorreram nenhuma ocupação.

Em relação à Bahia, o número de ocupações em 2013 (Tabela 2) foi de 30 (11,67%). Só é menor que no Mato Grosso do Sul, com 48 (18,68%), e São Paulo, com 41 (15,95%). Em relação ao número de famílias em ocupações, a Bahia, com 1.780 (7,64%), ficou atrás de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

TABELA 2 - BRASIL - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS POR ESTADO E MACRORREGIÕES - 2013				
REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	33	12,84	3.562	15,29
AC	11	4,28	882	3,79
AM	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00
PA	11	4,28	955	4,10
RO	5	1,95	260	1,12
RR	0	0,00	0	0,00
TO	6	2,33	1.465	6,29
NORDESTE	89	34,63	10.502	45,08
AL	17	6,61	933	4,00
BA	30	11,67	1.780	7,64
CE	3	1,17	190	0,82
MA	2	0,78	77	0,33
PB	5	1,95	2.107	9,04
PE	29	11,28	2.765	11,87
PI	1	0,39	350	1,50
RN	1	0,39	1.800	7,73
SE	1	0,39	500	2,15
CENTRO-OESTE	64	24,90	4.011	17,22
DF	4	1,56	1.050	4,51
GO	7	2,72	771	3,31
MS	48	18,68	1.792	7,69
MT	5	1,95	398	1,71
SUDESTE	60	23,35	4.656	19,99
ES	1	0,39	130	0,56
MG	16	6,23	1.220	5,24
RJ	2	0,78	22	0,09
SP	41	15,95	3.284	14,10
SUL	11	4,28	565	2,43
PR	5	1,95	115	0,49
RS	6	2,33	450	1,93
SC	0	0,00	0	0,00
BRASIL	257	100,00	23.296	100,00

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014. www.fct.unesp.br/nera

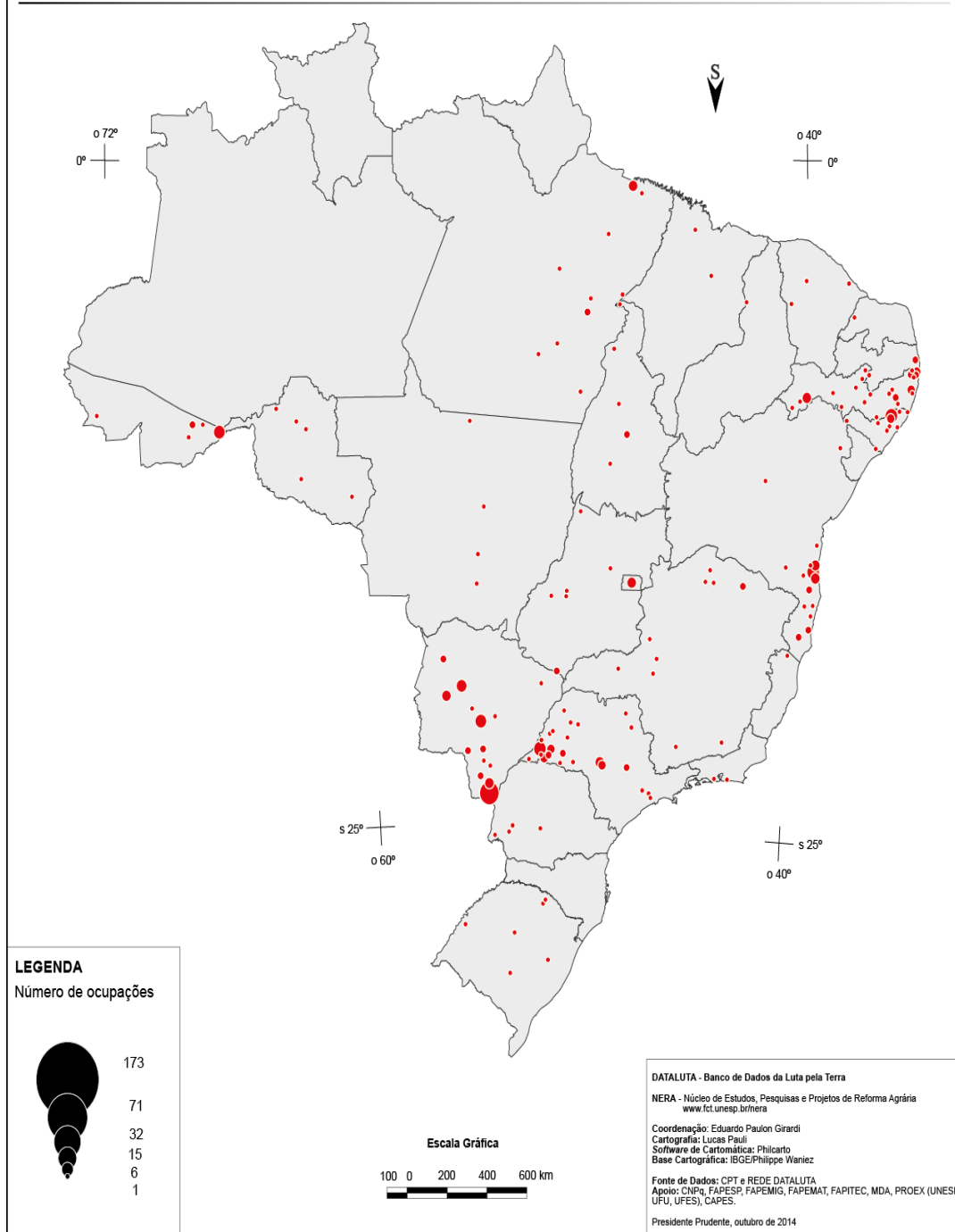
Na Bahia, os conflitos indígenas foram destaque no ano de 2013. Portanto, na Bahia e no Mato Grosso do Sul as ocupações foram, em sua maioria, protagonizadas pelos indígenas. Segundo a CPT (2013), das 61 ações de “retomadas de territórios indígenas” ocorridas no Brasil, 20 foram na Bahia e 30 no Mato Grosso do Sul.

Observa-se, pelo Mapa 3, que o maior foco de ocupações em 2013 ocorreu na porção sul e centro oeste do Mato Grosso do Sul, extremo oeste de São Paulo, sul da Bahia e porção sudoeste e sudeste de Pernambuco. Pelo Mapa 4, observa-se que em 2013 o maior número de famílias em ocupação ocorreu no litoral norte de Pernambuco, oeste do Rio Grande do Norte, Pontal do Paranapanema em São Paulo e Brasília. No estado da Bahia, nota-se que o maior número de famílias em ocupações em 2013 ocorreu de forma mais intensa no sul do estado, onde se localizam as terras indígenas.

Assim, conclui-se, em relação às ocupações, que estas são fundamentais na luta pela terra. Seu alcance ao longo do período estudado variou conforme a conjuntura política na época, assim como seus alvos também foram ampliados à medida que os movimentos sociais responsáveis pelas ocupações identificaram no agronegócio um potencial adversário fortalecido historicamente pelo apoio do Estado.

Em 2013, constata-se que, diante da quase inércia do Governo Dilma em relação à reforma agrária, o número de ocupações apresentou uma leve tendência de crescimento, indicando que possivelmente pode ocorrer uma retomada da luta pela terra de forma mais intensa, como ocorreu em tempos passados. Na Bahia, o cenário da luta pela terra ocorreu de forma bem semelhante ao que acontece no Brasil, apenas diferindo pelo fato de que em 2013 os índios assumiram o protagonismo das lutas, fato também observado no Mato Grosso do Sul. No município de Esplanada, em 2013, não foi constatada nenhuma ocupação.

MAPA 3 - BRASIL - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA - 2013
NÚMERO DE OCUPAÇÕES





Confrontando os Mapas 3 e 4, percebe-se que em 2013 nem sempre onde ocorreram as ocupações ocorreram na mesma intensidade a quantidade do número de famílias em ocupações. Apenas a região do Pontal do Paranapanema satisfaz as duas condições, apresentando, ainda, um dos maiores focos de ocupações e de famílias em ocupações. Em relação à Bahia, o sul do estado apresenta em 2013 dois problemas que

terminam influenciando as maiores ocupações do estado. Na região de Ilhéus e Itabuna ainda existem muitos latifúndios decadentes da cultura do cacau e ainda passíveis de ocupações, mesmo porque essas áreas decadentes geraram um desemprego muito grande na zona rural. A outra situação já foi comentada anteriormente: tratam-se das demarcações de terras indígenas, que tanto têm gerado conflitos. Esses atritos com indígenas acontecem desde Ilhéus no sul até o extremo sul do estado.

A partir da tabela 3, as análises passam a ser feitas levando em consideração o número de assentamentos criados no Brasil.

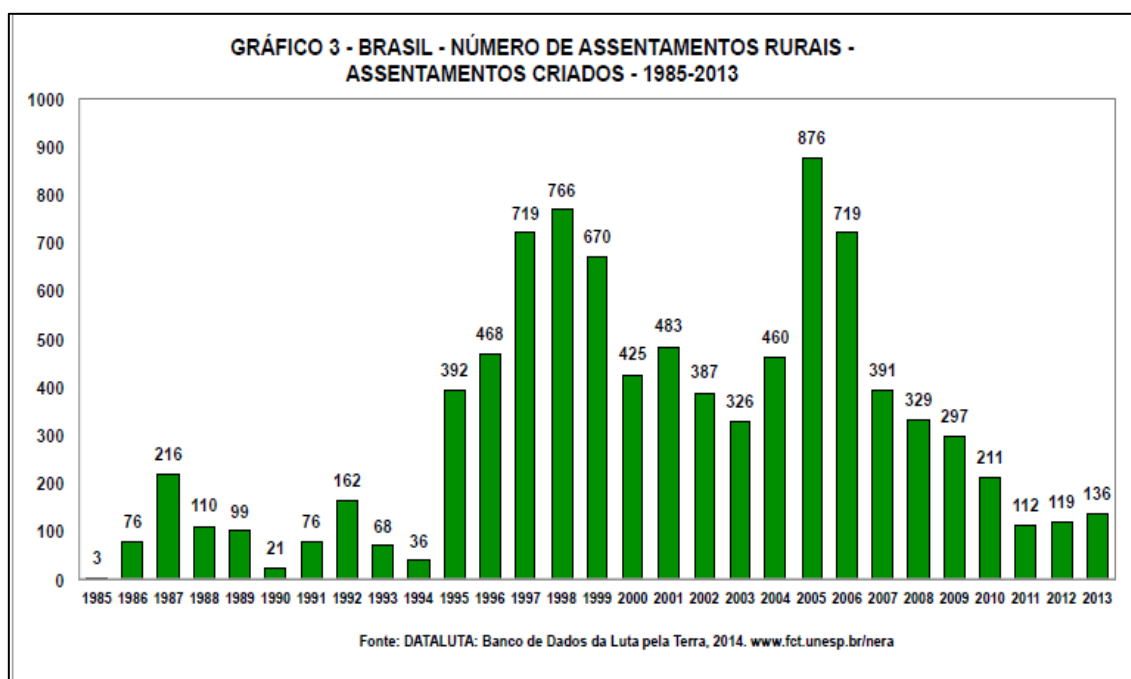
TABELA 3 - BRASIL - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS - 1979 2013						
Região/UF	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
NORTE	2.104	22,9	489.337	44,8	60.982.408	74,6
AC	154	1,7	28.467	2,6	5.190.767	6,4
AM	142	1,5	69.745	6,4	27.365.648	33,5
AP	45	0,5	17.759	1,6	2.191.447	2,7
PA	1.104	12,0	283.341	25,9	19.918.926	24,4
RO	209	2,3	42.016	3,8	3.606.046	4,4
RR	67	0,7	22.215	2,0	1.445.927	1,8
TO	383	4,2	25.794	2,4	1.263.647	1,5
NORDESTE	4.200	45,7	346.944	31,7	10.309.591	12,6
AL	175	1,9	14.201	1,3	112.116	0,1
BA	689	7,5	55.098	5,0	2.041.733	2,5
CE	450	4,9	25.651	2,3	910.794	1,1
MA	989	10,8	136.791	12,5	4.329.698	5,3
PB	302	3,3	14.740	1,3	284.464	0,3
PE	591	6,4	34.968	3,2	550.248	0,7
PI	494	5,4	34.211	3,1	1.380.180	1,7
RN	295	3,2	20.683	1,9	518.432	0,6
SE	215	2,3	10.601	1,0	181.926	0,2
CENTRO-OESTE	1.239	13,5	162.835	14,9	8.034.542	9,8
DF	14	0,2	1.010	0,1	8.186	0,0
GO	444	4,8	25.578	2,3	1.064.368	1,3
MS	205	2,2	32.239	2,9	717.237	0,9
MT	576	6,3	104.008	9,5	6.244.751	7,6
SUDESTE	831	9,0	54.275	5,0	1.553.998	1,9
ES	95	1,0	4.667	0,4	52.052	0,1
MG	402	4,4	24.540	2,2	1.035.970	1,3
RJ	68	0,7	6.692	0,6	123.042	0,2
SP	266	2,9	18.376	1,7	342.934	0,4
SUL	821	8,9	39.680	3,6	819.054	1,0
PR	323	3,5	20.079	1,8	425.778	0,5
RS	337	3,7	13.617	1,2	289.230	0,4
SC	161	1,8	5.984	0,5	104.046	0,1
BRASIL	9.195	100	1.093.071	100	81.699.593	100

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

Pela Tabela 3, verifica-se que entre 1979 e 2003 o maior número de assentamentos foi criado na região Nordeste, 4.200 (42,7%), e o menor na região Sul, com 821 (8,9%). O estado que apresentou o maior número de assentamentos foi o Pará, com 1.104 (12%) na região Norte.

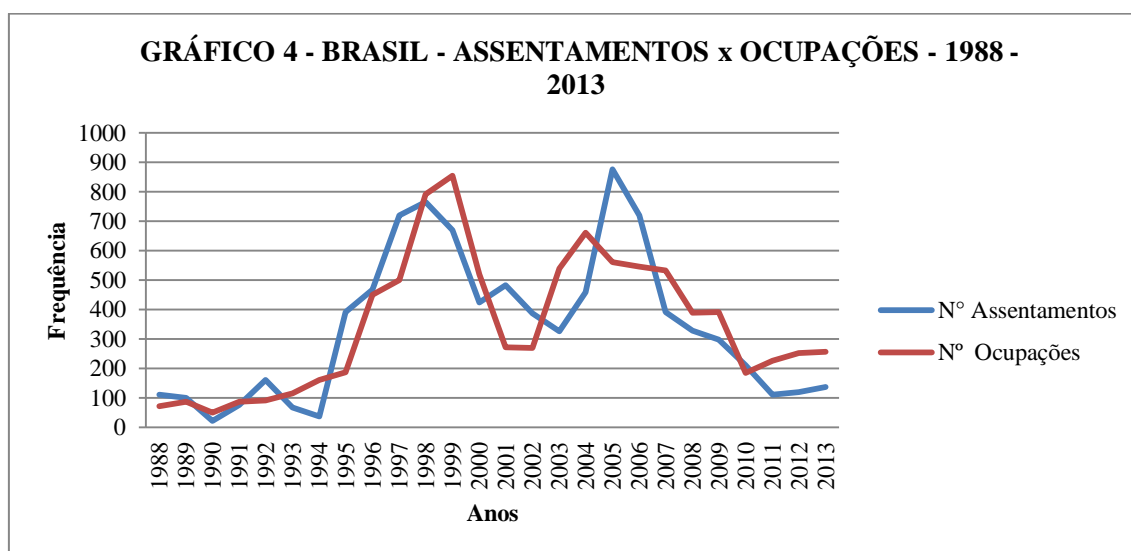
Em relação ao número de famílias assentadas, a região onde ocorreu o maior número foi na Norte, com 489.337 (44,8%). O estado que apresentou o maior número de famílias assentadas foi o Pará, com 283.341 (25,9%) famílias. Em relação à área ocupada pelos assentamentos rurais, a região Norte foi quem apresentou a maior extensão de área ocupada, 60.982.408 ha (74,6%).

Portanto, a região Norte aparece como destaque na análise da Tabela 3, tendo em vista que foi o local onde foram assentadas a maior parte das famílias e ocupando a maior área de assentamentos. Vale salientar que esses dados referentes ao número de famílias assentadas no Norte provavelmente estão inflados, pois como demonstra Oliveira (2007), era prática comum dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula considerar como novas famílias assentadas as famílias oriundas de “regularização fundiária”, “reassentamentos fundiários” de famílias atingidas por barragens e “reordenação fundiária”, sendo que estes casos ocorreram em um percentual bastante elevado na Região Norte.



Pelo Gráfico 3, verifica-se que até 1994 foram criados poucos assentamentos rurais. Entre 1995 e 2006 foi o período em que mais assentamentos foram criados, e entre 2007 e 2013 constatou-se um declínio muito grande no número de novos assentamentos, inclusive apresentando valores próximos à época anterior à 1995.

No intuito de discutir o número de assentamentos criados, foi construído um gráfico (Gráfico 4) mostrando, ao mesmo tempo, a trajetória do número de ocupações e do número de assentamentos criados no período entre 1988 e 2013.



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.
Elaboração: Costa Neto, A. de O.

Pelo Gráfico 4, fica explícito, de um modo geral, que o número de assentamentos criados no Brasil guarda certa semelhança com o número de ocupações. Algumas poucas ocorrências pontuais fogem da tendência. Percebe-se que em 2001, 2006 e 2007 foi criado um número de assentamentos proporcionalmente bem maior que as ocupações; por outro lado, entre 2011 e 2013 ocorreu o contrário, onde o número de ocupações foi bem superior ao de assentamentos.

No intuito de aprofundar as conclusões sobre a relação entre número de assentamentos criados e o número de ocupações realizadas, foi feito um estudo de correlação linear de Pearson³ (Tabela 4).

³ Trata-se de uma medida de associação que independe das unidades de medidas das variáveis, é representado pela letra **r**. Varia entre -1 e +1. Quanto maior a qualidade do ajuste (ou associação linear), mais próximo de +1 ou -1 estará o valor do coeficiente. Valores negativos indicam que as variáveis se deslocam em sentidos opostos, e valores positivos que se deslocam na mesma direção, ou seja, quando uma aumenta, a outra aumenta também, ou quando uma diminui, a outra diminui também. Valores de **r** próximos a -1 e a +1 indicam correlação forte. (MARTINS, 2002).

Tabela 4. Correlação entre o número de ocupações com o número de assentamentos criados no Brasil entre 1988 e 2013.

Relações	Valor de r	Tipo de correlação	Valor do teste t	Valor da probabilidade
Número de ocupações x Número de assentamentos	0,826606	Positiva	7,195557	0,00001*

* Valores significativos a 99% de confiança.

Analisando os resultados apresentados na Tabela 4, observa-se que para o período avaliado existe uma correlação positiva forte (valor de r próximo a 1) entre o número de ocupações e o número de assentamentos, que é comprovada pelo valor de t (valor significativo para t^4), o que permite concluir que existe uma relação entre o número de ocupações e o número de assentamentos criados: quando as ocupações aumentam a ocorrência de assentamento, tende a aumentar.

Diante do exposto, nota-se que a criação de assentamentos pode sofrer influência das ocupações, havendo duas hipóteses que podem explicar as relações: ou o ato das ocupações força o governo a criar assentamentos, ou os assentamentos são criados em função de ocupações que ocorreram no passado e que se tornaram acampamentos que exercem influência para que o governo crie assentamentos.

Fernandes (2003) ressalta que nosso país tem como marca histórica a luta pela reforma agrária movida por meio da luta pela terra, e que suas pesquisas têm demonstrado que a luta pela terra – que ele compreende como *uma política pública de caráter popular* – tem promovido, nas últimas décadas, grande pressão para que diversos governos implantassem diferentes políticas de assentamentos rurais.

Constata-se que essa política de criação de assentamentos ainda não é eficaz, não cumpre de certa forma o seu papel, prova disso é que durante os dois Planos Nacionais de Reforma Agrária as metas nunca foram atingidas. É por isso que Carvalho (2011) afirma que a criação de assentamentos rurais, a luta pela terra e a política de reforma agrária não caminham na mesma velocidade, cabendo aos movimentos sociais a manutenção do tema enquanto bandeira no debate político pelo uso da luta pela terra.

Assim, entende-se que as ocupações feitas pelos movimentos sociais devem

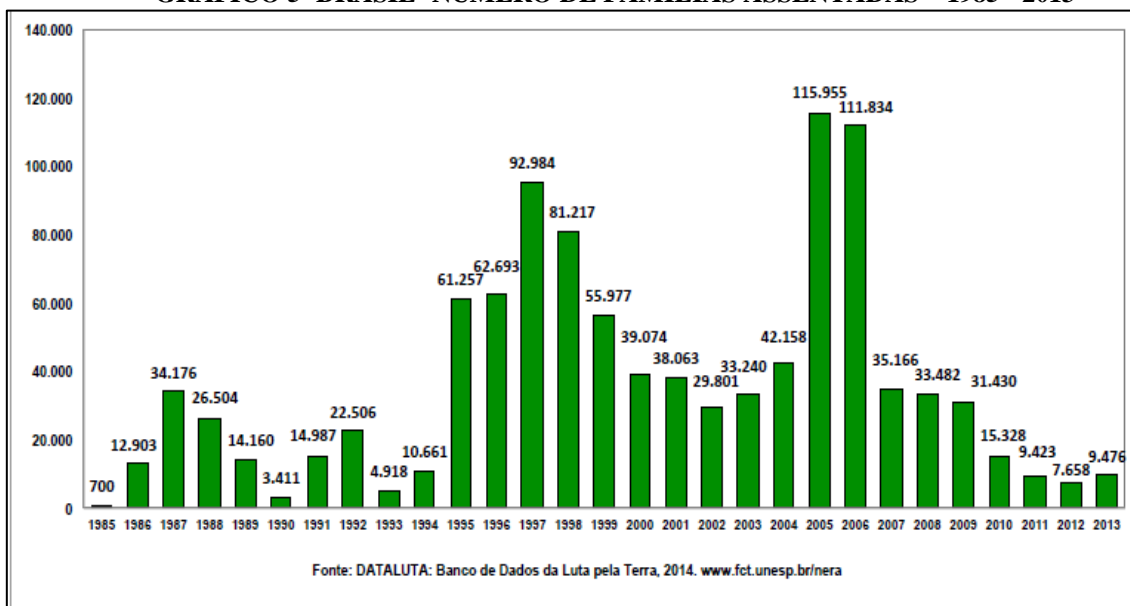
⁴ O teste t é um teste de hipótese que comprova ou não a existência da correlação ao nível de significância exigido, que normalmente varia de 95% de confiança, indicando resultado significativo, até 99% de confiança, indicando resultado altamente significativo (MARTINS, 2002).

continuar como bandeira para a criação de novos assentamentos. Sem o papel destes, não existiria nem de longe o número de assentamentos que existem na atualidade.

Nesse sentido, Mitidiero Junior (2011) afirma que o Estado, através dos seus sucessivos governos, não é o único e principal protagonista do surgimento dos Projetos de Assentamentos (PAs), a sociedade civil organizada em movimentos sociais no campo é quem pressiona o Estado para a realização de PAs. O mesmo autor conclui ainda que, sem a existência dos movimentos sociais reivindicatórios, não haveria assentamentos rurais espacializados por todo o território nacional.

Dessa forma, fica clara a importância dos movimentos sociais quando realizam ocupações e consequentemente pressionam o Estado a criar assentamentos rurais. É a sociedade civil forçando indiretamente o Governo a cumprir a lei e a formular políticas públicas. Os números demonstram que quando os movimentos diminuem as ações de ocupação de terras, o número de assentamentos criados pelos governos diminui.

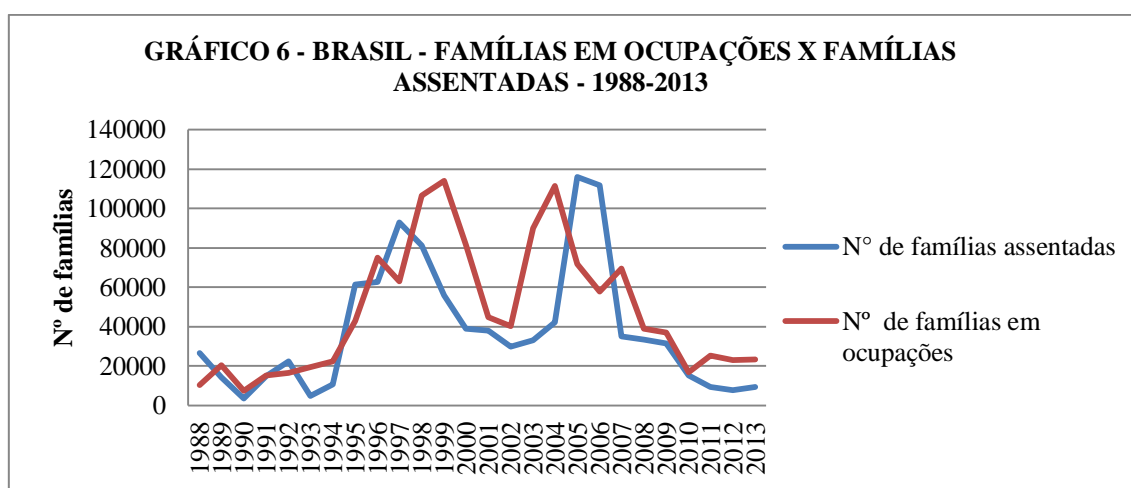
GRÁFICO 5- BRASIL- NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS – 1985 - 2013



Pelo Gráfico 5, observa-se que até 1994 poucas famílias foram assentadas diante da real necessidade; entre 1995 e 2006 foi o período em que mais famílias foram assentadas, e entre 2007 e 2013 ocorreu um declínio muito grande no número de famílias assentadas. A variação dos dados do número de famílias assentadas de acordo com os anos apresenta grande semelhança com a variação do número de assentamentos criados (Gráfico 3).

Assim, para a variação do número de famílias assentadas ficam valendo as mesmas observações feitas para o número de assentamentos criados. Salienta-se também que ambos guardam forte relação com a variação do número de ocupações e de famílias em ocupações, cujas variações ocorreram de acordo com os governos e as políticas adotadas em cada época, como vimos anteriormente. Assim, alguns governos usam a efetivação da lei de desapropriação para controlar as ocupações, o que reflete na criação de assentamentos.

No intuito de discutir a relação entre o número de famílias em ocupações e o número de famílias assentadas, foi construído um gráfico (Gráfico 6) mostrando ao mesmo tempo a trajetória das duas variáveis no período de 1988 a 2013.



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Elaboração: Costa Neto, A. de O. 2015.

De modo geral, o número de famílias em ocupações é sempre superior ao número de famílias assentadas (Gráfico 6). Poucas ocorrências pontuais fogem da tendência, por exemplo, entre 1999 e 2004, o número de famílias assentadas foi bem superior ao número de ocupações.

Vale ressaltar o recuo grande que ocorreu no número de famílias em ocupações e de famílias assentadas nos anos de 2001 e 2002. Essa queda é explicada por Girardi e Fernandes (2008) quando afirmam que o governo de Fernando Henrique Cardoso atingiu seu objetivo com a Medida Provisória 2.109-52 de 24 de maio de 2001, onde a criminalização das ações dos movimentos sociais ficou mais evidente, pois o texto prevê o impedimento, por dois anos, da vistoria de imóveis rurais onde tenham sido realizadas ocupações de terra e também exclui os trabalhadores que participam de ocupações de terra dos programas de reforma agrária. Com essas medidas coercitivas às

ações dos movimentos sociais de sem-terra, o número de famílias em ocupações diminuiu drasticamente e o número de famílias assentadas acompanhou esta queda (GIRARDI e FERNANDES, 2008).

No intuito de aprofundar as conclusões sobre a relação entre número de famílias em ocupações e o número de famílias assentadas, foi realizado um estudo de correlação linear de Pearson (Tabela 5).

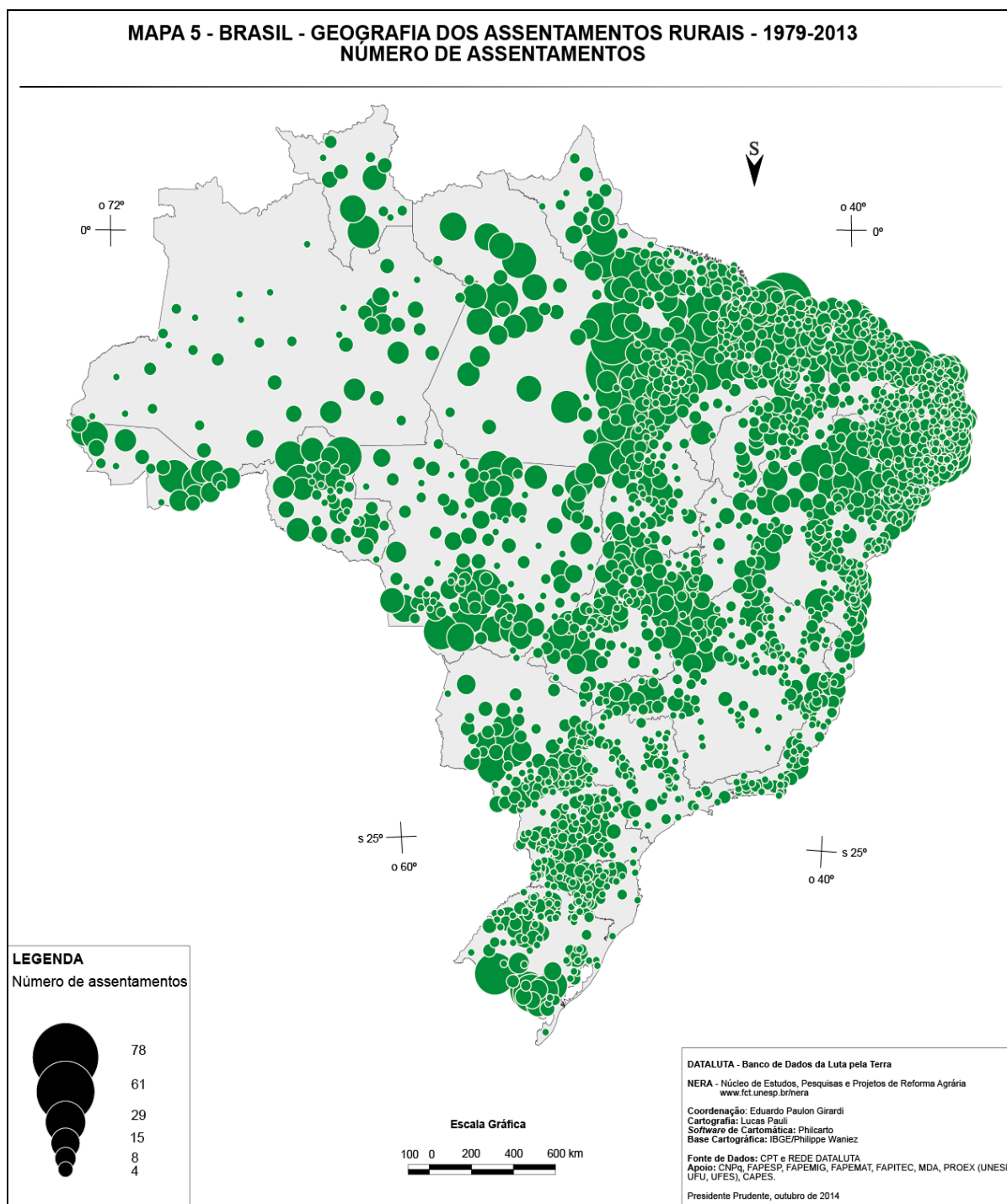
Tabela 5 – Correlação entre o número de ocupações e o número de assentamentos criados no Brasil entre 1985 e 2013.

Relações	Valor de r	Tipo de correlação	Valor do teste t	Valor da probabilidade
Número de famílias em ocupações x Número de famílias assentadas	0,990570	Positiva	36,14960	0,000001*

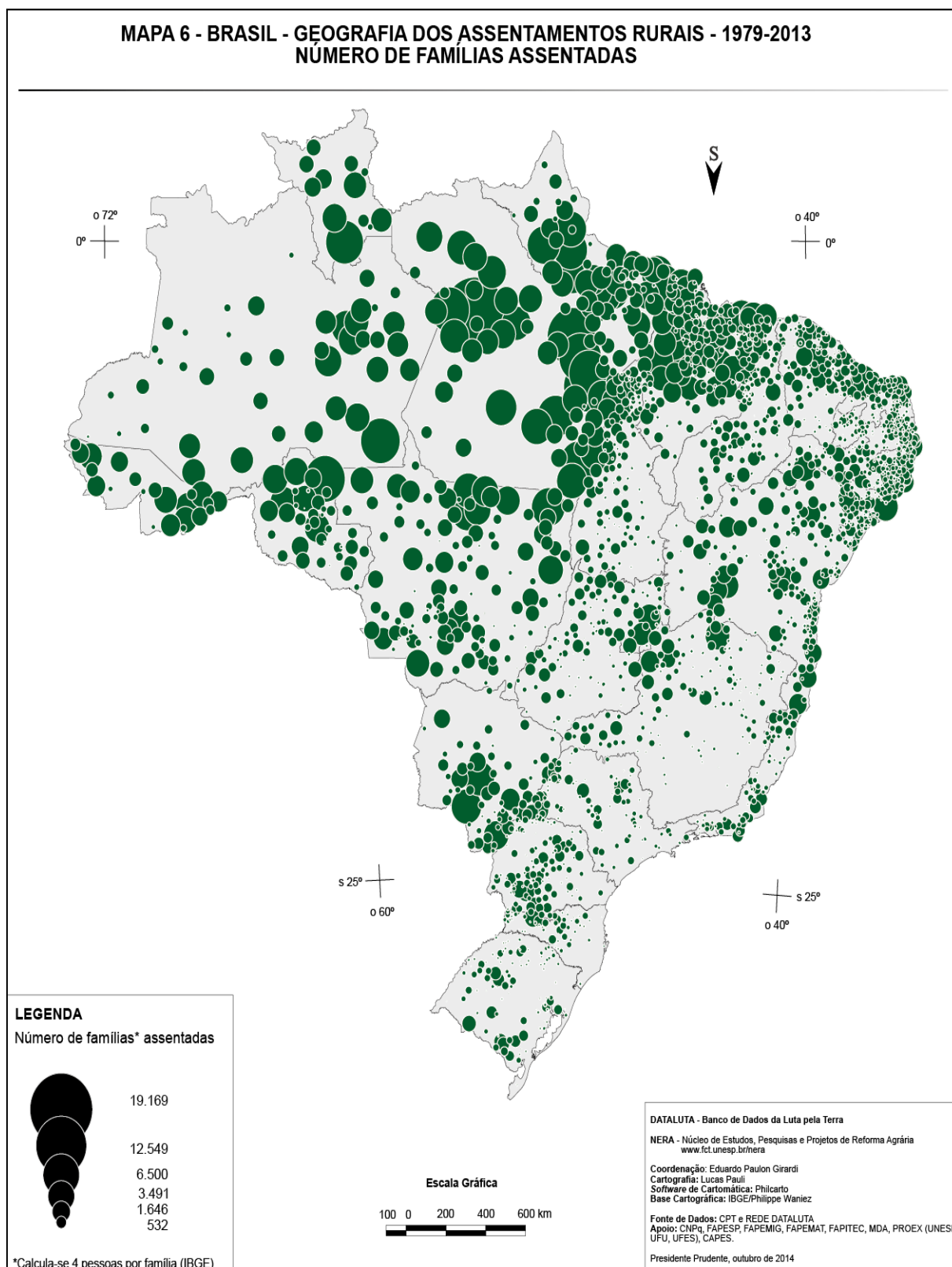
* Valores significativos a 99% de confiança.

Analisando os resultados apresentados na Tabela 5, observa-se que, para o período avaliado, existe uma correlação positiva forte (valor de **r** próximo a 1) entre número de famílias em ocupações e o número de famílias assentadas. Essa correlação é comprovada pelo valor de **t** (valor significativo para t), o que permite concluir que existe uma relação numérica entre o aumento do número de famílias em ocupações e o aumento do número de famílias assentadas.

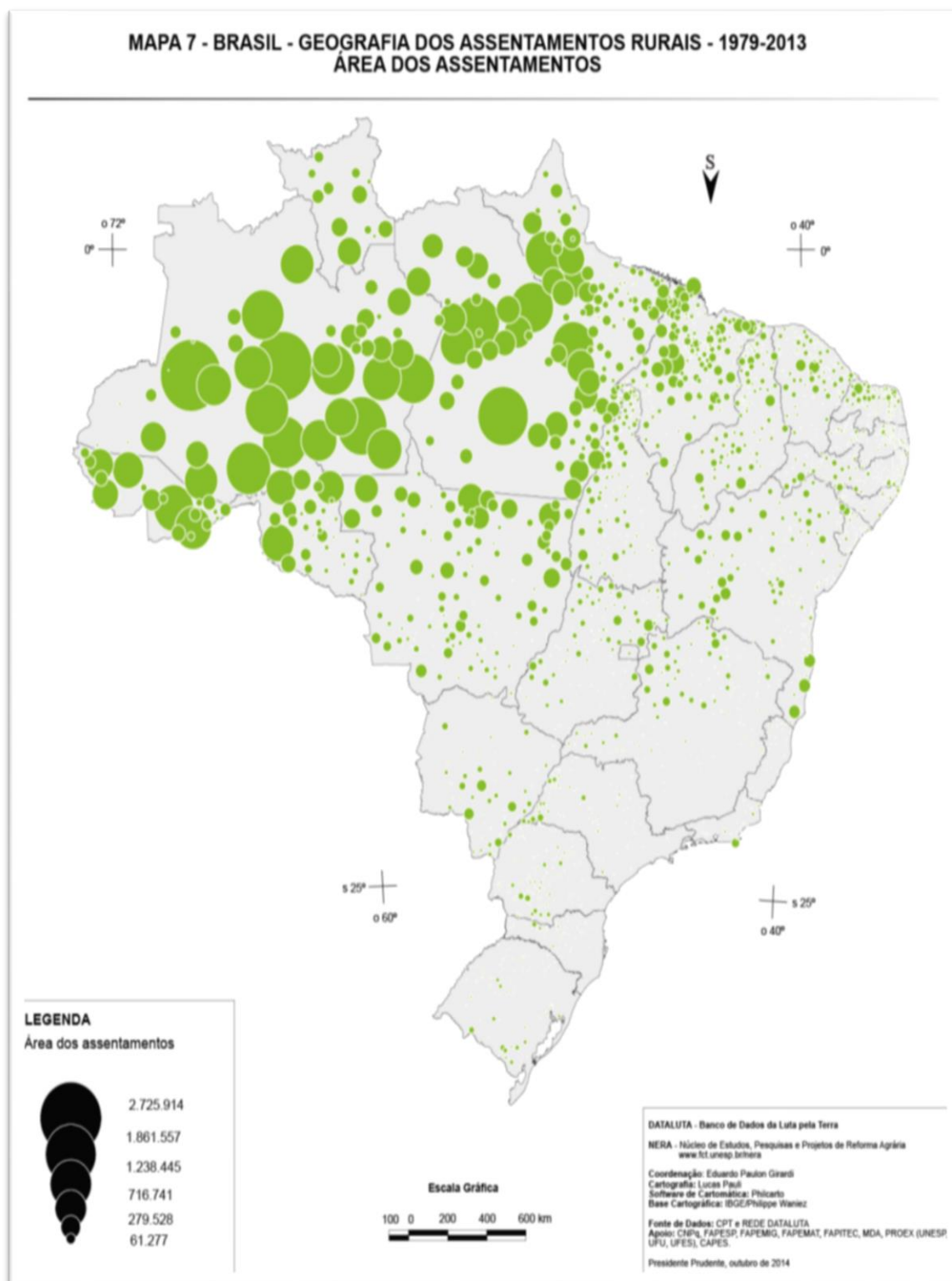
Vale ressaltar que as mesmas observações feitas para a relação entre número de ocupações com número de assentamentos criados são válidas para a relação que existe entre número de famílias em ocupações e de famílias assentadas.



Em relação à geografia dos assentamentos (número de assentamentos), verifica-se, pelo Mapa 5, que a maioria dos assentamentos se localiza no Nordeste e Centro Sul. Observa-se certo vazio no Norte.

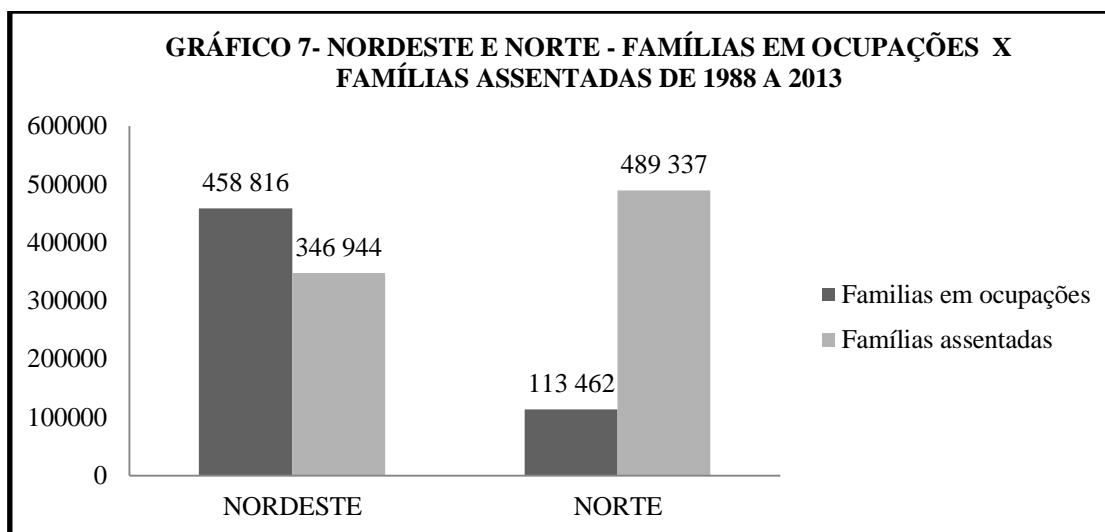


Em relação à geografia dos assentamentos (número de famílias assentadas), pelo Mapa 6 verifica-se que a maior quantidade de famílias assentadas se localiza no Norte e também no Maranhão.



O Mapa 7 mostra que a maior parte das áreas dos assentamentos se localiza na região Norte.

Conclui-se, pelos Mapas 5, 6 e 7, que a maioria das famílias assentadas e das áreas que compõem os assentamentos não estão localizadas onde se encontram a maioria dos assentamentos criados; esses até que foram criados nos locais onde existia um número significativo de ocupações (região Nordeste), porém, o maior número de famílias assentadas estava na região Norte, onde não ocorreu o maior número de ocupações. Em relação à área, até que se justifica no Norte uma área ocupada pelos assentamentos maior que em outras regiões, principalmente devido ao tamanho dos módulos fiscais, onde na região Amazônica estão localizados os maiores do Brasil.



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Elaboração: Costa Neto, A. de O. 2015

Pelo Gráfico 7 observa-se a grande falta de sincronia entre o local e número de famílias que fizeram ocupações e o local e número de famílias assentadas. O Nordeste apresentou 458.818 famílias em ocupações e foram assentadas 346.944 famílias, gerando um saldo negativo de 111.872 que estavam em ocupações. Por outro lado, no Norte estiveram 113.462 famílias em ocupações e foram assentadas 489.337 famílias, gerando um saldo positivo na região de 375.875 famílias assentadas que não estavam entre as famílias que fizeram ocupações.

Essa discrepância observada nos dados é explicada por Oliveira (2007). Como comentado anteriormente, o autor concluiu que o Governo FHC e Lula “inflaram” o número de famílias assentadas, principalmente no Norte.

Tabela 6 – Brasil – Número de assentamentos – 2013

Região/UF	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
NORTE	28	20,6	2.155	22,7	109.049	34,1
AC	0	0,0	0	0,0	0	0,0
AM	0	0,0	0	0,0	0	0,0
AP	3	2,2	320	3,4	4.857	1,5
PA	12	8,8	929	9,8	79.016	24,7
RO	8	5,9	579	6,1	13.242	4,1
RR	1	0,7	45	0,5	2.005	0,6
TO	4	2,9	282	3,0	9.929	3,1
NORDESTE	82	60,3	5.231	55,2	124.780	39,0
AL	2	1,5	70	0,7	668	0,2
BA	22	16,2	2.564	27,1	48.043	15,0
CE	9	6,6	245	2,6	13.221	4,1
MA	28	20,6	1.710	18,0	48.886	15,3
PB	3	2,2	80	0,8	2.361	0,7
PE	14	10,3	371	3,9	7.100	2,2
PI	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RN	1	0,7	86	0,9	2.507	0,8
SE	3	2,2	105	1,1	1.994	0,6
CENTRO-OESTE	6	4,4	439	4,6	13.944	4,4
DF	0	0,0	0	0,0	0	0,0
GO	5	3,7	268	2,8	11.452	3,6
MS	1	0,7	171	1,8	2.492	0,8
MT	0	0,0	0	0,0	0	0,0
SUDESTE	16	11,8	1.400	14,8	67.994	21,3
ES	1	0,7	15	0,2	139	0,0
MG	4	2,9	173	1,8	7.212	2,3
RJ	1	0,7	600	6,3	51.601	16,1
SP	10	7,4	612	6,5	9.042	2,8
SUL	4	2,9	251	2,6	4.085	1,3
PR	2	1,5	201	2,1	3.148	1,0
RS	1	0,7	14	0,1	268	0,1
SC	1	0,7	36	0,4	669	0,2
BRASIL	136	100	9.476	100	319.852	100

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. www.fct.unesp.br/nera

Verifica-se, pela Tabela 6, que em 2013 o maior número de assentamentos foi criado no Nordeste, com 82 assentamentos (60,3%), assim como o maior número de famílias assentadas, 5.231 (55,2%) e a maior área ocupada pelos assentamentos, 124.780 hectares (39%). O estado que teve o maior número de assentamentos criados foi o Maranhão, com 28 (20,6%); na Bahia ocorreu o maior número de famílias assentadas, 2.564 com 27,1%, e a maior área ocupada com os assentamentos aconteceu no Pará, com 79.016 (27,7%).

Em relação à Bahia, foi o segundo estado que apresentou o maior número de assentamentos em 2013, num total de 22 assentamentos, só ficando atrás do Maranhão. A Bahia foi o primeiro em relação ao número de famílias assentadas, e em relação à área apresentou menos que Pará, Maranhão e Rio de Janeiro.

Diante do baixíssimo número de assentamentos criados no Brasil em 2013 (136 assentamentos), a Bahia apresentou situação relevante com a implantação de 22 assentamentos (16,2%), com 2.564 famílias assentadas (27,7%). Esses assentamentos provavelmente não foram criados em virtude das ocupações no ano, pois, como já discutido, em 2013 o maior número de ocupações foi realizado por indígenas reivindicando demarcação das terras, portanto apresentando um caráter diferente das ocupações pelos movimentos sociais de luta pela terra. Provavelmente esse número de assentamentos criados foi em decorrência de luta antiga pela terra.

Em 2013, o número de assentamentos rurais criados no Brasil foi considerado muito baixo. Notou-se um pequeno aumento em relação a 2012, mas o crescimento foi tão pequeno que não transmitiu segurança na retomada do número significativo da criação de assentamentos para os anos posteriores.

A partir do Quadro 1, será feita a análise dos dados referentes aos movimentos sociais. O Quadro 1 apresenta apenas os sete mais atuantes.

Quadro 1 - Brasil - Movimentos socioterritoriais mais atuantes e estados onde atuaram em 2000-2013⁵.

Nº	SIGLA	MOVIMENTO SOCIAL	ESTADOS
1	FRUTO DA TERRA	Fruto da Terra	DF, GO, MG, MS, PA, PE, PI, SP
2	LCP	Liga dos Camponeses Pobres	AL, CE, GO, MG, PA, RO, SP
3	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	AL, GO, MG, PE, PR, RN, SP
4	MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas	AC, AL, BA, MS, PR, RJ, RS, MG, SP
5	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SE, SP, TO
6	MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	AL, BA, GO, MG, PB, PE, RJ
7	OTC	Organização dos Trabalhadores no Campo	CE, MG, PA, PR, RO, RS, SP, TO, GO
8	VIA CAMPESINA	Via Campesina	BA, MG, PB, PE, PI, PR, RS, SP, TO

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2014. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Org.: Costa Neto, A. de O.

⁵ 123 movimentos atuaram no Brasil no período de 2000 a 2013. No quadro foi apresentado os que atuaram em mais de cinco estados.

Dos 123 movimentos que atuaram no Brasil de 2000 a 2013, o que mais se destacou foi o MST, com participação em 18 estados (Quadro 1). Dos oito mais ativos no Brasil, três atuaram na Bahia: MST, Movimentos Indígenas e Via Campesina.

Quadro 2 - Movimentos socioterritoriais que atuaram na Bahia em 2000-2013

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO
1	CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados
2	COOTERRA	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
3	CTV	Centro Terra Viva
4	FATRES	Fundação de apoio aos trabalhadores rurais e agricultores familiares da região do Sisal e semiárido da Bahia
5	FTL	Frente de Trabalhadores Livres
6	MLT	Movimento de Luta pela Terra
7	MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas
8	MRC	Movimento Resistência Camponesa
9	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
10	MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
11	MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
12	OLC	Organização da Luta no Campo
13	RACAA-SUL	Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia
14	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
15	VIA CAMPESINA	Via Campesina
16	FLTDC	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2014. www.fct.unesp.br/nera. Org.:Costa Neto, A. de O.

Na Bahia, entre 2000 e 2013 atuaram 16 movimentos sociais de luta pela terra (Quadro 2). Vale ressaltar que a CPT também atuou na Bahia, mas de forma indireta, atuando mais na organização que na mediação, como foi o caso de Esplanada na Bahia. O MST, sem dúvidas, foi o movimento mais atuante na Bahia neste período.

Quadro 3- Movimentos socioterritoriais que atuaram no Brasil em 2013

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	ESTADOS
1	ATR	Associações de Trabalhadores Rurais	RO
2	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	PA
3	CPT	Comissão Pastoral da Terra	PB, PE
4	CUT	Central Unica dos Trabalhadores	AC, DF, SP
5	FAF	Fórum de Agricultura Familiar	DF
6	FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	DF, GO
7	FLTDC	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania	BA
8	FTL	Fetere de Trabalhadores Livres	BA
9	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	TO
10	MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra	SP
11	MATR	Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais	DF
12	MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra	DF
13	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	AL, MG, PR, TO
14	MOQUIBOM	Movimento Quilombola	MA
15	MOVIMENTOS INDIGENAS	Movimentos Indígenas	AC, AL, BA, MS, PR, RJ, RS, MG, SP
16	MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais	MG
17	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SE, SP, TO
18	MST da Base	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da Base	SP
19	MTAA-MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso	MT
20	MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	AL, DF
21	MVTC	Movimento Volta dos Trbalhadores ao Campo	GO
22	OI	Organização Independente	AC, MG, PR, RO
23	QUILOMBOLAS	Quilombolas	MG, RS
24	TERRA LIVRE	Movimento Popular do Campo e da Cidade	GO, MS
25	VIA CAMPESINA	Via Campesina	BA
26	VT	Via do Trabalho	AL

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2014. www.fct.unesp.br/nera

Em 2013, apenas 26 movimentos sociais atuaram na luta pela terra com destaque para o MST (atuação em 18 estados) e para os Movimentos Indígenas (atuação em 9 estados) (Quadro 3).

Quadro 4 - Movimentos socioterritoriais que atuaram na Bahia em 2013.

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO
1	FLTDC	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania
2	FTL	Frente de Trabalhadores Livres
3	MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas
4	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
5	VIA CAMPESINA	Via Campesina

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2014. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.
Org.:Costa Neto, A. de O.

Em 2013, apenas cinco movimentos atuaram na Bahia (Quadro 4). Neste momento, constatou-se uma redução da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil. Entre 2000 e 2013, atuaram na luta pela terra 123 movimentos, sendo que oito deles atuavam em mais de sete estados individualmente. Em 2013, apenas 26 movimentos atuaram e apenas dois em mais de sete estados individualmente (Quadro 3), ou seja, ocorreu uma redução forte do número de movimentos atuando e também em relação aos estados que atuavam.

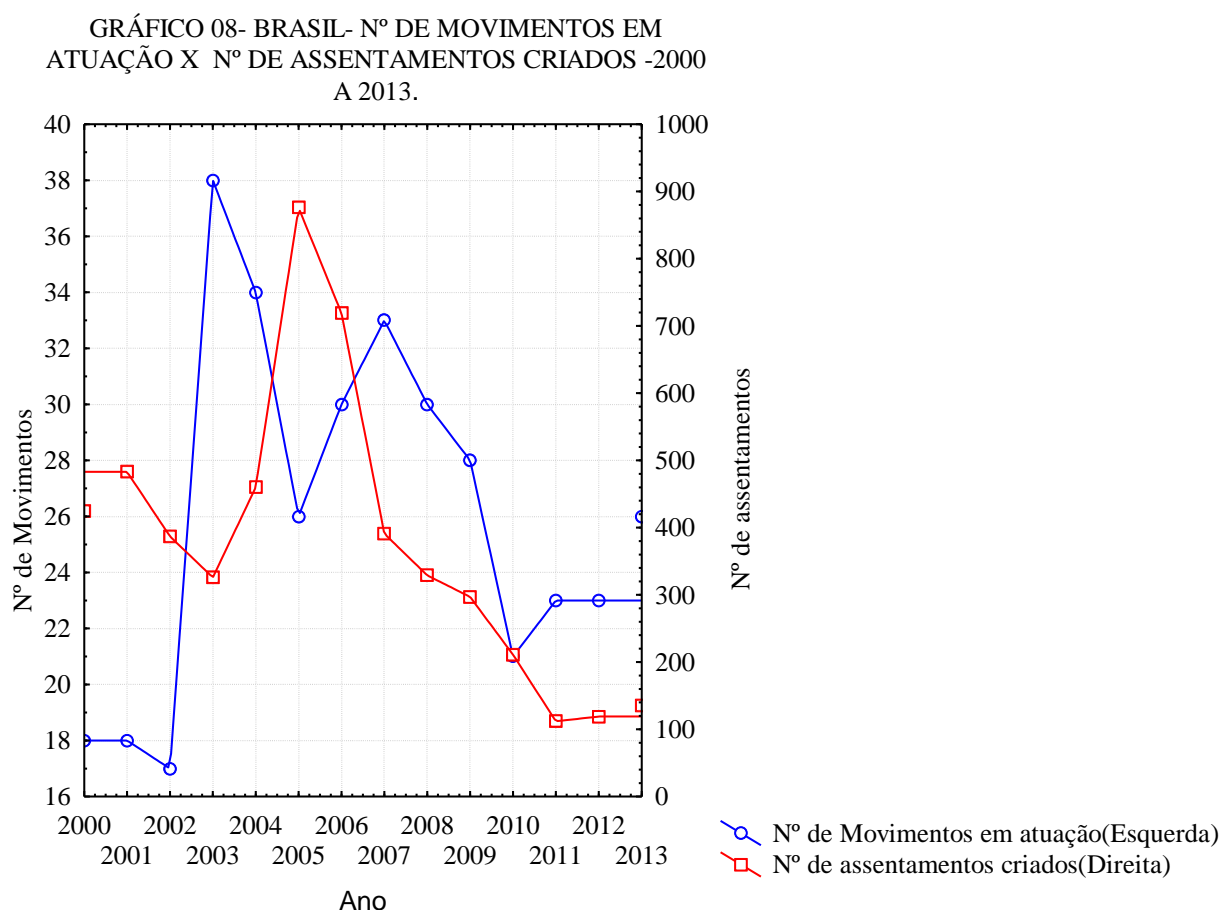
Observa-se pelo Quadro 5 que, no ano de 2003, ocorreu o maior número de movimentos atuando no Brasil: 38 movimentos. Em 2013 ocorreram apenas 26, ou seja, 31,58% de redução em relação a 2003. Tal constatação possivelmente se explica frente ao entusiasmo da chegada ao governo federal do Partido dos Trabalhadores nesse ano. A posse de Luiz Inácio Lula da Silva certamente instigou as ações dos movimentos que viam no novo governo um aliado da reforma agrária. É válido lembrar que, para assombro dos ruralistas, o presidente Lula vestiu um boné do MST no primeiro ano do seu mandato.

Quadro 5 - Brasil - Número e nome de movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações por ano no período de 2000 a 2013.

ANOS	MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS	QUANTIDADE
2000	CAA, CONTAG, COOTERRA, CPT, CUT, FETRAF, LOC, MBUQT, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTR, MTRST, MTRSTB, MTRUB, UFT.	18
2001	ACRQBC, ACUTRMU, ASA, ATUVA, CLST, CONTAG, CPT, CUT, LCC, LOC, MAB, MLST, MLSTL, MLT, MSST, MST, MT, MTR.	18
2002	CCL, CETA, CLST, CONTAG, CPT, LCP, LOC, MAST, MCC, MCST, MLT, MST, MSTR, MUST, MUT, RACAA-SUL, USST.	17
2003	CAR, CETA, CONTAG, CPT, FERAESP, FETRAF, GRUPO XAMBRE, LCP, LOC, MAB, MAST, MLST, MLT, MLTRST, MMA, MNF, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MSO, MSST, MST, MSTA, MSTR, MTA, MTAA-MT, MTB, MTBST, MTL, MTR, MTSTCB, MUB, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, SINPRA, ST, STL, UAPE, VIA CAMPESINA.	38
2004	ACRQBC, ADT, ARST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MMA, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MPT, MSONT, MSST, MST, MTB, MTD, MTL, MTR, MTRSTP, MTS, MTST, MTV, MUST, MUT, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, VIA CAMPESINA.	34
2005	ACRQBC, AMPA, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, FST, LCP, MAST, MCNT, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MPRA, MST, MTA, MTD, MTL, MTR, MUB, OAC, OLC, QUILOMBOLAS, TUPÁ 3E.	26
2006	ACRQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, FRUTO DA TERRA, FUVI, LCP, LOC, MAB, MAST, MATR, MBUQT, MLST, MLT, MMA, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPRA, MPST, MST, MTAA-MT, MTD, MTL, OITRA, QUILOMBOLAS, TUPÁ 3E, UNIDOS PELA TERRA, VIA CAMPESINA.	30
2007	ACRQ, ASTECA, ASTST, CETA, CONAQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CTV, CUT, FERAESP, FETRAF, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MLUPT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MPRA, MPST, MST, MTA, MTB, MTL, MTRST, MTST, OITRA, OLST, UNITERRA, UST, VIA CAMPESINA.	33
2008	AST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FATRES, FERAESP, FETRAF, LCP, MAST, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MRC, MST, MST DA BASE, MTB, MTD, MTL, MTL-DI, MTP, MTRSTB, MTST, OLST, QUILOMBOLAS, RC, UNASFP, UNITERRA, VIA CAMPESINA.	30
2009	AMIGREAL, ASPARMAB, AST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, GERAIZEIROS, LCP, MAB, MAST, MATR, MCP, MLST, MLT, MMC, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MST, MST da Base, MTD, MTL, MTST, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, UNITERRA.	28
2010	ABUST, CETA, CODEVISE, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, MCP, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MST, MST da Base, MSTR, MTL, MTR, MTST, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA.	21
2011	ATR, CETA, CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, MAB, MAST, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPRA, MST, MST da Base, MTD, MTL, MTST, OI, QUILOMBOLAS, UNITERRA, Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e das Terras Crescentes, VIA CAMPESINA.	23
2012	ATR, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, LCP, MAST, MATR, MCR, MLST, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MRC, MST, MST da Base, MST Independente, MTL, MTTDS, OI, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT.	23
2013	ATR, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FETRAF, FLTDC, FTL, MAB, MAST, MATR, MBST, MLST, MOQUIBOM, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPP, MST, MST da BASE, MTAA-MT, MTL, MVTC, OI, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT	26
Total no período¹ = 124		
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2014. www.fct.unesp.br/nera		

Entretanto, os anseios dos movimentos sociais em 2003 não foram levados à frente pelo governo federal. A constatação que pode ser feita a partir da análise dos dados é que o número de assentamentos criados caiu em 58,28% (Gráfico 3) quando comparado ao ano de 2003 para 2013, uma redução bem mais acentuada que a redução da atuação do número de movimentos sociais, que foi de 31,58%; esse resultado é um indicativo de que o número de assentamentos criados não ocorre na mesma intensidade que o número de movimentos em atuação, mas sim a partir das diferentes conjunturas políticas, sobretudo no nível federal.

No intuito de avaliar melhor a relação entre o número de movimentos em atuação e o número de assentamentos criados, foi elaborado um gráfico (Gráfico 8) e uma tabela de correlação (Tabela 9) entre 2000 e 2013.



Pelo Gráfico 8 visualiza-se que, em alguns momentos, existe uma pequena tendência de que, quando diminui o número de movimentos, também diminui o número de assentamentos criados, isso se percebe melhor entre os anos de 2007 a 2010. Em outros períodos, nem sempre essa relação foi muito clara. A conjuntura política de momento exerce grande influência na variação dos dados, por isso nem sempre os dados mostram tendências de forma clara.

Procurando entender melhor a relação entre o número de movimentos em atuação e o número de assentamentos criados entre 2000 e 2013, foi feito um estudo de correlação para o período (Tabela 7).

Tabela 7 - Correlação entre o número de movimentos em atuação e o número de assentamentos criados no Brasil entre 2000 e 2013.

Relações	Valor de r	Tipo de correlação	Valor do teste t	Valor da probabilidade
Número de movimentos em ocupações x Número de assentamentos criados	0,122015	Positiva	0,425855	0,677752*

* Valores não significativos a 95% de confiança.

Analisando os resultados apresentados na Tabela 7, observa-se que, para o período avaliado, existe uma correlação positiva fraca (valor de r próximo a zero) entre o número de movimentos em atuação e o número de assentamentos criados, que é comprovada pelo valor de t (valor não significativo para t), o que permite concluir que existe uma relação numérica de crescimento ou de diminuição entre as duas variáveis, mas não é de forma tão clara. De fato existem períodos em que o número de movimentos em atuação é relativamente alto, como 2007, 2008 e 2009 (33 movimentos, 30 e 28 respectivamente), e o número de assentamentos criados não acompanhou essa tendência (391 assentamentos, 329 e 297, respectivamente). Outro período que se afasta da tendência é o de 2012 e 2013, com 23 e 26 movimentos atuando, e só 119 e 136 assentamentos criados respectivamente, ou seja, o número de assentamentos criados está bem abaixo, **proporcionalmente**, em relação ao número de movimentos em atuação.

Por essa constatação e a de que as ocupações têm uma influência na criação do número de assentamentos (Tabela 5), afirma-se que o número de movimentos em atuação não é tão importante quanto o número de ocupações. A existência do movimento em si não pressiona os governos a criarem assentamentos, mas a sua atuação

(como a organização de ocupações), é que exerce mais influência na criação de assentamentos. Em outras palavras, o que importa são as ações dos movimentos que contestam os latifúndios. Como se costuma escutar de militantes de movimentos, *“sem ação não há movimento”*.

A atuação dos movimentos sociais está muito relacionada à conjuntura socioeconômica e política do momento. Gohn (2004) afirma que os movimentos sociais são sujeitos históricos decorrentes de diversas lutas sociais. São ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

A atuação dos movimentos sociais de luta pela terra depende também dos seus reais objetivos, e estes são muito ligados à sua gênese. Ainda no governo militar, apresentava inicialmente mais visibilidade na luta pela terra a CPT e o MST. Nesse sentido, Fernandes (2001) comentou que desde a década de 1970 o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

No início, a CPT apostou no fortalecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Como estes não correspondiam a todas as expectativas dos camponeses, especialmente na luta pela terra, foram nascendo vários outros movimentos além do MST, como o CETA (Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados e Quilombolas da Bahia), o MLT (Movimento de Luta pela Terra), MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), MTL (Movimento Terra e Liberdade), etc. Todos com objetivo principal da reforma agrária e da dignidade do homem e da mulher no campo (CPT, 2015).

Observa-se que inicialmente destacam-se a CPT e o MST, mas logo depois surgiram muitos movimentos. Como vimos anteriormente (Quadro 5), em 2003 chegaram a atuar 38 movimentos na luta pela terra.

Mitidiero Junior (2002) elencou uma série de hipóteses explicativas pelas quais surgem alguns novos movimentos de luta pela terra, de forma sucinta são apresentados a seguir:

- Estes novos movimentos surgem a partir de dissidências (rachas) internos a um movimento, por exemplo, o MBST em relação ao MST.

- Há a formação de novos movimentos constituídos por trabalhadores rurais e camponeses que veem na organização destes trabalhadores perspectivas de conquistar a terra.

- Produtos da espacialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

- Desapropriações sucessivas feitas pelo governo acabam influenciando na formação de novos movimentos.

- Novos movimentos surgem a partir de "modismos de ação".

- Os novos movimentos surgem aliados a motivos escusos (possivelmente aliados do governo), como o retalhamento da luta pela reforma agrária e o combate aos movimentos que fazem ações efetivas para realização da reforma agrária.

- Esses novos movimentos surgem formados ou aliados a sindicatos, partidos políticos e a líderes/militantes políticos de oposição ao governo atual.

- Os novos movimentos surgem a partir da crise econômica e social materializada na miséria e no desemprego urbano.

Diante de tal situação, Mitidiero Junior (2002) concluiu que o processo de formação desses movimentos é diversificado e diferente do processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que seguiu, na sua formação, o processo de gênese cumulativa de conquistas, embora muitos tenham surgido de rachas dele.

Pietrafesa (2014), em relação à diversidade de organizações e movimentos sociais, levanta três hipóteses:

- Primeira: A diversidade de ação do capital provoca reações organizativas de atores sociais que antes pouco se destacavam.

- Segunda: a partir dos conceitos de Movimentos Sociais indicados por Scherer-Warren (1987), Gohn (2008) e Pedon (2013), dentre os autores, tem ocorrido fragmentação nos projetos, nas ideologias, na direção e nas formas de ação dos movimentos.

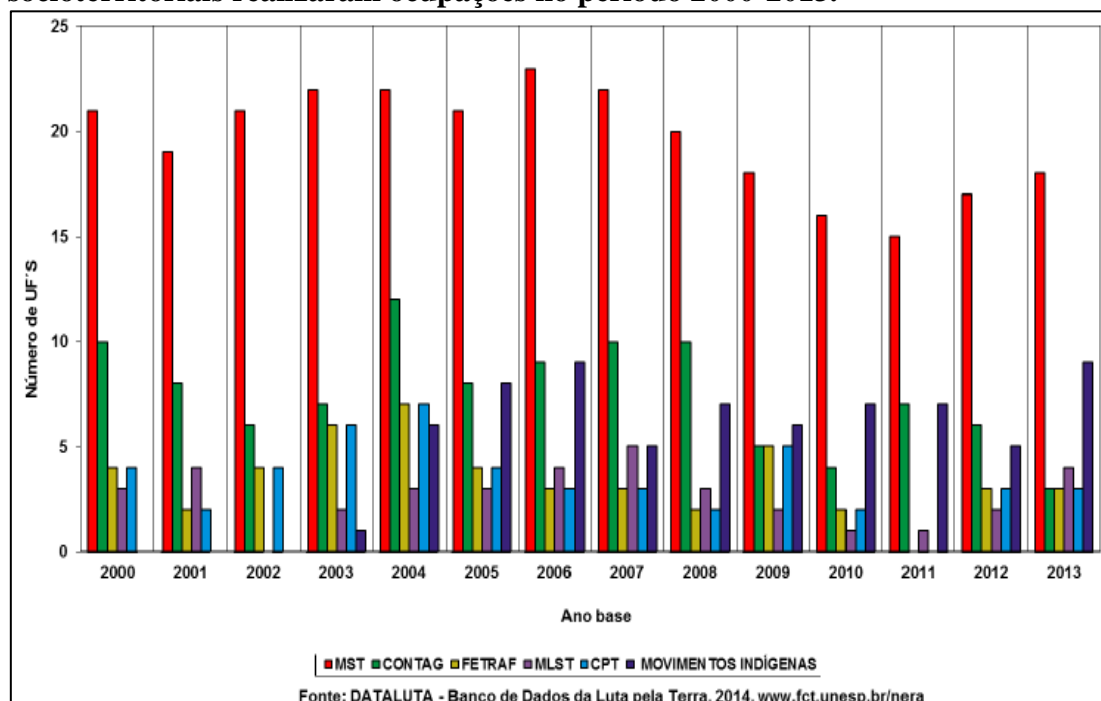
- Terceira: com a extensão geográfica do Brasil, dificilmente uma organização, ou mesmo poucas organizações do campo, dariam conta da nova diversidade de conflitos pela posse e uso do solo.

É evidente que os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra surgem por diversos fatores. Assim, a atuação de cada um e sua espacialização dependem muito de seus objetivos quando da formação, e estes estão ligados à conjuntura socioeconômica e política de momento. É completamente aceitável que **um** movimento atue de forma mais eficaz e abrangente em uma determinada época do que outros **quatro**, por exemplo, na mesma época. Por isso nem sempre o número de assentamentos criados está relacionado ao número de movimentos em atuação.

Entende-se também que o MST e a CPT apresentaram uma influência forte no surgimento de outros movimentos, ainda que alguns apresentem direção, atuação e ideologia diferentes, e até mesmo oposição a esses movimentos.

O Gráfico 9 apresenta a quantidade de unidades da federação em que os principais movimentos fizeram mais ocupações.

Gráfico 9– Brasil - Número de unidades da Federação - UF onde os movimentos socioterritoriais realizaram ocupações no período 2000-2013.



Quanto ao número de estados em que os movimentos territoriais atuam (Gráfico 9), observa-se que, entre 2000 e 2013, o MST se destacou em todos os anos da pesquisa. Depois disso, a CONTAG, entre 2000 e 2008, e, a partir de 2005, observa-se também um crescimento dos Movimentos Indígenas. A FETRAF, o MLST e a CPT variam

muito em número de estados que atuam ao longo dos anos, mas de um modo geral sempre abaixo do MST, CONTAG e Movimentos Indígenas.

Chama atenção a forte atuação do MST em todo o período de estudo e depois a atuação dos Movimentos Indígenas a partir de 2003, sendo em alguns anos mais atuante que a CONTAG.

Na Prancha 1, temos a geografia do número de famílias em ocupações de acordo com os movimentos sociais.

O MST atua praticamente em todo o Brasil, com menos destaque para o Norte. A CONTAG praticamente atua onde atua o MST, porém com menor intensidade, principalmente na Bahia e no Rio Grande do Sul. A FETRAF atua mais no Nordeste, nos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Pernambuco, e também no Mato Grosso do Sul. O MLST e a CPT apresentam muita semelhança com a área de atuação da FETRAF. Os Movimentos Indígenas atuam com destaque no Sul do Mato Grosso do Sul, Sul da Bahia e alguns pontos isolados principalmente do Nordeste.

PRANCHA 1 - BRASIL - GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS - 2000-2013
FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES

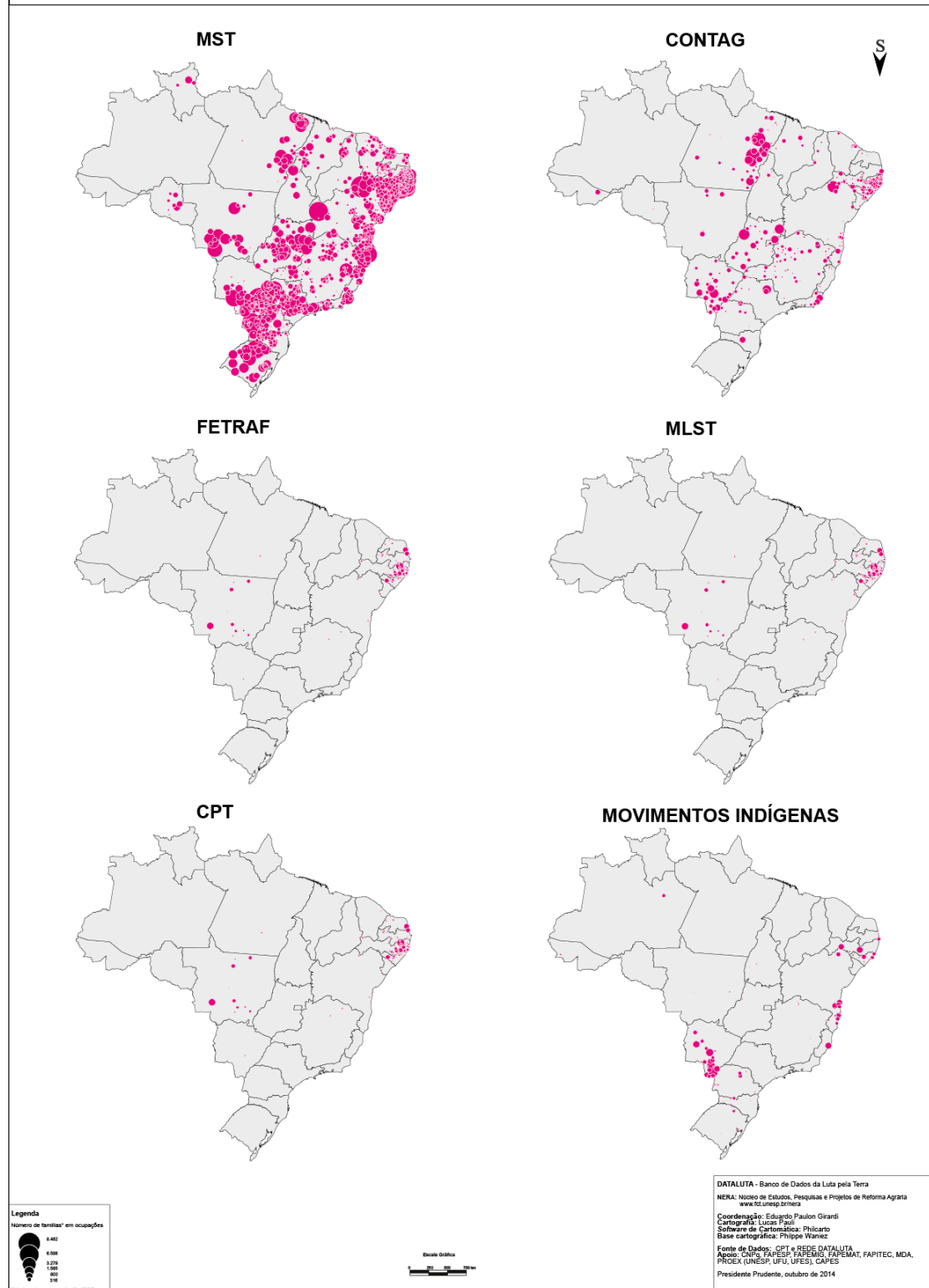
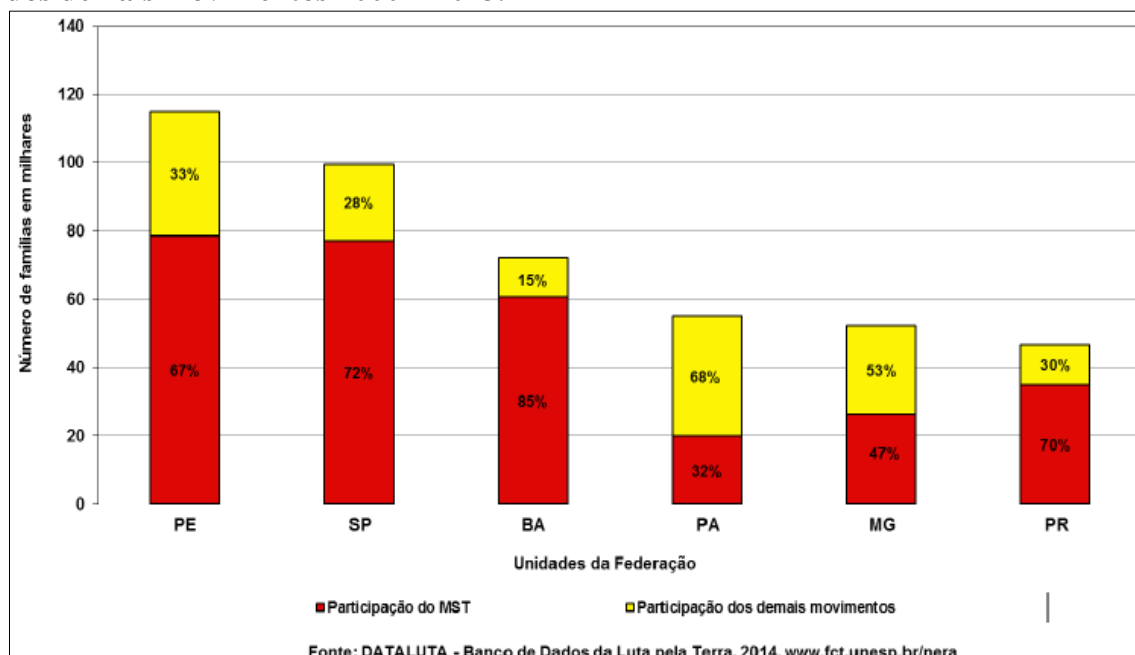


Gráfico 10 – Brasil – Número de famílias em ocupações – Participação do MST e dos demais movimentos 2000 – 2013.



Observando a participação do MST em relação aos outros movimentos em seis estados (Gráfico 10) conclui-se que nos estados de PE, BA, SP e PR o MST representa mais de 50% das famílias participantes em relação a outros movimentos, enquanto que apenas no Pará e em Minas Gerais é menos que 50%.

Vale salientar que na Bahia essa participação chega a 85%, o restante, 15%, foram atuação de famílias envolvidas em outros 15 movimentos conforme observado no Quadro 2. Essa constatação só reafirma a posição de que o número de movimentos em atuação não tem a mesma importância que a forma de atuação dos movimentos. O trabalho desenvolvido pelo MST em alguns estados supera a soma de todos os outros juntos.

O MST foi oficialmente fundado no Brasil em janeiro de 1984, mas a partir do I Congresso Nacional realizado no ano de 1985, em Curitiba -PR, é que foram elaborados os objetivos e princípios organizativos do movimento. Nessa ocasião, o conjunto dos trabalhadores envolvidos decidiram expandir a luta para diversos estados do país. As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 1998).

No estado da Bahia, diversas lutas precederam o surgimento do MST. Essas lutas foram violentamente reprimidas, a exemplo da Revolta do Malês em 1835, da Guerra de Canudos de 1894 a 1897, entre outros referenciais de luta e resistência popular (OLIVEIRA, 2010).

Em 1986, foram enviados alguns militantes do MST vindos do Sul do país para a Bahia com o propósito de realizarem contatos com lavradores sem terra, com grupos de base da Igreja Católica (principalmente a Pastoral da Juventude) e com sindicatos (STR) na Região Extremo Sul. Ainda nesse ano, foi realizada a primeira assembleia regional do MST na cidade de Itamaraju, com a participação de cerca de 120 lavradores sem terra (Oliveira, 2010b).

Araújo (2010), com base no Relatório da Assembleia (MST, 1986), relata que durante essa assembleia definiram-se três pontos de orientação:

- A Reforma Agrária se faria com mobilização e, a partir daquela data, se trabalharia no sentido de ocupar terras improdutivas ou devolutas na Região. Para tanto, haveria necessidade imediata de organizar as áreas de conflito em todo o Estado;
- Era necessário desenvolver um plano conjunto com os sindicatos e outros Movimentos Populares;
- A organização das ocupações seria a forma de pressão popular utilizada para garantir a aplicação do PNRA, lançado em 1985 pelo Governo Federal.

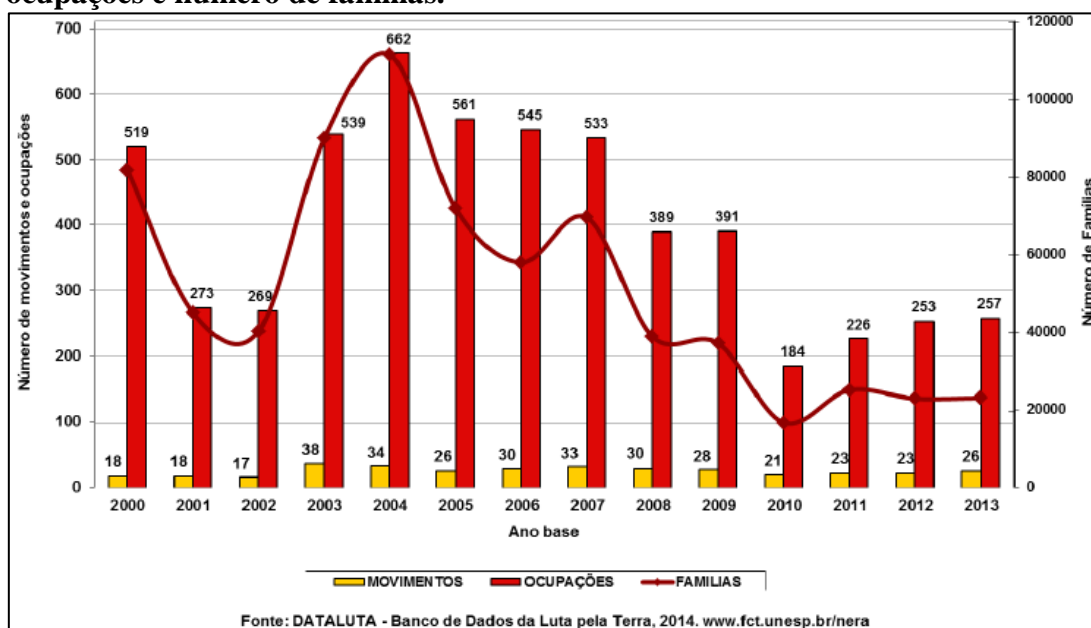
Assim foi o surgimento do MST na Bahia. Em 2010, Oliveira (2010) afirmou que o MST, em 23 anos de história na Bahia, territorializou-se em nove regiões e conquistou 123 assentamentos, num total de 9.101 famílias e 200 acampamentos organizados. Não só na Bahia, mas em todo o Brasil a força e influência do MST chamam atenção.

Para Mitidiero Junior (2002), o MST espacializa a luta pela terra no Brasil e, com ele, vários outros vão no mesmo caminho, ora completando-o, ora negando-o, como por exemplo, sindicatos rurais pelegos e novos movimentos sociais no campo, que muitas vezes acabam relegando a luta pela reforma agrária; mas o MST, por meio de sua práxis e atuação crítica, buscou na luta, na dimensão espacial da luta, a sua efetiva materialização nos múltiplos espaços do país e assim se espacializou.

Em virtude dessa ampla espacialização do MST na luta pela terra, é comum ver e ouvir como sinônimo do MST os “sem-terras”, assim como é comum também a referência a qualquer movimento social de luta pela terra como sendo o MST. Sua atuação é um fato marcante na questão agrária brasileira atual.

No intuito de analisar melhor a atuação dos movimentos sociais na luta pela terra, no Gráfico 11 será exposta a relação dos movimentos com as ocupações e o número de famílias assentadas, o qual servirá de base para a construção da Tabela 8.

Gráfico 11 - Brasil - relação dos movimentos socioterritoriais, número de ocupações e número de famílias.



Analisando os resultados apresentados na Tabela 8, observa-se que, para o período avaliado, existe uma correlação positiva (valor de r próximo a um) entre o número de movimentos em ocupações e o número de ocupações comprovada pelo valor de t (valor significativo para t), o que permite concluir que existe uma relação numérica de crescimento entre as duas variáveis, ou seja, quando aumenta o número de movimentos atuando, aumenta também o número de ocupações.

Tabela 8 - Correlação entre o número de movimentos em atuação com o número de ocupações no Brasil entre 2000 e 2013.

Relações	Valor de r	Tipo de correlação	Valor do teste t	Valor da probabilidade
Número de Movimentos em ocupações x Número de ocupações	0,644368	Positiva	2,918934	0,012866*
Número de Movimentos em ocupações x Número de famílias assentadas	0,520985	Positiva	2,114357	0,056095**

* Valor significativo a 95% de confiança.

** Valor não significativo a 95% de confiança

Já para a relação entre o número de movimentos em atuação e o número de famílias assentadas, observa-se que, para o período avaliado, existe uma correlação positiva fraca (valor de r próximo a 1) não comprovada pelo valor de t (valor não significativo para t), o que permite concluir que não existe uma relação clara numérica de crescimento entre as duas variáveis, ou seja, nem sempre quando aumenta o número de movimentos atuando, aumenta também o número de famílias assentadas.

Anteriormente foi observado que o número de movimentos em ocupações não apresenta uma relação clara com o número de assentamentos criados (Tabela 7). Nessa mesma linha, observa-se que também não apresenta relação com o número de famílias assentadas (Tabela 8). Sendo assim, interpreta-se, mais uma vez, que as formas e intensidade de atuação dos movimentos é bem mais importante que o número de movimentos existentes.

A partir da Tabela 9, será feita uma análise levando em consideração a influência das “**manifestações**” sobre a quantidade de famílias assentadas entre os anos de 2000 a 2013. Segundo o DATALUTA (2014), as manifestações no campo constituem outras formas de luta e resistência dos camponeses que extrapolam as ocupações de terras. A diversidade de manifestações envolve várias ações: acampamentos, bloqueios, concentração em espaços públicos, marcha e caminhada, ocupação de prédios públicos, temática e mais uma série de ações.

Pela Tabela 9, observa-se que o maior número de manifestações ocorreu na região Nordeste, com 3.367 manifestações, representando 34,7 % das manifestações para todo o Brasil. Nesta região, o estado de Alagoas foi quem apresentou o maior número de manifestações, com 729, representando 7,5% de todo o Brasil. O Rio Grande do Sul, com 931 manifestações foi o estado que mais apresentou manifestações no Brasil, representando 9,6% de todas as manifestações ocorridas no Brasil.

Tabela 9- Brasil- número de manifestações do campo por estados e macrorregiões – 2000-2013.

Região/UF	Manifestações	%	Pessoas	%
NORTE	1.309	13,5	614.231	10,4
AC	100	1,0	26.258	0,4
AM	100	1,0	24.193	0,4
AP	13	0,1	1.191	0,0
PA	666	6,9	367.842	6,2
RO	274	2,8	149.658	2,5
RR	60	0,6	15.290	0,3
TO	96	1,0	29.799	0,5
NORDESTE	3.367	34,7	2.082.569	35,3
AL	729	7,5	343.049	5,8
BA	585	6,0	391.367	6,6
CE	309	3,2	299.274	5,1
MA	235	2,4	115.334	2,0
PB	325	3,3	226.694	3,8
PE	713	7,3	356.933	6,0
PI	140	1,4	75.371	1,3
RN	147	1,5	58.685	1,0
SE	184	1,9	215.862	3,7
CENTRO-OESTE	1.557	16,0	1.033.096	17,5
DF	338	3,5	450.066	7,6
GO	276	2,8	213.473	3,6
MS	431	4,4	166.255	2,8
MT	512	5,3	203.302	3,4
SUDESTE	1.586	16,3	853.062	14,4
ES	171	1,8	76.820	1,3
MG	617	6,4	369.376	6,3
RJ	222	2,3	145.463	2,5
SP	576	5,9	261.403	4,4
SUL	1.875	19,3	1.313.045	22,2
PR	637	6,6	468.526	7,9
RS	931	9,6	652.016	11,0
SC	307	3,2	192.503	3,3
BRASIL	9.702	100	5.905.573	100
* A soma do total dos estados é inferior ao total do Brasil, pois 08 registros da CPT não trazem informações de municípios e estados e assim não estão presentes no total de nenhum estado, mas estão presentes no total do Brasil. A soma das porcentagens também é inferior a 100% por esse motivo.				

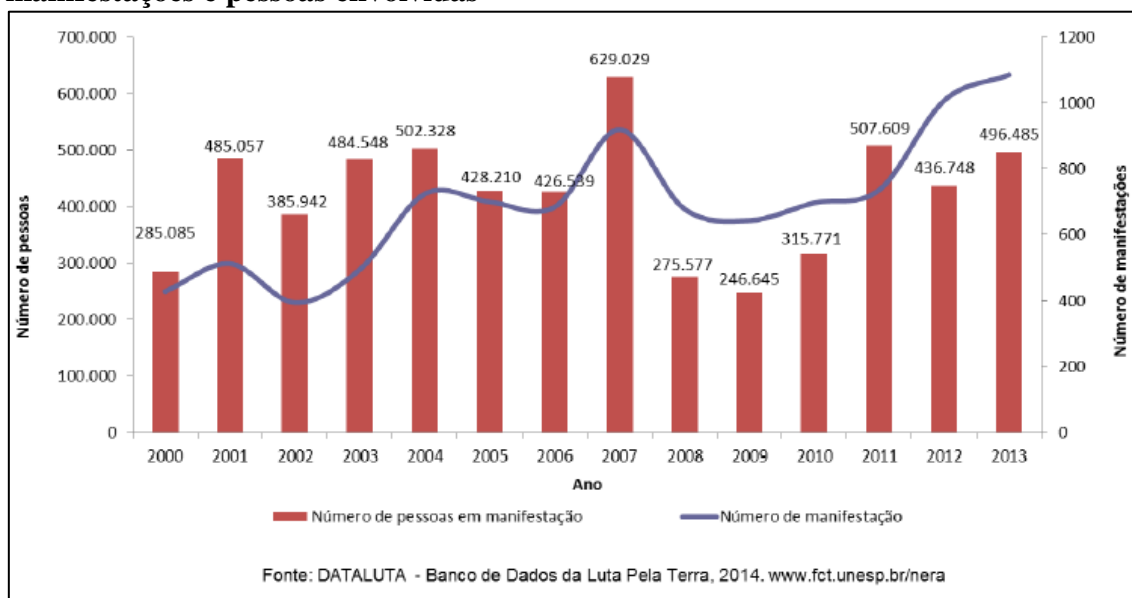
Na Bahia ocorreram 585 manifestações, representando 6% do total. Em outros seis estados ocorreram mais manifestações que na Bahia (Tabela 9).

Em relação ao número de pessoas nas manifestações, a Região Nordeste (Tabela 9) também foi a que apresentou o maior número de pessoas, com 2.082.569, representando 35,3% do total de pessoas em manifestações, sendo que dentro dessa região o estado da Bahia foi quem apresentou o maior número de pessoas em

manifestações, com 391.367 pessoas, representando 6,6% do total nacional. O estado que apresentou o maior número de pessoas em manifestações também foi o Rio Grande do Sul, com 652.016, representando 11% do total.

Vale salientar o elevado número de pessoas em manifestações no Distrito Federal, com 450.066 manifestações, representando 7,6% do total de pessoas envolvidas em manifestações, só ficando atrás do Paraná e do Rio Grande do Sul. Esse resultado é plenamente justificável em virtude de Brasília ser a capital do Brasil, sendo assim, palco de muitas pessoas envolvidas em manifestações, não necessariamente da capital.

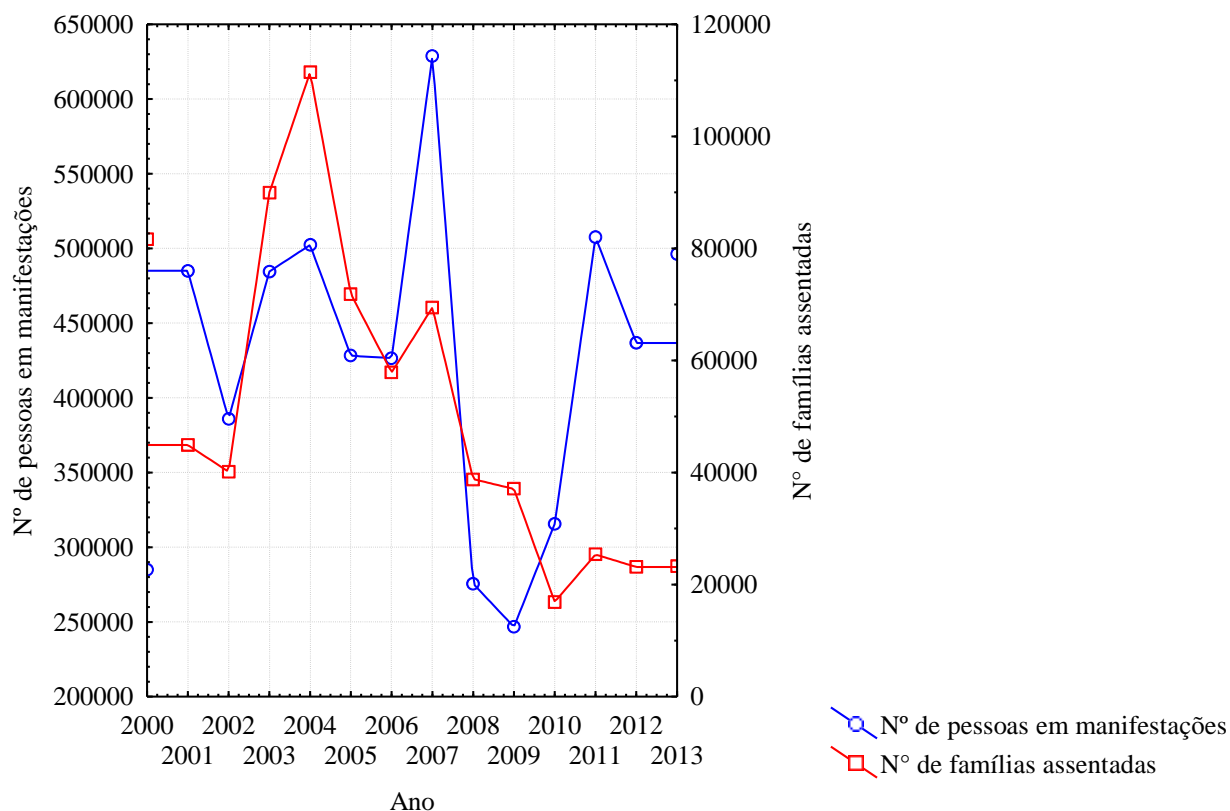
Gráfico 12 - Brasil - manifestações do campo 2000-2013. Relação do número de manifestações e pessoas envolvidas



Demonstra-se, pelo Gráfico 12, que o número de pessoas e o número de manifestações guardam certa semelhança quando comparados entre 2000 e 2013. No período entre 2000 e 2007, o número de manifestações cresceu, entre 2007 e 2011 ocorreu uma queda no número de manifestações, e entre 2011 e 2013 o número de manifestações aumentou consideravelmente. Verificou-se, em quase todo período analisado, que o número de pessoas em manifestações seguiu a mesma tendência do número de manifestações.

No intuito de observar a relação entre o número de pessoas em manifestações e o número de famílias assentadas foi construído o Gráfico 13.

GRAFICO 13- BRASIL- N° DE PESSOAS EM MANIFESTAÇÕES X N° DE FAMÍLIAS ASSENTADAS- 2000 - 2013



Pelo Gráfico 13, observa-se que, em muitos momentos, não existe uma sincronia entre o número de pessoas em manifestações e o número de famílias assentadas, principalmente no ano de 2007 e no período de 2011 a 2013, quando o número de manifestações foi proporcionalmente bem superior ao número de famílias assentadas.

Tabela 10 - Correlação entre o número de pessoas em manifestações com o número de famílias assentadas no Brasil entre 2000 e 2013.

Relações	Valor de r	Tipo de correlação	Valor do teste t	Valor da probabilidade
Número de pessoas em manifestações x Número de famílias assentadas	0,252310	Positiva	0,903249	0,384167 *

* Valores não significativos a 95% de confiança.

Analisando os resultados apresentados na Tabela 10, observa-se que, para o período avaliado, existe uma correlação positiva fraca (valor de r próximo a zero) entre o número de pessoas em manifestações e o número de famílias assentadas, comprovada pelo valor de t (valor não significativo para t), o que permite concluir que existe uma relação numérica fraca entre as duas variáveis, ou seja, quando aumenta o número de pessoas em manifestações, nem sempre de um modo geral aumenta o número de famílias assentadas. Nos anos de 2004, 2007 e 2011 fica muito claro essa constatação (Gráfico 13). Um dos prováveis motivos é que muitas manifestações são levantadas pelos próprios assentados, como as manifestações por créditos, infraestrutura, entre outras.

Após 2007, ocorreu certo equilíbrio no número de manifestações até 2010, que de certa forma é explicado pelo equilíbrio político econômico no Governo Lula até 2010. A partir de 2011, ocorreu certa inércia no governo Dilma em relação ao cumprimento de uma agenda de resolução dos problemas dos camponeses. Assim, observa-se um crescimento rápido das manifestações, atingindo em 2014 o número recorde de mais de 1.000 manifestações.

Porto-Gonçalves e Cuin (2015), analisando uma série de dados sobre manifestações do campo, afirmam que há uma questão (da reforma) agrária abertamente colocada no Brasil e que, mais que um *slogan* político-ideológico, a questão (da reforma) agrária grita no campo e está sendo reconfigurada, mas mantém a essência da questão agrária que é seu fundo territorial, isto é, a questão fundiária.

Assim, a luta pela terra continua viva, e o crescimento das manifestações nos últimos anos denuncia que as estratégias estão sendo reconfiguradas. Ainda que os números mostrem que o número de manifestações não leva ao assentamento de mais famílias, estas são essenciais para outras conquistas. A criação de assentamentos não é mais a única bandeira dos camponeses, assim como as ocupações também não são mais a sua única forma de pressionar o Estado - por isso a diversidade das manifestações. Na luta pela terra, a criação de assentamentos, ao invés de ser a solução dos problemas, passou a ser mais um problema em alguns casos.

Girardi e Fernandes (2008) comentam que os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Complementam ainda que é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura

camponesa. Gonçalves (2014) também comenta sobre a necessidade de a luta continuar após a conquista do assentamento:

A luta pela terra e a conquista de um assentamento por um movimento social é uma dimensão da luta pela terra, mas não é a territorialização, pois o movimento social desaparece e se não existe o agente territorializador, não existe territorialização, que só é conseguida quando, na luta na terra, o movimento social continua atuante, gerando dinâmicas de organização da produção, como associações e cooperativas, organizando os camponeses rumo a uma autonomia e resistência às dinâmicas do mercado, na luta contra o capital agrocomercial e agroindustrial (GONÇALVES, 2014 p.10).

A criação de um assentamento não encerra totalmente a luta pela terra. Ao entrar na terra, surge uma série de novas demandas, e estas, às vezes, tornam-se mais difíceis de serem solucionadas que a própria conquista da terra, visto que em muitos casos ocorre uma retração na ação dos movimentos após a conquista da terra.

Fernandes (2014) denuncia que a luta não é mais somente pela terra, mas pelo território. A luta contra o capitalismo tem que ser por dentro do capitalismo, com construções de políticas efetivas para poder avançar, construindo experiências que permitam superar a relação capitalista. A luta hoje é anticapitalista, e quem luta contra o capitalismo não tem ainda elementos que permitam chegar em uma condição de superação. O mesmo autor cita que temos história e experiências que nos permitem pensar e construir essa condição. Então, da parte da produção, na parte da tecnologia, na parte da educação, há um conjunto de possibilidades que pode ser desenvolvido (FERNANDES, 2014).

Diante da conjuntura socioeconômica e política atual, é necessário lutar, mas não só pela terra, contra o capitalismo, que se territorializa em várias direções, por isso que a CPT (2013) hoje vai muito além do que a reforma agrária como campo de ação:

Anunciamos a reforma agrária, o reconhecimento dos territórios tradicionais, a soberania alimentar, hídrica e energética e a importância da educação do campo como solução sustentável e definitiva ao ameaçador negócio da água, da terra e da energia. Defendemos a soberania alimentar, hídrica e energética como direito dos povos e comunidades em definir autonomamente suas próprias políticas, estratégias e práticas sustentáveis de acesso e usos da terra, água e da energia, em condições suficientes à produção e reprodução e melhoria da vida, de acordo com suas formas e tradições (CPT, 2013).

Conclui-se, assim, que a luta pela terra é protagonizada pelos movimentos sociais, variando de intensidade em virtude da conjuntura socioeconômica e política do momento. As ocupações, enquanto estratégia de luta pela terra, mostraram-se mais eficientes que as manifestações quando correlacionadas ao número de famílias assentadas. Evidentemente devido as manifestações congregarem um público já assentado, manifestando por demandas para além da luta pela terra, da luta pela desapropriação de latifúndios improdutivos.

As manifestações têm aumentado consideravelmente entre 2001 e 2013 e são bem diversificadas, isso reflete um novo caráter para a luta pela terra. Existe uma ampliação dos objetivos: a luta hoje não é só pela terra, mas por uma conquista mais ampla do território, incluindo aí mais autonomia e menos subalternidade aos governos e seus aliados. O adversário nessa luta hoje é mais claro: o capitalismo, tendo no agronegócio a sua mais intensiva atuação no campo. Como o adversário ataca em várias frentes, a defesa também exige várias estratégias, por isso a diversificação das estratégias de luta pela terra.

Nossa estrutura fundiária evidencia que cabe um “pedaço de terra” para todos que necessitam, mas o agronegócio e o Estado insistem em não democratizar o acesso à terra.

Os resultados da pesquisa indicam que um maior número de movimentos em atuação não implica necessariamente em mais conquistas (maior número de famílias assentadas): a atuação do movimento é quem qualifica os resultados. Nesse sentido, o MST continua como protagonista principal na luta pela terra; sua forma de atuar e sua espacialização o credenciam a esse posto.

Como no campo quase toda reação provoca uma ação, percebe-se que o Movimento dos Indígenas vem assumindo papel de destaque nos últimos anos. É uma resposta à investida dos latifundiários nas reservas indígenas. Diversos outros movimentos também têm lutado por suas bandeiras.

A luta pela terra na Bahia não se apresenta tão diferente da luta pela terra no Brasil. Ela apresenta a sua nova face: uma luta feita por movimentos variados, em conjunto ou isolados, e com estratégias variadas. Ainda que muitos não queiram enxergar, a luta continua e está viva.

1.2 A LUTA PELA TERRA EM ESPLANADA: um frei e a criação dos assentamentos rurais.

O município de Esplanada está localizado no Território Litoral Norte e Agreste Baiano (Mapa 8). Segundo dados do IBGE (2014), apresentou em 2014 uma população estimada em 36.369 habitantes, com uma área de unidade territorial de 1.297,978 km² e densidade demográfica de 25,27 habitantes/km².

Mapa 8 - Bahia, com destaque para o município de Esplanada.



Fonte: IBGE, 2015.

A história da luta pela terra em Esplanada começou na década de 1990 e se confunde com a luta de um frei em defesa da terra para os camponeses. Diante da atuação da CPT no Brasil e na Bahia, o Frei Francisco Carloni, popularmente conhecido como Frei Chico, tomou a frente em organizar a luta pela terra no município.

O convento da Pompeia, na cidade de Esplanada, tradicionalmente sempre acolheu pessoas pobres e/ou idosos que não tinham onde dormir nem o que comer. Durante muitos anos, o Frei Chico assumiu a responsabilidade de ajudar os mais necessitados, incluem-se aí muitos camponeses que perderam suas terras e foram parar

na periferia do município de Esplanada, vivendo em condições de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Assim, Frei Chico assumiu o papel da CPT e foi um incansável mediador na luta pela terra em Esplanada, assumindo inclusive o papel que normalmente é desenvolvido pelos movimentos sociais que atuam na luta pela terra.

Organizações e movimentos relacionados à Igreja foram fundamentais para o surgimento da CPT e de outros movimentos. Para auxiliar no entendimento da participação da Igreja na organização de lutas e movimentos contestatórios, Mitidiero Junior (2008) expôs três destaques ligados à conscientização e formação de lideranças:

- a) O papel da evangelização ligado à conscientização. Essa metodologia, mesmo quando usada na luta contra o comunismo, atentava para a autopromoção dos sujeitos participantes, o que os obrigava a refletir sobre as condições sociais e políticas nas quais viviam. Este processo acabou por introduzir na mente dos sujeitos oprimidos ideais de justiça social, cidadania, ética comunitária, ação coletiva, etc.
- b) A formação de lideranças políticas e militantes combativos, que participaram e até mesmo formaram várias organizações (movimentos, partidos e sindicatos) de luta. Na política brasileira, esse processo frequentemente foi chamado de “formação de quadros”, e, naquele contexto, todas as experiências de incentivo à autopromoção dos oprimidos acabaram, no mínimo, formando uma expressiva quantidade de quadros.
- c) O incentivo à organização de base ajudou, mesmo que fragilmente, os oprimidos a conceber que eles eram os produtores de sua própria história (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 144-145).

A Igreja Católica foi fundamental na formação de muitos líderes na luta pela terra. Alguns ligados a ela e outros dentro da própria Igreja, como é o caso de Frei Chico.

Nas entrevistas feitas no campo sobre a luta pela terra, foi unânime ouvir todos se referirem ao Frei Chico como o “conquistador das terras” que formaram os assentamentos. Os assentados comentavam que Frei Chico era o responsável por reuniões, romarias, caminhadas e todas as ações visando fortalecer a luta pela terra. Era um líder.

Buscamos entrevistar o Frei recentemente, porém este encontra-se afastado das atividades em Esplanada e morando atualmente no convento da Piedade em Salvador, onde faz tratamento de saúde, pois encontra-se acometido pelo mal de *Alzheimer* e de *Parkinson*. Fomos em busca do Frei, mas devido ao grau da doença, não foi possível coletar informações relevantes sobre a luta pela terra em Esplanada, então procuramos pessoas que o acompanhavam no campo e descobrimos um seminarista que o acompanhou em muitas jornadas pela zona rural. Trata-se de Adilton Rubem

Gonçalves, que nos concedeu entrevista importantíssima sobre a trajetória do Frei na sua luta pela criação de assentamentos. Iniciamos a entrevista perguntando como ele conheceu o Frei, e assim Gonçalves respondeu:

Eu o conheci através de Padre Érico, que fora Pároco de Catu e muito amigo da minha família há mais de 20 anos. Como havia acabado de concluir o Ensino Médio Técnico integrado em Agropecuária, na Escola Agrotécnica Federal de Catu, o então o Pe. Érico me falou sobre a possibilidade de acompanhar um assentamento de sem-terra na divisa dos Municípios de Esplanada e Conde. Então ele marcou uma reunião comigo, Padre Érico, Frei Chico e Raimundo, o líder dos sem-terra. Na reunião fui apresentado ao Frei Chico, que para mim foi afinidade à primeira vista. Após nos apresentarmos, ele me fez a proposta de dar assistência técnica aos assentados, alfabetização às crianças, educação de jovens e adultos, além de ministrar catequese às crianças. Entretanto, teria que morar no assentamento. No primeiro momento, relutei em aceitar, pois no local não havia comodidade nenhuma: água encanada, energia elétrica, transportes, fogão a gás, além de ter que morar em barraco, ou seja, sem nenhuma garantia. Mas a palavra daquele grande homem me convenceu, então topei o desafio por 90 dias. Acabei me envolvendo tanto com a causa dos sem-terra e da luta do Frei, que fiquei por dois anos seguidos. Antes de partir para o assentamento, tive uma formação com a Irmã Lívia, a partir do método de alfabetização construtivista de Paulo Freire, relações humanas e interpessoais, e ainda, formação religiosa Cristã Católica. Fiquei trinta dias em uma pequena escola rural no centro de Esplanada, como uma espécie de prévia, para posteriormente partir para o assentamento. No segundo ano de assentamento, Frei Chico me presenteou, mesmo que por um período, com uma Lambreta velha italiana para me locomover dos 45 km do assentamento até o município de Esplanada (GONÇALVES, 2015).

O entrevistado refere-se inicialmente a um acampamento, onde podemos perceber a importância da Igreja Católica nesse início de luta pela terra e também na sua preparação para lidar com os acampados. A falta de água encanada, energia elétrica, transportes, fogão a gás, além de ter de morar em barraco, é exposto pelo entrevistado, mostrando as dificuldades costumeiras nos acampamentos.



Figura 1 - Frei Chico no Convento da Piedade em Salvador-BA. 2015.

Na referida entrevista, Gonçalves sintetiza a figura e a importância de Frei Chico(Figura 1):

Figura singular, um homem além do seu tempo, com uma capacidade extraordinária de ver além das aparências. Um homem de Deus. Um profeta do povo. Um missionário da justiça. Uma cópia viva do Evangelho. Um verdadeiro Franciscano. Até hoje não encontrei pessoa tão humana, no sentido da entrega aos pobres, na doação, na palavra amiga e certa, do respeito, da caridade, do perdão, do olhar misericordioso, do desprendimento excepcional, da espiritualidade singular e da fé inabalável em Deus e no ser humano, mesmo quando esse ser humano o “decepcionava”. Defini-lo seria na verdade limitá-lo, pois os três anos que convivi com ele, sendo dois de sem-terra {1991 a 1993}, um como noviço dos Frades Capuchinos (1995), morando no mesmo Convento em Esplanada e mais seis anos {1993 a 2000} como Estudante da Ordem dos Frades Capuchinhos, nunca encontrei algo que desabonasse sua vida Profética. Um enviado de Deus – um homem que buscava a Santidade a todo instante na vida e sempre se sentia pecador, isso na prática do dia a dia, e todos os Religiosos das várias Congregações, inclusive dos Franciscanos Capuchinhos, eram unânimes quando o assunto era Frei Chico: o Profeta de Deus. Ele sofreu também com alguns poucos Frades que o criticavam chamando-o de louco, bobo e desorganizado, mas interessante que ele dizia que graças a esses irmãos frades que o criticavam, servia para que ele não se sentisse vaidoso. Incrível como ele sabia perdoar e ver além das aparências das ações e das palavras, mesmo daqueles que o criticavam a todo tempo. Homem simples e totalmente desapegado aos bens materiais. Lembro-me com se fosse hoje que certa vez fui com ele em uma comunidade rural de Esplanada (Limoeiro) e, após a celebração, deram a Fr. Chico uma camisa nova, ao retornar para Esplanada o primeiro mendigo que

ele viu na rua deu a camisa. Em outro momento estávamos na comunidade de Baixios e Palame e, ao retornarmos para Esplanada, paramos em uma dessas vendas de beira de estrada de Zona Rural e pedimos um refrigerante com algo para comer, quando estávamos comendo chegou uma senhora e perguntou de forma espantada: “*O senhor sente fome? E se alimenta?*” Daquela situação inusitada e ao mesmo tempo hilária, percebi como o povo humilde da Zona Rural via a pessoa do Fr. Chico, como um santo, aliás definição que ele nunca aprovou, pois para ele, santo só Jesus Cristo, todo os outros buscaram ou buscavam a Santidade. Outro fato marcante foi quando ele me pediu que fosse buscar algumas pessoas na comunidade de Pau-ferro, zona rural de Esplanada, e na volta estava chovendo muito, a estrada de barro estava encharcada. Como não tinha muita experiência no volante, acabei rodando na pista e batendo num barranco, amassando a frente da Saveiro. Fiquei preocupado, entretanto, para minha surpresa, quando ele viu, “*Todos estão bem graças a Deus, e o carro não se preocupe, dá-se um jeito. O importante é a vida.*” Outro episódio marcante foi quando ele recebeu uma ajuda em dinheiro dos amigos da Itália e incrivelmente pediu que administrasse esse dinheiro, para comprar insumos e adubos para os assentados, mas me admoestou dizendo: “*cuidado com nosso irmão ladrão, às vezes ele rouba por necessidade e falta de oportunidade, mas às vezes rouba também pela ganância ou preguiça de trabalhar*”. Mais uma vez ele me surpreendia. A primeira vez que o vi triste e muito pensativo foi na perda de um idoso, amigo dele do assentamento de Esplanada, que faleceu de câncer no Hospital Irmã Dulce, o qual Fr. Chico o havia levado para se tratar. Naquele dia, no leito do hospital, percebi mais uma vez o lado humano do Fr. Chico (GONÇALVES, 2015).

O Frei era visto como um “santo” pelo povo da zona rural. Em todas as entrevistas realizadas, foi perguntado sobre a luta pela terra e todos destacavam a liderança do Frei. Ao indagar sobre os companheiros de luta de Frei Chico, obtivemos a seguinte resposta:

Padre Érico - Belga – Pároco de Conde – Pertencente à Diocese de Alagoinhas e engajado nas questões sociais do município e região, como a Associação de pescadores, da pastoral do menor e pastoral da terra. Irmã Livia – Religiosa também Belga da Comunidade de Altamira – Comunidade da Paróquia de Conde – Pertencente à Diocese de Alagoinhas, e também engajada nas questões sociais do município, em especial na Pastoral Familiar, Pastoral da Terra e da Criança. Obs.: (ambos já falecidos). Também morou em Catu por 25 anos. José Ranulfo – Pedreiro; muitas vezes dirigia para Frei Chico e o acompanhava nas reuniões com os sem-terra. Um dos “braços” do Fr. Chico. Três Noviços da Ordem dos Frades menores Capuchinhos – Frei Suneibe – Frei Sebastião (Fr. Tião) e Frei Júnior. (1988). É bom salientar que, naquela época, o Fr. Chico tinha total apoio e suporte do Provincial dos Capuchinhos – Fr. Délson, hoje Bispo de Campina Grande – Paraíba, do superior do Convento de Esplanada e mestre dos Noviços – Fr. Pedro Cassimiro e Fr. Irmão Gabriel. Este último, também conhecido pela comunidade local de Esplanada como um Profeta dos pobres, entretanto, sua prática era mais interna, ou seja, de dentro do convento. Fr. Gabriel ajudava os sem-terra quando estes ficavam hospedados no convento fugidos da polícia. (GONÇALVES, 2015).

Percebe-se que muitos religiosos acompanhavam o Frei no campo. Existia todo um corpo de religiosos engajado na luta pela terra. Era um período de muita efervescência na luta pela terra (1996 a 2006) e a CPT era muito atuante, tendo o Frei Chico à frente da luta em Esplanada.

Mitidiero Junior (2008) comenta que a CPT nasceu como um “braço” de apoio aos injustiçados do campo brasileiro dentro de um contexto que envolvia a ditadura militar, e uma sociedade marcada pela injustiça e desigualdade social de um lado e um espaço de abertura da igreja caracterizada por variadas e diferentes instituições que atuavam junto às classes menos favorecidas de outro. Ainda segundo o mesmo autor, a instituição que mais influenciou o surgimento da CPT, em 1975, foi o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), fundado em 1972.

Fernandes (2000) comenta sobre a importância da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, pois, fundamentada na teologia da libertação, aliou-se aos camponeses, criou espaços onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar politicamente, e assim, passaram a desmascarar as políticas e os projetos dos militares, evidenciando as artimanhas escondidas pelo discurso oficial, e partiram para a conquista da terra.

Ao iniciarem suas atividades na Bahia, a CPT encontrou um cenário desolador marcado por “graves conflitos de terra, com a presença truculenta dos grileiros que perturbavam pequenos agricultores”. Além disso, o Estado sofria catástrofes naturais como “a forte seca de 5 anos que assolava o Nordeste” (CREDITER, 2002, p.1).

Na Bahia, a CPT foi criada em 1976, menos de um ano depois do nascimento da CPT em nível nacional, como resposta da Igreja ao grande número e variedade de conflitos fundiários resultantes da grilagem de terra e grande projetos, como barragens e perímetros públicos de irrigação. A pastoral na Bahia direciona seu trabalho aos próprios camponeses, para que criem suas organizações e assumam sua luta pela terra, colocando-se como instrumento, facilitadora e apoiadora. Esta tem sido mais que uma estratégia eficaz, fidelidade à missão do serviço, conforme inspiração evangélica (CPT 2015).

Frei Chico atuou de acordo com os princípios da CPT. Segundo o seminarista Gonçalves (2015), ele atuava pela pastoral, mas com muita autonomia e discrição. Foi comum ouvir dos assentados que o Frei evitou muitos conflitos. Sempre na linha de

frente da organização da luta pela terra, mais que um simples mediador, era um conciliador.

Na Bahia, era comum ouvir casos de ameaças a religiosos que se envolviam com a luta pela terra. Brito (2013) comenta que não foi difícil encontrar nos levantamentos realizados pela CPT a presença de autoridades religiosas, bispos, pastores, padres, entre outras, que eram ameaçadas por estarem diretamente envolvidas, juntamente com os pequenos produtores, os posseiros, os sem-terra, em agitações pela propriedade do solo. Nomes como o do reverendo José Moreira Cardoso (Bom Jesus da Lapa), padre Juraci (Sento Sé), padre Perino Moreira Jordão (Lençóis), padre José Herenberger (Jacobina), padre Eugênio Molini (Andaraí), padre Antônio Tamarri (Saúde) figuraram sempre entre os ameaçados de morte, intimidações estas articuladas por fazendeiros, delegados, pistoleiros, Polícia Militar e empresas multinacionais (BRITO, 2013).

Assim como no Brasil, na Bahia a CPT teve uma atuação de destaque na luta pela Terra. Seus mecanismos de ação sem dúvidas foram colocados em prática pelo Frei Chico nas suas interferências durante o processo da luta pela terra. Hoje, sem o Frei atuando, percebe-se os assentados um tanto quanto órfãos.

Continuando nossa entrevista, perguntamos a Gonçalves como os assentados viam o Frei Chico:

Imprescindível para a conquista da terra, pois, segundo os assentados, sem a presença do Frei Chico, através das reuniões, das intermediações e intervenções, seu carisma conciliador e profético, sua pregação de Paz, sua influência religiosa, seu incentivo e, sobretudo, sua presença nos conflitos, certamente eles não conseguiriam, não só a terra, mas também os recursos humanos, materiais e de formação necessários para que todos se mantivessem nos assentamentos. Até os AA – Alcoolíticos Anônimos ele levou para os assentamentos e essa atitude fez diminuir a questão da bebida entre os assentados (GONÇALVES, 2015).

Observa-se, mais uma vez, o quanto o Frei representa para os assentados. Naturalmente percebemos, em nossas entrevistas, que o Frei se tornou maior que o MST e a própria CPT, claro que ele não tinha essa intenção, mas a sua dedicação à causa o tornou assim. Fomos insistentes nas entrevistas sobre a participação do MST na luta pela terra. Todas as respostas caminhavam para uma sobreposição do papel do Frei sobre o MST. Alguns assentados mostravam-se desmotivados a continuar no assentamento, pois alegavam que sem o Frei o assentamento não tinha futuro, eles se

sentem desamparados pelos movimentos sociais. Foram muitas as queixas de que estão abandonados.

Na entrevista com Gonçalves (2015) interrogamos se ele participou de alguma reunião com o MST e como eram essas reuniões:

Sim, em várias e em situações distintas: Antes das invasões e já assentados após as invasões. Geralmente ele não coordenava as reuniões, deixava a cargo dos líderes dos sem-terra, aliás, uma de suas características era ouvir para depois dar a palavra certa, na hora certa, do jeito certo às pessoas certas. Suas palavras eram direcionadas nas instruções de como deveriam ser as invasões e o que não deveria ser feito: **OCUPAR – INSTALAR E RESISTIR**, esse era o Lema das reuniões. Outro ponto nas reuniões que me surpreendia, era a forma como ele iniciava sua fala, sempre com uma canção religiosa e uma leitura Bíblica, especialmente do livro de Gêneses e Êxodo, no Antigo Testamento, nos trechos de Abraão, no episódio da terra prometida e de Moisés, na caminhada dos 40 anos no deserto, além das passagens dos quatro Evangelhos, no Novo Testamento, acerca da postura de Jesus Homem de atitude contra a alienação dos grandes que impediam o pequeno e o pobre de ter vida em abundância. Todos ouviam com tamanha admiração e respeito pelas palavras em tom de serenidade e, ao mesmo tempo, de segurança proferidas por aquele homem de Deus. O acompanhei também em três reuniões no Sul da Bahia, quando ele morou em Itabuna no Convento Santa Rita, no bairro de São Caetano. Até lá ele influenciou e participou diretamente na criação de outros assentamentos, nos municípios de Arataca, Pau Brasil e Canavieiras. Infelizmente, existiam também muitas pessoas de péssimo caráter nos assentamentos, que preocupavam Fr. Chico, pois essas pessoas tentavam descaracterizar e desmoralizar o MST e a pessoa do Fr. Chico, mas graças a Deus não conseguiam, mesmo alguns desses infiltrados por fazendeiros e políticos influentes da região que não desejavam que esse movimento se expandisse. Mas o Fr. Chico, além de tudo, era estrategista nas ações e parecia conhecer as pessoas mal intencionadas dentro do movimento, e na maioria das vezes, fazia com que elas mudassem de atitude, aderindo à causa pelo Reino de Deus para os mais necessitados. Para mim isso era incrível (GONÇALVES, 2015).

O Frei era contrário a qualquer gesto de violência. Conversamos com latifundiários, com representantes das empresas plantadoras de eucalipto que atuam no município e mesmo estes sendo contrários à criação de assentamentos, percebemos um respeito profundo à pessoa do Frei Chico. Paradoxalmente, ouvi críticas aos “sem-terra” e elogios ao Frei.

Não entendo o que os sem-terras têm contra a plantação de eucalipto. Não fazemos nenhum mal a eles, pelo contrário, sempre que podemos estamos ajudando com recuperação de estradas, oferecendo cursos, mudas e outras coisas. Admiro muito o Frei Chico, ele luta muito pelos sem-terras e é da paz, mas tem alguns agricultores que não entendem o frei e procuram confusão (Técnico de Empresa de reflorestamento, 2015).

Aos poucos, fomos entendendo a quase ausência de conflitos na luta pela terra.

Uma das poucas situações de conflito relatadas foi a integração de posse a uma fazenda da empresa Companhia de Ferro Ligas da Bahia (FERBASA), onde hoje se localiza o assentamento Reunidas Palame. O assentado responde da seguinte forma quando perguntado sobre a ordem de despejo:

Foi vei, vei, mas o dono mandou, que era, oi não toca a mão em ninguém lá. Pediu à polícia que não tocasse a mão na gente. Ai a polícia veio na paz, pediu a gente se retirasse. A gente foi até pra Esplanada e conversamos com o Frei Chico. Ele chegou e resolveu. Aí com três dias que nós tamo lá, ele encostou ônibus, caminhão pra trazer os pessoal tudo pra aqui de novo (Assentado nº10 do Reunidas Palame, 2013).

Nesse caso da Fazenda Reunidas Palame, o Frei, com seu espírito conciliador, inicialmente conseguiu que a retirada dos ocupantes ocorresse de forma pacífica. Logo em seguida, negociando com a Empresa FERBASA, proprietária da fazenda, o Frei conseguiu que a mesma aceitasse a ocupação, e não só isso, a empresa mandou transporte e o seu proprietário ainda doou alimentos para os acampados.

Tempos depois a fazenda foi doada ao Governo (INCRA, 2015a). Essa forma de agir da empresa não é comum, o fato de a empresa ter diversas outras áreas que poderiam ser ocupadas pelos movimentos sociais pode ter relação com essa doação pacífica, mas o que cabe ressaltar aqui foi o espírito conciliador do Frei, evitando conflitos violentos.

Em 2004, foi noticiado na imprensa baiana um protesto dos “sem-terra” contra as madeireiras em Esplanada. Esse protesto ocorreu na 1ª Romaria da Terra, onde foi constada a presença de 3.500 trabalhadores rurais sem-terra, assentados e outros simpatizantes pela causa. O título da Romaria foi: “A terra é de todos” (BELÉM, 2004).

Em relação às Romarias da Terra, Mitidiero Junior (2008) faz o seguinte esclarecimento:

As Romarias da Terra, como prática específica da Igreja brasileira, nasceram em 1978, no seio das ações da CPT no Estado do Rio Grande do Sul. Constituem uma reelaboração de práticas do catolicismo popular com forte teor político. No linguajar dos seus organizadores, é comum a afirmação de que elas unem fé e política na caminhada do povo. Elas seriam, ao mesmo tempo, uma forma de ressacralizar determinadas porções do território, despidas de qualquer glória divina, portanto despidas de justiça social, e um “fermento” para a luta transformadora (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p.452)

Fica claro, pela explicativa de Mitidiero Junior (2008), o poder das Romarias da terra na luta transformadora. Assim, entende-se esse poder na luta pela terra.

Por ocasião da 1ª Romaria da Terra em Esplanada, a jornalista Letícia Belém entrevistou o Frei Chico e publicou alguns comentários:

Segundo conta Frei Chico, líder natural dos trabalhadores rurais há 25 anos, empresas como a DURATEX e FERBASA compraram quase todas as terras da região, inclusive da Igreja Católica, expulsando o homem do campo para as cidades, contribuindo para a criação de favelas. Hoje, filhos dos agricultores que foram expulsos das terras formam a grande massa de sem-terras, que tentam invadir as terras abandonadas das madeireiras, mas acabavam sendo retirados pela polícia. (BELÉM, 2004, p.1).

Pelos comentários relatados, observamos a presença das empresas que exploraram florestas plantadas, normalmente em terras compradas ou tomadas de pequenos agricultores, que, ao se transformarem em sem-terra, procuraram a Igreja representada pelo Frei Chico para se integrarem na luta. Eventos com a 1ª Romaria fazem parte do conjunto de ações que envolvem a luta pela terra em Esplanada.

Esse evento da Romaria deixou clara a força do Frei como liderança. Uma Romaria com 3.500 pessoas, entre camponeses e simpatizantes, envolvendo 7 municípios, demonstra a força de seu líder. A fama da liderança de Frei Chico ultrapassou fronteiras, era comum chegarem trabalhadores rurais sem-terra de estados como Sergipe e Alagoas no convento em Esplanada em busca de Frei Chico. Muitos desses se engajaram na luta pela terra e hoje são assentados no município.

O primeiro assentamento de Esplanada a ser criado pelo INCRA foi o de São Francisco, em 30 de dezembro de 1996. Na mesma reportagem de Belém (2004), ela faz referência ao papel do Frei na criação desse assentamento e na denúncia contra a expansão das plantações de eucalipto, tão comuns no município:

De tanto acolher os agricultores no Convento de Esplanada e dialogar com as empresas, ele acabou conseguindo uma área de 400 ha que se tornou o assentamento São Francisco. A partir daí, a parceria Igreja Católica com os trabalhadores sem-terra não parou mais. “É uma luta constante e diária em defesa dos que sofrem. Vemos este horror que está aí (a quantidade de plantações de eucalipto) em uma terra que poderia ser a sobrevivência de milhares de famílias. Faço um apelo ao bom senso dos governantes que permitem que as empresas comprem todas as terras, devastando o solo, destruindo a flora e fauna, tirando o pão e a comida da boca de pessoas que se

vêm impedidas de trabalhar na terra para sobreviver”, argumenta o Frei (BELÉM, 2004 p.1-2).

Em Esplanada, a paisagem denuncia a presença forte da cultivo do eucalipto⁶. Existem algumas empresas que possuem ainda vasta área territorial e não usam. São estas áreas o principal alvo dos movimentos sociais na região. Municípios vizinhos, como Conde e Entre Rios, passam pela mesma situação. E por mais que os movimentos sociais de luta pela terra e outros como os de defesa ao meio ambiente denunciem a grande escalada da monocultura do eucalipto na região, a perspectiva de mudança não é favorável. Um grande *site* de publicação regional publicou recentemente dados da expansão da indústria de exploração de madeira na Bahia:

No quinto lugar entre os estados brasileiros produtores de florestas, com 10% da área total plantada no país, a Bahia deve registrar aumento de 15% no número de empregos relacionados ao setor até 2018. Segundo informações da Associação Baiana de Empresas de Base Florestal (Abaf), o setor registrou crescimento anual de 6,5% em 2013 em relação ao ano anterior, e a expectativa é de desenvolvimento acima deste percentual até 2018. Neste prazo, a previsão é de ampliação da área plantada. “A produtividade da Bahia, devido ao clima, solo e sol que temos no Nordeste, faz um diferencial grande”, enfatiza o diretor-executivo da Abaf, Wilson Andrade, que afirmou ainda que a Bahia tem a maior produtividade em metros cúbicos por hectare ao ano no mundo. “O território baiano produz, em média, 45 metros cúbicos por hectare/ano, enquanto a média brasileira é de 33 metros cúbicos por hectare/ano. A média dos países concorrentes do Brasil também é inferior - não passa de 25. A base florestal é um setor que não está sofrendo os efeitos da crise econômica”, acrescenta. As 95 empresas de base florestal atuantes no Estado oferecem 300 mil empregos, entre diretos, indiretos e de efeito-renda. O setor representa 5,4% do Produto Interno Bruto do estado (BAHIA NOTÍCIAS, 2015).

Se o clima e o solo favorecem o desenvolvimento da cultivo, então as grandes empresas não medem esforços para continuar se territorializando.

No intuito de verificar a opinião dos munícipes sobre o cultivo do eucalipto e a implantação dos assentamentos no município, foi feita a seguinte pergunta a algumas pessoas que trabalham com agricultura: “Você acha que o município estaria mais desenvolvido se no lugar dos assentamentos fosse plantio de eucalipto?” Obtivemos as seguintes respostas:

⁶ No capítulo II, que trata da estrutura agrária, será melhor explorado o estudo das áreas plantadas com eucalipto pertencente às empresas que atuam no município.

Olha, o eucalipto é uma grande preocupação, né? Com relação ao solo, há produtos que são utilizados no plantio do eucalipto que traz alguns prejuízos. Essa parte nos assentamentos, a questão da agricultura mesmo é mais importante. A questão de criação de animais eu acho que é mais importante para o município. (Gerente de casa agropecuária)

Não vejo como, de jeito nem maneira de qualidade nenhuma. Primeiro que a geração de emprego que o eucalipto vem produzindo hoje é muito menor com o avanço da tecnologia. Quando eles chegaram aqui, era o trabalhador que cortava, o peão que cambitava e colocava para as máquinas levarem. Hoje disse que já tem uma máquina que eu soube que faz tudo, que substitui cerca de 60 trabalhadores. (Secretário Municipal de Agricultura).

Mesmo com algumas pessoas levando em consideração a questão da renda, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que, se no lugar dos assentamentos fosse eucalipto, o município estaria menos desenvolvido. A cidade gosta da presença do assentado no município. Quando perguntados sobre a importância dos assentados para o município, todos responderam de forma positiva. A resposta do Técnico da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) é muito completa nesse sentido:

Houve uma grande participação para a criação dos assentamentos, na época eu estava secretário da agricultura, onde a gente agilizamos, juntamente com o Frei Chico, que é um padre, que os assentamentos agradecem muito a ele o desenvolvimento hoje dos assentamentos e a gente tem assim um levantamento feito de 2000 até hoje. Existe uma viabilidade com relação aos assentamentos e a gente vê visivelmente na feira livre de hoje do nosso município, onde antigamente a gente não encontrava nenhum produto agrícola e hoje a gente já tem uma oferta muito grande com relação a todos os produtos da agricultura familiar. A grande importância dos assentamentos é justamente isso, é fazer com que agricultores tenham seu pedaço de terra para poder produzir e fornecer alimentos para população. Sem dúvida nenhuma, os assentamentos trazem progressos pro nosso município em questão de oferta de produtos e a gente tem assim uma relação muito, muito estreita, muito boa com os assentamentos. Muito, muito, muito, muito mesmo. Esplanada hoje, em termos de população, em termos de produção, em termos principalmente da citricultura. A nossa citricultura do nosso município hoje a gente tá classificada em segundo lugar hoje em termos de citricultura. Então mudou bastante até em termos de renda para o município. Trouxe progresso para o município. É um aproveitamento, onde nas áreas era plantio de eucalipto, hoje a gente, os agricultores, estão produzindo alimentos (M. R.TÉCNICO da EBDA, 2014).

Através das entrevistas com os moradores do município, verifica-se que a luta do Frei Chico pela terra não foi em vão. Além de conseguir as terras para quem não tem, melhorou a vida do município como um todo. Foi comum ouvir dos comerciantes que

os assentamentos movimentam a cidade. Ou seja, passou a existir uma nova dinâmica na cidade. Mas quais são os assentamentos criados pelo INCRA em Esplanada?

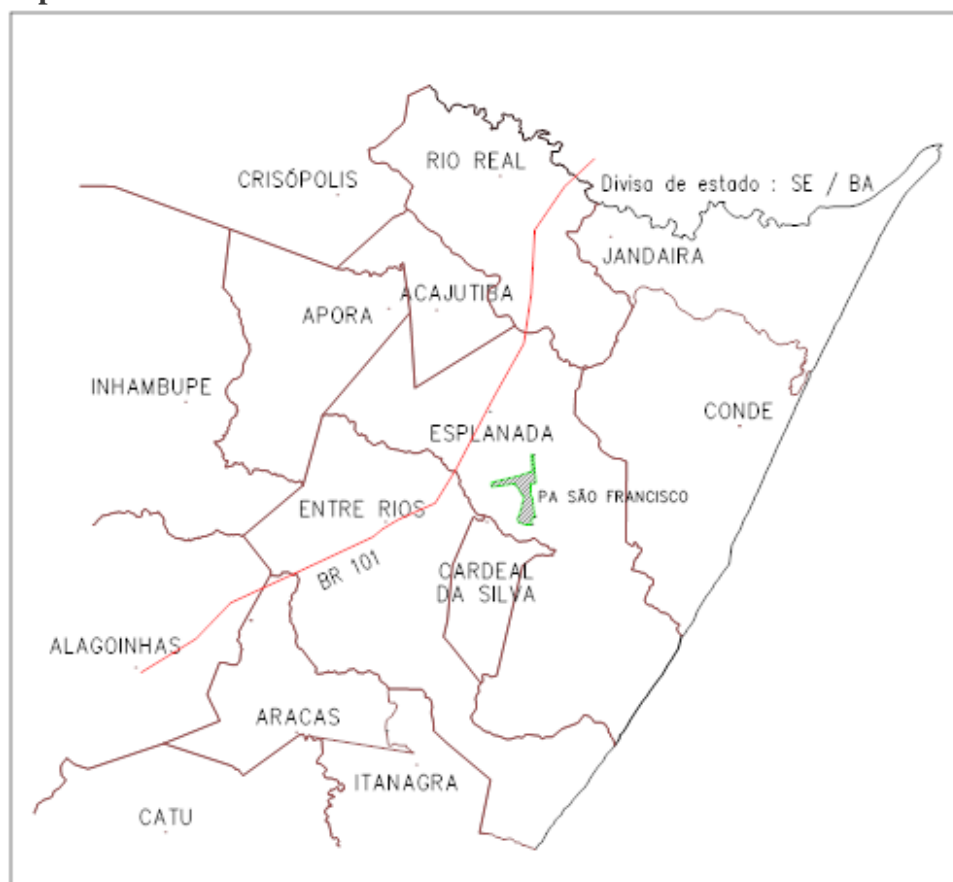
O primeiro assentamento criado em Esplanada foi o **São Francisco** (Mapas 9 e 10). As palavras de seu Zelito, assentado antigo, explicam como foi o começo da luta pela terra:

Frei Chico, vendo a situação de muitos agricultores sem terra no município, começou a fazer reuniões todo final de semana na Igreja Matriz, ele falava da novidade dos sem terra no sul da Bahia. Ai ele começou a chamar todo mundo da agricultura que não tinha terra. Quando já tinha setenta famílias, ai Frei Chico procurou o dono da FERBASA que disse que ia deixar cada família em 4 hectares, depois de dez anos ele iria voltar para ver se o agricultor tinha cuidado da terra, ai então ele ia dar o título da terra. Só que nois cuidamo logo das quatro tarefas e queria mais, então procuramo Frei Chico, ele disse que ia conversar com o dono da FERBASA. O dono da FERBASA disse que tinha outras duas fazendas coladas na terra, mais era para procurar o INCRA que ele vendia as terras. Frei Chico procurou o INCRA e resolveu tudo.

Assim, a junção das propriedades resultou em 1.836,3438 ha e em 17 de setembro de 1996 foi desapropriada. O assentamento foi criado em 30 de dezembro de 1996, para uma capacidade de 87 famílias. O lote para cada família é em torno de 15,38 ha.

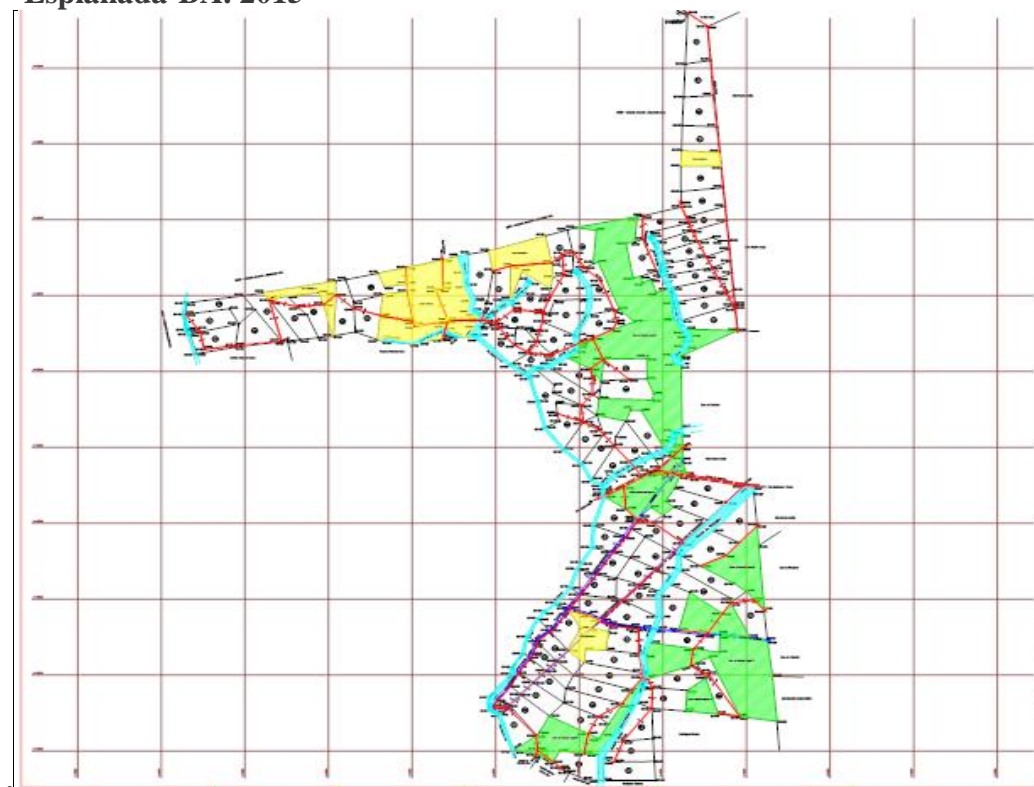
Esse assentamento localiza-se no centro do município, a 13 km da sede (Mapa 9). Destaca-se a produção de alimentos para consumo interno, com destaque para feijão, mandioca e milho e também explora a cultura do maracujá e da laranja. Tempos passados desenvolveu grande plantio de abacaxi, mas sem a devida assistência técnica, a cultura foi praticamente dizimada pela doença fusariose. Os Mapas 9 e 10 mostram informações sobre localização e tamanho das áreas do assentamento.

**Mapa 9 - Localização da área do assentamento São Francisco.
Esplanada-BA. 2015**



Fonte: INCRA, 2015.

Mapa 10 - Parcelamento da área do assentamento São Francisco. Esplanada-BA. 2015



Fonte: INCRA, 2015.

Segundo o INCRA (2015), as áreas que compõem o assentamento São Francisco são discriminadas da seguinte forma: a área de reserva legal é de 415,23 ha, a de preservação permanente é de 105,80 ha, a área loteável é de 1338,44 ha, a da agrovila é de 95,38 ha, a área onde passa a linha de transmissão de energia elétrica é de 2,05 ha, área do gasoduto da Petrobrás é de 5,30 ha, área coletiva é de 72,21 ha e área de estradas de 35,15 ha.

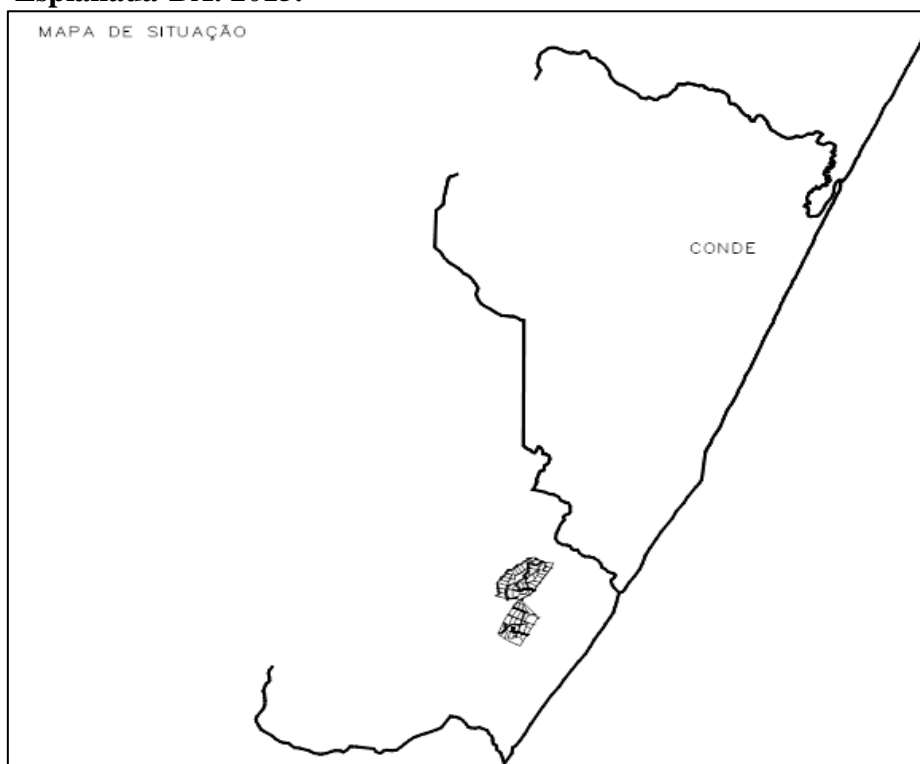
O segundo assentamento criado em Esplanada foi o **Reunidas Palame** (Mapas 11 e 12). Também teve participação importante do Frei Chico. Não houve conflitos.

Tudo começou com reuniões de Frei Chico com agricultores sem terra, estes ao saberem das famílias que conseguiram terra onde hoje é o assentamento São Francisco, também queriam terra nessa parte do município mais ao litoral. Assim, Frei Chico mantinha um diálogo com a FERBASA, proprietária da Fazenda Reunidas Palame. Como as negociações não avançaram, então foi organizada a ocupação do imóvel. Logo, ocorreu uma ordem de despejo, como foi comentado anteriormente, mas três dias depois foi resolvido pacificamente o problema. A empresa FERBASA fez uma doação

de 2.041,40 ha. A data de obtenção foi em 22 de outubro de 1996 e o assentamento foi criado em 31 de dezembro de 1997 para uma capacidade de 65 famílias. Hoje o assentamento conta com 55 famílias assentadas. Esse assentamento é o mais próximo ao litoral. Apresenta diversos córregos e alguns rios.

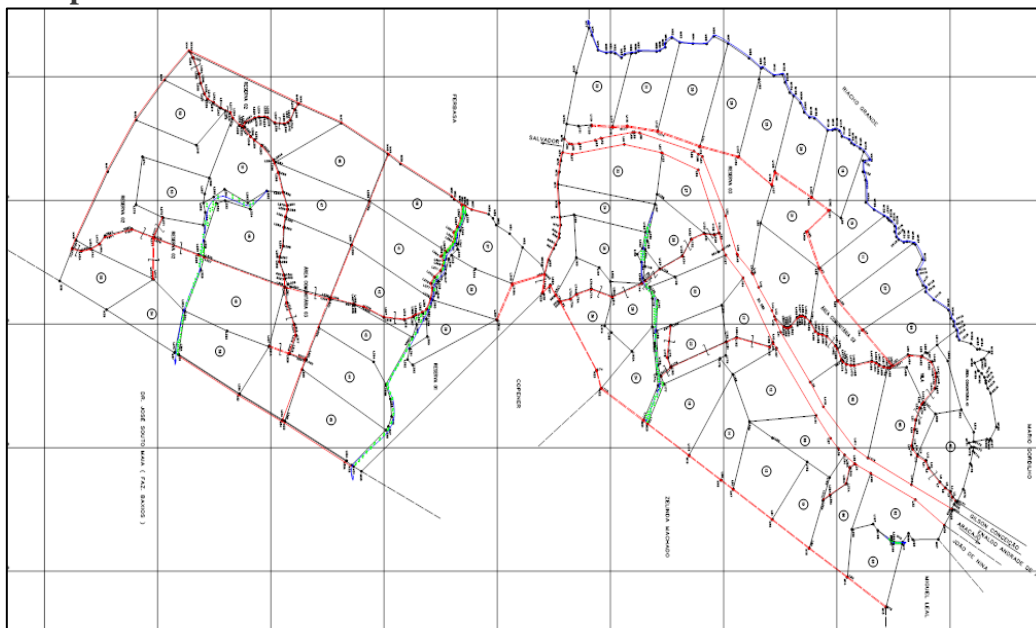
Além do cultivo de produtos para o próprio consumo, exploram também a cultura do coco. Segundo os assentados, as mudas de coco que foram compradas pela empresa que prestava assistência técnica na época, eram inadequadas para as condições climáticas locais, fato que gerou prejuízo a quase todos os assentados.

Mapa 11 - Localização da área do assentamento Reunidas Palame. Esplanada-BA. 2015.



Fonte: INCRA, 2015

MAPA 12 - Parcelamento da área do assentamento Reunidas Palame. Esplanada-BA. 2015.



Fonte: INCRA, 2015.

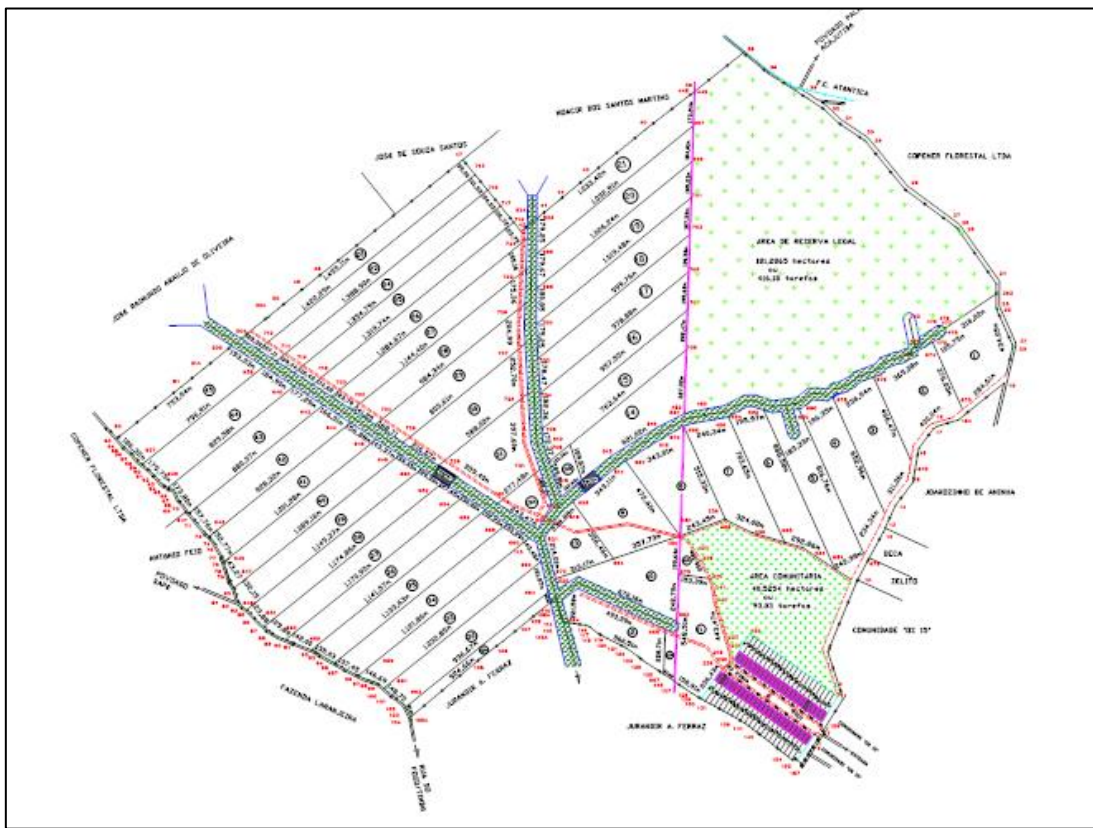
O terceiro assentamento implantado foi o **Patizinho** (Mapa 13). Através de desapropriação, o INCRA obteve a terra em 10 de abril de 2005. O assentamento foi criado em 16 de dezembro de 2005 em uma área de 929,3970 ha com capacidade para 45 famílias, e hoje apresenta 43 famílias assentadas. Cada lote apresenta em torno de 14,27 ha. Fica localizado ao lado da sede do município.

Segundo Galego, um de seus líderes, o Patizinho surgiu da seguinte forma:

A gente estava acampado na área que ia ser feito o assentamento Nova Esplanada, mas tinha muita família e a terra não ia dar para todo mundo, então Frei Chico disse que ia procurar outra terra. Ele encontrou uma fazenda perto da cidade que não estava sendo usada, era do filho de um ex General. Ai começamos a fazer as reuniões no salão paroquial do bairro do Timbó, que era colado na fazenda. Frei Chico chamou agricultores de Rio Real e também de Entre Rios. Frei Chico conversou com o dono e ele deixou a gente acampar, ai fizemos os barracos e ficamos mais ou menos uns cinco anos esperando, ai o INCRA desapropriou.

Além do cultivo de produtos para o próprio consumo, exploram também a fruticultura, com destaque para os cultivos do maracujá, laranja e melancia.

Mapa 13 - Parcelamento da área do assentamento Patizinho. Esplanada-BA. 2015.



Fonte: INCRA, 2015.

Segundo o INCRA (2015), as áreas que compõem o assentamento Patizinho são discriminadas da seguinte forma: a área de reserva legal é de 181,29 ha (19,5%), a de preservação permanente é de 39,89 ha (4,29%), a área loteável é de 642,21 ha (69,13%), a da agrovolta é de 23,53 ha (2,53%) e a área onde passa a linha de transmissão de energia elétrica é de 1,61 ha (0,17%).

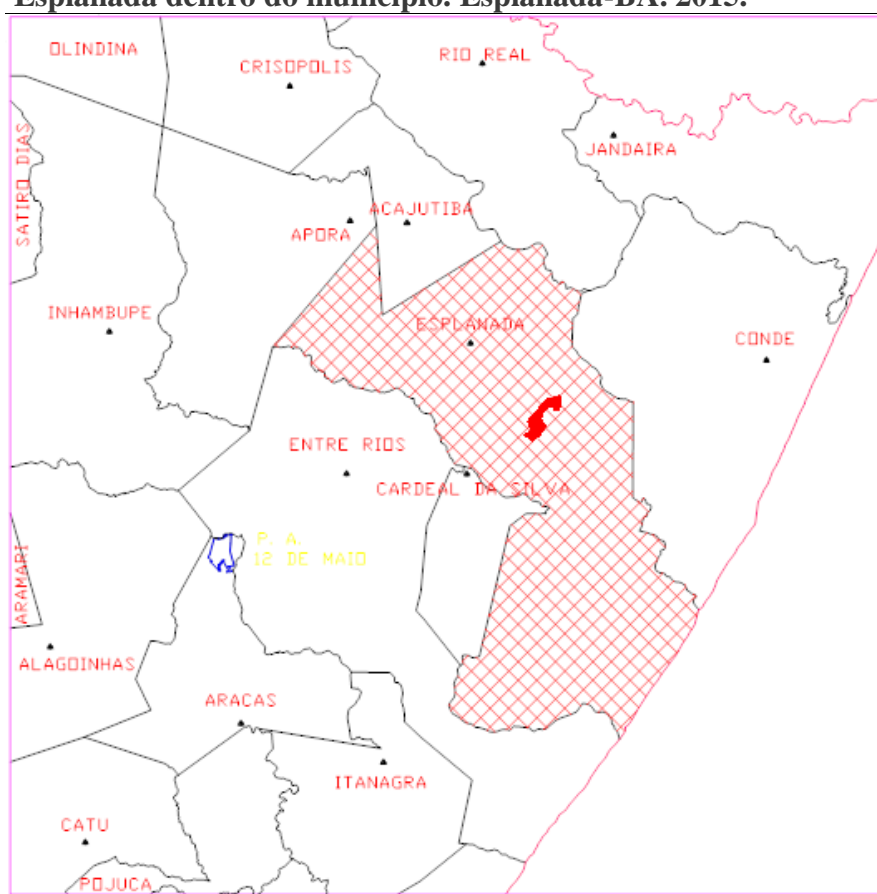
O quarto assentamento criado em Esplanada foi o **Boa Vista de Esplanada** (Mapas 14 e 15), também conhecido como Nova Esplanada. Ocorreu a ocupação da fazenda e logo depois houve a negociação entre a empresa proprietária (FERBASA) e o Governo. Seu Zé, um dos líderes do assentamento nos contou como foi o início:

Frei Chico começou a chamar mais agricultores que não estavam nem no São Francisco nem no Reunidas Palame, aí eu fui para uma reunião no convento em 2002, depois fui para outra e só tinha seis famílias. Depois dessas duas reuniões cresceu muito o número de famílias e chegou a cinquenta famílias, aí o Frei Chico disse que já tinha conversado com o dono da FERBASA, o seu José de Carvalho e ele deixou acampar, aí tinha umas cinquenta famílias, mas Frei Chico disse que não dava para todo mundo, então algumas foi para o Belo Jardim e outras para o Patizinho. No começo foi muito difícil, era só 324 hectares e prefeitura e a igreja que ajudava, no começo era só uma creche

e os barracos, mas em 2005 o INCRA desapropriou outra fazenda e juntou tudo dando 1002 hectares.

Assim, a propriedade com 1.002,1365 ha foi obtida em 31 de maio de 2005 por desapropriação. O assentamento foi criado em 16 de dezembro de 2005 para uma capacidade de trinta famílias. Atualmente, existem 27 famílias assentadas. O INCRA construiu 22 casas. Esse assentamento localiza-se no centro do município.

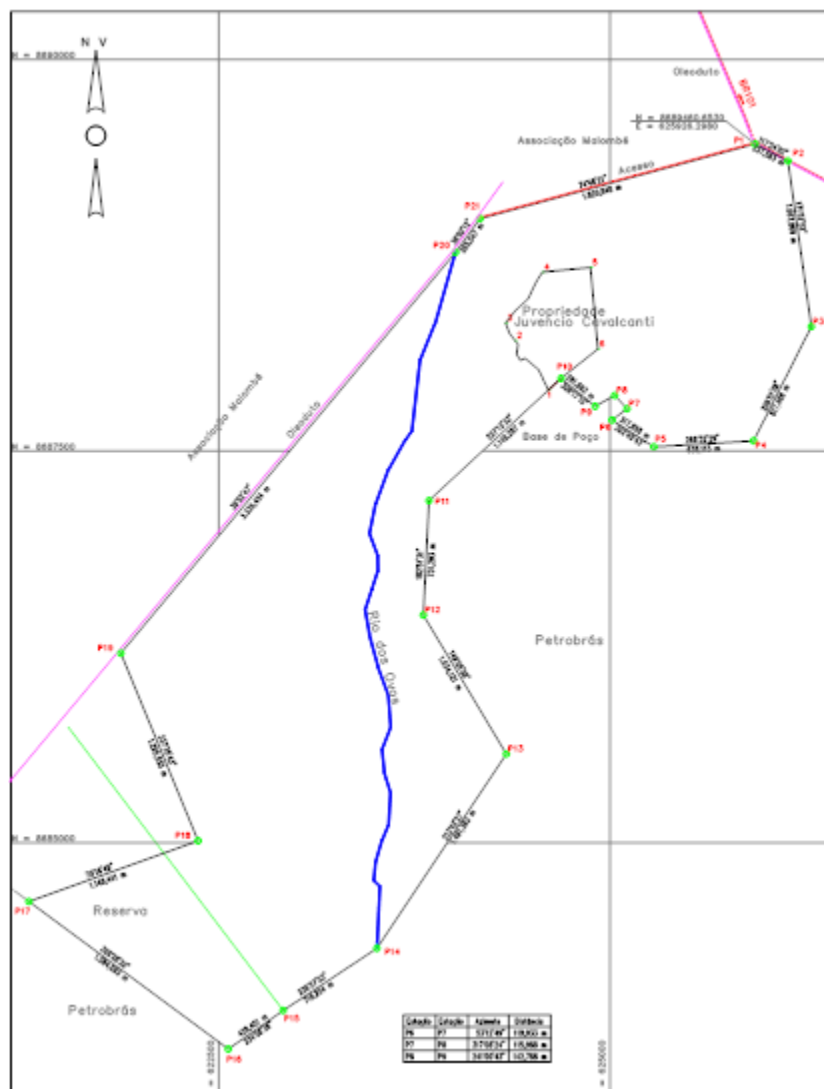
Mapa 14 - Planta de localização do assentamento Boa Vista de Esplanada dentro do município. Esplanada-BA. 2015.



Fonte: INCRA, 2015.

Destaca-se o cultivo de produtos para o próprio consumo, com destaque para feijão, mandioca e milho e também a exploração da cultura do maracujá e da laranja. O assentamento ainda não apresenta parcelamento.

Mapa 15 - Planta do assentamento Boa Vista de Esplanada-BA. 2015.



Fonte: INCRA, 2015

O quinto assentamento criado foi o **Fazenda Reunidas Boa Vista e outras** (Mapa 16 e 17), também conhecido como assentamento Belo Jardim. Através de desapropriação, o INCRA obteve a terra em 07 de março de 2006. A propriedade pertencia à empresa FERBASA. O assentamento foi criado em 07 de dezembro de 2007 em uma área de 2.436,7091 ha, com capacidade para 62 famílias e hoje apresenta 46 famílias assentadas. Fica localizado a 30 km da sede.

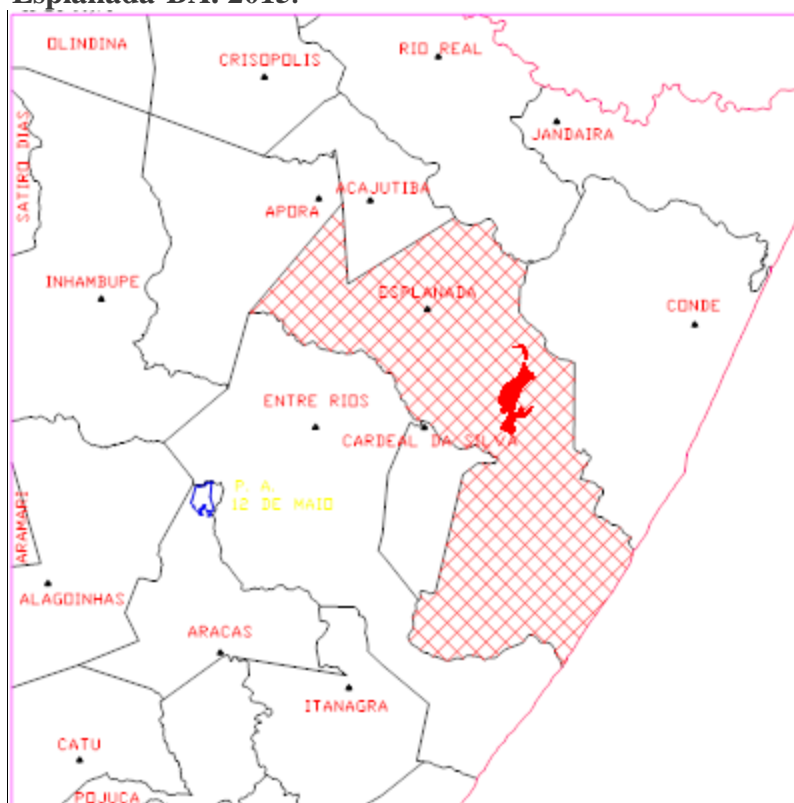
Esse assentamento surgiu da necessidade de assentar mais pessoas, pois o assentamento Boa Vista de Esplanada tinha recebido pessoas demasiadamente, então

Frei Chico começou a fazer reuniões com os acampados que estavam em barracos no assentamento Nova Esplanada e que provavelmente não seriam atendidos.

Seu Passarinho, um dos líderes do Assentamento relembra um pouco da história:

Frei Chico fez umas reuniões com a gente lá no Reunidas Boa Vista , depois entrou em contato com o proprietário da FERBASA e o no dia 26 de agosto de 2006 o Frei celebrou a missa campal e a gente se instalou aqui com nossos barracos. Não teve briga com ninguém. Hoje existem 46 famílias e apenas 18 casas construídas

Mapa 16 - Planta de localização do assentamento Fazenda Reunidas Boa Vista e outras dentro do município. Esplanada-BA. 2015.



Fonte: INCRA, 2015.

Além do cultivo de produtos para o próprio consumo, exploram também a fruticultura com o maracujá e a laranja. É o único assentamento de Esplanada que não possui energia elétrica. Uma empresa de plantação de eucalipto não permitiu a passagem dos cabos de energia por uma de suas propriedades e isso tem dificultado a

Entende-se que a luta agora são por melhores condições dentro dos assentamentos. Ouvimos dos assentados muitas reclamações sobre o papel dos governos do município, do estado e principalmente do Governo Federal através do INCRA⁷. Em uma de nossas entrevistas, o assentado responde o que sente em relação ao papel do INCRA no assentamento:

Rapaz, é devagar. O INCRA é devagar. Falar a verdade, porque eu já andei muito ali pra aquele INCRA pedindo as coisas pros assentamentos e é devagar demais. É lento demais. A questão deles é que tem muitos assentamentos e não pode dar a todo mundo. E as coisa vão se agravando nos assentamentos. (ASSENTADO Nº 20, São Francisco, 2014).

Nota-se, de um modo geral, que a luta pela terra foi de certa forma mais tranquila do que a que normalmente ocorre em outros locais.

A CPT e principalmente o Frei Chico à frente da luta tornou esse processo pacífico. Hoje, sem o Frei à frente, percebe-se um enfraquecimento da luta pela terra e na terra. Os assentados ainda não conseguiram construir uma nova liderança. Eles até têm conhecimento dos seus adversários, pois em muitos momentos eles se referiam ao agronegócio como ameaça, porém sentem-se um tanto quanto fragilizados para o enfrentamento.

Procuramos a Igreja em Alagoinhas para colhermos informações sobre a participação da CPT em Esplanada após o afastamento do Frei Chico. Fomos informados que a Pastoral da Terra em Alagoinhas foi desativada e que o município de Esplanada seria agora assistido pela Pastoral localizada na cidade de Paulo Afonso, a mais de 300 km de distância.

De fato detectamos em nossas visitas que a CPT de Paulo Afonso tem prestado alguma assistência aos assentados, mas observamos também que o papel atual da CPT está muito distante do que era exercido pelo Frei Chico, inclusive alguns assentados mostraram-se insatisfeitos com a assistência nova da CPT. Uma das principais queixas foi que a CPT tem tratado as causas em conjunto com outros assentamentos de outros municípios, bem diferente do tratamento dado pelo Frei Chico, que tratava das causas de forma mais específica. Procuramos também lideranças do MST na região para saber sobre as mediações em Esplanada, e fomos informados que a situação de Esplanada

⁷ O papel do INCRA frente aos assentamentos será discutido no Capítulo 3.

ainda encontra-se indefinida. Desamparados, os camponeses de Esplanadas estão enfraquecidos na luta pela terra e na terra.

A CPT denuncia a existência de uma série de ameaças aos camponeses:

Denunciamos a expansão do agronegócio através das monoculturas do eucalipto, fruticultura irrigada, cana-de-açúcar etc., e hidronegócio, através da carcinicultura, e da atividade mineral, bem como a transformação da água, bem essencial e direito humano fundamental, em recurso econômico e privado. Esses empreendimentos são fomentados por investimentos públicos que têm intensificado a concentração fundiária, a superexploração dos trabalhadores e dos recursos naturais (água, terra, ar, minérios, florestas etc.), bem como a sua degradação, a violência física e simbólica promovida contra camponeses e camponesas, e, sobretudo, o comprometimento da soberania alimentar da população brasileira (CPT, 2013).



Figura 2 - Camponeses do assentamento Nova Esplanada, com o quadro de Frei Chico em mãos. 2014.

O município de Esplanada encontra-se em uma região altamente vulnerável, a sofrer boa parte dessas ameaças denunciadas pela CPT. Entende-se que os camponeses de Esplanada, sejam eles com terra ou sem terra, precisam se unir e se fortalecer para a continuidade da luta, seja ela pela terra e/ou na terra. A ausência do Frei Chico abre espaço para que outros protagonistas assumam o papel de mediador e liderança, e isso tem que ser rápido, pois o agronegócio não espera, tem pressa e se o caminho estiver livre ele se territorializa rapidamente.

Como veremos no próximo capítulo, a estrutura fundiária de Esplanada continua altamente concentrada e só não piorou devido à presença dos assentamentos, mas sejamos vigilantes, pois ainda cabe mais concentração.

A luta precisa continuar para que possamos ter uma sociedade mais igual, como deseja o Frei Chico. Esse desejo do Frei é muito bem explicitado pelo seminarista Gonçalves, quando perguntado se já havia participado da manifestação “Grito dos Excluídos” com Frei Chico à frente:

Por três vezes! Sentia ali uma energia tão grande, uma espécie de marcha para libertação das amarras da opressão da pobreza, da Páscoa do povo de Deus para um único objetivo: denunciar a opressão, a injustiça social, a discriminação e exclusão do pobre, dos seus direitos. Era uma espécie de manifestação que alimentava as forças daquele povo humilde e sofrido e a figura emblemática franzina do Frei Chico, no meio da multidão, com o megafone, cantando (*...Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra e um novo mar, e nesse dia os oprimidos uma só voz a liberdade irão cantar, na nova terra o negro não vai ter corrente, e o nosso índio vai ser visto como gente, na nova terra o negro o índio e o mulato, o branco e todos vão comer no mesmo prato...*) e citando palavras de ordem e passagens do Evangelho contra todo tipo de discriminação e opressão.

CAPÍTULO 2

**A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO
BRASIL NA BAHIA E EM ESPELNADA: a
grande propriedade e os assentamentos em
destaque**

2.1. BREVE HISTÓRICO DOS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA

Desde o Tratado de Tordesilhas, passando pelas sesmarias e pelas capitanias hereditárias, até os dias atuais, concretizou-se no Brasil o processo de apropriação injusta de terras. Aconteceram os ciclos da cana-de-açúcar, da mineração, da pecuária, do algodão, do café, da borracha, do fumo e de outros produtos de menor expressão, mas pouco foi modificado na forma de explorar as terras brasileiras, ou seja, mantiveram-se o latifúndio, o monocultivo, a exploração de mão de obra barata e a produção voltada à exportação.

Passado o período do Império, começa a República e, mesmo com o processo de industrialização, muitos camponeses continuaram a viver como no Brasil Colônia: sem terra e com poucas perspectivas de mudanças em relação à concentração fundiária e à melhoria nas condições de trabalho. Assim, desde o começo, o Brasil rural foi uma porta aberta para que se concretizasse o domínio do capitalismo agrário.

A penetração capitalista no campo, a partir da década de 1960, ocorreu por meio do "modelo prussiano", caracterizado pela transição da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista e pela exclusão econômica da maioria dos pequenos produtores. O cerne deste modelo é a modernização conservadora⁸, que teve como pilar a modernização de parte das grandes propriedades com a consequente manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, que exigia qualidade e produtividade, características atreladas à adubação química e à mecanização tendo em vista o mercado externo e as demandas da indústria nacional, que passaram a determinar o perfil da agricultura brasileira (CARDIM et al., 2005).

O Brasil é um dos maiores países em dimensão territorial do mundo; no entanto, possui milhares de agricultores sem-terra e/ou com pouca terra (menos de 20 hectares), fato explicado pela extrema concentração fundiária e pela desigualdade social que há no país, situação ampliada com a “modernização conservadora” a partir da década de 1960, na qual propriedades chegam a ter, muitas vezes de forma ilícita por meio da grilagem,

⁸ Segundo Delgado (2011), é relevante conhecer que a chamada “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela Reforma Agrária e tratava-se de uma resposta à política agrícola dos anos 1950, dominada excessivamente pela prioridade do Instituto Brasileiro do Café (IBC) à valorização cafeeira e ao regime cambial então vigentes. Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e da urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, estancadas durante quase 20 anos no nível de US\$ 1 a 1,5 bilhão por ano.

mais de 20 mil hectares de terra. Essa concentração fundiária excluiu da produção agropecuária milhares de famílias que atualmente se encontram desempregadas nas periferias das cidades, possuindo apenas o desejo de ter a oportunidade do acesso à terra e melhorar sua condição de vida (MIRALHA, 2006).

Fernandes (1998, p. 2) avalia que duas décadas de Ditadura Militar também conservaram a concentração de terras.

O Brasil conheceu uma intensa transformação em sua agricultura no período de 1965 a 1985. Nessas décadas de ditadura, os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Essas transformações geraram, de um lado, a modernização tecnológica financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, de modo que a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje.

Após o golpe de 1964, o governo militar reprimiu violentamente as manifestações em prol de uma distribuição mais equilibrada da posse da terra. Inclusive como resposta à sociedade, o governo adotou algumas políticas agrárias no sentido de amenizar o clima de tensão, mas também de manter o domínio da situação. Assim, o Estatuto da Terra foi aprovado, mas não foi aplicado efetivamente, ficando apenas no papel, e o que ocorreu foi o apoio dos militares a grandes empresas agrícolas. Naquela época, o Estatuto da Terra, tornado lei pelo Regime Militar, era lei morta, pois a colonização na Amazônia aparecia como autêntica contrarreforma, como escreveu Octávio Ianni. Após 20 anos, os militares não permitiram que, do Estatuto, saísse um primeiro plano nacional de reforma agrária (OLIVEIRA, 2007).

Com a redemocratização, José Sarney assume a presidência da República (1985-1990) e surgem novas perspectivas ao povo do campo. Com a restauração do regime civil em 1985, a política de reforma agrária é incluída no programa do novo presidente, que possui base conservadora e é obrigado a reconhecer a gravidade da questão agrária em face das tensões sociais por ela geradas. Assim, é criado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (MARQUES, 2004).

O I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA) foi amplamente divulgado e comemorado como uma política governamental que resolveria o problema da propriedade da terra no Brasil. Era uma nova conjuntura política, a "Nova República", que prometia uma reforma agrária bem mais ampla e moderna que a do governo militar. Assim, criar um número maior de assentamentos seria uma alternativa para efetivamente realizar a reforma agrária no Brasil.

Desde a sua versão original, o I PNRA sofreu algumas alterações. Silva (1987, p. 145 *apud* FERNANDES, 1998) comenta sobre as alterações.

Naquele mesmo ano surgia a União Democrática Ruralista (UDR) que mobilizava os latifundiários para pressionar o governo Sarney contra a realização do PNRA. Os limites da reforma agrária ficaram explicitados com os recuos que o PNRA sofreu durante a sua elaboração. Foram doze versões que desfiguraram totalmente a Proposta apresentada pela equipe do engenheiro agrônomo José Gomes da Silva: "Para ilustrar o grande recuo do projeto Sarney preferimos, simplesmente mostrar o que significou quantitativamente, a criação da esdrúxula figura do 'latifúndio produtivo', de autoria dos juristas do Palácio do Planalto. Essa análise é aqui efetuada com base nas diferentes interpretações do estranho parágrafo 2º do artigo 2º do referido decreto Nº 91.766. Segundo a opinião abalizada de Luís Edson Fachin, o dispositivo é paradoxal ao tentar criar a figura do "latifúndio produtivo", mas que "tem sua razão de ser", do ponto de vista dos adversários da reforma, é claro".

Em 1985, com a implantação do plano, passou a ocorrer forte luta entre a União Democrática Ruralista (UDR), o governo Sarney e os camponeses sem-terra, posseiros etc. O objetivo da UDR foi inviabilizar a implantação do I PNRA (OLIVEIRA, 2007). O autor ainda relata o fraco desempenho do I PNRA em seu início, quando apenas 5% das metas das famílias assentadas e da área desapropriada no primeiro ano foram atingidas; depois de dois anos, menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas. Oliveira (2007) comenta também o motivo para o fraco desempenho: a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na UDR, que inviabilizavam as desapropriações com medidas judiciais.

Assim, percebe-se a força que a UDR apresentava no governo, impedindo que o PNRA fosse funcionar de forma eficaz em seus propósitos. Isso aconteceu desde sua criação até a implementação do Plano. Oliveira (2007) já comentava que, o Estatuto da Terra, para que virasse plano, seria necessário superar o fosso construído pelos capitalistas rentistas aliados aos setores nacionais do capital mundializado e territorializado.

A ampliação das ações da UDR ocorreu durante a Constituinte de 1988. Os ruralistas conseguiram barrar no plenário do Congresso a proposta de uma reforma agrária ampla, geral e irrestrita. A chamada "bancada ruralista", com o apoio declarado da UDR, venceu a batalha parlamentar e a Constituição de 1988 passou a conter uma legislação mais reacionária que o próprio Estatuto da Terra (OLIVEIRA, 2007).

Em relação à Constituição, Fernandes (1998) também comenta sobre essa influência da UDR, relatando que, durante a fase da elaboração da Constituição, ocorreu a grande derrota na luta pela reforma agrária, pois prevaleceu os interesses dos latifundiários. Estes, com o apoio da UDR, conseguiram aprovar um "dispositivo genérico", tornando a propriedade produtiva intocável. No entanto, a definição do conceito de propriedade produtiva ficou a cargo da legislação complementar.

Sobre o mesmo assunto, Stédile (2002) afirma que a Constituição Federal de 1988 poderia ser um marco na execução de políticas voltadas ao campo e à redução da concentração de terras no Brasil, mas o resultado não foi o esperado. Pelo contrário, até houve retrocessos, pois a nova Constituição acabou por legitimar o "latifúndio produtivo" ao não regulamentar o artigo que previa a desapropriação de terras maiores que o limite máximo de módulos fiscais. Além disso, não foi realizada a atualização dos níveis de produtividade por módulo fiscal, mantendo os padrões editados em 1964.

Assim, diante da forte oposição dos latifundiários, sobretudo daqueles que organizavam a bancada da UDR, e dos compromissos do governo Sarney com sua base ruralista, não chegam a ser realizados 10% da meta do plano (MARQUES, 2004).

Já na década de 1990 assumiu o governo Fernando Collor de Mello. A proposta desse governo para a reforma agrária era apenas 35% do que José Sarney propusera e não cumprira. Passados os dois primeiros anos do governo Collor, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas, revelando também a decisão política de não promover a reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2007).

Com a cassação/renúncia de Collor de Melo, assumiu o vice Itamar Franco. Somados esses dois governos, menos de 50 mil famílias foram assentadas entre 1990 e 1994 (OLIVEIRA, 2007). Ainda no governo de Itamar foi aprovada a Lei Agrária, que continha artigos que dificultavam a reforma agrária (MACHADO, 2013).

Em 1995, assumiu a presidência da República Fernando Henrique Cardoso com uma proposta de reforma agrária ainda mais tímida que a de seus antecessores: assentar em quatro anos de governo (1995 a 1998) um total de 280 mil famílias. Dessa forma, sua meta foi de menos de 60% da previsão do governo Collor e correspondeu a somente

20% do previsto no I PRNA do governo Sarney (OLIVEIRA, 2007). Para piorar a situação de realização da reforma agrária, em 24 de maio de 2001 foi aprovada a Medida Provisória 2109/52, que impediu a desapropriação de áreas ocupadas. Por isso, os movimentos sociais rurais entenderam que houve mais retrocessos que avanços na questão da reforma agrária, sendo que a concentração de terras e a dificuldade do acesso à terra continuavam altas. Também foram elaboradas políticas públicas ligadas ao meio rural, visando prioritariamente ao auxílio às grandes propriedades e ao agronegócio (MACHADO, 2013).

Oliveira (2007) relata que Fernando Henrique Cardoso, devido a uma pressão social maior exercida pelos movimentos, assentou 373.210 famílias nos seis primeiros anos de governo. Isso foi feito por meio de regularizações fundiárias (posses), remanescentes de quilombos, assentamentos extrativistas, projetos Casulo e Cédula Rural e projetos de reforma agrária propriamente ditos. O mesmo autor chama a atenção para o fato de que a maioria das famílias (quase 60%) foi assentada na região Amazônica, local em que ocorreu pouco mais de 10% das ocupações.

Percebe-se, então, que os governos não conseguem cumprir as metas do I PNRA. O de Fernando Henrique Cardoso assentou relativamente um número maior de famílias que seus antecessores, mas usou de políticas fundiárias diversas e das desapropriações para construir esses números. No entanto, estes, que eram o principal objetivo dos movimentos sociais, não aconteceram como se esperava. Fica claro também que esse número excessivo de assentamentos no Norte do país ocorre em virtude da opção do governo em não enfrentar os latifundiários já estabelecidos em outras regiões, como no Nordeste.

Outro detalhe que merece atenção é o fato de as famílias serem assentadas por programas de crédito fundiário, a chamada Reforma Agrária de Mercado (RAM), instituída pelo Banco da Terra. Essa modalidade tira a essência do objetivo da real reforma agrária transformadora, porque foi proposta supostamente para conter a “indústria de desapropriação”, que teria sido beneficiada por indenizações milionárias, colocando em segundo plano o instituto da função social da terra e reafirmando na prática a precedência do direito da propriedade privada. Assim, o governo mantinha seu compromisso com a estrutura de poder econômico e político que historicamente impediu a distribuição da terra e da renda no país (MARQUES, 2004).

Esse modelo imposto pelo governo visava, entre outras coisas, a fortalecer o capitalismo no mundo globalizado. A ideia de vender terras aos camponeses combinava

bem com o modelo vigente, mas era contrária ao real modelo desejado pelos camponeses. Esses foram literalmente enganados.

Tomando como base o ano de 2005, Ramos Filho (2008) realizou mais de 1.500 entrevistas com os beneficiários da RAM em 13 estados. O resultado mostrou que a maioria não compreende os termos de seus empréstimos e que 19% das pessoas foram processadas e abandonaram suas casas. Outros 40% nunca receberam qualquer assistência técnica e 86% tinham apenas contatos esporádicos com os serviços de extensão (RAMOS FILHO, 2008).

Assim, foi finalizado o governo de Fernando Henrique Cardoso, com uma política de assentamentos rurais e fortalecimento do agronegócio. Os movimentos sociais tiveram suas lideranças criminalizadas e a violência policial era constante contra os camponeses sem-terra. Os latifúndios improdutivos continuaram em sua maioria intocáveis e as metas do I PNRA longe de serem cumpridas. Por essas e outras é que Oliveira (2007) afirma a **não reforma agrária** no Brasil.

Em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o governo. Tido como um governo representante das forças populares, a efetiva reforma agrária era expectativa de muitos. Porém as alianças feitas logo no início do governo começaram a deixar dúvidas sobre a real intenção do governo. Oliveira (2007) relata que muitas foram as composições e concessões para que fosse garantida a governabilidade e que, simultaneamente à grande expectativa dos movimentos sociais em relação à reforma agrária, a agricultura mundial entrava em um novo patamar de acumulação.

Nessa conjuntura, foi lançado o II PNRA. O plano, assim como o primeiro, também sofreu influência para que o latifúndio não fosse afetado de forma mais contundente. Inicialmente à versão final desse plano, foi formada uma equipe para sua elaboração, liderada por Plínio de Arruda Sampaio. Esse versão ficou conhecida como Plano Plínio e priorizava a desapropriação como forma de implementar a reforma agrária. Por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) também elaborou a sua versão, mas que não priorizava a desapropriação. Fernandes (2010), *apud* FERNANDES (2012) retrata bem o resultado dessa situação.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pela equipe de Sampaio, foi rechaçado pelo governo Lula que adotou o plano do MDA. Esta atitude demonstrava que a reforma agrária prometida não seria cumprida. De fato, assim foi. Em 2010, no Brasil havia mais de oito mil assentamentos onde vivem mais de um milhão de famílias. A maior parte dessas terras são áreas regularizadas, ou seja, as famílias já viviam nestas terras e receberam seus

títulos. O governo denominou este procedimento de incorporação à reforma agrária. Nas duas gestões do governo Lula (2003-2006/2007-2010) a regularização fundiária predominou em seu plano de reforma agrária.

Entende-se que essa forma de assentar famílias, sem priorizar a desapropriação, é uma manobra dissimulada feita pelo governo para gerar números satisfatórios à mídia. Ou seja, o governo assentou famílias por várias políticas governamentais. Para discernir os atos governamentais relacionados à reforma agrária, Oliveira (2007) sugere uma classificação:

- 1. reordenação fundiária:** refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seus acessos às políticas públicas;
- 2. regularização fundiária:** refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros etc.) já existentes nas áreas-objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos etc.);
- 3. reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens:** referentes aos proprietários ou aqueles com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas;
- 4. reforma agrária:** relativa somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas.

O mecanismo de usar os atos governamentais, exceto a desapropriação, foi amplamente usado pelo governo petista. Assim, os números do governo Lula não foram os esperados. Logo que assumiu o governo, o então presidente deparou-se com uma forte expectativa popular em torno de mudanças sociais, entre elas a redistribuição da propriedade da terra no campo. Mas o governo tem dificuldade de pôr a máquina do Estado para funcionar e assenta somente aproximadamente 60 mil famílias em seu primeiro ano de mandato (MARQUES, 2004).

Girardi e Fernandes (2008) afirmam que os dados de famílias assentadas mostram que nem mesmo no aspecto quantitativo há diferença entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, pois, durante os oito anos de governo de Fernando Henrique, foram assentadas 457.668 famílias e no primeiro mandato de Lula foram assentadas 252.019. O total de famílias assentadas no primeiro mandato de Lula

contempla apenas 63% das 400 mil famílias previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para o período.

Os mesmos autores, analisando uma série de dados e mapas referentes aos assentamentos rurais, afirmam que o governo tem efetivado uma reforma agrária conservadora, pois a forma como é conduzida a política de assentamentos conserva a estrutura das regiões de ocupação consolidada, nas quais muitos assentamentos são criados em locais que não apresentam tanta demanda (GIRARDI; FERNANDES, 2008).

Assim, interpreta-se que o governo Lula apresenta muitas semelhanças com o de Fernando Henrique Cardoso, tanto no aspecto qualitativo quanto no quantitativo em relação à implementação dos assentamentos. Dessa forma, entendemos que não existia em curso, até o final do governo Lula, a realização efetiva da reforma agrária.

Dessa forma, formou-se a estrutura fundiária brasileira até os dias atuais, com grande desequilíbrio entre o número de estabelecimentos e suas respectivas áreas, um modelo fortemente sustentado pelo capitalismo agrário, que, por sua vez, é sustentado por toda uma conjuntura política, econômica e social que se beneficia dessa situação, em detrimento, principalmente, de pequenos camponeses sem-terra ou com pouca terra. Essa situação é causa de uma série de conflitos que constantemente vivenciamos ou acompanhamos na mídia, seja escrita, seja televisada, que nem sempre mostra a realidade como ela é, mas sim como querem que seja vista.

É notório também que o desenvolvimento de muitas nações sempre está relacionado à diminuição da desigualdade social, sendo, entre outras causas, fruto de uma estrutura fundiária mais equilibrada, sem absurdos envolvendo minifúndios e latifúndios.

Nos próximos subcapítulos, faremos uma análise sobre os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (INCRA) no tocante à distribuição das posses e das propriedades brasileiras e as possibilidades de se fazer uma efetiva reforma agrária, tendo como pano de fundo a situação do município de Esplanada, onde localizam-se os assentamentos que foram estudados a respeito dos impactos territoriais, cujos resultados serão apresentados no capítulo 4.

2.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, BAIANA E DE ESPLANADA, SEGUNDO DADOS DO IBGE.

A análise da estrutura fundiária em escala decrescente (por exemplo, Brasil, Bahia e município de Esplanada) permite uma análise da posse e da propriedade sobre as terras brasileiras e sua distribuição no território. A principal consequência dessa análise, além de verificar a ocorrência de uma efetiva reforma agrária, é a possibilidade de sugerir soluções que impliquem no desenvolvimento de vários segmentos, como o rural, o local, o urbano, o humano, o educacional etc. Hoffmann (2001), por exemplo, constatou que há indicações da existência de uma relação muito forte entre as variáveis indicadoras do desenvolvimento humano (saúde, educação, expectativa de vida etc.) e a desigualdade da distribuição da posse da terra.

Entende-se por estrutura fundiária a distribuição das propriedades rurais, assim como sua organização e apropriação em determinado espaço, levando em consideração suas dimensões em certo momento histórico (HOFFMANN; NEY, 2010; OLIVEIRA, 1998).

No Brasil, duas fontes de dados que envolvem o meio rural destacam-se como informações oficiais que servem de referência para a maioria das pesquisas que se propõe ao estudo da estrutura fundiária: os dados do INCRA e do IBGE. Estes órgãos apresentam perspectivas distintas, porém fundamentais para a análise da questão agrária brasileira. A primeira perspectiva refere-se aos dados cadastrais⁹ levantados pelo INCRA, que permitem determinar a distribuição do espaço fundiário entre os **detentores** (proprietários e posseiros). A segunda mostra a forma pela qual os **produtores rurais** (proprietários, ocupantes, arrendatários, parceiros etc.) ocupam tal espaço, sendo o dado extraído dos Censos Agropecuários do IBGE (CARDIM et al., 2005).

O Censo Agropecuário 1995/96 teve como período de referência para as informações de produção e valores o intervalo de 1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996. Os dados sobre propriedade, área e pessoal ocupado referem-se a 31 de dezembro

⁹ O Cadastro de Imóveis Rurais foi criado pela Lei n°. 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra. Com o advento da Lei n°. 5.868, de 12 de dezembro de 1972, foi instituído o Serviço Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que teve como finalidade primordial a integração e a sistematização da coleta, pesquisa e tratamento de dados e informações sobre o uso e posse da terra. O SNCR é composto pelo Cadastro de Imóveis Rurais, pelo Cadastro de Proprietários de Imóveis Rurais, pelo Cadastro de Arrendatários e Parceiros e pelo Cadastro de Terras Públicas (CARDIM et al., 2005).

de 1995. Já os dados efetivos sobre pecuária, lavouras e silvicultura referem-se a 31 de julho de 1996 (IBGE, 2015).

O Censo Agropecuário 2006 teve como período de referência o ano de 2006, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro daquele ano, sendo a data de referência o dia 31 de dezembro de 2006. Portanto, nesse censo, o período de referência voltou a ser o ano civil, como nos levantamentos anteriores ao Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 2010).

As tabelas 11 e 12, referentes aos dados do IBGE sobre estrutura fundiária, foram elaboradas tendo como fonte os dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. Outro trabalho que será muito utilizado no capítulo como referência é o de Oliveira (2004), “Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil”. A opção recai sobre o fato de o autor usar extratos de área que evidenciam a presença de latifúndios na estrutura fundiária brasileira. Além disso, adotou-se neste trabalho a classificação de Camara (1949) para a medição da intensidade do índice de Gini (Quadro 6). Esta classificação foi escolhida por ser amplamente usada em trabalhos desta natureza dentro da geografia agrária.

Quadro 6 - Classificação do índice de Gini.

Índice de Gini	Classificação
0,000 a 0,100	Concentração nula.
0,101 a 0,250	Concentração nula a fraca.
0,251 a 0,500	Concentração fraca a média.
0,501 a 0,700	Concentração média a forte.
0,701 a 0,900	Concetração forte a muito forte.
0,901 a 1,000	Concentração muito forte a absoluta.

Fonte: CÂMARA, 1949, *apud* ALCÂNTARA FILHO; FONTES, 2009.

Deste modo, usando o método de comparação, a estrutura fundiária do município de Esplanada será analisada em relação ao Brasil e à Bahia, enfatizando o potencial que ainda existe no município para a criação de mais assentamentos.

O Censo Agropecuário Brasileiro, publicado periodicamente pelo IBGE, é um instrumento valioso no monitoramento da estrutura fundiária no Brasil. Como o próprio relatório indica, as informações captadas e a elaboração das respectivas tabulações constituem-se em um valioso acervo a servir como base para análises sobre esta

importante parcela da economia brasileira e como referência para as estimativas e os cálculos intercensitários.

Procurando entender melhor a concentração de terras no município de Esplanada por meio dos dados do IBGE, será feita inicialmente uma análise sobre os dados do Censo Agropecuário de 2006 em relação ao Brasil. Índice de Gini, número de estabelecimentos e sua relação com a área dos estabelecimentos serão avaliados. Será destacada também a distribuição dos estabelecimentos na condição do produtor para proprietário e assentado sem titulação definitiva, visto que a concentração/desconcentração de terras estão diretamente ligadas a essas duas classes. É importante salientar que os assentados sem titulação definitiva são destaques de uma nova realidade no município de Esplanada. Até 2006 foram criados cinco assentamentos no município, assentando aproximadamente 200 famílias, sendo que o último foi criado em 2005. Espera-se que, com a criação desses novos estabelecimentos, ocorra uma redução significativa do índice de Gini quando comparado a períodos anteriores.

Entende-se ainda que a análise da estrutura fundiária, segundo os dados do IBGE, na escala decrescente Brasil-Bahia-Esplanada, é necessária para o melhor entendimento da realidade municipal e de sua localização e semelhança no universo estadual e brasileiro. Esse tipo de análise também é relevante para dimensionar em diferentes escalas a ocorrência ou não de impactos territoriais resultantes da luta organizada pela terra. Assim, é possível relacionar com mais nitidez as causas da concentração de terras no município com os dados da estrutura fundiária e sugerir medidas que possam contribuir para a diminuição das desigualdades, entre outros temas.

Nesse subcapítulo, analisaremos o número e a área dos estabelecimentos e a concentração de terras no Brasil em 2006, data em que foi realizado o último Censo Agropecuário do IBGE, levando em consideração as possíveis causas e consequências relacionadas aos dados apresentados. Para tanto, em alguns momentos serão feitas comparações com o Censo de 1995/96 no sentido de esclarecer a evolução do número e da área dos estabelecimentos entre os dois períodos.

Tabela 11 - Número de estabelecimentos, área e índice de Gini de acordo com as unidades da federação no ano de referência 1995/96.

Unidades da federação	Número de estabelecimentos	Área	Índice de Gini
Brasil	4.838.181	353.611.241	0.856
Rondônia	76.954	8.890.440	0.765
Acre	23.788	3.183.064	0.717
Amazonas	83.022	3.322.565	0.808
Roraima	7.395	2.976.816	0.813
Pará	206.199	22.520.229	0.814
Amapá	3.275	700.046	0.835
Tocantins	42.937	16.765.716	0.726
Maranhão	353.936	12.560.691	0.903
Piauí	206.998	9.659.971	0.873
Ceará	339.217	8.963.841	0.845
Rio Grande do Norte	90.976	3.733.521	0.852
Paraíba	146.455	4.109.346	0.834
Pernambuco	258.483	5.580.734	0.821
Alagoas	115.038	2.142.459	0.863
Sergipe	99.058	1.702.627	0.846
Bahia	698.923	29.842.900	0.834
Minas Gerais	496.258	40.811.659	0.772
Espírito Santo	73.208	3.488.724	0.689
Rio de Janeiro	53.655	2.416.304	0.790
São Paulo	217.760	17.369.204	0.758
Paraná	369.807	15.946.631	0.741
Santa Catarina	203.237	6.612.845	0.671
Rio Grande do Sul	429.382	21.800.883	0.762
Mato Grosso do Sul	49.248	30.942.772	0.822
Mato Grosso	78.749	49.849.662	0.870
Goiás	111.764	27.472.647	0.740
Distrito Federal	2.459	244.929	0.801

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Tabela 12 - Número de estabelecimentos, área e índice de Gini de acordo com as unidades da federação no ano de referência 2006.

Unidades da federação	Número de estabelecimentos	Área	Índice de Gini
Brasil	5.175.636	333.680.037	0.854
Rondônia	87.078	8.433.868	0.718
Acre	29.483	3.528.543	0.717
Amazonas	66.784	3.668.753	0.837
Roraima	10.310	1.717.532	0.666
Pará	222.029	22.925.331	0.825
Amapá	3.527	873.789	0.803
Tocantins	56.567	14.387.949	0.791
Maranhão	287.039	13.033.568	0.866
Piauí	245.378	9.506.597	0.853
Ceará	381.017	7.948.067	0.863
Rio Grande do Norte	83.053	3.187.928	0.823
Paraíba	167.286	3.787.404	0.821
Pernambuco	304.790	5.434.076	0.823
Alagoas	123.332	2.112.574	0.869
Sergipe	100.607	1.482.437	0.821
Bahia	761.558	29.581.760	0.841
Minas Gerais	551.621	33.083.509	0.797
Espírito Santo	84.361	2.839.854	0.729
Rio de Janeiro	58.493	2.059.462	0.798
São Paulo	227.622	16.954.949	0.806
Paraná	371.063	15.391.782	0.768
Santa Catarina	193.668	6.062.506	0.681
Rio Grande do Sul	441.472	20.326.715	0.774
Mato Grosso do Sul	64.864	30.274.975	0.855
Mato Grosso	112.987	48.688.711	0.865
Goiás	135.692	26.136.081	0.778
Distrito Federal	3.955	251.320	0.813

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Analisando as tabelas 11 e 12 e comparando os dois períodos (1995/96 e 2006), observa-se que em quase todos os estados houve aumento no número de estabelecimentos. As exceções foram os estados do Acre, Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, onde ocorreu diminuição deste índice. Em relação à área dos estabelecimentos, ocorreu diminuição no Brasil e em todas as regiões. Considerando os estados, apenas no Acre, no Amazonas, no Pará, no Amapá, no Maranhão e no Distrito Federal as áreas dos estabelecimentos foram expandidas, ou seja, este movimento está em curso principalmente na região Norte do país.

Também é possível observar que, em nove estados da federação e para o Brasil, o índice de Gini apresentou pequena diminuição em seus valores na comparação dos

dois períodos (Tabelas 11e 12). O estado de Roraima foi quem apresentou a maior redução (de 0,813 para 0,666), tendo, em 2006, o menor índice entre os estados brasileiros. Em outros 16 estados e no Distrito Federal houve aumento desse mesmo índice, enquanto no Acre ele permaneceu inalterado. Entre os estados que sofreram aumento no índice de Gini, São Paulo foi o que apresentou o maior crescimento entre os dois períodos (0,758 para 0,806). É importante ressaltar que Alagoas destaca-se como tendo o maior índice de concentração em 2006 (0,869), influenciado provavelmente devido à grande área de cana-de-açúcar plantada, representando aproximadamente 15% da área total do estado, segundo o IBGE (2010).

De modo geral, os estados do Nordeste apresentam alta concentração de terras. Houve um aumento do número de estabelecimentos em sete estados, mas no Maranhão e no Rio Grande do Norte ocorreu a redução do número de estabelecimentos (no Maranhão foi de 353.936 para 287.039 e no Rio Grande do Norte, de 90.976 para 83.053). Esse fato só comprova que a avaliação da concentração de terras deve considerar a área dos estabelecimentos e não somente o número de estabelecimentos.

Em uma análise mais geral, pode-se afirmar que na maioria dos estados brasileiros ocorreu um aumento do número de estabelecimentos e diminuição das áreas ocupadas por eles. Já o índice de Gini aumentou na maioria das unidades da federação. Assim, confirma-se que continua bastante elevada no país a desigualdade entre número e área ocupada pelos pequenos estabelecimentos em relação a número e área dos grandes estabelecimentos.

Mapa 18 - Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários por município - 1995/96.



Fonte: IBGE, 2006.

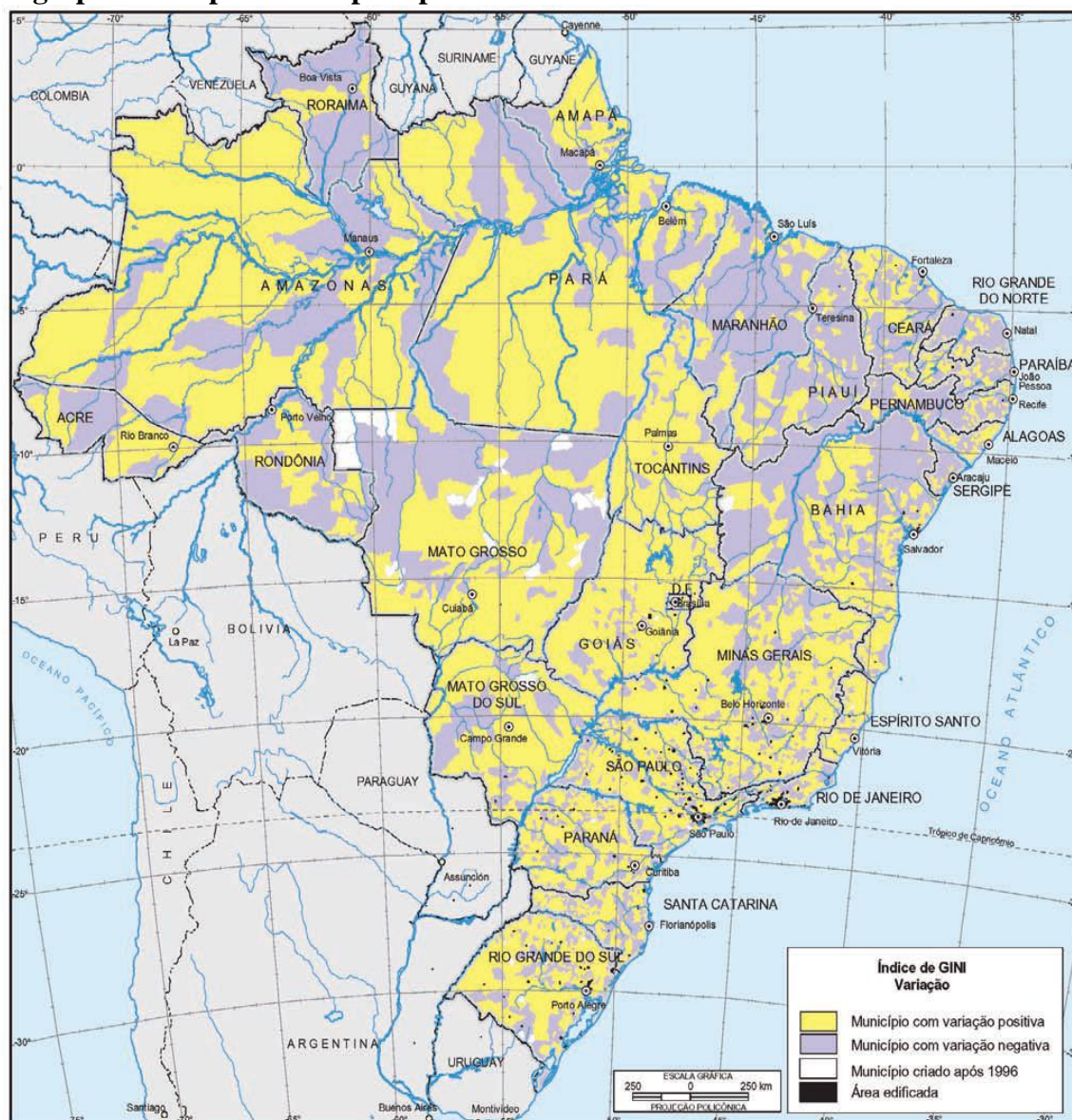
Mapa 19 - Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários por município - 2006.



Fonte: IBGE, 2006.

Comparando os Mapas 18 e 19 referentes aos índices de Gini municipal, observam-se poucas alterações visíveis, mas percebe-se levemente um aumento da concentração das terras no Brasil quando comparamos o período de 1995/96 ao de 2006. Facilmente constatamos essa diferença acentuada na porção central e oeste do Amazonas, com aumento da concentração, e no centro e sul de Roraima, onde ocorreu diminuição da concentração, sendo que isso é devido às regularizações das terras indígenas. As demais alterações, apesar de perceptíveis, são mais superficiais.

Mapa 20- Comparação do Índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários por município - períodos 1995/96 e 2006.



Fonte: IBGE, 2006.

O Mapa 20 apenas comprova esta conclusão ao nitidamente mostrar uma maior área dos municípios que apresentam variação positiva entre os períodos analisados. Ou seja, os locais destacados em amarelo no mapa tiveram seus respectivos índices de Gini aumentados entre 1995/96 e 2006 e o mapa é predominantemente amarelo.

Por essa análise inicial, esperava-se que o aumento do índice de Gini fosse maior entre os dois períodos, e não só de 0,002 (Tabelas 11 e 12), já que os dados comprovam aumento na maioria das unidades da federação (16 estados e mais o Distrito Federal). As imagens dos mapas também indicam, de modo geral, uma tendência de estabilidade ou aumento entre os períodos analisados para os municípios brasileiros.

De qualquer forma, é possível afirmar que persiste uma alta e injusta concentração de terras no Brasil, o que demonstra a existência de uma estrutura fundiária irregular que evidencia desigualdade na distribuição entre o número e a área dos estabelecimentos. Mais estabelecimentos e menos áreas, como observado nos dados analisados, nem sempre são indicativos da redução da concentração de terras. Tocantins, por exemplo (tabela 11), aumentou o número de estabelecimentos (de 42.937 para 56.567), diminuiu a área (de 16.765.716 hectares para 14.387.949 hectares) e o índice de Gini aumentou de 0.726 para 0.791.

O problema está na desigualdade proporcional. Um número elevado de estabelecimentos com áreas proporcionalmente bem menores quando comparadas aos maiores estabelecimentos, apenas aumentarão o índice de Gini. Essa situação é observada no Brasil e isso influencia de forma contundente o cálculo do índice; por isso, quase todas as unidades da federação apresentam índices de concentração considerados de forte a muito forte. Apenas Santa Catarina e Roraima possuem concentração média a forte. A justificativa em Roraima é a regularização de terras indígenas e em Santa Catarina é seu processo de colonização por imigrantes, desenvolvendo a agricultura em pequenas extensões de terra.

O problema maior relacionado à concentração de terras reside na distribuição desproporcional das propriedades quando envolve a relação número e área dos estabelecimentos; ou seja, é um problema de estrutura fundiária e a dinâmica dessa estrutura é fortemente influenciada por aspectos políticos, econômicos e sociais.

A análise da estrutura fundiária brasileira deve ser feita de forma menos geral e mais específica. Dos poucos estados em que ocorreu diminuição de concentração, apenas Roraima apresentou um resultado mais relevante (de 0,813 para 0,666), sendo o estado que apresenta o menor índice de Gini para 2006. No entanto, historicamente este é um estado latifundista, que requer uma análise mais específica.

Outro detalhe que deve ser levado em consideração quando discutimos a estrutura fundiária brasileira a partir dos dados do IBGE é o fato de os produtores serem parceiros, arrendatários e, principalmente, proprietários de mais de um imóvel rural, o que pode agravar a situação em relação à concentração de terras. Ressalta-se a condição de proprietários por terem um peso maior na distribuição de estabelecimentos e áreas na estrutura fundiária brasileira.

Cavalcante e Fernandes (2008) comentam a necessidade de propor metodologias que considerem esse tipo de concentração (fragmentada), que fica mascarada nos

cálculos utilizados atualmente. Ressaltam ainda que o agronegócio, um vigoroso circuito capitalista de produção que se territorializa no campo, é uma das faces da reestruturação produtiva promovida pelo capitalismo, produzindo e reproduzindo a lógica territorial das empresas transnacionais e implantando novas racionalidades que reconfiguram toda a dinâmica socioespacial.

Além da propriedade fragmentada, que oculta a concentração de terras, o agronegócio fortemente ligado ao latifúndio é, sem dúvida, um dos fatores agravantes da concentração de terras. No Brasil, com o apoio de boa parte dos políticos, da mídia e da comunidade científica, o agronegócio aparece muitas vezes como formador do “lado bom” da economia, sempre elevando o Produto Interno Bruto (PIB) e sendo também o gerador de uma nova vida rural repleta de benefícios, como sempre aparece na grande mídia. O outro lado do agronegócio, que expropria, polui, desmata, desemprega, tira o alimento da mesa do camponês, usa água em excesso e concentra terras, é pouco divulgado. É cotidianamente visível na mídia a relação dos avanços do capitalismo no campo com a modernização da agropecuária. Quanto ao seu poder concentrador de terras, pouco é discutido e apresentado.

Silva (1980) e Castro (1982) ressaltam que, em virtude dos avanços das transformações capitalistas na agricultura, apoiados por políticas governamentais que favorecem as propriedades de grande porte e acarretam atraso nos pequenos estabelecimentos, a propriedade da terra tem se tornado cada vez mais concentrada.

A nosso ver, não existe um atraso nos pequenos estabelecimentos; o que ocorre é a falta de políticas governamentais mais eficientes para o desenvolvimento rural dos pequenos agricultores. Existe um modo de vida entre os camponeses que não pode ser apenas visto pelo lado econômico.

A modernização da agricultura sempre aparece relacionada ao desenvolvimento da grande propriedade. Miralha (2006) relata que a modernização da agricultura trouxe alguns avanços, mas só na esfera econômica, enquanto nos âmbitos social, espacial, cultural e ambiental, os resultados desse processo não foram positivos; muito pelo contrário, a modernização conservadora gerou efeitos drásticos.

Souza e Lima (2003), comparando índices de Gini, concluíram que, entre 1970 e 1996, não existiam evidências de uma tendência generalizada de concentração ou desconcentração da posse da terra nas unidades da federação e, além disso, os resultados não sustentaram a hipótese de que a modernização agrícola esteve associada a um aumento de concentração na distribuição da posse da terra. Os mesmos autores

ressaltam que estudos mais detalhados, como microrregiões mais homogêneas ou municípios, podem detectar melhor a influência da modernidade da agricultura sobre a concentração de terras.

A modernização da agricultura, de forma intrínseca, trouxe consigo a ideia de permanência e exploração dos pequenos proprietários e de ampliação de terras para os grandes proprietários, para que, assim, possa haver uma ampliação do capitalismo agrário. Entende-se que uma das consequências dessa lógica é a permanência de um modelo caracterizado pela alta concentração fundiária.

Durante o governo militar, com a intensificação da modernização conservadora, formou-se uma estrutura que beneficiaria a agricultura empresarial e, como consequência, uma série de questões desfavoráveis ao agricultor camponês começa a tomar corpo, intensificando os conflitos, a desigualdade social, o êxodo rural, a dificuldade de acesso à terra e a expropriação. Todas essas questões remetem à necessidade de um debate acerca da construção de políticas públicas efetivas e do cumprimento das leis já existentes, elementos relacionados à questão agrária, que proporcionam a efetiva desconcentração de terras e também propiciam menor desigualdade social e maior desenvolvimento rural.

A análise inicial dos dados do IBGE indica a necessidade de um estudo mais específico e detalhado da estrutura fundiária dentro de classes de tamanho de áreas e também em relação a estratos, de acordo com a condição do produtor. Dessa forma, é possível identificar desigualdades em relação ao acesso à terra, abrindo um debate sobre os motivos que favorecem ou dificultam esse acesso. Uma análise apenas sobre os valores do índice de Gini não revela as reais causas que fazem esse valor variar.

Conclui-se que, entre 1995/96 e 2006, a estrutura fundiária no Brasil não sofreu alterações significativas que fossem capazes de diminuir de forma efetiva o índice de Gini nos estados e no Brasil de modo geral. No país, o índice de Gini saiu de 0,856 para 0,854, ou seja, ficou quase inalterado em uma década. Houve alguns aumentos e reduções, mostrando que existe a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre os dados para esclarecer os motivos da permanente alta concentração de terras.

Assim, é necessário enfatizar determinados aspectos que favoreceram essa alta concentração no período analisado, por exemplo, a força do capitalismo agrário no campo, que, ao se territorializar, engloba vastas extensões de terras, gerando maior concentração.

Pelos dados do DATALUTA (2014), entre 1988 e 1996, 221.097 famílias foram assentadas no Brasil; entre 1997 e 2006 foram 640.323 famílias; ou seja, quase triplicou o número de famílias assentadas. No entanto, pelos dados do IBGE, entre os dois períodos quase não ocorreu desconcentração de terras. Esse é um dos motivos que justifica um estudo mais aprofundado na estrutura fundiária brasileira.

Outra forma de tentar explicar as mudanças na concentração fundiária é em relação à média de área por estabelecimentos e sua relação com os índices de Gini (Tabelas 13 e 14). Pelas Tabelas 13 e 14, comparando as médias entre 1995/96 e 2006, nota-se que nos estados do Amazonas, Amapá e Maranhão ocorreu aumento da média (de 40,0 para 64,5 hectares, de 213,8 para 283 hectares e de 35,5 para 57,0 hectares, respectivamente), porém o índice de Gini apenas diminuiu para o estado do Maranhão (0,904 para 0,866). Nos demais estados a média foi reduzida e na maioria deles o índice de Gini aumentou. Apenas para os estados de Rondônia, Acre, Roraima, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba, o índice diminuiu.

Ratifica-se que a identificação de uma tendência que comprove aumento ou diminuição do índice de Gini com a área média dos estabelecimentos em cada estado é difusa, não sendo uma boa opção para medir a concentração fundiária tendo como base o índice de Gini.

Tabela 13 - Área média dos estabelecimentos agropecuários, em hectares, e índice de Gini da concentração de terras, conforme unidades da federação. Censo Agropecuário 1995/96.

Unidades da federação	Média (hectares/estabelecimentos)	Índice de Gini
Rondônia	115,53	0.765
Acre	133,81	0.717
Amazonas	40,02	0.808
Roraima	402,54	0.813
Pará	109,22	0.814
Amapá	213,75	0.835
Tocantins	390,47	0.726
Maranhão	35,49	0.903
Piauí	46,67	0.873
Ceará	26,43	0.845
Rio Grande do Norte	41,04	0.852
Paraíba	28,06	0.834
Pernambuco	21,59	0.823
Alagoas	18,62	0.863
Sergipe	17,19	0.846
Bahia	42,70	0.834
Minas Gerais	82,24	0.772
Espírito Santo	47,65	0.689
Rio de Janeiro	45,03	0.790
São Paulo	79,76	0.758
Paraná	43,12	0.741
Santa Catarina	32,54	0.671
Rio Grande do Sul	50,77	0.762
Mato Grosso do Sul	628,31	0.822
Mato Grosso	633,02	0.870
Goiás	245,81	0.740
Distrito Federal	99,61	0.801

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Tabela 14 - Área média dos estabelecimentos agropecuários, em hectares, e índice de Gini da concentração de terras, conforme unidades da federação. Censo Agropecuário 2006.

Unidades da federação	Média (hectares/estabelecimentos)	Índice de Gini
Rondônia	96,85	0.718
Acre	119,68	0.717
Amazonas	54,93	0.837
Roraima	166,59	0.666
Pará	103,25	0.825
Amapá	247,74	0.803
Tocantins	254,35	0.791
Maranhão	45,41	0.866
Piauí	38,74	0.853
Ceará	20,86	0.863
Rio Grande do Norte	38,38	0.823
Paraíba	22,64	0.821
Pernambuco	17,83	0.823
Alagoas	17,13	0.869
Sergipe	14,73	0.821
Bahia	38,84	0.841
Minas Gerais	59,98	0.797
Espírito Santo	33,66	0.729
Rio de Janeiro	35,21	0.798
São Paulo	74,49	0.806
Paraná	41,48	0.768
Santa Catarina	31,30	0.681
Rio Grande do Sul	46,04	0.774
Mato Grosso do Sul	466,75	0.855
Mato Grosso	430,92	0.865
Goiás	192,61	0.778
Distrito Federal	63,54	0.813

Fonte: IBGE, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Apesar de alguns trabalhos observarem tendências, como o de Hoffmann e Ney (2010), que afirma que os estados onde há maior aumento do índice de Gini também registram grande queda na área média dos estabelecimentos, não se identifica de forma clara essa afirmativa ao analisar os dados aqui apresentados, pois São Paulo, que aumentou seu índice em 0,048, reduziu sua média em 5,7 hectares, não caracterizando grande queda de média quando comparado a outras unidades da federação.

No intuito de analisar melhor conclusões dessa natureza, aplicou-se o teste Coeficiente de Correlação Linear de Pearson¹⁰ entre as médias observadas e os

¹⁰ Trata-se de uma medida de associação que independe das unidades de medida das variáveis, sendo representado pela letra “r”. Varia entre -1 e +1. Quanto maior a qualidade do ajuste (ou associação linear), mais próximo de +1 ou de -1 estará o valor do coeficiente. Valores negativos indicam que as variáveis deslocam-se em sentidos opostos, e valores positivos, que se deslocam na mesma direção, ou seja, quando

respectivos índices de Gini (Tabela 15) para os estados nos dois períodos analisados. Assim, é possível identificar de forma mais precisa algumas tendências apontadas pelos dados coletados.

Tabela 15- Correlações envolvendo área média entre o número de estabelecimentos dos estados com seus respectivos índices de Gini. Períodos 1995/96 e 2006.

Relações média x índice de Gini	Valor de r	Tipo de correlação	Valor do teste t	Valor da probabilidade
1995/96	0,05	Positiva	0,26	0,80*
2006	0,09	Positiva	0,45	0,65*

* Valores não significativos a 95% de confiança.

Analisando os resultados apresentados na Tabela 15, observa-se que para os dois períodos estudados existem correlações positivas muito fracas (valores de r próximos a zero) e que não podem ser comprovadas (valores não significativos para t^{11}), o que permite concluir que, de modo geral, não existe uma relação clara entre o aumento ou a diminuição da média da área dos estabelecimentos com os respectivos índices de Gini dos estados.

Como comentado anteriormente, muitas vezes a média não é um bom indicador para os resultados, podendo, por exemplo, esconder a grande distância existente entre a área de grandes extensões de terras e a de pequenas extensões de terras. Assim, percebe-se que a média é fortemente influenciada pelos extremos e essa é uma das grandes desvantagens da aplicação dela como representante de um conjunto de dados.

Pela análise feita conclui-se que, em estudos de concentração fundiária que relacionam média de área dos estabelecimentos ao Índice de Gini, é necessário ter cuidado nas conclusões, visto que essa relação não se apresenta de forma muito clara.

Como a evolução da área média entre os períodos estudados não foi suficiente para mostrar tendências, então, como forma de contextualizar melhor a situação atual da concentração fundiária brasileira, verificou-se mais detalhadamente dados do IBGE de 2006, que retratam o quanto a relação número de estabelecimentos e área apresenta grande desigualdade.

uma aumenta, a outra também se eleva, ou quando uma diminui, a outra também se reduz. Valores de r próximos a -1 e a +1 indicam correlação forte (MARTINS, 2002).

¹¹ O teste “t” é um teste de hipótese que comprova ou não a existência da correlação ao nível de significância exigido, que normalmente varia de 95% até 99% de confiança, indicando resultado altamente significativo (MARTINS, 2002).

No intuito de captar melhor as informações quantitativas presente nos Censos Agropecuários, será feito um desdobramento da concentração fundiária em relação à condição do produtor.

O IBGE (2009) esclarece a categorização da condição de produtor.

A categorização desta condição foi derivada da indagação sobre a área e a composição das terras do estabelecimento, ou seja: se constituído por terras próprias, por terras cedidas por órgão fundiário mais ainda sem título definitivo, terras arrendadas, terras em parceria ou terras ocupadas.

As categorias derivadas previstas foram:

- Proprietário de terras próprias;
- Assentado sem titulação definitiva;
- Arrendatário;
- Parceiro; e
- Ocupante.

A condição “proprietário” foi acatada independentemente da dimensão ou da proporção das terras do estabelecimento que se enquadrasse na situação “terras próprias”. Em não havendo terras próprias, a condição do produtor seria aquela que, obedecida a ordem das categorias, correspondesse ao maior ou igual valor da área das terras do estabelecimento (IBGE, 2012 p. 65-66).

O assentado sem titulação definitiva foi contabilizado como ocupante no Censo de 1995/96, pois nesse período não existia essa categoria, sendo que ela somente foi incorporada no Censo de 2006 junto às demais novidades metodológicas apresentadas naquele ano.

Em 2006, o IBGE realizou o censo da agropecuária brasileira e revelou o número de estabelecimentos e de área correspondente para todas as unidades da federação em relação à condição do produtor (Tabela 16). A condição de proprietário é a que mais se destaca em relação ao número e à área dos estabelecimentos para todas as unidades da federação. Dentro desta categoria, o estado da Bahia apresenta o maior número de estabelecimentos, com 666.845, ocupando uma área de 28.473; 792 hectares. O menor número de estabelecimentos encontra-se no Distrito Federal, com 2.275, ocupando uma área de 170.221 hectares. O Mato Grosso do Sul apresenta a incrível média de área por estabelecimento de 583,62 hectares.

Em relação ao assentado sem titulação definitiva, o maior número de estabelecimentos encontra-se no estado do Maranhão, com 17.059 estabelecimentos, ocupando uma área de 436.343 hectares. O menor número aparece no Distrito Federal, com 361 estabelecimentos ocupando a área de 25.025 hectares. A maior média de área para os estabelecimentos é encontrada no Amapá, com 89,14 hectares por estabelecimento. Esta média alta deve-se aos elevados módulos fiscais para o estado,

fazendo com que os lotes dos assentados seja maior que em muitas outras unidades da federação.

Tabela 16 - Condição do produtor em relação às terras, de acordo com unidades da federação (UF) – Período 2006.

UF	Condição do produtor em relação às terras										
	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produto r sem área
	Estabele- cimentos	Área (hectares)	Estabele- cimentos	Área (hectares)	Estabele- cimentos	Área (hectares)	Estabele- cimentos	Área (hectares)	Estabele- cimentos	Área (hectares)	Estabele- cimentos
Rondônia	78.776	8.159.147	2.229	105.360	818	62.833	1.622	32.809	2.719	73.720	914
Acre	20.410	3.032.434	3.312	204.694	70	8.849	298	13.129	3.518	269.437	1.875
Amazonas	40.700	3.144.040	3.913	170.431	949	51.799	2.132	17.374	8.641	285.109	10.449
Roraima	8.993	1.641.309	568	44.230	15	4.407	119	19.248	170	8.338	445
Pará	173.358	20.701.889	11.916	787.824	2.565	185.991	3.660	83.944	14.437	1.165.682	16.093
Amapá	2.296	819.721	414	36.905	21	1.295	32	2.259	325	13.608	439
Tocantins	49.518	13.969.560	4.368	196.256	256	43.913	191	34.461	1.293	143.760	941
Maranhão	123.288	11.654.333	17.059	436.343	32.790	295.448	10.071	116.022	44.847	531.422	58.984
Piauí	132.861	8.698.386	9.932	167.520	17.434	92.863	14.673	71.557	46.400	476.272	24.078
Ceará	187.084	6.846.522	12.987	285.202	43.446	221.833	40.231	145.715	57.734	448.795	39.535
Rio Grande do Norte	56.698	2.880.602	7.481	125.619	2.009	40.954	4.387	35.778	8.099	104.976	4.379
Paraíba	114.179	3.364.005	7.170	79.855	6.083	63.532	5.990	49.188	26.630	230.824	7.234
Pernambuco	225.228	4.988.242	8.710	96.710	7.425	77.185	5.280	23.261	38.402	248.677	19.745
Alagoas	88.824	1.924.197	4.179	37.847	5.596	72.899	2.650	11.125	16.543	66.506	5.540

Sergipe	87.787	1.404.496	2.842	31.086	1.066	14.852	456	7.696	6.210	24.306	2.246
Bahia	666.845	28.473.792	16.046	475.569	5.862	165.220	8.653	93.830	44.789	373.350	19.363
Minas Gerais	476.184	31.409.028	7.587	244.405	14.570	783.165	12.912	207.785	25.533	439.125	14.835
Espírito Santo	76.084	2.764.235	1.952	14.490	910	14.421	2.872	26.163	1.945	20.545	598
Rio de Janeiro	46.654	1.915.297	1.192	11.418	2.801	85.057	3.012	18.385	2.922	29.305	1.912
São Paulo	193.111	15.240.006	7.166	116.766	16.343	1.158.431	2.659	347.750	6.171	91.995	2.172
Paraná	297.945	13.905.976	12.599	302.078	25.678	814.967	7.870	172.802	18.139	195.958	8.832
Santa Catarina	170.913	5.767.382	2.651	36.253	7.085	134.260	2.151	35.210	6.746	89.401	4.122
Rio Grande do Sul	370.832	18.251.295	7.029	153.897	26.715	1.454.413	9.525	212.660	20.514	254.449	6.857
Mato Grosso do Sul	48.842	28.505.053	11.494	336.274	2.974	1.252.388	282	119.073	972	62.187	300
Mato Grosso	88.721	46.020.379	16.910	982.808	1.654	1.125.781	334	50.345	4.352	509.398	1.016
Goiás	118.005	24.863.712	7.126	253.477	4.379	786.222	418	36.738	3.651	195.932	2.113
Distrito Federal	2.275	170.221	361	25.025	607	42.066	54	1.532	656	12.477	2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

A condição do produtor em relação à posse ou à propriedade do estabelecimento foi bastante detalhada no Censo de 2006. Seu estudo é fundamental para uma caracterização mais minuciosa sobre número e área dos estabelecimentos e sobre a concentração fundiária.

Tabela 17 - Número e área total dos estabelecimentos agropecuários e percentual, conforme condição do produtor - Período 2006.

Condição do produtor	Número de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos (hectares)		Área média dos estabelecimentos (hectares)
	2006	%	2006	%	2006
Proprietário	3.946.276	76,25	306.847.605	93,00	77,76
Assentado sem titulação definitiva	189.191	3,66	5.750.283	1,74	30,39
Arrendatário	230.110	4,45	9.005.203	2,73	39,13
Parceiro	142.531	2,75	1.985.085	0,60	13,93
Ocupante	412.357	7,97	6.353.218	1,93	15,41
Produtor sem área	255.024	4,93	--	0	--
Total	5.175.489	100	329.941.393	100	63,75

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Os proprietários de estabelecimentos são 76,25% e ocupam 93% do total das áreas dos estabelecimentos de todo o Brasil (Tabela 17). Essa categoria apresenta um número muito alto de estabelecimentos em relação às demais, assim como a área também. A segunda maior categoria em número de estabelecimentos é a de ocupante, com 7,97% dos estabelecimentos. Já em relação à área, a segunda categoria é a de arrendatário, com apenas 2,73% das áreas. Os assentados sem titulação definitiva são 3,66% dos estabelecimentos e ocupam somente 1,74% do total das áreas.

Averigua-se ainda pela Tabela 17 que, em relação à área média dos estabelecimentos, a categoria de proprietário apresenta o maior número, com 77,76 hectares por estabelecimento. A categoria de parceiro possui a menor área, com 13,93 hectares. Os assentados sem titulação definitiva apresentam como média dos estabelecimentos 30,39 hectares. A categoria de proprietário destaca-se com uma área média bem superior às outras categorias e, como ocupa 93% das áreas dos estabelecimentos, mais uma vez fica evidente o quanto essa categoria tem influência na estrutura fundiária.

A condição de proprietário é maioria absoluta no número de estabelecimentos agropecuários, assim como a área que ocupa. A de assentado sem titulação definitiva, evidentemente, apresenta números proporcionalmente bem menores que os proprietários.

Consideramos essas duas categorias como as mais importantes dentro da estrutura fundiária em relação à concentração de terras, porque elas interferem diretamente nessa questão.

Um dos principais caminhos para diminuir a elevada concentração de terras no Brasil é a desapropriação de terras e sua redistribuição em assentamentos. Assim, essa alta concentração observada pelos dados do IBGE provavelmente só será alterada quando houver uma grande mudança na categoria de proprietários em relação a número e área dos estabelecimentos, visto que essa categoria é a que potencialmente influencia para a alta concentração de terras, principalmente em virtude do elevado número de latifúndios. Um caminho viável para a desconcentração seria a desapropriação de grandes propriedades dentro dessa categoria e a divisão delas em partes menores, com a criação de assentamentos.

Observa-se pela Tabela 18 que há muitos estabelecimentos de até 200 hectares e eles ocupam uma pequena área na condição de proprietário. Os estabelecimentos maiores que 2.500 hectares são poucos e ocupam uma grande área. Para analisar melhor essa distribuição, usaremos a classificação de Oliveira (2004) para os estratos de área¹², com uma aproximação do limite superior das classes começando em 2.500 hectares, pois o IBGE, diferentemente do INCRA, não usou o limite de 2.000 hectares para uma classe de estrato no Censo Agropecuário 2006.

¹² Essa classificação também foi adotada no capítulo 1. Oliveira (2004) usou como referência termos médios baseados na lei que fixa os módulos fiscais e, assim, determinou a pequena propriedade como aquela que vai até menos de 200 hectares, a média propriedade é aquela que vai de 200 hectares a menos de 2.000 hectares e a grande propriedade é aquela com 2.000 hectares ou mais.

Tabela 18 - Condição do produtor em relação às terras, segundo as variáveis selecionadas - Brasil – 2006.

Variáveis selecionadas Grupos de área total (hectares)	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabele- cimentos	Área (hectares)	Estabele- cimentos	Área (hectares)	Estabele- cimentos	Área (hectares)	Estabele- cimentos	Área (hectares)	Estabele- cimentos	Área (hectares)
Total	3.946.411	310.515.259	189.193	5.758.341	230.121	9.055.047	142.534	1.985.839	412.358	6.365.552
Maior de 0 a menos de 0,1	65.724	2.548	2.612	79	6.605	219	4.987	172	21.363	731
De 0,1 a menos de 0,2	34.018	4.762	953	131	2.334	339	2.404	327	10.497	1.481
De 0,2 a menos de 0,5	105.549	35.531	3.164	1.034	11.367	3.695	9.584	3.162	35.771	11.606
De 0,5 a menos de 1	162.273	112.118	7.410	4.829	32.956	22.664	23.398	16.002	63.868	43.401
De 1 a menos de 2	275.233	356.036	9.927	12.139	39.182	49.397	35.200	44.256	82.621	102.071
De 2 a menos de 3	228.755	512.951	7.209	15.685	19.803	43.749	18.624	40.773	45.280	97.988
De 3 a menos de 4	198.287	642.872	6.346	20.238	12.385	39.688	11.366	36.075	27.764	87.353
De 4 a menos de 5	175.898	773.920	6.915	29.412	9.638	42.783	6.664	29.058	16.873	72.611
De 5 a menos de 10	542.285	3.844.133	22.831	158.830	22.574	158.031	12.285	82.216	36.369	241.682
De 10 a menos de 20	637.428	8.898.173	41.632	609.636	24.110	336.489	7.316	97.398	26.312	348.063
De 20 a menos de 50	734.177	22.790.381	57.882	1.743.390	23.528	737.965	4.751	142.000	23.582	707.141
De 50 a menos de 100	352.427	23.927.030	14.414	913.327	10.534	736.274	2.927	200.688	10.580	706.025
De 100 a menos de 200	199.111	26.635.327	5.433	614.276	6.672	917.641	1.525	201.416	6.691	850.211
De 200 a menos de 500	138.858	42.761.380	1.784	568.556	5.424	1.654.765	1.053	314.943	3.579	1.085.281
De 500 a menos de 1.000	50.589	34.818.490	401	265.663	1.926	1.317.835	297	199.177	945	639.226
De 1.000 a menos de 2.500	31.008	46.855.837	190	287.318	771	1.126.793	99	136.334	174	233.799
De 2.500 a mais	14.791	97.543.768	90	513.798	312	1.866.722	54	441.846	89	1.136.881

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Tabela 19 - Condição do produtor em relação às terras, segundo as variáveis selecionadas de acordo com três estratos – 2006.

Tamanho dos estratos	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimentos	Área (hectares)	Estabelecimentos	Área (hectares)	Estabelecimentos	Área (hectares)	Estabelecimentos	Área (hectares)	Estabelecimentos	Área (hectares)
Pequena: até 200 hectares	3.711.165	88.535.783	186.728	4.123.005	221.688	3.088.932	141.031	893.541	407.571	3.270.364
Média: de 200 hectares										
a 2.500 hectares	220.455	124.435.708	2.375	1.121.538	8.121	4.099.393	1.449	650.453	4.698	1.958.307
Grande: de 2.500 hectares										
a mais	14.791	97.543.768	90	513.798	312	1.866.722	54	441.846	89	1.136.881
Total	3.946.411	310.515.259	189.193	5.758.341	230.121	9.055.047	142.534	1.985.839	412.358	6.365.552
Percentual										
Pequena: até 200 hectares	94.04	28.51	98.70	71.60	96.34	34.11	98.95	45.00	98.84	51.38
Média: de 200 hectares										
a 2.500 hectares	5.59	40.07	1.26	19.48	3.53	45.27	1.02	32.75	1.14	30.76
Grande: de 2.500 hectares										
a mais	0.37	31.41	0.05	8.92	0.14	20.62	0.04	22.25	0.02	17.86
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: IBGE, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

De acordo com a classificação adotada (tabela 19), dentro da categoria de proprietário, 94,94% dos estabelecimentos são considerados pequenos e ocupam **28,51%; os médios representam 5,59% dos estabelecimentos e ocupam 40,70% da área; já os grandes são apenas 0,37% e ocupam 31,41%.**

O Cadastro do INCRA em 2003 apresentava dados sobre a função social da terra (artigo 184 da Constituição Federal) e esses comprovavam que 70% das grandes propriedades eram classificadas como não produtivas (OLIVEIRA, 2004). Como entre 2003 e 2006 pouco deve ter sido alterada a distribuição dentro das grandes propriedades, adotaremos a hipótese de, em 2006, a área das grandes propriedades ainda continuar em torno de 70%.

Assim, 70% do total de 97.543.768 hectares, que compõe as grandes propriedades, corresponde a 68.280.637,6 hectares, que poderiam ser desapropriados. Considerando que a área média dos estabelecimentos dos assentados sem titulação definitiva é de 30,39 hectares (tabela 13), temos o resultado de que 2.246.812 famílias poderiam ser assentadas. Como boa parte dos assentados está na região Norte, onde os lotes são maiores, esse número seria bem maior para famílias assentadas no Nordeste, por exemplo. Resumindo, o problema de distribuição de terras no Brasil estaria resolvido¹³.

Porém em 2006 o governo desapropriou apenas 327 imóveis, somando uma área de 554.770 hectares, ou seja, apenas 0,81% de possíveis área para desapropriação. Por isso, concluímos que, baseando-se nos dados do Censo Agropecuário, o governo optou por colocar **não reforma agrária** em curso no Brasil.

Esse quadro de forte desigualdade quase não se alterou entre os períodos analisados. Como vimos anteriormente, pela análise de alguns autores, entre eles Oliveira (2007) e Fernandes (2010), o governo brasileiro não utilizou de forma eficaz e intensa os mecanismos de regulação da propriedade da terra, prática que ocorreu mais recentemente a partir do I PNRA, no início do Brasil República, quando uma oligarquia tinha seu poder e influência política para fazer “manobras” que facilitavam a grilagem de terras, a perpetuação dos latifúndios e a facilidade para a penetração da agricultura empresarial no Brasil.

Passaram-se anos e atualmente nos deparamos com um governo no qual a bancada parlamentar conhecida como ruralista ainda apresenta forte poder sobre a elaboração e a aplicação de políticas públicas que poderiam regular o acesso à terra. Esse fato dificulta a implantação de uma efetiva reforma agrária no Brasil. Esse seria um dos motivos, mas talvez

¹³ É importante salientar que pequenas e médias propriedades, mesmo sendo improdutivas, não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária, desde que seus proprietários só possuam uma (parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.629 de 1993).

não o mais relevante, pois a não reforma agrária está presente desde a redemocratização do país como uma opção de governo (OLIVEIRA, 2007).

Feliciano (2009) relata com muita propriedade que o governo Lula, que era a esperança da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, virou “mais um” na lista de espera dos camponeses e que as mesmas questões que vêm desde os governos de Sarney, Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso mantiveram-se, ou seja, o Estado continuou realizando uma política extremamente tímida de implantação de projetos de assentamentos rurais, sendo esta apenas uma maneira de compensação social.

Hoje com a presidente Dilma Rousseff, o que se observa é uma situação bem similar à dos outros presidentes: os assentamentos rurais estão sendo implantados em um número muito aquém do esperado pelos movimentos sociais, com poucas desapropriações e forte aliança com a bancada ruralista, encabeçada pela ministra da agricultura Katia Abreu (PMDB-Tocantins).

Voltando aos dados do IBGE, tabela 18, assevera-se ainda que existem valores altos nos extremos da distribuição dos dados referentes à estrutura fundiária. Os extremos acentuados são sinônimos de concentração de terras, ou seja, muitos estabelecimentos pequenos com pouca área ou poucos estabelecimentos grandes com muita área; esse é o quadro que caracteriza o Brasil.

Ainda procurando situações que possam detectar a concentração fundiária brasileira, foi feito um estudo mais detalhado em relação aos **proprietários** de estabelecimentos por regiões (tabela 17), visto que essa categoria, entre as condições de produtor, é a que mais influencia na estrutura fundiária. Ressalta-se que a região Nordeste foi pioneira na concepção dos latifúndios, fruto da forma de exploração do Brasil Colonial, deixando parte de sua herança de estrutura fundiária até os dias atuais. Também é importante lembrar da perpetuação da oligarquia rural nordestina no poder político, determinando (e muitas vezes ordenando) a organização do espaço rural dessa região, sempre mantendo o latifúndio como expressão de poder.

Em todas as formas que analisamos os dados do IBGE, reafirmou-se que, entre 1995/96 e 2006, ocorreu pouca mudança na estrutura fundiária do Brasil como um todo e isso justifica o elevado índice de Gini para o Brasil em 2006. Alguns autores, trabalhando com períodos variados, mas próximos ao usado no presente trabalho, também já identificaram certa estabilidade na estrutura fundiária entre os períodos estudados.

IBGE (2009) relata que o Censo Agropecuário de 2006 revelou que a concentração na distribuição de terras no Brasil permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos,

embora tenha diminuído em 2.360 municípios. Alcântara Filho e Fontes (2009) observam que, entre 1980 e 2003, a concentração fundiária pouco se alterou. O mesmo autor relata que existe um acomodamento dessas desigualdades, expressa principalmente na falta de interesse político de realizar políticas públicas eficientes na desconcentração de terras no Brasil, e que somente por meio de um programa estruturado de reforma agrária, de caráter abrangente e com vistas ao desenvolvimento econômico seria possível mudar a estrutura fundiária brasileira.

Fleury (2014) sustenta que as políticas de distribuição de terra não estão resultando em diminuição significativa do índice de Gini da distribuição da posse da terra, porque a área agricultável está se expandindo e o governo brasileiro tem dificuldade para colocar limites à expansão territorial da agricultura no país, faltando mais capacidade de regular o acesso à posse da terra.

Já Hoffmann e Ney (2010, p. 45) não só enxergam a estabilidade do índice, mas também afirmam ter vantagens.

As informações sobre a estrutura agrária dos dois últimos censos agropecuários, mesmo com a estabilidade da desigualdade na distribuição da posse da terra, **não são, portanto, tão ruins como aparece à primeira vista para quem deseja a expansão da pequena produção agrícola e a redução da concentração da terra em latifúndios** (grifo nosso).

Discorda-se completamente de Hoffmann e Ney (2010) quando afirmam que os resultados em relação à desconcentração de terras envolvendo os dois últimos censos não são tão ruins. Todas as análises feitas demonstram a forte influência das grandes propriedades na alta concentração de terras, indicando que essas situações que podem gerar a desconcentração de terras são muito superficiais. Como demonstra Oliveira (2007), os períodos entre os Censos foram marcados por uma conjuntura política de muita semelhança, na qual a não reforma agrária foi concretizada. Algumas fórmulas de atuação foram modificadas, mas a essência de manter o latifúndio não foi alterada; isso justifica a forte estabilidade para o índice de Gini entre os dois períodos.

Diante desse quadro de estabilidade de concentração fundiária, uma efetiva reforma agrária, que desconcentrasse as terras do país de forma mais abrangente, é fundamental. O segundo mandato do governo Lula e mais ainda o primeiro da presidente Dilma são considerados tímidos em relação às desapropriações. Dessa forma, o resultado do próximo Censo Agropecuário não deverá causar surpresas. A alta concentração de terras continuará a ser mantida no Brasil. Entende-se que a reforma agrária ainda pode fazer parte da agenda

governamental, porém somente um novo plano nacional com participação massiva dos movimentos sociais em sua elaboração será capaz de desconcentrar terras. O plano atual já foi engolido pelo sistema capitalista atual, que considera desnecessária a distribuição de terras para camponeses sem-terra.

No intuito de poder compreender e localizar melhor a estrutura fundiária de Esplanada (BA), foi feita uma análise sobre dados do IBGE entre 1995/96 e 2006 sobre a estrutura fundiária na Bahia. Entende-se que a comparação da estrutura fundiária baiana em relação ao cenário nacional serve de suporte para o entendimento da estrutura fundiária do município de Esplanada, pois este é parte integrante do estado. A análise em escalas territoriais menores pode revelar mais peculiaridades, que podem ajudar no entendimento do processo de formação de uma estrutura fundiária mais específica e menos geral.

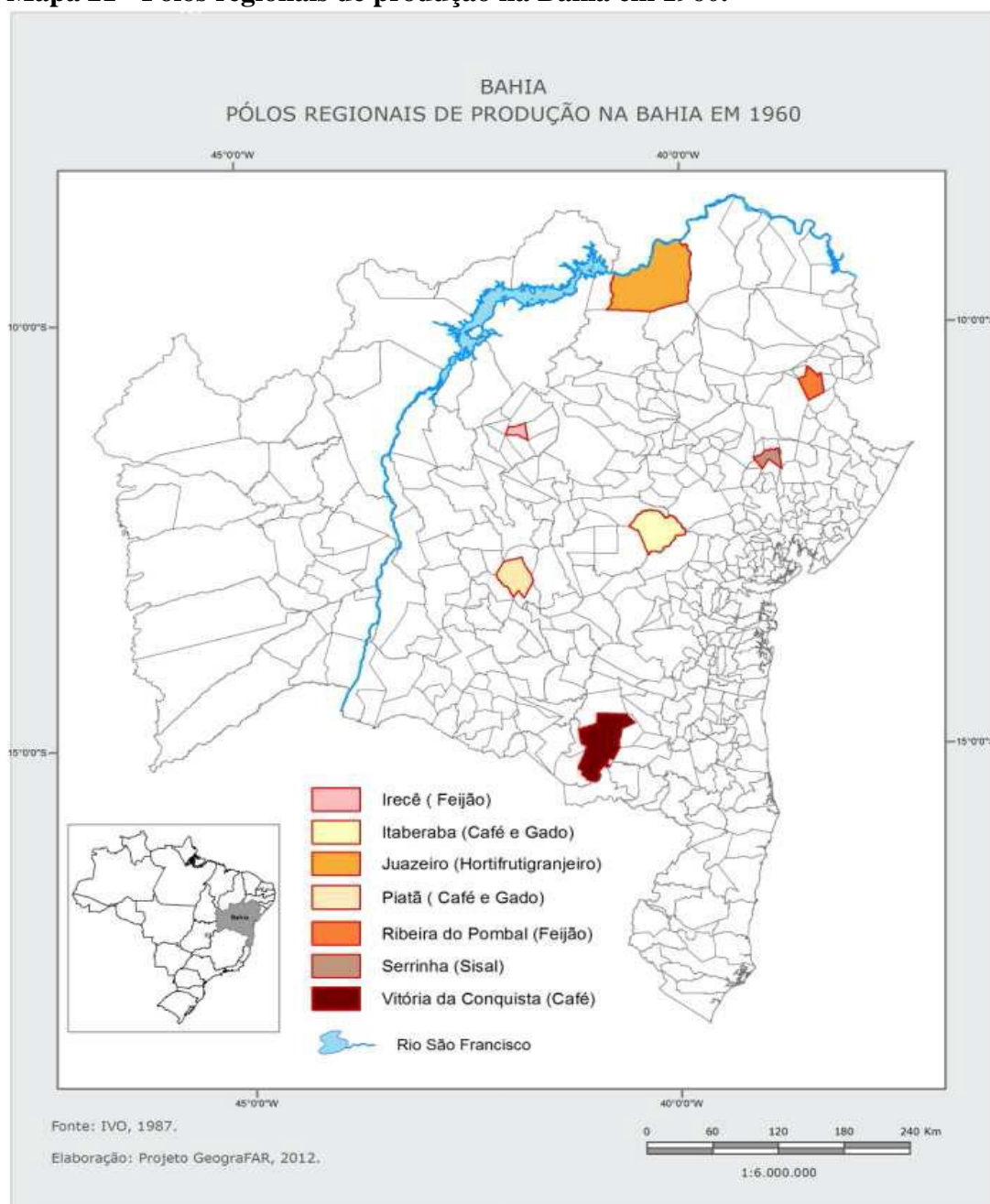
A estrutura fundiária da Bahia é caracterizada inicialmente pela concentração de terras para a agricultura e o extrativismo de exportação. A ocupação do extremo sul da Bahia teve início a partir da criação de entrepostos para envio de pau-brasil a Portugal, no século XVI. A partir do século XVIII, quando a Capitania de Porto Seguro passa a fazer parte da Capitania da Bahia, surgem vilas e povoados e intensifica-se a exploração madeireira. A partir do século XIX, a região tinha como principais atividades a extração de madeira; a produção de alimentos, como farinha de mandioca, arroz, milho, feijão; e a pesca (PIRES; BISPO, 2006).

Depois que o apogeu da economia litorânea do Brasil diminuiu, a pecuária começou a tomar força no interior; isso também aconteceu na Bahia. É importante ressaltar que não só a pecuária se expandiu e se territorializou, mas alguns cultivos regionais também se destacaram, como mostra o Mapa 21, já retratando o predomínio em 1960.

Os municípios de Irecê e Ribeira do Pombal destacaram-se na cultura do feijão devido ao solo e ao clima; Itaberaba e Piatã, no café devido à altitude e na pecuária bovina pela influência da mineração em períodos anteriores; Vitória da Conquista, no café em virtude da altitude; Serrinha, no sisal devido ao clima; e Juazeiro, no hortifrutigranjeiro devido ao clima e à proximidade ao rio São Francisco.

Já sob influência dos governos militares nas décadas de 1970 e 1980, com influência da modernização da agricultura, observa-se uma expansão considerável do setor agrícola na Bahia: aumento de mais de 35% no número de estabelecimentos agrícolas; expansão da lavoura em 42%; e crescimento de mais de 500% na mecanização, principalmente pela incorporação de tratores nas áreas (SANTOS, 2012).

Mapa 21 - Polos regionais de produção na Bahia em 1960.



Ivo (1987 *apud* SANTOS, 2012), enumera os fatores responsáveis pelo referido crescimento: 1) abertura da fronteira agrícola, sobretudo pelos investimentos em infraestrutura rodoviária e portuária; 2) política de créditos agrícolas subsidiados; 3) programas governamentais de incentivo a determinados setores, como o POLONORDESTE e o PROTERRA; 4) estímulo à exportação de produtos, como o cacau e a soja; 5) especialização de determinadas regiões, como o Vale do São Francisco.

Muitos estabelecimentos voltados à pecuária transformaram-se em latifúndios direcionados à monocultura, o que dinamizou mais o setor agrícola da Bahia, gerando maiores

ganhos financeiros aos interessados nessa conjuntura. Mas esse tipo de modernização (conservadora) não trouxe apenas desenvolvimento econômico.

Fernandes (1996) elenca alguns dos fatores da crise desse modelo: não realização da reforma agrária; concentração do poder político nas mãos da bancada ruralista; política de privilégios à agricultura capitalista e à consequente destruição da agricultura camponesa; rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; surgimento de milhões de famílias sem-terra; extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; concepção tecnicista e economicista de desenvolvimento da agricultura; crescimento contínuo da violência no campo; diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola etc. Todos os fatores citados pelo autor favoreceram apenas o fortalecimento do capitalismo agrário em detrimento da agricultura camponesa.

Em 1995, começou a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso com inserção na mundialização do capital, submetendo os trabalhadores aos interesses dos grandes grupos econômicos, e mediante o enfraquecimento do papel do Estado. Assim, a política agrária da era FHC concretiza o processo de consolidação da agricultura capitalista ao instituir e sintetizar seus princípios no Programa Novo Rural, cujo parâmetro foi o documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado” (FERNANDES, 2001; RAMOS FILHO, 2008).

Essa inserção da agricultura na globalização não modifica o caráter concentrador das terras na Bahia; em alguns casos até agrava, pois novos mercados são abertos para monoculturas latifundiárias, como foi o caso da soja e a expansão do milho como agronegócio. Consequentemente, com a agropecuária desenvolvendo-se em um modelo preservador do latifúndio, a estrutura fundiária da Bahia foi formada, tendo como consequência uma elevada concentração fundiária no presente. Outros fatores também influenciaram essa formação.

Silva e Mendes (1998) observam a influência dos fatores socioculturais na formação da estrutura fundiária baiana, verificando o estabelecimento de uma cultura de deter grandes extensões de terras e o prestígio e o poder que esta situação sempre representou.

Os dados referentes ao número de estabelecimentos e de áreas para os censos de 1995/96 e 2006 (tabelas 20 e 21) revelam esse cenário de forte concentração.

Tabela 20 - Número e área dos estabelecimentos e índice de Gini do Brasil e da Bahia. Períodos 1995/96 e 2006.

.Anos						
	1995/96			2006		
Local	Estabeleci Mentos	Área	Índice de Gini	Estabeleci mentos	Área	Índice de Gini
Brasil	4.838.181	353.611.241	0,856	5.175.636	333.680.037	0,854
Bahia	698.923	29.842.900	0,834	761.558	29.581.760	0,841

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O

Em relação ao índice de Gini, não foi observada a mesma tendência de queda que ocorreu para o Brasil; pelo contrário, na Bahia, o índice de Gini aumentou de 0,834 para 0,841 (Tabela 20). Provavelmente, a desigualdade maior na distribuição das áreas por estabelecimento deve ter sido o fato gerador do aumento do índice.

Tabela 21 - Variação percentual entre 1995/96 e 2006 para o Brasil e a Bahia em relação a número de estabelecimentos, área dos estabelecimentos e índice de Gini.

Local	Variação percentual entre 1995/96 e 2006		
	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	Índice de Gini
Brasil	+6,97%	-5,64%	-0,23%
Bahia	+8,96%	-0,88%	+0,84%

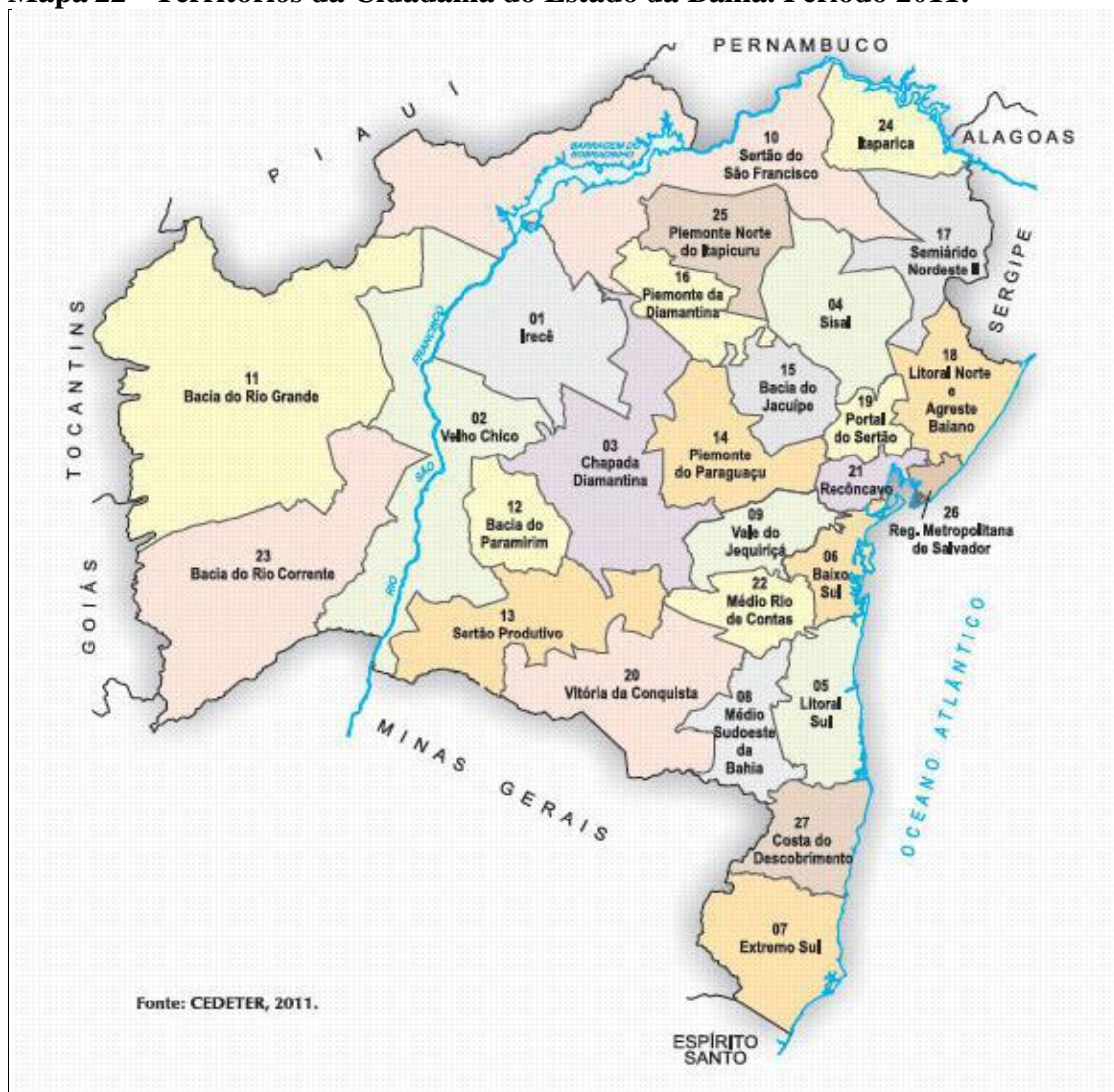
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Pela Tabela 21, observa-se que o número de estabelecimentos no estado da Bahia seguiu uma tendência observada no Brasil, aumentando sua quantidade em 8,96%. Para a área dos estabelecimentos ocorreu uma diminuição em termos percentuais, assim como no Brasil, porém com menor valor relativo quando comparado ao número de estabelecimentos; essa redução é quase insignificante, sendo de apenas 0,88% contra 5,64% ocorrida no Brasil (Tabela 19). Para o índice de Gini, o aumento de 0,84% entre os períodos analisados mostra que a Bahia continua concentrando terras, ao contrário do Brasil, que muito timidamente desconcentrou terras.

Diante dessa situação de alta concentração de terras, é importante uma análise mais detalhada sobre a estrutura fundiária da Bahia, comparando dados de 1995/96 a dados de 2006. O objetivo dessa comparação é a identificação de possíveis causas para o aumento da concentração de terras no Estado.

O governo da Bahia atualmente adota como recorte geográfico do estado os territórios de identidade. São 27 os territórios reconhecidos com base no Decreto nº. 12354/10 (Mapa 22).

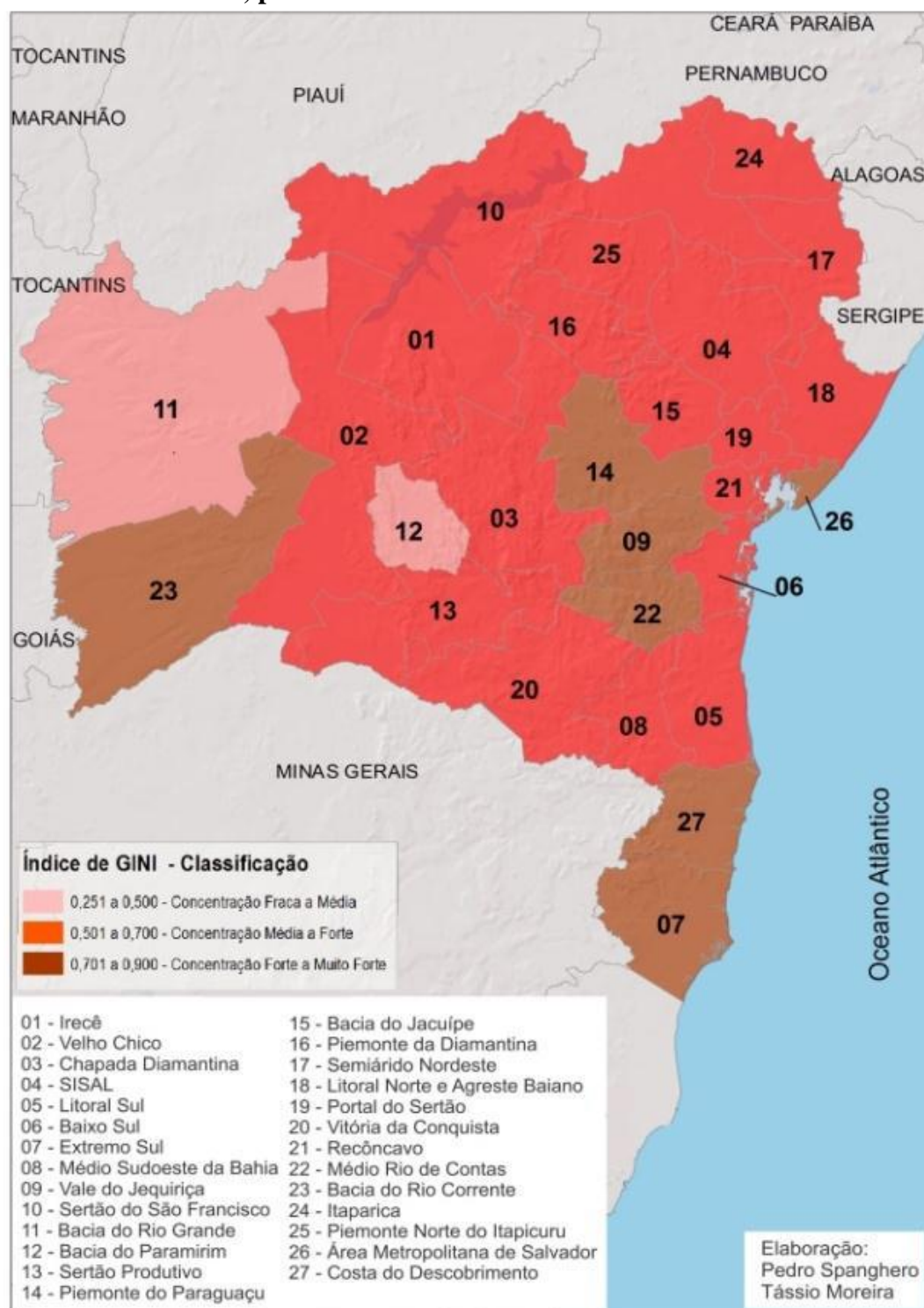
Mapa 22 - Territórios da Cidadania do Estado da Bahia. Período 2011.



Fonte : CEDITER, 2011 *apud* SEPLAN, 2015.

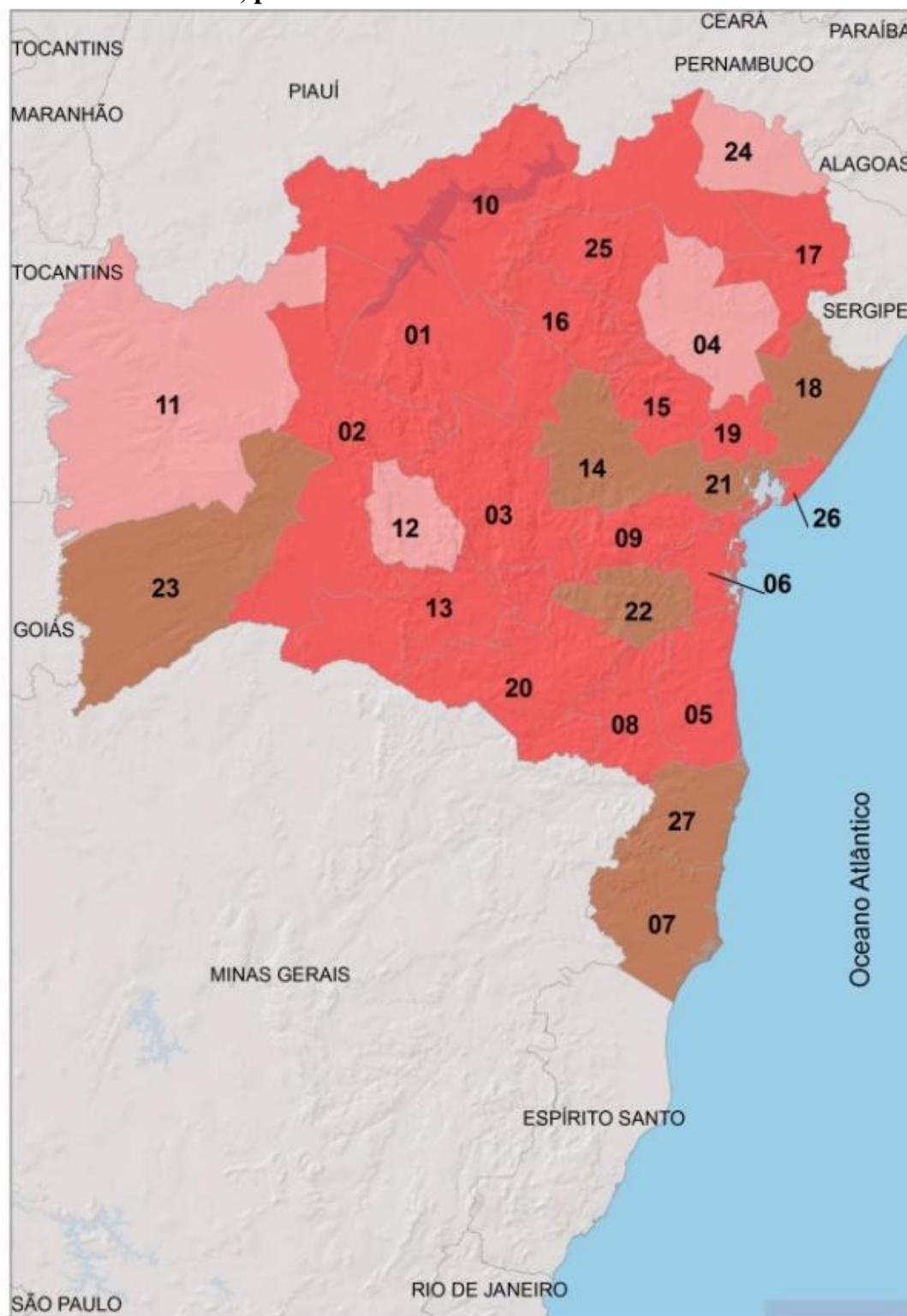
No intuito de identificar as variações das concentrações de terras entre 1995/96 e 2006 nos territórios de identidade da Bahia, foram apresentados dois mapas mostrando a força da concentração de acordo com cada território (Mapas 23 e 24).

Mapa 23 - Índice de Gini para a concentração de terra dos territórios de identidade da Bahia, período 1996.



Fonte: SANTOS et al., 2014.

Mapa 24- Índice de Gini para a concentração de terra dos territórios de identidade da Bahia, período 2006.



Fonte: SANTOS et al., 2014.

Historicamente, a Bahia é um estado latifundista. Alguns monocultivos são desenvolvidos na Bahia e certamente têm influenciado na concentração de terras.

Inicialmente, comparando os Mapas 23 e 24, certifica-se que o Centro-oeste e o Sul da Bahia são regiões que conservaram suas altas concentrações de terra entre os períodos estudados. Isso pode ser explicado pela presença de dois monocultivos marcantes nessa região, que também são concentradoras de terras: o cultivo do cacau, no Baixo Sul, e mais recentemente os cultivos de soja, algodão e milho no Centro-oeste.

A partir dos Mapas 23 e 24 foi desenvolvido um quadro comparativo (quadro 7) sobre a força da concentração de terras medida pelo índice de Gini entre os períodos de 1995/96 e 2006. Comparando os dois períodos (quadro 7), observa-se que a maioria dos territórios de identidade manteve suas concentrações fundiárias estáveis; cinco territórios continuaram categorizados de forte a muito forte; 13 continuaram de médio a forte; e dois de fraco a médio. Apenas três territórios diminuíram sua faixa de concentração e dois territórios pioraram, passando de concentração média a forte para forte a muito forte.

Esse cenário aponta para uma forte concentração de terras, fato que ficou evidente nos dados comparativos da Bahia (tabela 18) para o índice de Gini entre 1995/96 e 2006, quando o valor passou de 0.834 para 0.841, mantendo-se praticamente estável em um patamar alto. Provavelmente, essa elevação foi favorecida pelos aumentos no índice de concentração de Gini entre os dois períodos observados para os territórios do Litoral Norte e Agreste Baiano (predomínio de oligarquia rural tradicional e exploração de florestas plantadas) e o Recôncavo (zona tradicional do latifúndio desde os tempos do monocultivo da cana-de-açúcar), que saíram da categoria de média a forte para forte a muito forte.

Silva e Mendes (1998), ao estudar a microrregião homogênea do Recôncavo Baiano¹⁴, hoje território do Recôncavo, já tinham detectado o caráter concentrador da microrregião e que esta apresentava uma economia com participação expressiva do setor primário, tinha uma significativa densidade demográfica, apresentando elevada concentração fundiária decorrente, entre outros fatores, do processo histórico de ocupação territorial.

¹⁴ O território do Recôncavo é composto dos seguintes municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição de Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

Quadro 7 - Concentração de terras pelo índice de Gini para os territórios de identidade da Bahia. 1995/96 e 2006.

Territórios de identidade	Concentração/Índice de Gini	
	1995/96	2006
1 – Irecê	Média a forte.	Média a forte.
2 - Velho Chico	Média a forte.	Média a forte.
3 - Chapada Diamantina	Média a forte.	Média a forte.
4 – Sisal	Média a forte.	Fraca a média.
5 - Litoral Sul	Média a forte.	Média a forte.
6 - Baixo Sul	Média a forte.	Média a forte.
7 - Extremo Sul	Forte a muito forte.	Forte a muito forte.
8 – Itapetinga	Média a forte.	Média a forte.
9 - Vale do Jequiriçá	Forte a muito forte.	Média a forte.
10 - Sertão do São Francisco	Média a forte.	Média a forte.
11 - Bacia do Rio Grande	Fraca a média.	Fraca a média.
12 - Bacia do Paramirim	Fraca a média.	Fraca a média.
13 - Sertão produtivo	Média a forte.	Média a forte.
14 - Piemonte do Paraguaçu	Forte a muito forte.	Forte a muito forte.
15 - Bacia do Jacuípe	Média a forte.	Média a forte.
16 - Piemonte da Diamantina	Média a forte.	Média a forte.
17 - Semiárido Nordeste II	Média a forte.	Média a forte.
18 - Litoral Norte e Agreste Baiano	Média a forte.	Forte a muito forte.
19 - Portal do Sertão	Média a forte.	Média a forte.
20 - Vitória da Conquista	Média a forte.	Média a forte.
21 – Recôncavo	Média a forte.	Forte a muito forte.
22 - Médio Rio das Contas	Forte a muito forte.	Forte a muito forte.
23 - Bacia do Rio Corrente	Forte a muito forte.	Forte a muito forte.
24 – Itaparica	Média a forte.	Fraca a média.
25 - Piemonte Norte do Itapicuru	Média a forte.	Média a forte.
26 - Região Metropolitana de Salvador	Forte a muito forte.	Média a forte.
27 - Costa do Descobrimento	Forte a muito forte.	Forte a muito forte.

Fonte: SANTOS et al., 2014. Org.: Costa Neto, A. de O.

Os municípios do Recôncavo são muito próximos à capital, o que, de certa forma, influencia sua dinâmica espacial e também é alvo de alta especulação financeira. É cada vez maior o número de habitantes que se instalam na zona rural em pequenas propriedades, desenvolvendo cultivos temporários ou apenas para ter a chamada “morada de campo”, que por muitas vezes constitui-se em um segundo imóvel da família, no qual não ocorre o desenvolvimento de atividade agrícola produtora de alimentos; nesses casos, geralmente desenvolvem-se apenas paisagismo e jardinagem.

O grande número de pequenas propriedades é um fator importante para o elevado índice de Gini no território do Recôncavo, pois matematicamente essa situação também eleva o índice de Gini. No entanto, outro fator bem mais relevante para o aumento da concentração é o monocultivo da cana-de-açúcar em alguns municípios, como em Santo Amaro da Purificação, abrangendo grandes propriedades, fato que persiste desde o Brasil Colônia.

Em relação ao Litoral Norte da Bahia, Silva e Mendes (1998), em período anterior a 1995, já chamava a atenção quanto à estrutura fundiária da microrregião homogênea¹⁵, onde essa estrutura fundiária mostrava-se com significativa concentração no período da pesquisa, refletindo, entre outros fatores, o processo histórico de ocupação territorial e a não existência de uma política efetiva de melhoria da estrutura fundiária.

A forte concentração de terras no local, na época uma mesorregião, hoje um território de identidade, aumentou mais ainda, principalmente devido à aquisição de terras para plantar eucalipto com o objetivo de extrair madeira para a produção de celulose e carvão vegetal. Observa-se ainda que a região tradicionalmente dedicada a pequenos cultivos temporários e também cocoicultura, citricultura e pecuária passa por um processo de mudança da estrutura fundiária, que agora se centra no desenvolvimento da atividade de agricultura para exploração de madeira. Tal situação representou outra alternativa econômica à região, mas também redefiniu o uso e o acesso à terra, além de ter contribuído para aprofundar a concentração fundiária e o assalariamento dos pequenos proprietários (ARAÚJO, 2009). Nesta mesma linha, Fernandes (2012) ressalta que o monocultivo de árvores para exportação tem expropriado e subalternizado populações camponesas.

Nesse contexto, os municípios do Litoral Norte são escolhidos para a intensa atividade do plantio de eucalipto, que, em apenas cinco anos (1975/1980), modificou a estrutura fundiária da região, acelerando o processo de concentração de terras nos estabelecimentos

¹⁵ O Litoral Norte e Agreste Baiano é formado por municípios localizados no litoral como: Conde, Entre Rios, **Esplanada**, Mata de São João e Jandaira. Alguns municípios muito próximos ao litoral como: Cardeal da Silva, Catu, Itanagra, Araçás, Pojuca. Alguns municípios são mais ligados ao Agreste como: Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Aramari, Crisópolis, Inhambupe, Itapicuru, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real e Sátiro Dias.

com mais de 1.000 hectares e ocasionando uma pequena redução dos estabelecimentos de tamanhos entre 100 hectares e 1.000 hectares (CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES, 1983 *apud* ARAÚJO, 2009).

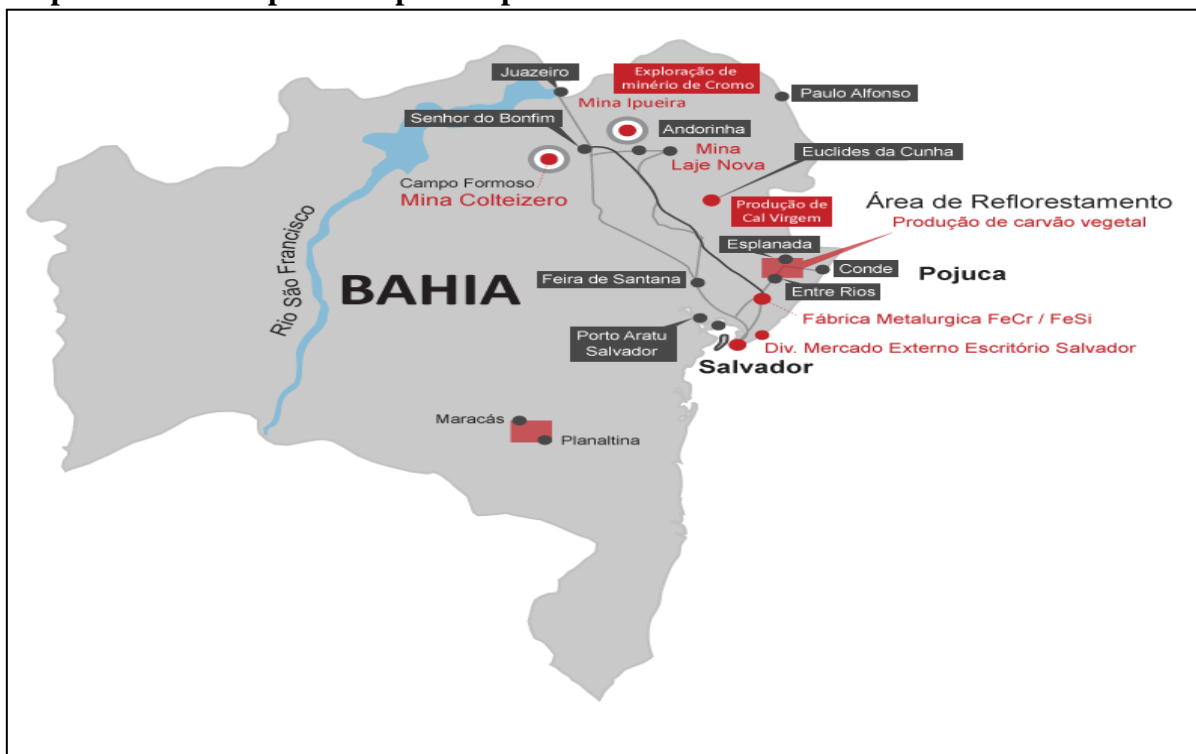
Levando-se em consideração que o uso da terra tem uma relação direta com a concentração de terras, especialmente quando é analisado em termos de cultura temporária e permanente (SANTOS et al., 2014), infere-se que o aumento da concentração de terras nesse território foi fortemente influenciado principalmente pelo avanço da cultura do eucalipto para exploração de celulose e carvão vegetal em todos os municípios, com destaque aos mais próximos ao litoral ou aqueles localizados no litoral, tendo em vista o elevado índice pluviométrico e a presença de muitos rios e riachos, fato que favorece o desenvolvimento da cultura. Em contraposição, a agricultura camponesa foi muito suprimida, tendo sua importância relativamente recuperada mais recentemente pela implantação de assentamentos no território.

Especificamente no município de Esplanada, quatro dos cinco assentamentos implantados pelo INCRA estão localizados em áreas separadas, que apresentam solos com características físicas e químicas desfavoráveis à implantação de projetos agropecuários. Muitas dessas áreas encontram-se desgastadas dos pontos de vista físico e químico, com cultivos anteriores de eucalipto e pinus. Das quatro áreas, uma foi doada e as outras três foram vendidas pela Companhia de Ferro Ligas da Bahia¹⁶ (FERBASA - Mapa 25).

Na área chamada área florestal, a FERBASA desenvolve plantios de eucalipto, fonte de matéria-prima para a produção do biorredutor utilizado pela própria companhia na transformação dos minérios em ferroligas. Sua área total destinada à silvicultura é de 64.000 hectares, distribuídos em nove municípios da Bahia. A área plantada da empresa é de 25.000 hectares, mas há mais quatro locais disponíveis para plantio, divididos em seis unidades de manejo e produção (UMPs - FERBASA, 2015). Pelo Mapa 25 observa-se o quanto o plantio de eucalipto estão inseridos em Esplanada.

¹⁶ Fundada em 23 de fevereiro de 1961, atualmente uma das 500 maiores empresas do Brasil, a FERBASA iniciou suas atividades no ramo da mineração em Campo Formoso (BA), com produção destinada, principalmente, ao Japão e às indústrias do Sul do Brasil. Em 1963, uma unidade metalúrgica foi implantada no município de Pojuca (BA) para produzir ferrocromo, permitindo a comercialização do produto final com maior valor agregado. Líder em produção de ferroligas e única produtora integrada de ferrocromo das Américas, a FERBASA está entre as 10 maiores empresas da Bahia, com faturamento anual superior a US\$ 500 milhões (FERBASA, 2015).

Mapa 25 - Áreas exploradas pela empresa FERBASA na Bahia.



Fonte: FERBASA, 2015

O município também apresenta áreas mais próximas ao litoral e que são alvo de especulação imobiliária, fato que tem levado grandes grupos empresariais, nacionais e estrangeiros, a comprar extensas propriedades, elevando a concentração fundiária. Como exemplo podemos citar a Empresa Empreendimentos Inovadores S.A. (PRIMA)¹⁷, que, em 2007, adquiriu uma área total de 62.979,4 hectares próximo à faixa litorânea do município de Esplanada. É importante ressaltar que depois da compra dessas áreas pela PRIMA, a visitação pública a paisagens turísticas naturais (Figuras 3 a 6) foram proibidas.

¹⁷ Fundada em 2005, a PRIMA Empreendimentos Inovadores é uma empresa que internaliza, além do capital, o conhecimento e a tradição empresarial de alguns dos principais grupos da Europa e do Brasil. Atua na área de desenvolvimento turístico e imobiliário, estando focada em produtos de alto valor agregado em acabamento, localização e serviços. Sendo uma companhia Sociedade Anônima de capital fechado, possui todos os procedimentos de governança corporativa implantados em sua estrutura. A companhia é auditada pela Price Water House Coopers (PRIMA, 2005).



Figura 3 – Lagoa Azul. Esplanada -BA

Fonte: PRIMA, 2005.



Figura 4. Rio Mucambo. Esplanada-BA

Fonte: PRIMA, 2005.



Figura 5- Lagoa de Panela. Esplanada-BA

Fonte: PRIMA, 2005.



Figura 6- Lagoa Verde- Esplanada- BA

Fonte: PRIMA, 2005.

Nota-se que existe uma mudança em curso no município de Esplanada e que esta modificação ocorre em virtude de grandes empresas capitalistas investirem no município em atividades concentradoras de terras com prejuízos para a população rural local. Camponeses que praticavam extrativismo, por exemplo, da mangaba e pescadores que atuavam em lagoas e rios de água doce, tiveram suas atividades altamente limitadas em virtude da presença dessas empresas no município.

Assim, fica claro que uma das possíveis causas para o aumento da concentração de terras para o território do Litoral Norte e do Agreste Baiano entre 1995/96 e 2006 é decorrente da forma de exploração econômica que se encontra em curso no município de Esplanada, com destaque para a agricultura empresarial, explorando principalmente o monocultivo do eucalipto e a instalação de complexos hoteleiros/turísticos na porção próxima ao litoral. É importante ressaltar que essa situação também ocorre em outros municípios do estado.

Buscando explicar melhor as causas da manutenção da alta concentração de terras na Bahia, foi feita uma tabela (Tabela 22) com as variações percentuais entre os períodos na condição de proprietário, tendo em vista que, assim como para o Brasil, essa é a categoria que mais tem influenciado a concentração fundiária.

Tabela 22 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários com declaração de área e seus respectivos percentuais, conforme condição do produtor. Brasil e Bahia. Períodos 1995/96 e 2006.

Períodos 1995/96 e 2006.				
Condição do produtor	Número de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos (1000 ha)	
	Bahia			
	1995/96	2006	1995/96	2006
Proprietário	620.086	666.817	29.193	28.074
Percentual/Bahia				
	Número de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	1995/96	2006	1995/96	2006
Proprietário	88,7	97,8	89,8	96,2
Percentual/Brasil				
	1995/96	2006	1995/96	2006
Proprietário	74,5	80,2	93,8	93,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Em relação ao número de estabelecimentos na Bahia, para a condição de proprietário (Tabela 22), podemos destacar que o total aumentou entre 1995/96 e 2006, indo de 88,7% para 97,8%; essa tendência de elevação também foi observada para o Brasil. Para a área dos estabelecimentos (Tabela 22), nota-se um aumento entre os dois períodos analisados (de 89,8% para 96,2%). A categoria de proprietários na Bahia, assim como no Brasil, ocupa a maior quantidade de estabelecimentos e área, muito acima das outras categorias (Tabela 22). Portanto, assim como no Brasil, essa categoria é a que tem mais influência na estrutura fundiária. Ainda em relação à condição de proprietário foi feita uma tabela (Tabela 23) visando a relacionar a área média da Bahia com a do Brasil.

Em relação à área média dos estabelecimentos baianos (Tabela 23), entre os períodos de 1995/96 e 2006 ocorreu diminuição média do resultado (47,1 hectares para 42,1 hectares). Essa tendência também foi observada ao considerar o Brasil.

Tabela 23 - Áreas médias (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Bahia, períodos 1995/96 e 2006.

Condição do produtor	Área média Bahia (hectares)		Área média Brasil (hectares)	
	1995/96	2006	1995/96	2006
Proprietário	47.1	42.1	92	77.8

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

De modo geral, essas pequenas variações, quando comparamos Bahia e Brasil, não foram suficientes para alterar significativamente a redução da concentração de terras. De fato, Bahia e Brasil apresentam números relativos parecidos, o que reflete valores muito próximos quando se refere ao índice de Gini, que era de 0,854 para o Brasil e de 0,841 para a Bahia em 2006.

Alguns autores, como Matta (2009), ao analisar os dados da Bahia e do Brasil em 1995/96 já afirmavam o caráter concentrador desde a colonização e destacavam que não teria perspectivas de desconcentração em longo prazo se perdurasse esse modelo de produção adotado na época. Esse fato foi comprovado dez anos depois, com um quadro praticamente inalterado da estrutura fundiária de um período a outro.

Essa manutenção da concentração fundiária na Bahia está de acordo com o que observa Oliveira (2007), que afirma que o Brasil, entre 1995/96 e 2006, adota um modelo de política fundiária que opta pela não reforma agrária. A estrutura fundiária baiana não se alterou e a concentração de terras continuava muito alta em 2006, assim como já era em 1995/96. Diante do quadro de estabilidade da alta concentração fundiária baiana, algumas tabelas serão apresentadas no sentido de analisar como se comporta a estrutura fundiária no ano de 2006, dando ênfase à categoria de proprietário e de assentado sem titulação definitiva.

Apura-se pela Tabela 24 que a condição de proprietários de estabelecimentos é de 87,56%, ocupando 96,25% do total das áreas dos estabelecimentos de toda a Bahia. Essa categoria apresenta um número muito elevado de estabelecimentos e de área quando comparada às demais. A segunda maior categoria em número de estabelecimentos é a de ocupante, com apenas 5,88% dos estabelecimentos; já em relação à área, a segunda categoria é a de assentados sem titulação definitiva, com apenas 1,61% das áreas. Os assentados sem titulação definitiva são 2,11% dos estabelecimentos (Tabela 24).

Tabela 24. Número e área total dos estabelecimentos agropecuários e percentual, conforme condição do produtor. Censo Agropecuário, Brasil, 2006.

Condição do produtor	Número de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos (ha)		Área média dos estabelecimentos (ha)
	2006	%	2006	%	2006
Proprietário	666.845	87,56	28.473.792	96,25	42,70
Assentado sem titulação definitiva	16.046	2,11	475.569	1,61	29,64
Arrendatário	5.862	0,77	165.220	0,56	28,18
Parceiro	8.653	1,14	93.830	0,32	10,84
Ocupante	44.789	5,88	373.350	1,26	8,34
Produtor sem área	19.363	2,54	--	--	--
Total	761.558	100	29.581.760	100	23,94 ¹⁸

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Verifica-se ainda pela Tabela 24 que, em relação à área média dos estabelecimentos, a categoria de proprietário apresenta a maior área média, com 42,70 hectares/estabelecimento; já a categoria de ocupante apresenta a menor área média, com 8,34 hectares/estabelecimento. Os assentados sem titulação definitiva apresentam como média 29,64 hectares/estabelecimento. A categoria de proprietário destaca-se com uma área média bem superior às outras categorias e, como ocupa 96,25% das áreas dos estabelecimentos, mais uma vez fica evidente o quanto essa categoria tem influência na estrutura fundiária.

Assim como para os dados relacionados ao Brasil, na estrutura fundiária baiana a condição de proprietário exerce forte influência sobre a concentração de terras. Os assentados sem titulação definitiva também são, em números proporcionais, muito menores em relação aos proprietários, inclusive ao analisar o Brasil como todo, sendo este um dos fatos que explica a persistência da alta concentração de terras na Bahia.

¹⁸ A média geral exclui os produtores sem área.

Tabela 25 - Condição do produtor em relação às terras, segundo as variáveis selecionadas - Bahia - 2006

Variáveis selecionadas	Condição do produtor em relação às terras									
	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
Total	666. 845	28 209 236	16 529	485 825	8 111	263 720	12 609	172 405	53 726	450 585
Grupos de área total (ha)										
Maior de 0 a menos de 0,1	4 754	168	72	3	48	1	86	4	819	25
De 0,1 a menos de 0,2	3 166	443	59	7	28	3	77	10	661	91
De 0,2 a menos de 0,5	32 759	12 103	365	144	343	126	1 252	447	7 170	2 581
De 0,5 a menos de 1	41 041	31 226	513	386	723	505	1 793	1 155	7 823	5 668
De 1 a menos de 2	66 364	89 836	739	969	1 256	1 504	2 469	2 730	9 522	11 881
De 2 a menos de 3	52 566	117 363	607	1 343	899	1 817	1 410	2 623	5 892	12 229
De 3 a menos de 4	43 656	140 971	727	2 273	716	2 009	971	2 529	3 746	10 901
De 4 a menos de 5	36 222	153 869	432	1 779	553	2 056	645	2 159	2 683	10 285
De 5 a menos de 10	99 964	679 050	2 350	15 999	1 202	6 592	1 560	7 977	5 979	34 064
De 10 a menos de 20	97 102	1 298 658	3 882	56 722	901	9 942	1 049	10 232	4 031	43 880
De 20 a menos de 50	107 292	3 202 631	5 496	166 281	733	16 941	661	12 729	3 495	81 414
De 50 a menos de 100	41 789	2 760 349	1 012	56 552	288	13 272	337	15 641	1 124	57 546
De 100 a menos de 200	19 715	2 608 055	77	8 449	154	14 074	163	13 999	430	45 295
De 200 a menos de 500	12 753	3 798 495	127	34 479	124	25 573	87	14 267	251	58 849
De 500 a menos de 1 000	4 325	2 904 651	30	20 444	60	28 502	21	8 112	79	45 187
De 1 000 a menos de 2 500	2 331	3 391 525	28	37 080	41	30 304	13	6 665	14	11 988
De 2 500 e mais	1 046	7 019 844	13	82 916	42	110 500	15	71 126	7	18 702

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Dentro da condição de proprietário, os estratos de 20 hectares a 50 hectares chamam a atenção por apresentarem o maior número de estabelecimentos (total de 107.292) com uma área de 3.202.631 hectares. Por sua vez, o estrato de 2.500 hectares e mais possui apenas 1.046 estabelecimentos e ocupa uma vasta área de 7.019.844 hectares (Tabela 25).

Ainda pela Tabela 25 verifica-se que, na categoria de assentado sem titulação definitiva, o estrato de 20 hectares a menos de 50 hectares apresenta o maior número de estabelecimentos, somando 5.496, e ocupa a maior área entre os estratos, com 166.281 hectares. Neste estrato localiza-se a média de 29,64 hectares. Essa é a categoria que, pela via da desapropriação, pode contribuir de maneira mais efetiva com a desconcentração de terras.

Visando a detalhar melhor a estrutura fundiária baiana, a Tabela 26 apresenta os estabelecimentos classificados de acordo com sua área. A classificação está baseada em três categorias: pequena, média e grande propriedade. Os limites de área foram adotados em função dos módulos fiscais determinados para o estado da Bahia segundo o INCRA (2012), sendo que o menor módulo mede 5 hectares e o maior, 65 hectares. Assim, a pequena propriedade varia de 20 hectares até menos que 260 hectares; a média de 20 hectares até menos que 975 hectares e a grande propriedade aquelas superiores a 975 ha. Considerando os estudos de Oliveira (2004), é razoável aceitar como pequena propriedade na Bahia aquela que mede até 200 hectares. A média propriedade são aquelas superiores a 200 hectares e até o limite de 1.000 hectares; enquanto as grandes propriedades são aquelas superiores a 1.000 hectares.

Tabela 26 - Condição do produtor em relação às terras, segundo as variáveis selecionadas de acordo com três estratos- Bahia - 2006

Tamanho dos estratos	Condição do produtor em relação às terras									
	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Pequena: Até 200 ha	646.390	11.094 721	16.331	310.906	7.844	68.842	12.473	72.235	53.375	315.859
Média: De 200 a 1000 ha	17.078	6.703.146	157	54.923	184	54.075	108	22.379	330	104.036
Grande: De 1000 e mais	3. 377	10.411.370	41	119.996	83	140.804	28	77.790	21	30.690
Total	666. 845	28.209.236.23	16.529	485.825.12	8.111	263.720.37	12.609	172404.94	53.726	450.584.85
Percentual										
Pequena: Até 200 ha	96.93	39.33	98.80	64.00	96.71	26.10	98.92	41.90	99.35	70.10
Média: De 200 a 1000 ha	2.56	23.76	0.95	11.31	2.27	20.50	0.86	12.98	0.61	23.09
Grande: De 1000 e mais	0.51	36.91	0.25	24.70	1.02	53.39	0.22	45.12	0.04	6.81
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

De acordo com a classificação adotada (Tabela 26), **na categoria de proprietário, 96,93% dos estabelecimentos são considerados pequenos e ocupam 39,33%; os médios representam 2,56% e ocupam 23,73% da área; já os grandes são apenas 0,51% e ocupam 36,91%.** Lembrando que as pequenas e médias propriedades, mesmo sendo improdutivas, não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária, desde que seus proprietários só possuam uma.

O cadastro do INCRA, realizado em 2003, apresentava dados sobre a função social da terra (artigo 184 da Constituição Federal) e eles comprovavam que 70% das grandes propriedades eram classificadas como não produtivas (OLIVEIRA, 2004). Como entre 2003 e 2006 pouco deve ter sido alterada a classificação de produtividade das grandes propriedades, adotaremos a hipótese de que, em 2006, esse índice ainda continuava em torno de 70%.

Assim, 70% de 10.411.370 hectares compostos das grandes propriedades corresponde a 7.287.959 hectares, que poderiam ser desapropriados. Considerando que a área média dos estabelecimentos dos assentados sem titulação definitiva na Bahia é de 29,64 hectares (tabela 13), 245.882 famílias poderiam ser assentadas. Resumindo, o problema de distribuição de terras na Bahia estaria resolvido.

Porém em 2006 o Governo desapropriou no Estado apenas 10 imóveis, somando uma área de 15.715 hectares; ou seja, apenas 0,22% de possíveis áreas para desapropriação. Com esse resultado píffio, afirma-se também que para a Bahia, tomando como base os dados publicados pelo IBGE, o governo federal também optou pela **não reforma agrária**.

Em relação a Esplanada, sua estrutura fundiária também aponta para forte concentração de terras. O município apresenta 32,52% de sua população na zona rural (IBGE, 2010). Sua área geográfica abrange ecossistemas diferentes, que proporcionam atividades rurais diversas e que movimentam de forma considerável a economia local.

Historicamente, esse é um município que apresenta latifúndios ligados à pecuária e, mais recentemente, à exploração de eucalipto. A partir da década de 1990, a fruticultura tem apresentado certo destaque no município. Também a partir da década de 1990, cinco assentamentos rurais foram implantados diretamente pelo INCRA. Outros projetos de assentamento, como os relacionados ao Cédula da Terra, e de colonização também foram implantados, alterando a estrutura fundiária de Esplanada.

Os estabelecimentos que desenvolvem atividades agropecuárias no município são quantificados pelo IBGE e muitas de suas características são publicadas periodicamente no censo. Assim, a estrutura fundiária de Esplanada aponta para um município com elevada concentração de terras (tabela 27).

Tabela 27 - Índice de Gini, da distribuição da posse da terra, conforme a condição do produtor. Esplanada, períodos 1995/96 e 2006.

Ano	Índice de Gini		
	Esplanada	Bahia	Brasil
1995/96	0.904	0.834	0.856
2006	0.888	0.841	0.854

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Pela Tabela 27, observa-se que Esplanada apresenta uma pequena redução no índice de Gini entre 1995/96 e 2006. Sua tendência de diminuição acompanhou o Brasil e foi contrária à da Bahia, cujo resultado aumentou nesses períodos. É importante ressaltar que Esplanada apresentava uma concentração de terras considerada muito forte e reduziu para forte, porém, apesar de ter mudado de categoria em relação à força da concentração, observa-se que ocorreu uma redução mínima entre os índices, **de apenas 0.016** (passando de 0.904 para 0.888), ou seja, uma redução insignificante.

A Tabela 28 procura esclarecer a evolução da estrutura fundiária de Esplanada em relação à condição de proprietário, tendo em vista que esta categoria representava mais de 90% dos estabelecimentos nos dois últimos censos. Na mesma tabela é possível comparar os dados baianos aos nacionais.

Tabela 28 - Número e percentual de estabelecimentos agropecuários com declaração de área conforme a condição de proprietário. Esplanada, Bahia e Brasil, períodos 1995/96 e 2006.

Local	Número de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	1995/96	2006	1995/96	2006
Esplanada	1.210	2.236	62.600	83.417
	(%)	(%)	(%)	(%)
Esplanada	98.53	88.10	99.41	95.51
Bahia	88.7	97.8	89.8	96.2
Brasil	74.5	80.2	93.8	93.0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Assim como no Brasil e na Bahia, o percentual equivalente a essa categoria é altíssimo em relação às demais, tanto em 1995/96 (98,53% dos estabelecimentos com 99,41% da área) quanto em 2006 (88,10% dos estabelecimentos com 95,51% da área - Tabela 28) os proprietários dominam.

No município de Esplanada ocorreu um decréscimo de 10,43% entre 1995/96 e 2006 em relação ao número de estabelecimentos, passando de 98,53% para 88,10%, tendência contrária aos resultados do Brasil e da Bahia, nos quais o número de estabelecimentos aumentou (Tabela 28). Em relação à área dos estabelecimentos tanto em Esplanada quanto no Brasil, a área diminuiu entre os dois períodos, mas a redução foi mais acentuada em Esplanada.

Quanto à diminuição do número de estabelecimentos em Esplanada para os proprietários, uma das possíveis causas é a junção de pequenos imóveis comprados ou tomados pelas empresas de exploração de madeiras, que os transformaram em imóveis maiores.

Tabela 29 - Área média (em hectares) por estabelecimento agropecuário e variação percentual na condição de proprietário. Esplanada, Bahia e Brasil, períodos 1995/96 e 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)					
	Esplanada		Bahia		Brasil	
	1995/96	2006	1995/96	2006	1995/96	2006
Proprietário	51,74	37,31	47,1	42,1	92	77,8
Percentual de redução						
Proprietário	14,43		5,00		14,20	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96, 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Em relação à média de área dos estabelecimentos (Tabela 29), observa-se que, para a condição de proprietário, os valores apresentam a mesma tendência em relação aos dados nacionais e da Bahia, ou seja, foram reduzidos entre 1995/96 e 2006. A média do Brasil é bem superior à de Esplanada e à da Bahia, fato devidamente justificável devido às grandes propriedades, principalmente nas regiões Norte e Centro-oeste.

Em relação ao percentual de redução da média de área entre os dois períodos, Esplanada e Brasil apresentam forte semelhança (14,43% e 14,20% respectivamente). Já na Bahia esse percentual de redução foi bem menor, sendo de 5%. Por sua vez, a evolução dos dados de Esplanada de 1995/96 para 2006 apresentou uma performance melhor que no Brasil e na Bahia no tocante à desconcentração de terras. A redução do número de estabelecimentos, das áreas deles e consequentemente da média de área por estabelecimento, entre os dois períodos analisados, não foi suficiente para alterar significativamente o índice de Gini, que apresentou, em 2006, o valor de 0,888.

Buscando analisar melhor a estrutura fundiária do município de Esplanada em 2006, foi elaborada uma tabela, que considera a condição do produtor em relação às terras (Tabela 30).

Tabela 30 - Condição do produtor em relação às terras. Esplanada, período 2006.

Município	Condição do produtor em relação às terras										
	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos
Esplanada	2.236	83.449	105	2.925,54	12	39,79	13	7,07	113	918,72	59
Média	37,31		27,86		3,32		0,54		8,13		--

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Org.: por Costa Neto, A. de O.

Assim como no Brasil e na Bahia, os números dos estabelecimentos e suas respectivas áreas são maioria absoluta para a classe de proprietários (Tabela 30). Os assentados sem titulação definitiva ocupam a segunda maior área, com 2.925,54 hectares, correspondendo a apenas 3,51% da área dos proprietários.

Sendo que o módulo fiscal de Esplanada mede 30 hectares, a pequena propriedade é aquela de até 120 hectares; a média varia de 120 hectares até 450 hectares; e a grande de 450 hectares a mais. Dentro da classe de proprietários no Brasil, 31,41% da área pertence aos grandes proprietários; na Bahia, esse índice representa 36,91%,; assim, em Esplanada vamos considerar que 30% da área dos proprietários pertencem aos grandes, o que corresponde a 25.034,7 hectares.

De acordo com a hipótese de que 70% dessa área é não produtiva, 17.524,29 hectares estariam disponíveis para desapropriação. Como a média dos estabelecimentos dos assentados sem titulação definitiva é de 27,86 hectares, então, em Esplanada no ano de 2006 poderiam ser assentadas 629 novas famílias. Acontece que neste ano o governo desapropriou em Esplanada apenas um imóvel, com área de 2.436,71 hectares, ou seja, apenas 13,90% dos prováveis estabelecimentos passíveis de desapropriação, evidenciando, assim, que a **não reforma agrária** também é aplicada em Esplanada.

2.3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA SEGUNDO OS DADOS DO INCRA: a forte concentração de terras no Brasil, na Bahia e em Esplanada.

Ainda que bem diferente do prometido pelo governo federal, espera-se que, com a criação desses novos assentamentos, ocorra uma mudança significativa na estrutura fundiária brasileira, tendo como reflexo uma redução dos índices que demonstram o grau elevado de concentração de terras no Brasil.

Em 2012, o INCRA publicou os dados referentes à posse e à propriedade no país. Os dados cadastrais do INCRA apresentam uma perspectiva diferente daquela mostrada pelo IBGE, pois este órgão permite fazer uma análise mais direcionada sobre aqueles que se apropriam ou apossam o espaço fundiário, ou seja, os proprietários e os posseiros. Os cadastros rurais são preenchidos por agricultores que, de alguma forma, são proprietários ou possuem o domínio útil sobre o imóvel rural. Assim, a noção assumida pela INCRA é a de imóvel rural, direcionando para a unidade jurídica da propriedade. Já o IBGE coleta informações sobre a unidade econômica, trabalhando com a noção de estabelecimento rural, aglutinando proprietários, arrendatários, parceiros, ocupantes e assentados sem titulação definitiva.

Segundo o INCRA (2015) o imóvel rural é definido como “prédio rústico de área contínua, qualquer que seja sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial”, nos termos da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

O cadastro deve ser preenchido por todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóvel rural, de acordo com a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, e conceituados conforme o quadro 8. Quando o imóvel rural for explorado mediante **arrendamento, parceria** ou **comodato**, caberá aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de qualquer título apresentar ao INCRA as declarações de cadastro de cada um dos arrendatários, parceiros ou comodatários, abaixo conceituados:

Arrendatário - É a pessoa que explora imóvel rural, no todo ou em parte, mediante contrato escrito ou verbal, remunerando o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título com valor pré-determinado;

Parceiro - É a pessoa que explora o imóvel rural, no todo ou em parte, mediante contrato agrário escrito ou verbal, remunerando o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título com um percentual da produção alcançada;

Comodatário - É a pessoa que explora imóvel rural, no todo ou em parte, cedido pelo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de forma gratuita (INCRA, 2015).

Quadro 8- Conceituação dos detentores de imóveis rurais.

Detentor de imóvel rural	Conceituação
Proprietário	É a pessoa física ou jurídica que possui imóvel rural, válido e regularmente destacado do patrimônio público, registrado em seu nome no Registro Imobiliário. O proprietário detém o domínio pleno (domínio direto e útil), abaixo conceituados: - domínio direto: diz respeito ao direito de dispor do imóvel rural; - domínio útil: relativo ao direito de utilizar ou usufruir o imóvel rural.
Enfiteuta ou foreiro	É a pessoa que possui o domínio útil do imóvel rural por meio de constituição de um título de domínio, caracterizado como Carta de Aforamento.
Usufrutuário	É o titular do direito de usufruto de um bem imóvel rural por meio de cessão ou reserva de usufruto, possuindo, usando, administrando e percebendo seus frutos, não podendo, entretanto, dispor do imóvel rural. Nu-proprietário - é a pessoa que detém o direito de dispor do imóvel rural (domínio direto), não podendo, entretanto, utilizá-lo ou usufruí-lo, visto que esse direito ficou reservado ao usufrutuário (domínio útil).
Posseiro a justo título	É a pessoa que exerce o direito de posse, configurado por um ato translativo de domínio cujo título não foi ainda levado a registro imobiliário.
Posseiro por simples ocupação	Posseiros sem documentos de titulação, promitentes compradores que detêm a posse e

	os titulares da posse oriunda de concessão de uso fornecida pelo governo federal, estadual ou municipal.
--	--

Fonte: INCRA, 2015.

O levantamento mais recente do INCRA revela os seguintes números: ha 5.498.505 imóveis rurais ocupando uma área de 605.387.746,06 hectares. Durante a apuração, 266.332 imóveis foram considerados inconsistentes e, portanto, excluídos. A área total desses imóveis compreende 4.817.908.863,68 hectares (INCRA, 2012).

Pela Tabela 31 é possível identificar que a maioria dos imóveis está na condição de propriedade, totalizando 3.871.671 imóveis, que representam 70,41% do total e ocupam 464.274.331,26 hectares, ou seja, 76,69% da área total. Em segunda colocação encontram-se os imóveis na condição de posse a justo título, com 796.304 imóveis, correspondendo a 14,48% do total e ocupando uma área de 46.433.393,30 hectares, ou seja, 7,67% do total de área. A condição de propriedade é, sem dúvida, a que mais tem influência na estrutura fundiária e sua desapropriação seria a ação mais importante no sentido de desconcentrar terras, visto que, em 2012, o índice de Gini calculado pelos dados do INCRA mediu 0,843, indicando forte concentração de terras. Devido à importância dessa categoria na estrutura fundiária em relação à reforma agrária, seus dados serão mais enfatizados neste trabalho.

Para detalhar melhor a estrutura fundiária brasileira foi produzida uma tabela na qual os estabelecimentos são classificados de acordo com sua área, em três estratos: pequena, média e grande propriedade (Tabela 32). Foram adotados os mesmos critérios usados anteriormente, considerando os módulos fiscais para o Brasil, sendo que não foi possível usar o limite de 200 hectares, porque o INCRA não usou essa limitação em seu levantamento para o ano de 2012, o que dificultou a comparação com os anos anteriores. Assim, utilizou-se o limite de 250 hectares para pequenas propriedades e início do tamanho das médias propriedades. Dessa forma, consideramos que a pequena propriedade mede até 250 hectares; a média varia de 250 hectares até 2.000 hectares; e as grandes são as superiores a 2.000 hectares.

Na categoria propriedade, 93,11% dos imóveis são considerados pequenos e ocupam 26,97% da área relativa a esta categoria. Por outro lado, apenas 0,77% dos imóveis compreendem os grandes e ocupam 42,58% de toda a área pertencente a esta categoria (tabela 30).

Tabela 31. Número, área dos imóveis rurais e respectivos percentuais de acordo a sua situação jurídica. Brasil. 2012.

Estratos	Propriedade		Posse e propriedade		Posse a justo título		Posse por simples ocupação		Posse simples e ocupação a justo título		Situação jurídica não informada	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área(ha)	Imóveis	Área(ha)	Imóveis	Área(ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Mais de 0 a menos de 1 (ha)	44.236	22.707,69	562	329,29	43.701	21.398,86	28.124	14.078,01	56	36,39	622	325,24
1 a menos de 2 (ha)	72.697	101.583,77	1.406	2.007,86	56.987	74.204,79	36.633	49.882,02	188	263,08	828	1.134,80
2 a menos de 5 (ha)	490.173	1.678.023,47	9.458	32.602,24	128.873	408.005,38	127.055	419.538,73	1.019	3.444,60	2.444	7.999,82
5 a menos de 10 (ha)	593.833	4.327.514,42	14.889	109.594,43	104.482	726.440,13	113.022	807.308,86	1.163	8.525,35	2.488	17.621,31
10 a menos de 25 (ha)	1.039.950	16.892.845,52	31.501	524.234,19	159.835	2.557.256,63	154.12	2.482.321,77	1.929	31.320,29	4.394	72.732,14
25 a menos de 50 (ha)	614.381	21.619.210,33	23.645	842.819,84	124.762	4.319.574,80	92.749	3.258.674,50	1.35	48.114,78	3.412	122.547,30
50 a menos de 100 (ha)	419.853	29.539.442,38	18.535	1.295.295,99	106.537	6.920.197,94	62.683	4.371.854,46	1.224	86.473,97	2.913	201.212,43
100 a menos de 250 (ha)	329.786	51.033.311,07	14.457	2.241.321,76	48.787	6.306.096,98	36.031	5.418.025,84	1.02	158.602,07	1.649	239.905,28
250 a menos de 500 (ha)	133.575	47.105.340,86	5.878	2.056.419,74	9.719	3.473.075,45	11.305	4.014.580,77	241	79.768,84	578	205.740,32
500 a menos de 1000 (ha)	70.380	48.936.863,11	2.965	2.054.642,81	5.082	3.434.394,39	6.66	4.758.254,75	63	43.350,69	286	198.106,60
1.000 a menos de 2.000 (ha)	32.919	45.321.698,85	1.246	1.733.287,45	3.158	4.474.030,73	3.662	5.099.770,86	24	32.196,21	197	272.658,05
2.000 a menos de 2.500 (ha)	8.184	18.273.942,55	279	619.861,09	3.278	7.668.413,20	1.468	3.304.827,34	8	17.346,60	50	113.252,84
2.500 a menos de 5.000 (ha)	14.923	51.401.315,73	452	1.563.845,75	987	2.981.163,97	2.135	7.500.174,21	13	42.656,94	88	294.239,27

5.000 a menos de 10.000 (ha)	5.109	36.610.987,80	150	1.045.807,17	91	609.041,70	775	5.621.107,58	4	24.552,10	28	194.924,91
10.000 a menos de 20.000 (ha)	903	12.326.637,79	30	422.448,70	8	112.580,71	167	2.326.487,63	0	0,00	5	75.298,24
20.000 a menos de 50.000 (ha)	506	14.920.347,16	8	213.962,82	5	145.185,84	102	3.063.323,61	0	0,00	6	159.609,39
50.000 a menos de 100.000 (ha)	108	7.597.136,10	0	0,00	1	80.560,00	28	1.945.199,32	0	0,00	1	78.377,23
100.000 e Mais (ha)	155	56.565.422,63	4	592.331,61	11	2.121.771,80	53	15.280.047,42	0	0,00	2	6.761.414,00
Total	3.871.671	464.274.331,26	125.465	15.350.812,75	796.304	46.433.393,30	676.772	69.735.457,67	8.302	576.651,91	19.991	9.017.099,17
%	70,41	76,69	2,28	2,54	14,48	7,67	12,31	11,52	0,15	0,10	0,36	1,49

Fonte: INCRA-SNCR (2012). Org.: Costa Neto A. de O.

Tabela 32. Número e área dos imóveis rurais e seus respectivos percentuais por três extratos de áreas. Brasil. 2006.

Ano								
	Menos de 250 hectares		250 hectares a menos de 2.000 hectares		2.000 hectares ou mais		Total	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
Propriedade								
2012	3.604.909	125.214.639	236.874	141.363.902,8	29.888	197.695.789,8	3.871.671	464.274.331,26
	Percentual							
2012	93,11	26,97	6,12	30,45	0,77	42,58	100	100
Posse e propriedade								
2012	114.453	5.048.205,6	10.089	5.844.350	923	4.458.257	125.465	15.350.812,75
	Percentual							
2012	91,22	32,89	8,04	38,07	0,74	29,04	100	100
Posse por simples ocupação								
2012	773.964	21.333.175,51	17.959	11.381.500,57	4.381	13.718.717,22	796.304	46.433.393,30
	Percentual							
2012	97,19	45,94	2,26	24,51	0,55	29,54	100	100
Posse a justo título								
2012	650.417	16.821.684	15.633	13.872.606	4.728	39.041.167	676.722	69.735.457,67
	Percentual							
2012	96,11	24,12	3,20	19,89	0,70	55,98	100	100
Posse por simples ocupação e a justo título								
2012	7.949	336.780,53	328	155.315,74	25	84.555,64	8.302	576.651,91
	Percentual							
2012	95,75	58,40	3,95	26,93	0,30	14,66	100	100
Situação jurídica não informada								
2012	18.750	663.478,32	1.061	676.504,97	180	7.677.115,88	19.991	9.017.099,17
	Percentual							
2012	93,79	7,36	5,31	7,50	0,90	85,14	100	100
Total								
2012	5.170.442	169.417.962,8	281.944	173.294.180,5	40.125	262.675.602,8	5.498.505	605.387.746,06
	Percentual							
2012	94,03	27,99	5,24	28,63	0,73	43,39	100	100

Fonte: INCRA-SNCR (2015). Org.: Costa Neto A. de O.

Em 2012, o INCRA não apresentou a parte não produtiva dos imóveis. Devido a isso, usaremos novamente o índice de 70% da área das grandes propriedades como referência para imóveis passíveis de desapropriações (OLIVEIRA, 2004). Tomamos como base o tamanho médio dos lotes dos assentamentos brasileiros que, segundo o INCRA (2015), é de 91,03 hectares. É importante ressaltar que essa medida inclui todas as outras áreas, como estradas, agrovilas, áreas coletivas e outras. Ainda assim esse tamanho médio é elevado, principalmente devido aos altos valores dos módulos fiscais que ocorrem no Norte e no Centro-oeste.

Assim, 70% de 197.695.789,8 hectares, que compõem as grandes propriedades, correspondem a 138.387.052,9 hectares que poderiam ser desapropriados. Levando em consideração que a área média dos assentados é de 91,03 hectares, **1.520.236 famílias poderiam ser assentadas**. Como boa parte dos assentados estão na região Norte, local em que os lotes são maiores, esse número seria bem maior para famílias assentadas no Nordeste, por exemplo. Se o governo assim o fizesse, estaria resolvido o problema da falta de terra no Brasil; estaria, enfim, concretizada a reforma agrária no país dos latifúndios.

No entanto, em 2012, o governo desapropriou apenas 28 imóveis, somando uma área de 45.664 hectares (INCRA, 2015) ou seja, apenas 0,03% de possíveis áreas para desapropriação, o pior resultado desde 1995, quando o INCRA começou a disponibilizar sua série histórica. Com esse resultado píffio, concluímos que o governo Dilma continua com a **não reforma agrária**. Como resultado dessa falta de atitude do governo em não realizar a reforma agrária, obtém-se o elevado grau de concentração das terras, que gerou um índice de Gini de 0,843 em 2012.

Outra forma de analisar a estrutura fundiária brasileira reside nos dados apresentados pelo DATALUTA, que disponibiliza tabelas construídas com base no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do INCRA (Tabelas 33 e 34). No intuito de entender melhor a variação dos números de imóveis rurais e respectivas áreas para o Brasil, foram construídos os Gráficos 14 e 15. Eles são baseados em dados das tabelas 33 e 34, que abordam as estruturas fundiárias do Brasil segundo o INCRA e organizados pelo NERA.

Tabela 33 - Brasil: mudanças da estrutura fundiária por classe de área, períodos 1998, 2003, 2010, 2011 e 2012.

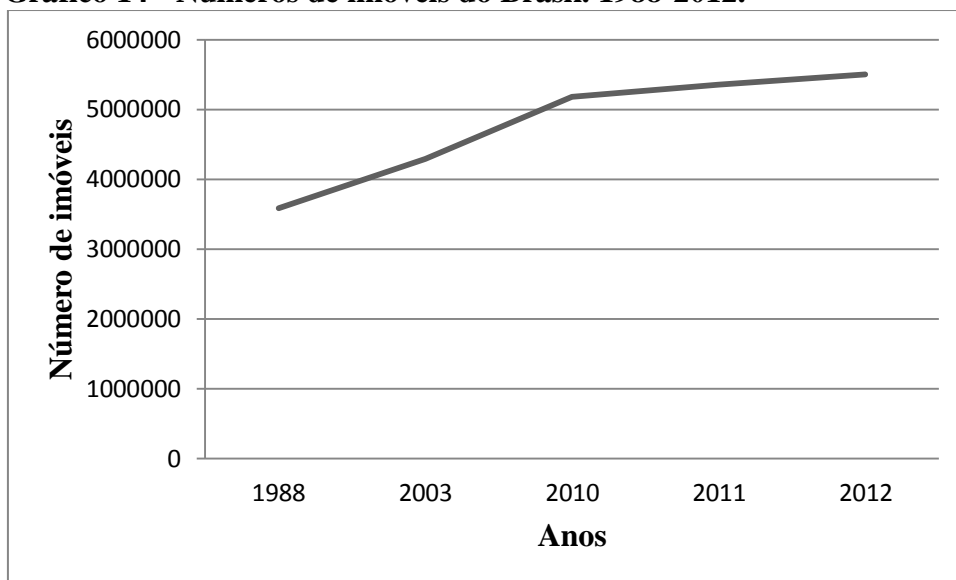
Classes de Área (ha)	1998		2003		2010		2011		2012	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL	3.586.525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33	5.498.451	597.018.808,73
Menos de 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67	117.301	58.875,48
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20	168.738	229.075,39
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80	702.979	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60	759.005	2.549.567,34
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70	829.862	5.996.899,20
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37	1.391.712	22.560.429,52
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05	860.300	30.210.990,87
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46	611.745	42.414.477,17
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37	593.026	122.332.189,00
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20	230.529	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54		
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60	85.437	59.426.508,45
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16	41.206	56.933.642,14
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58	31.865	93.781.039,50
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46	6.157	44.106.421,27
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60	1.113	15.263.453,08
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32	627	18.502.428,82
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82	138	9.701.272,64
100.000 e mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83	219	72.951.538,86

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2014. www.fct.unesp.br/nera

Tabela 34 – Unidades da Federação: mudanças da estrutura fundiária por classe de área. 1998, 2003, 2010, 2011 e 2012.

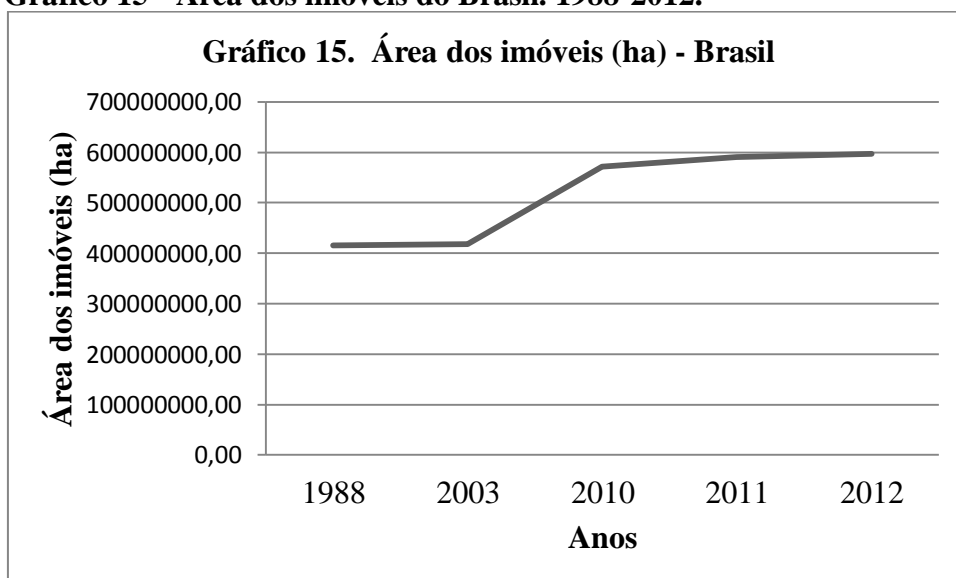
Região/UF	1998				2003				2010				2011				2012			
	Total de Imóveis	%	Área Total (ha)	%	Total de Imóveis	%	Área Total (ha)	%	Total de Imóveis	%	Área Total (ha)	%	Total de Imóveis	%	Área Total (ha)	%	Total de Imóveis	%	Área Total (ha)	%
Norte	2.255.520	6,3	93.013.658,0	22,4	345.339	8,1	90.156.765,0	21,5	409.067	7,9	171.600.897,3	30,0	419.599	7,8	177.577.758,3	30,1	432.713	7,9	182.468.381,6	30,6
AC	13.267	0,4	5.244.582,8	1,3	19.980	0,5	4.176.064,6	1,00	24.479	0,5	7.864.733,6	1,4	25.046	0,5	7.724.573,2	1,3	25.901	0,5	8.748.328,8	1,5
AM	36.182	1,0	17.190.488,6	4,1	57.059	1,3	11.180.633,5	2,7	63.890	1,2	30.734.350,0	5,4	65.273	1,2	32.802.573,3	5,6	67.012	1,2	32.922.933,9	5,5
AP	5.406	0,2	1.881.688,7	0,5	9.235	0,2	1.364.496,5	0,3	9.631	0,2	3.056.995,4	0,5	9.725	0,2	3.069.250,7	0,5	9.784	0,2	3.083.734,7	0,5
PA	73.218	2,0	38.019.689,8	9,2	111.820	2,6	40.095.952,0	9,6	132.935	2,6	62.146.157,7	10,9	135.623	2,5	61.924.301,2	10,5	138.252	2,5	64.382.829,7	10,8
RO	43.453	1,2	6.557.893,8	1,6	67.328	1,6	8.227.026,1	2,0	83.796	1,6	30.750.288,8	5,4	87.269	1,6	30.613.159,0	5,2	92.661	1,7	31.112.077,0	5,2
RR	15.884	0,4	5.188.083,80	1,3	24.424	0,6	3.853.122,5	0,9	25.653	0,50	10.877.830,2	1,90	26.005	0,5	14.694.754,9	2,5	26.801	0,5	15.493.043,5	2,6
TO	38.110	1,1	18.931.230,3	4,6	55.493	1,3	21.259.467,1	5,1	68.683	1,3	26.170.541,6	4,6	70.658	1,3	26.749.044,2	4,5	72.302	1,3	26.725.434,1	4,5
NORDESTE	1.007.819	28,1	79.723.554,0	19,2	1.207.064	28,1	84.632.098,0	20,2	1.441.786	27,8	110.137.304,4	19,3	1.487.602	21,8	113.161.784,2	19,2	1.532.395	27,9	116.502.914,3	19,5
AL	35.924	1,00	1.297.714,7	0,3	40.770	1,0	1.412.876,0	0,3	44.470	0,9	1.547.952,0	0,3	45.518	0,9	1.598.562,3	0,3	46.734	0,8	1.673.572,8	0,3
BA	381.825	10,7	30.550.947,9	7,4	477.902	11,1	31.003.684,3	7,4	561.682	10,8	40.801.952,0	7,1	577.131	10,8	41.557.371,7	7,0	588.887	10,7	42.270.340,7	7,1
CE	120.214	3,4	8.375.460,7	2,0	131.003	3,1	8.215.658,6	2,0	167.636	3,2	9.251.814,1	1,6	174.516	3,3	9.830.809,3	1,7	182.177	3,3	10.739.760,1	1,8
MA	63.114	1,8	15.336.605,9	3,7	87.979	2,1	17.624.568,2	4,2	121.518	2,4	25.084.396,3	4,4	126.485	2,4	25.702.429,6	4,4	133.232	2,4	26.551.255,0	4,4
PB	98.888	2,8	3.643.608,7	0,9	102.061	2,4	3.549.763,2	0,9	115.813	2,2	4.460.778,8	0,8	119.375	2,2	4.566.837,39	0,8	122.584	2,2	4.313.874,9	0,7
PE	124.751	3,5	4.705.910,6	1,1	148.931	3,5	5.381.928,7	1,3	171.316	3,3	6.135.634,2	1,1	176.069	3,3	6.291.989,0	1,1	181.145	3,3	6.466.568,6	1,1
PI	90.331	2,5	11.481.569,20	2,8	106.480	2,5	12.737.653,6	3,0	124.809	2,4	17.565.776,4	3,1	129.293	2,4	18.185.611,0	3,1	134.771	2,5	18.895.387,6	3,2
RN	42.007	1,2	3.005.648,6	0,7	47.432	1,1	3.125.564,8	0,8	55.058	1,1	3.502.087,5	0,6	56.580	1,1	3.595.601,4	0,6	57.757	1,1	3.716.547,2	0,6
SE	50.765	1,4	1.326.087,7	0,3	64.515	1,50	1.580.400,3	0,4	79.484	1,5	1.787.695,5	0,3	82.635	1,5	1.832.572,3	0,3	85.108	1,5	1.875.607,4	0,3
CENTRO-OESTE	275.905	7,7	132.732.287,0	31,9	335.100	7,8	133.118.666,0	31,8	417.859	8,1	158.015.829,0	27,6	432.433	8,1	165.390.986,9	28,00	444.605	8,1	161.377.235,5	27,0
DF	6.653	0,2	205.357,9	0,1	8.601	0,20	245.326,5	0,1	10.362	0,20	337.856,0	0,1	10.586	0,20	346.029,4	0,1	10.797	0,2	355.634,1	0,1
GO	116.683	3,3	27.320.410,9	6,6	142.002	3,3	29.726.702,4	7,10	185.646	3,6	34.106.807,6	6,0	194.209	3,6	34.863.339,8	5,90	201.228	3,7	35.289.440,9	5,9
MT	94.712	2,6	72.814.441,7	17,5	115.526	2,7	70.388.184,2	16,8	143.049	2,8	89.664.807,6	15,7	146.758	2,7	89.900.347,5	15,2	149.743	2,7	91.478.969,5	15,3
MS	57.857	1,6	32.392.076,2	7,80	68.971	1,6	32.758.452,4	7,8	78.802	1,5	33.906.329,3	5,9	809.980	1,5	40.281.270,2	6,8	82.837	1,5	34.253.190,9	5,7
SUDESTE	945.961	26,4	66.361.007,0	16,0	1.158.037	27,0	68.856.373,0	16,5	1.410.504	27,2	80.331.536,6	14,1	1.467.603	27,4	82.047.601,5	13,9	1.511.986	27,5	83.282.993,6	13,9
ES	73.131	2,0	3.627.478,6	0,9	94.474	2,20	3.908.043,5	0,9	123.017	2,4	4.898.952,6	0,9	127.011	2,4	4.426.914,0	0,8	130.334	2,4	4.457.224,9	0,7
MG	515.980	14,4	40.661.687,9	9,8	617.571	14,4	41.836.348,7	10,00	773.670	14,9	50.298.279,6	8,80	816.526	15,2	51.881.730,2	8,8	848.443	15,4	53.070.267,2	8,9
RJ	56.112	1,6	2.415.906,4	0,6	73.029	1,70	2.785.533,8	0,7	87.370	1,7	3.227.307,3	0,6	90.004	1,7	3.740.628,3	0,6	92.560	1,7	3.573.573,9	0,6
SP	300.738	8,4	19.655.934,0	4,7	372.963	8,7	20.326.446,8	4,9	426.447	8,2	21.906.997,2	3,8	434.062	8,10	21.998.339,0	3,7	440.649	8,0	22.181.927,6	3,7
SUL	1.131.320	31,5	43.718.380,0	10,5	1.224.991	29,0	41.719.431,0	10,0	1.502.429	29,00	51.655.352,1	9,0	1.549.188	28,9	52.538.744,5	8,9	1.576.752	28,7	53.387.283,8	8,9
PR	400.518	11,2	16.322.964,2	3,9	439.900	10,3	15.758.752,5	3,8	514.632	9,9	18.812.316,0	3,3	524.711	9,80	19.071.013,8	3,2	532.840	9,7	19.410.967,8	3,3
RS	492.303	13,7	20.277.210,80	4,9	530.429	12,4	18.737.783,4	4,5	647.552	12,5	23.953.384,4	4,2	674.552	12,6	24.604.504,9	4,2	689.075	12,5	25.056.377,3	4,2
SC	238.499	6,7	7.108.205,2	1,7	274.662	6,40	7.222.895,00	1,7	340.245	6,6	8.889.651,7	1,6	350.241	6,5	8.863.225,8	1,50	354.837	6,5	8.919.938,8	1,5
BRASIL	3.586.525	100	415.548.885,6	100	4.290.531,00	100	418.483.332,3	100	5.181.645	100	571.740.919,4	100	5.356.425	100	590.716.875,3	100	5.498.451	100,0	597.018.808,7	100

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2014. www.fct.unesp.br/nera

Gráfico 14 - Números de imóveis do Brasil. 1988-2012.

Fonte: DATALUTA, 2014. Org. A. de O. Costa Neto

Verifica-se pelo Gráfico 14 que o número de imóveis levantados pelo INCRA continua crescendo na série histórica desde 1988, inclusive com valores superiores a 5.000.000 de imóveis a partir de 2010.

Gráfico 15 - Área dos imóveis do Brasil. 1988-2012.

Fonte: DATALUTA, 2014. Org. A. de O. Costa Neto.

Em relação à área dos imóveis (Gráfico 15), é verificado aumento nos dados, principalmente a partir de 2010, quando a área dos imóveis atinge valores próximos a 6.000.000 hectares. O grande problema desses valores é a péssima distribuição, pois é evidente pela tabela 33 que os grandes imóveis são poucos, mas somam áreas bastante grandes.

Pela Tabela 33 nota-se que, a partir de 2.000 hectares, ocorre uma queda muito grande do número de imóveis para todas as classes de área em todos os anos levantados, porém a área ocupada por esses imóveis continua bastante elevada, inclusive na classe de 2.000 a 5.000 hectares, que apresenta a maior área dentro de cada ano levantado. Esse aumento foi progressivo, atingindo a incrível marca de 93.781.039,50 hectares em 2012, a maior entre todas as classes individuais.

Verifica-se pelos Gráficos 14 e 15, representando dados do INCRA, que, entre 1998 e 2012, o número de imóveis no Brasil e também a área deles continuavam a crescer. Se todo esse aumento se referisse a pequenas e médias propriedades, a desconcentração de terras seria um fato. No entanto, observa-se pela tabela 33 que imóveis com mais de 2.000 hectares tiveram um aumento de 45,60%, passando de 27.556 para 40.119 imóveis. A soma das áreas aumentou 57,50%, indo de 161.462.925,6 hectares para 254.306.158,2 hectares. Por isso, a concentração de terras no Brasil continua elevada e, assim, diante desse número alto de latifúndios, **a luta pela terra** continua ativa e ainda é um caminho que pode provocar a melhoria da estrutura fundiária e, conseqüentemente, a diminuição das desigualdades sociais no campo.

Em relação às regiões brasileiras, a tabela 32 mostra que o Norte, o Centro-oeste e o Sudeste aumentaram o número de imóveis entre 1988 e 2012 quando comparados ao total brasileiro, sendo que essa elevação foi mais acentuada na região Norte, com 1,6% de aumento entre os dois períodos. Sudeste e Sul diminuíram o número de imóveis, sendo que essa redução foi mais intensa no Sul, que registrou queda de 2,8% entre 1988 e 2012.

Quanto às áreas dos imóveis nas regiões brasileiras, o Norte e o Nordeste aumentaram suas áreas em relação ao total brasileiro, sendo que a elevação mais acentuada ocorreu no Norte, que registrou 8,2% de aumento entre 1988 e 2012. Centro-oeste, Sudeste e Sul diminuíram suas áreas, sendo que a redução foi mais acentuada no Centro-oeste, com 4,9% de queda em relação aos dois períodos (tabela 34). Conclui-se que o aumento do número total de imóveis e suas respectivas áreas para o Brasil entre 1988 e 2012 sofreu mais influência da região Norte.

No tocante a esta região, já discutimos no capítulo anterior sobre o excesso de regularizações fundiárias se compararmos com outros locais. Além disso, Oliveira (2010) comenta que o caráter contraditório da disputa pelas terras públicas na Amazônia brasileira e da violência que vem junto com ela ditaram os rumos da contrarreforma agrária iniciada no segundo mandato do governo de Lula. O mesmo autor enfatiza que não há nenhum cenário futuro que indique qualquer mudança de rumo no governo Dilma. Assim, a contrarreforma agrária foi a marca principal do segundo mandato do governo de Lula, ou seja, a política de “legalização” da grilagem das terras do INCRA na Amazônia Legal.

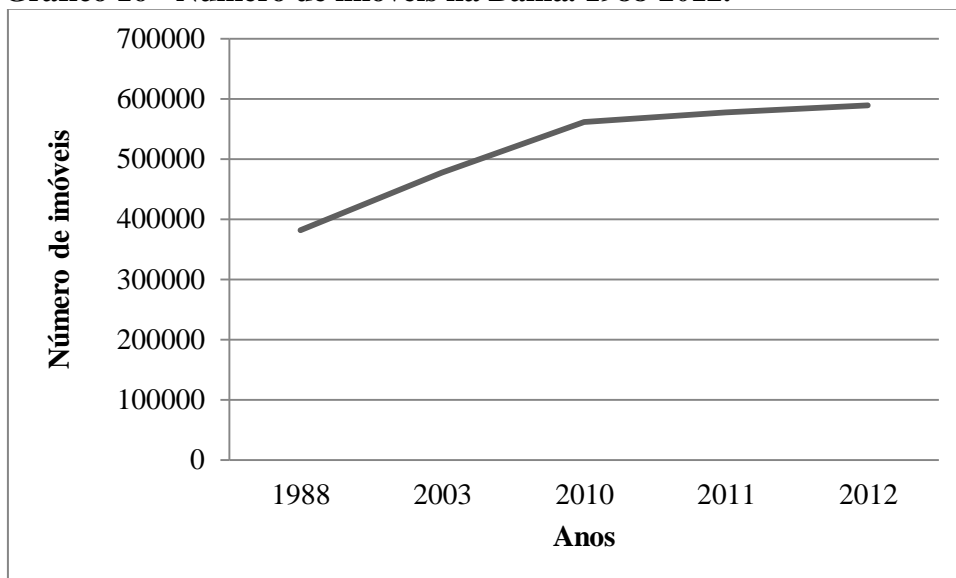
Oliveira (2010) estava certo em sua previsão em relação ao governo Dilma. Em 2010, a região Norte apresentava como área de imóveis 171.600.897,3 hectares; em 2102, essa área passou para 182.468.381,6 hectares; ou seja, houve um aumento de 10.867.483,3 hectares, que provavelmente foi originado da ação da grilagem, muito comum na região.

Em relação à região Nordeste, na qual se encontra a Bahia e o município de Esplanada, a redução ocorrida para o número de estabelecimentos foi mais influenciada pelo estado da Paraíba, onde ocorreu uma diminuição de 0,6% do número de imóveis em relação ao total brasileiro nos anos de 1988 a 2012. Os percentuais dos estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte também diminuíram. Na Bahia e no Piauí, o número de imóveis continuou inalterado em relação ao total brasileiro e os estados do Maranhão e de Sergipe aumentaram seus valores relativos.

No tocante à área ocupada pelos imóveis nordestinos na estrutura fundiária brasileira, o aumento observado foi mais influenciado pelo estado do Maranhão, que elevou seu índice em 0,7% entre os períodos analisados em relação ao total brasileiro. O estado do Piauí também teve sua área aumentada. Alagoas, Pernambuco e Sergipe continuaram com o mesmo percentual. Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte diminuíram seus percentuais em relação ao total brasileiro entre 1988 e 2012.

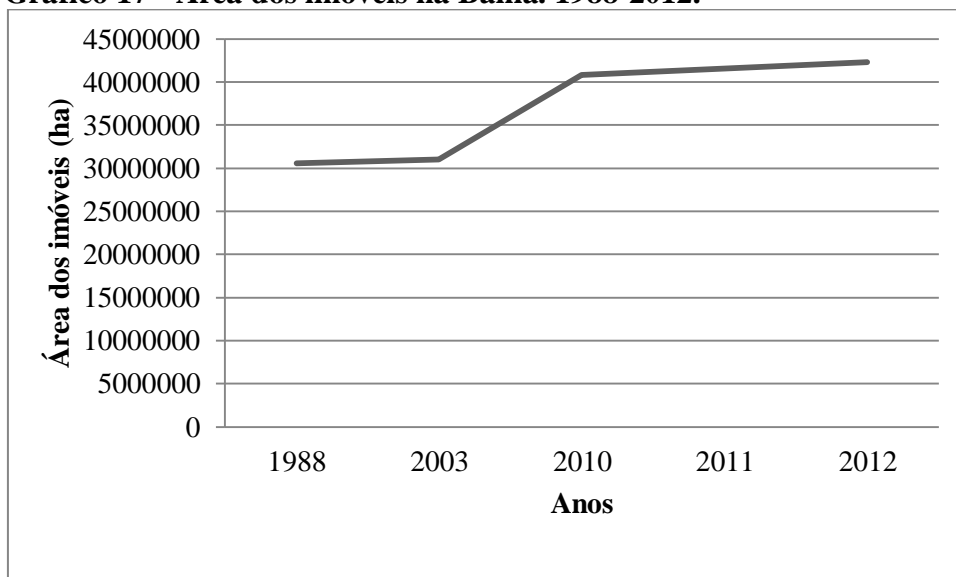
As mudanças ocorridas no cenário nordestino são pequenas, insuficientes para alterar o grave estado de alta concentração observado na região.

No intuito de entender melhor a variação dos números de imóveis rurais e respectivas áreas para a Bahia, foram construídos os Gráficos 16 e 17, que são baseados em dados da tabela 32 sobre o número e área dos imóveis rurais da Bahia segundo o INCRA e organizados pelo NERA.

Gráfico 16 - Número de imóveis na Bahia. 1988-2012.

Fonte: DATALUTA, 2014. ORG. A. de O. Costa Neto

O número de imóveis na Bahia a partir de 2010 (Gráfico 16) apresenta uma pequena tendência de crescimento, fazendo com que o total de imóveis fique próximo de 600.000.

Gráfico 17 - Área dos imóveis na Bahia. 1988-2012.

Fonte: DATALUTA, 2014. ORG. A. de O. Costa Neto

A área dos imóveis na Bahia a partir de 2010 (Gráfico 17) também apresenta uma leve tendência de aumento, chegando próximo de 42.500.000 hectares.

Na Bahia, pelos Gráficos 16 e 17, observa-se a mesma tendência apresentada para o Brasil (Gráficos 14 e 15), ou seja, um aumento do número de imóveis e das áreas deles praticamente nas mesmas proporções que 1998 e 2012.

Assim, consideramos que, tanto para o Brasil quanto para a Bahia, o número de latifúndios continua elevado e está em crescimento. A análise dos dados organizados pelo DATALUTA com base nos dados do INCRA entre 1998 e 2012 aponta para uma tendência de aumento progressivo de latifúndios. Essa situação reforça a ideia de que é necessária uma reforma agrária mais efetiva, efetivamente fazendo a desconcentração de terras. Falta determinação do governo em fazer a reforma agrária e, por isso, a luta pela terra permanece viva. Os movimentos sociais sabem da existência dessas terras e isso é um fator que estimula as ocupações e outras formas de protestos.

Em relação a Esplanada, cabe uma análise mais detalhada sobre sua estrutura fundiária. O município é reconhecidamente latifundista. Percorrendo as estradas municipais facilmente identificamos extensas fazendas destinadas à pecuária bovina ou intermináveis quarteirões de eucalipto. Somam-se a esses alguns plantios de fruticultura e áreas de matas virgens cercadas, normalmente pertencentes a grupos ligados ao ramo da hotelaria e do turismo, que detêm esses imóveis com o objetivo futuro de construir complexos hoteleiros.

Quebrando essa paisagem de latifúndios, encontramos as pequenas propriedades, que exploram a agricultura em pequena escala de produtos de consumo no dia a dia. Também verificamos uma nova realidade do município: os assentamentos rurais da reforma agrária. Atualmente, o município é conhecido na região como a “cidade dos assentamentos”. Cinco assentamentos foram criados pelo INCRA e mais cinco pelo Cédula da Terra¹⁹.

Os cinco assentamentos implantados pelo INCRA abrangem 289 famílias e ocupam uma área de 6.430 hectares (INCRA, 2015). Mesmo assim, pelos dados mais recentes do INCRA, o índice de Gini de 0,815 calculado para o município mostra uma concentração forte de terras, comprovando o que a paisagem do município revela.

A análise da estrutura fundiária é necessária para esclarecer melhor sobre a distribuição das posses e das propriedades dos imóveis rurais no espaço municipal.

¹⁹ Segundo Lima (2008), o Programa Cédula da Terra (PCT) foi o primeiro grande investimento em uma política fundiária apoiada no mercado do Brasil. Com apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, o PCT foi implantado como piloto no final de 1997, tendo o discurso oficial de que seria uma política complementar àquelas de reforma agrária. Conforme o planejamento do programa, a execução foi encerrada em 2002, tendo atingido a meta de atender 15 mil famílias.

O módulo fiscal para o município de Esplanada está estipulado em 30 hectares. Por isso, as pequenas propriedades medem até 120 hectares. Pela tabela 35 verifica-se que a maioria dos imóveis é pequeno e apresenta as menores áreas.

No intuito de verificar mais intensivamente a distribuição dos imóveis de acordo com classificação por tamanho foi elaborada a tabela 36, cujas classes foram determinadas em função do módulo fiscal de Esplanada. Assim, os pequenos imóveis medem até 120 hectares; os médios, de 120 hectares até 450 hectares; e os grandes, a partir de 450 hectares. Como o INCRA não utiliza como limite de classe os valores de 120 hectares e 450 hectares usaremos os valores mais próximos desses. Assim, os pequenos medem até 100 hectares; os médios variam de 100 hectares até 500 hectares; e os grandes a partir de 500 hectares.

Tabela 35 - Estrutura fundiária por classe de área em Esplanada (BA), período 2012.

Classes de área (hectares)	Número de imóveis	%	Área dos imóveis (hectares)	%
Menos de 1	71	6,62	41,80	0,04
De 1 a menos de 2	85	7,92	115,68	0,11
De 2 a menos de 5	165	15,38	510,92	0,50
De 5 a menos de 10	136	12,67	1.028,04	1,01
De 10 a menos de 25	225	20,97	3.558,77	3,50
De 25 a menos de 50	117	10,90	4.123,79	4,05
De 50 a menos de 100	92	8,57	6.622,28	6,51
De 100 a menos de 250	84	7,83	13.514,69	13,28
De 250 a menos de 500	49	4,57	16.687,96	16,40
De 500 a menos de 1.000	28	2,61	19.362,60	19,03
De 1.000 a menos de 2.000	14	1,30	19.294,64	18,96
De 2.000 a menos de 2.500	5	0,47	10.981,10	10,79
De 2.500 a menos de 5.000	2	0,19	5.899,50	5,80
De 5.000 a menos de 10.000	0	0,00	0,00	0,00
De 10.000 a menos de 20.000	0	0,00	0,00	0,00
De 20.000 a menos de 50.000	0	0,00	0,00	0,00
De 50.000 a menos de 100.000	0	0,00	0,00	0,00

De 100.000 a mais	0	0,00	0,00	0,00
Total	1.073	100,00	101.741,76	100,00

Fonte: INCRA (2013), Org.: Costa Neto A, de O.

Tabela 36 - Estrutura fundiária de Esplanada, de acordo com três tamanhos de estratos. Período 2012.

Tamanho dos estratos (hectares)	Número de estabelecimentos (hectares)	Área dos estabelecimentos (hectares)
Pequena: até 100	891	16.001,27
Média: de 100 a 500	133	30.202,64
Grande: de 500 a mais	49	55.537,84
Total	1.073	101.741,76
Tamanho dos estratos	Percentual	
Pequena: até 100	83,04	15,73
Média: de 100 a 500	12,40	29,69
Grande: de 500 a mais	4,57	54,59
Total	100	100

Fonte: INCRA (2013), Org.: Costa Neto A, de O.

Em relação ao percentual ocupado pela área dos imóveis, em Esplanada observa-se praticamente a mesma estrutura apresentada pelos dados nacionais: poucos imóveis rurais (4,57%) com muita área (54,59%), que são grandes, e muitos imóveis (83,04%) com pouca área (15,73%), que são pequenos (Tabela 36).

Como já informado, o módulo fiscal de Esplanada é de 30 hectares. Assim, imóveis superiores a 15 módulos (450 hectares) são passíveis de desapropriação. Em 2012, Esplanada apresentava 49 estabelecimentos com mais de 500 hectares, resultando em uma área de 55.537,84 hectares (INCRA, 2012). Considerando que aproximadamente 70% dessa área seja passível de ser desapropriada (OLIVEIRA, 2004), ou seja, 38.876,49 hectares. Também entende-se que a média dos lotes de Esplanada é de 27,55 hectares, então, em 2012, seria possível assentar mais 1.411 famílias. No entanto, entre 2007 e 2012 em Esplanada nenhum imóvel foi desapropriado pelo governo (INCRA, 2015).

Portanto, baseando-se nos imóveis rurais cadastrados pelo INCRA em Esplanada em 2012 e nas desapropriações não realizadas entre 2007 e 2012, mais uma vez confirmamos a **não reforma agrária** como opção do governo.

Oliveira (2007) expondo a discussão de Antonio Garcia sobre o conceito de reforma agrária, afirma que este autor concluiu que a reforma agrária deve ser “um

processo massivo, rápido e drástico de redistribuição dos direitos sobre as terras e sobre as águas”.

Porém, pelas análises realizadas neste capítulo, entendemos que a reforma agrária nacional está longe do conceito de Antonio Garcia. No país temos uma reforma agrária que não é um processo massivo, mas sim muito lento e com pouca redistribuição de terras. Existem as terras, existem os “sem terras”, existem as leis, mas falta vontade política do governo. Ou seja, o não enfrentamento aos latifundiários continua na ordem do dia.

Carvalho (2004) vai mais além e, em 2004, comentou que, nas últimas cinco décadas, a correlação de forças políticas entre as classes sociais no campo sofreu diversas alterações, tendo, no entanto, permanecido tendencialmente muito favorável aos interesses das classes dominantes, que eram representadas pela aliança entre latifundiários, empresários capitalistas, madeireiros e grileiros de terras, sempre com o respaldo político dos capitais industrial, bancário e comercial, nacional e internacional, e dos governos do país.

Marques (2004) denunciou que, no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, os assentamentos continuaram sem o apoio institucional e financeiro necessário para sua real estruturação, evidenciando claramente a inexistência de um plano de desenvolvimento rural integrado às ações de distribuição de terras promovidas pelo governo federal.

Mais uma década se passou e os comentários de Carvalho (2004) e Marques (2004) continuam atuais. O governo Dilma manteve o mesmo perfil dos seus dois antecessores, Fernando Henrique e Lula, que permitiram e até apoiaram a expansão do agronegócio em detrimento de mais igualdade social no campo. Sob o discurso da qualificação dos assentamentos já existentes, o governo Dilma quase paralisou a reforma agrária no Brasil. Por fim, não qualificou adequadamente os assentamentos existentes nem criou um número razoável de assentamentos. Longe disso, uma tímida reforma agrária predomina no cenário atual.

Para a CPT (2012), o governo Dilma foi uma decepção em relação às áreas de assentamentos já existentes e faltou política de Estado (crédito, habitação, infraestrutura, parcelamento etc). Para a maioria dos assentamentos não foram liberados recursos para os **Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs)** - ferramenta principal para a obtenção de créditos de investimentos e produção -, além de terem sido assinados poucos convênios de ATES. A CPT vai mais além e comenta que a

ineficiência e a inoperância dos órgãos executores da reforma agrária, em especial o **INCRA**, agrava-se ainda mais pelo fato de que foram praticamente sucateados em 2012, não tendo orçamento inclusive para ajuizar processos de desapropriação, para combustível ou diárias necessárias para os técnicos realizarem novas vistorias ou para atender os assentamentos.

O sucateamento do INCRA é apenas um fato dessa conjuntura estabelecida contra a reforma agrária. Campos (2006) já denunciava que, nesses tempos de agronegócio e de políticas neoliberais, há todo um esforço das instituições (dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) e dos meios de comunicação de mostrar que agricultura camponesa e a reforma agrária, via desapropriação, são inviáveis e desnecessárias.

Enquanto alguns pregam a não necessidade da reforma agrária, Miralha e Hespanhol (2005) afirmam que existe quase unanimidade entre os pesquisadores favoráveis à reforma agrária sobre sua importância social como política de distribuição de renda e de inclusão social aos pequenos arrendatários, parceiros, meeiros e minifundiários, visto que a reforma agrária proporciona oportunidade de acesso à terra a uma grande parcela de pessoas que vivem nas periferias das grandes cidades e que estão excluídas do mercado de trabalho.

Mazzini (2009) vai mais além e reforça o argumento de que a política de implantação de assentamentos rurais é uma política de desenvolvimento regional, proporcionando acesso à terra e possibilidades reais de desenvolvimento às famílias assentadas, tirando da situação de ociosidade parcelas consideráveis de terra. A mesma autora ainda comenta que, a partir desta política, subtrai-se pela primeira vez parcelas do latifúndio e que, incondicionalmente, se não fosse por esta situação de luta e resistência, o latifúndio seria sempre ampliado.

Portanto, considera-se a reforma agrária via desapropriação de latifúndios e criação de assentamentos uma política de desenvolvimento social. Uma maior desconcentração de terras só acontecerá de fato quando o governo atuar de forma menos tendenciosa em prol do capitalismo agrário no campo, representado de forma expressiva pelo agronegócio. Existe outro segmento, o dos camponeses, que merece ser tratado de forma mais igual e respeitosa, no sentido de que o meio rural faz parte de sua vida como um todo e não só como um meio de ter ganhos financeiros. Na zona rural muitos camponeses nascem, crescem, reproduzem-se e morrem, ou seja, passam toda a sua vida

realizando uma atividade essencial e imprescindível para toda a sociedade, que é a produção de alimentos. Por isso, reafirmamos: é necessário desapropriar.

CAPÍTULO III

**O PAPEL DO INCRA NO PROCESSO DE
CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS:
uma análise sobre os dados do Brasil, Bahia e
Esplanada.**

3.1 TERRITÓRIO: algumas abordagens conceituais.

Muitas são as áreas do conhecimento que trabalham com o conceito de território. Este é apresentado dentro da Geografia influenciado por diferentes abordagens. Cada autor defende ou adota esse conceito de acordo com o método e a forma de analisar a realidade. São muitas as dimensões nas quais o conceito **território** pode aparecer, com ênfase nas dimensões: política, jurídica, econômica, ou cultural.

Saquet (2007) considera a divulgação da tradução para a língua portuguesa do livro de Claude Raffestin, *Por uma Geografia do Poder* (1993) um grande marco nos estudos que envolvem a temática do território no Brasil. Nesta referência, Raffestin (1993) destaca o caráter político do território e a necessidade da compreensão do fato de o espaço ser anterior ao território, e que a construção deste revela relações marcadas pelo poder exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território. A partir das definições de Raffestin, muitos trabalhos envolvendo uma definição de território foram desenvolvidos no Brasil.

Para Sposito (1996) é extremamente relevante para a Geografia conhecer a organização do território, considerando cinco pontos importantes: 1) a estrutura da organização espacial, assim como os fluxos relacionados aos processos físicos, sociais e econômicos e sua interação; 2) as características das interações do homem com o meio ambiente; 3) as características sociológicas e econômicas de cada época; 4) as forças de ação que interferem na estrutura e dinâmica da organização; 5) e os limites territoriais das organizações espaciais, que são mutáveis e podem ser alterados.

Mitidiero Junior (2002) afirma que o território é o produto histórico do trabalho humano que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica.

Fica claro, inicialmente, a ideia da construção do território a partir do espaço e que se concretiza como fruto de uma relação política de poder sobre o espaço, gerando formas e determinações diversas. Devido a essa característica multidisciplinar, muitas áreas do conhecimento fazem uso do conceito de território de acordo a sua afinidade, tornando-se, este, uma não exclusividade da Geografia, ainda que para essa área a

relação do território com o espaço a torne uma disciplina propícia para o entendimento deste.

Território e territorialidade são conceitos centrais para a Geografia, ligados à espacialidade humana, mas outras áreas também fazem uso desses conceitos usando enfoque centrado em uma determinada perspectiva. A Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder; a Economia interpreta-o como um fator locacional ou como uma das bases da produção; a Antropologia destaca sua dimensão simbólica e muito ligado às sociedades tradicionais; a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais; e a Psicologia incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou identidade pessoal (HAESBERT, 2004).

Assim muitos autores procuram elucidar o tema “território” de acordo as suas áreas de atuação. Nesse sentido, um trabalho abrangente e interessante é o de Saquet (2011), que relaciona vários autores e suas compreensões acerca do território, por exemplo, Giuseppe Dematteis (1964-2008): produto histórico de relações econômicas, políticas e culturais na natureza envolvendo o poder, as desigualdades, as identidades e as redes; Gilles Deleuze e Félix Guattari (1976): como movimento, fluxos na rotação do capital, relações de poder; Massimo Quaini (1974): relações de trabalho com subordinação e expropriação vinculadas à reprodução ampliada do capital – nessa concepção o homem é um sujeito histórico que pensa, trabalha, cria e organiza o território; Jean Gottman (1947-1980): o território é visto como o resultado das ações de cada sociedade, demarcando e controlando o espaço de forma jurídica, cultural e econômica; uso político do espaço; Claude Raffestin (1967-2010): resultado das relações de poder multidimensionais, produto histórico, relacional e material; Francesco Indovina e Donatella Calabi (1970): produto e condição das relações capitalistas de produção junto com a atuação do Estado, consequência do uso e apropriação do espaço para produção, circulação, valorização do capital e reprodução dos trabalhadores; Alberto Magnaghi (1970): é considerado patrimônio da humanidade; produto e condição de relações de poder e normas, ligado à valorização do capital, lugar de organização política visando ao desenvolvimento sustentável; e Arnaldo Bagnasco (1970): locais que apresentam características econômicas, políticas e culturais bem definidas com articulações territoriais entre as classes sociais.

Certifica-se que o território é objeto de estudo de muitas áreas, mas a Geografia tem um papel importante, pois relaciona-o à espacialidade humana. O território aparece

depois do espaço e sempre pode sofrer alterações, pois é fruto das relações sociais e estas se apresentam em constantes mudanças.

Vários autores interpretam o território como produto histórico de relações econômicas, políticas e culturais, ligado ao poder e controlado de várias formas, como a jurídica. Outros o definem como um produto e condição das relações capitalistas, ligado à valorização do capital e, portanto fruto do enfrentamento de classes sociais.

Apesar das semelhanças entre alguns dos conceitos, notamos, por menores que sejam, que não permitem uma unidade acerca de um conceito único de território, nem mesmo dentro da Geografia.

Nesta perspectiva, Haesbaert (2004) analisa o território com diferentes enfoques, identificando entre algumas vertentes a **jurídico-política**, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”, e a **econômica**, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (Grifo do autor).

Haesbert (2004) ainda pensa o território em uma outra perspectiva: a da desterritorialização. Para ele trata-se de um mito, principalmente quando alguns autores restringem historicamente o fenômeno, associando-o à pós-modernidade ou à chamada sociedade pós-industrial, “informacional”. A desterritorialização é sempre ligada à reterritorialização, e o que aparece como desterritorialização em uma escala ou nível espacial pode estar surgindo como reterritorialização em outra (ressaltando seu sentido multiescalar). Nota-se a força da ligação que existe entre espaço e território, um anterior ao outro, ou mesmo quando ocorre a chamada “desterritorialização”, pois outro espaço pode estar servindo para uma reterritorialização. Portanto espaço, territorialização, desterritorialização e reterritorialização podem devidamente formar um ciclo, levando em consideração a distinção espaço-território.

Neste sentido e fazendo uma distinção entre espaço e território, Fernandes (2005) afirma que são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori*, e o território, um *a posteriori*. O autor contrapõe, ainda, que o espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas (FERNANDES, 2005).

Tendo como consequência a transformação do espaço em território, Mesquita e Silva (1987) comentam que, embora as transformações ocorridas na agricultura – em diversas regiões do país – tenham se efetuado seguindo o modelo nacional, estas sofreram influência das condições preexistentes da organização agrária, resultante dos diferentes processos de ocupação, levando a especificidades regionais que modelaram a evolução da agricultura. Neste contexto, o território é entendido como resultado de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais, que lhe imprimem suas características socioculturais. A construção dos territórios se processa a partir da projeção do trabalho sobre o espaço, e este não é território em si mesmo, pois o que faz dele território é o seu uso, e esse uso faz deste um objeto de análise social (SANTOS, 1996).

Desse modo, observa-se agora a importância do trabalho sobre o espaço na construção do território, sendo este último entendido como uma construção histórica, fruto de relações sociais que desenvolvem atividades laborais sobre o espaço. Nessa perspectiva, um assentamento implantado sobre um espaço torna-se um território que foi criado através de um processo histórico de construção, dando-lhe suas características conforme as atividades desenvolvidas de acordo as culturas adquiridas pelos seus habitantes ao longo de suas vidas, e/ou de acordo com as regras impostas pelos órgãos reguladores, tornando assim o processo de territorialização formado pelo assentamento, portanto, um objeto de análise social.

Ainda que os órgãos reguladores imponham suas leis, os territórios formados também criam as suas. Marques (2000), por exemplo, entende o território como um espaço utilizado por uma sociedade ou grupo social para a reprodução de sua existência que usa um conjunto de princípios firmados pelos membros dessa sociedade, cujas relações sociais são todas submetidas a uma mesma lei. Nota-se certa liberdade na construção de suas próprias leis pelo conjunto que domina o território, ainda que existam leis gerais formadas pelo Estado.

Ainda esclarecendo o território e sua relação com o espaço, Fernandes (2005) comenta sobre a multidimensionalidade do território imaterial:

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades *composicionais e completivas* dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e

controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território, mesmo sendo uma fração do espaço, também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade (FERNANDES, 2005, p. 27) (grifo do autor).

Essa multidimensionalidade atribuída por Fernandes (2005) ao território demonstra o quanto um território criado pode se expandir em outras dimensões, deixando de ser apenas uma relação de poder que ocorre em um determinado espaço físico. Eduardo (2008) reafirma essa linha quando compreende que o território precisa ser abordado em sua multidimensionalidade, apresentando um âmago social; portanto, suas dimensões são a política, a economia e a cultura, imbricadas relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda a sociedade.

A Geografia é a uma área do conhecimento importante e fundamental para estudar e analisar os movimentos sociais e as relações que surgem como fruto destes, como é o caso dos assentamentos rurais, visto que esses estão totalmente envolvidos na transformação social do espaço agrário em território ou frações destes – na maioria das vezes fruto de uma luta de classes entre agricultores camponeses e agricultores empresariais (agronegócio) protegidos ou amparados pelo Estado, em especial pela bancada ruralista que atua no Congresso Nacional defendendo seus interesses. Neste sentido, adotaremos o conceito de **território** como espaço de poder, gerado a partir de um controle social do Estado e fruto da luta de classes.

3.5 COMPREENDENDO O TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Nas décadas de 1960 e 1970, poucos foram os geógrafos que se envolveram com o tema dos movimentos sociais. Neste período, os temas sociais e políticos somente eram tratados de forma complementar às análises regionais. Podemos observar a ausência de pesquisas relacionadas ao tema dos movimentos sociais em revistas de Geografia e anais de eventos no Brasil. De forma muito isolada, só na década de 1960, quando os conflitos rurais já vinham ganhando expressão por meio da ação das Ligas Camponesas, os autores Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro romperam com o ostracismo da Geografia em relação aos movimentos sociais (PEDON, 2009).

Mitidiero Junior (2002) comenta que uma geografia que estuda o território, deve também estudar os movimentos sociais no campo, e que os assentamentos de reforma agrária, como resultado da luta pela terra, passaram a ser temas da agenda de pesquisa da Geografia Agrária.

Constata-se que estudos sobre movimentos sociais de luta pela terra no Brasil começam a ser mais explorados a partir da década de 1980. Nesse período, quando principalmente ocorreu a redemocratização política, os movimentos sociais de luta pela terra se tornaram mais atuantes, e a conquista de novos territórios, ou frações destes, continuaram como principal bandeira. Assim, muitas áreas do conhecimento buscam esclarecer a atuação desses movimentos e os resultados de suas conquistas. A Geografia, por ser uma área que procura elucidar as relações que ocorrem em um território, torna-se apropriada – enquanto área de conhecimento – para discutir os movimentos sociais de luta pela terra e suas conquistas, como, estudos sobre a implantação de um assentamento. Os assentamentos, hoje, são alvos de estudos da questão agrária nacional.

Assentamentos geram novos territórios com marcas que denunciam as mudanças territoriais. Locais antes considerados latifúndios, como algumas fazendas estudadas nessa pesquisa, atualmente constituem um novo território com uma área produtiva diversificada com cultivos comerciais e de subsistência, responsáveis por uma (re)organização do espaço agrário. Assim, a partir das relações sociais que vão se desenvolvendo entre os assentados, o assentamento passa a ser uma fração conquistada e delimitada do território, e os assentados, seus gestores (SILVA e ALMEIDA, 2002).

Os assentamentos provocam o surgimento de novas territorialidades com novas relações sociais. A diversidade dessas relações são alvos de muitos estudos. Pesquisando assentamentos em Pitimbu-PB, Lima e Rodrigues (2008) concluíram que as desapropriações que deram origem aos assentamentos rurais inauguraram uma nova etapa no processo de construção territorial, criando novas territorialidades. Os camponeses enfrentaram um longo processo de luta e resistência, marcado pelo confronto dos usos desse território. Os assentamentos rurais enquanto novas territorialidades apresentam-se através de aspectos tanto materiais, quanto simbólicos, permeados por relações de poder e por diferentes escalas de atuação.

Cruz (2008), pesquisando assentamentos rurais de reforma agrária, comenta sobre a existência de diversas territorialidades a partir dos modos de vida, e que a luta pela terra consolida um território que é depois repartido, dando origem a novas territorialidades pelo processo de identificação entre os modos de vida que apresentam similaridades e diferenças em relação às habilidades de se trabalhar na terra. Já Diniz (2009), em relação a novas territorialidades, comenta que os espaços dos assentamentos são transformados em frações de território dos camponeses assentados:

A transformação do latifúndio em assentamento é outra lógica de organização do espaço geográfico, é a construção de um novo território. No latifúndio, a terra, enquanto mercadoria foi instrumento de exploração do trabalho alheio. Já com a formação do assentamento, a terra passa a ter valor de uso, é lugar de realização do trabalho da família (DINIZ, 2009).

Essas novas territorialidades a partir dos assentamentos mostra uma nova realidade no espaço rural brasileiro. A transformação do latifúndio em assentamento é muito marcante e um exemplo bem característico do potencial da luta pela terra. É a transformação da monotonia latifúndio sem trabalhadores em uma diversidade de relações sociais presente nos assentamentos. Por isso, os assentamentos são interpretados como novos territórios ou como frações do território, onde é desenvolvida uma série de relações, inclusive conflituosas, principalmente quando ocorre o embate entre o coletivo e a individualidade. Os modos de vida que cada um carrega reflete na construção da fração do território conquistado, sendo que em comum prevalece a terra para trabalho e sobrevivência.

Quando vários autores se referem a novas territorialidades, normalmente são expostas as novas relações sociais que ali se desenvolvem. Essas relações revelam impactos territoriais no local e em seu entorno. Vale salientar que esse impacto ocorre em várias dimensões, como social, política e econômica, entre outras. Portanto os impactos territoriais também são fruto das lutas dos movimentos sociais.

Um movimento social é alicerçado em um processo de territorialização, porque se fortalece possibilitando a espacialização das experiências, contribuindo para o avanço da luta pelo seu objetivo. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referência outras lutas e conquistas. Dessa forma, ao consumarem suas conquistas, territorializando-se, terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento; assim, vão construindo suas histórias e suas existências (FERNANDES, 2000).

Quando Fernandes (2000) se refere às lutas de conquistas, ficam implícitas as lutas de classe. Nesse sentido, Fabrini (2002) relata que os assentamentos são territórios de ações coletivas, e estas são desenvolvidas pelos camponeses assentados que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe. São motivadas, sobretudo, por uma identidade construída no processo de luta pela terra e apresentam conteúdo político/ideológico que passa pelas relações de poder da estrutura da sociedade (FABRINI, 2002).

Do ponto de vista dos movimentos sociais, o assentamento é a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência; o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra (FERNANDES, 1998).

Os assentamentos são considerados, por muitos autores, como conquista de um território ou frações desse. Toda conquista serve de exemplo e incentivos a novas conquistas, assim novos espaços são alvos dos movimentos sociais para realizar novas territorializações. Ressalta-se que o território conquistado apresenta características próprias devido às relações ali desenvolvidas, e que tem muito a ver com a história de vida que cada um traz em si. Assim ocorre a soma do aprendizado adquirido no processo de luta pela terra com a história anterior do assentado, tornando o camponês um cidadão mais conscientizado. Normalmente o assentado é um sujeito fruto da resistência e da luta pela terra. Nesse sentido, Moraes (2013) comenta que os assentamentos rurais constituem-se como territórios da materialização e da realização concreta da luta pela terra. Trata-se de territórios que podem possibilitar a mudança efetiva na condição de vida das famílias beneficiadas, tornando-se espaços de inclusão de indivíduos historicamente mal incluídos na sociedade.

Em relação ao tema da exclusão, Alencar e Diniz (2010) comentam que os assentamentos possibilitam o acesso à propriedade da terra para uma população historicamente excluída, os quais se constituem como território da resistência dos camponeses ao processo de exclusão promovido pelo capitalismo. No entanto, esses camponeses têm na luta a garantia de sua resistência, existência e reprodução enquanto camponeses.

Essa população historicamente excluída – os camponeses sem terra – enxergam nos assentamentos a possibilidade de uma nova vida, da reprodução familiar, da realização de sonhos que nunca puderam ser concretizados pela falta de oportunidade de possuir um “pedaço” de terra. Por isso alguns autores ressaltam a ideia de que os assentamentos são territórios camponeses de realização de sonhos. Interpreta-se que essa exclusão é fruto do domínio e expansão do capitalismo agrário; porém, esse domínio não consegue ser total, por isso a resistência e as lutas de classes encampadas pelos movimentos sociais em prol da propriedade da terra. As conquistas dos camponeses são territórios onde eles podem realizar suas metas.

Moreira (2006) citado por Lima (2010), entende que o território dos camponeses é um lugar de resistência, é o que ela denomina um “território de esperança”, repleto de contradições, mas também de expectativas quanto à possibilidade

de construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista dominante no campo brasileiro. É um território conquistado e construído pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra através de estratégias, que simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política preexistente no espaço agrário brasileiro. Quando Moreira (2006) citado por Lima (2010) se refere a essa ruptura com o sistema hegemônico, está se referindo a ruptura com o sistema capitalista. O assentamento é fruto de uma luta de classes entre camponeses e capitalistas, e essa ruptura já começa no enfrentamento no campo ideológico, passa para o acampamento e continua com a conquista do assentamento, quando os camponeses lutam por melhores condições, principalmente de infraestrutura nos assentamentos.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta por direito a terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista (OLIVEIRA, 2001).

Por isso que Mitidiero Junior (2011) comenta que

o conceito de territorialização relativo aos movimentos sociais no campo deve ser visto apenas como processo de luta pela terra, e não como conquista e domínio de partes ou frações do território. Em função desses eventos, a fração do território conquistada e transformada em assentamento rural pode ser vista como uma área de **resistência subordinada** diretamente constituinte do território capitalista brasileiro. (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p. 11).

Observa-se a reprodução do campesinato dentro da lógica capitalista. O modelo de reforma agrária adotado pelo governo brasileiro sustenta essa estrutura e o “pouco” conquistado pelos camponeses sem dúvida é fruto da resistência à hegemonia do capitalismo agrário.

Analisando componentes da atual conjuntura agrária brasileira, Ramos Filho (2011), infere que está em curso no Brasil um movimento de contrarreforma cuja operação se dá com a hegemonização das teses do paradigma do capitalismo agrário, desde a academia, passando pelas políticas públicas e chegando até o senso comum. Uma série de mudanças que ocorrem na estrutura fundiária nacional demonstram de um lado a falta de compromisso dos governos com a realização da reforma agrária no Brasil, por outro a persistência das lutas dos povos do campo na busca por sua

(re)territorialização e/ou resistência à subalternidade imposta pelo Capital (RAMOS FILHO, 2011).

Observa-se que, dentro do território capitalista, são implantados os assentamentos rurais, resistindo e lutando contra a hegemonia do sistema capitalista. Esses assentados desenvolvem uma série de relações, inclusive concretizam sonhos, mas continuam subordinados à lógica capitalista. Essa subalternidade está implícita nas leis que regem os assentamentos e também em toda a estrutura do Estado que serve ao regime capitalista. Portanto estamos diante de uma luta de classes, entre camponeses e capitalistas, na qual esses últimos são representados hoje no campo, principalmente pelo agronegócio, que se caracteriza por uma cadeia de relações comerciais que visam, entre outras coisas, à ampliação do capital.

Os povos do campo que batalham contra o capital a que se refere Ramos Filho (2011), são todos aqueles camponeses que lutam contra a expansão do agronegócio, que é sinônimo de ameaça ao território conquistado. A cada ano, o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudizam as desigualdades, esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentando a miséria. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI (FERNANDES, 2007).

Segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2007), apud Santos, (2012), é no território camponês que se estabelece o enfrentamento do agronegócio; nele o camponês desenvolve as suas ações cotidianas: vivência, produção, estudo, alimentação, discussões, debates, lazer, celebrações, relações, etc. Por essa concepção, o território camponês encerra o entendimento do que seja a terra e o campo para o pequeno produtor enfatizando a expressão da classe camponesa, território de vida e de luta, geográfico, material e também imaterial, tendo em vista que nele está “plantada” a sua cultura e ideologia (MPA, 2007, apud SANTOS, 2012).

Ainda no enfrentamento ao agronegócio, e, portanto ao capitalismo, Almeida (2006) comenta sobre os assentamentos e acampamentos ligados à territorialização da luta pela terra no enfrentamento ao monopólio do capital:

O acampamento e o assentamento são transformações que o território contém; o que ocorre por meio da territorialização da luta pela terra, e que, portanto, representam uma ruptura no processo de territorialização e monopolização do território pelo capital. Assim, quando falamos em territorialização da luta pela terra, estamos, pois, referindo-nos às frações do

território conquistadas pelos camponeses, em oposição à lógica de territorialização do capital monopolista, bem como à de monopolização do território pelo capital monopolista. Essa ruptura produz imagens territoriais que, se, por um lado, geram distinção em relação à apropriação capitalista, por outro, expressam identidade camponesa (ALMEIDA, 2006).

Desde o acampamento, no território formado ou fração deste, já começa o enfrentamento de classes. Pois esse é concebido como “território camponês”, e boa parte de sua dinâmica vai de encontro ao “território do agronegócio”, inclusive no campo das ideias.

A nosso ver esse debate continua atual, a monopolização do território pelo capital ainda não se deu por completo, e pode ser que nunca se complete totalmente, pois a luta pela reforma agrária no Brasil ainda não está encerrada. A sobrevivência do camponês dentro do território capitalista é também uma necessidade do sistema capitalista que alimenta essa sobrevivência e consequentemente mantém o debate sobre agricultura camponesa e agronegócio.

Em um assentamento, as relações sociais, os trabalhos desenvolvidos, as conquistas, a formação de uma nova consciência, tudo isso faz parte desse novo território. Assim os assentamentos rurais, fruto da luta pela terra, causam um **impacto territorial** onde são implantados e também no seu entorno; uma nova dinâmica envolvendo uma série de relações passa a existir onde antes era apenas um espaço com aspecto de abandono e sem vida, geralmente um latifúndio improdutivo. O novo espaço passa a ter uma vida intensa.

Os movimentos sociais de luta pela terra têm como conquista a territorialização de um espaço, que influenciam outros movimentos, e assim vai construindo sua história. Acampamentos e assentamentos são formas de organização social, fruto da luta pela terra, e se reproduzem dentro do capitalismo, é uma forma de resistência à hegemonia do capitalismo, assim como também é uma forma de sobrevivência e reprodução do camponês.

As territorialidades são formadas e diferenciadas de acordo com as habilidades que cada um apresenta no trato da terra, mas o sentimento de coletividade muitas vezes está presente, desde a luta pela terra até um financiamento coletivo que se consegue no assentamento já implantado. Por outro lado existe a individualidade que cada camponês carrega em si, e isso reflete algumas ações de conflito contra as medidas sociais que são preconizadas principalmente pelos mediadores. Esses conflitos são inerentes às relações

que ocorrem na territorialização da luta, portanto completamente naturais, não podendo serem vistos como um fracasso no processo de luta pela terra.

O assentamento rural é visto pelo camponês como um espaço de construção de uma vida nova, com ideais de soberania e liberdade, onde pode produzir o seu alimento e garantir o seu sustento e o de sua família; assim fica garantida a sua reprodução familiar. Por outro lado continua a subordinação ao território capitalista, pois o assentamento não é “livre” em si, mas subordinado a uma série de leis e princípios, ligados a e muitas vezes formulados pelo sistema capitalista com o apoio do Estado.

Como aponta a pesquisa de Leite (2004), o assentamento pode ser visto como uma unidade territorial e administrativa que serve como referência às políticas públicas, distanciando-se da ideia de território autônomo. São essas políticas públicas que iremos abordar no próximo subcapítulo.

3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS: um mecanismo de controle sobre os assentamentos rurais

Os assentamentos rurais, em sua maioria, são implementados por órgãos federais, estaduais e até municipais, e geralmente subordinados a leis e a normas estabelecidas pelo Governo Federal, que tem o INCRA como principal responsável por fiscalizar e fazer executar as leis. Nesse sentido, inúmeras políticas governamentais são debatidas, criadas e aplicadas para que ocorra, de fato, a materialização dos assentamentos. Estas, na maioria das vezes, transformam-se em políticas públicas.

Sobre conceitos e teorias relacionados à temática de políticas públicas, alguns assuntos muito debatidos na atualidade – como ajuste fiscal, controle de gastos públicos, redução da desigualdade social, desenvolvimento rural e outros – sempre envolvem governo e sociedade, na formulação e implementação de políticas públicas.

Após pesquisar o estado da arte sobre definições e modelos de políticas públicas, Souza (2006) elenca os elementos principais que foram possíveis de ser extraídos e sintetizados das políticas públicas:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

Atenta-se que as políticas públicas podem atuar em um campo amplo de ação. Como afirma Souza (2006), não se limitam a leis e regras; sendo assim, elas têm papel decisivo na condução e formação da sociedade. Para que isso aconteça, é decisivo o papel do Estado quando legitima e faz acontecer as ações previstas nas políticas públicas.

Souza (2006) ainda comenta sobre a força do Estado em todo o processo que envolve a política pública, controlando e direcionando os recursos e também fazendo a prestação das contas públicas.

Existe todo um controle por parte do Estado, desde a sua formulação até a prestação de contas. Assim, o Estado mostra sua força no controle da sociedade, pois são várias as dimensões das políticas públicas abrangendo de forma direta ou indireta toda a sociedade. Fernandes (2007) exalta duas dimensões que caracterizam as políticas públicas: uma delas é a atividade técnico-administrativa, mais voltada para a parte prática; outra é a atividade política, mais ligada à de tomada de decisões. Comenta também que o governo exerce papel central na execução de políticas públicas.

Essas duas dimensões exaltadas por Fernandes (2007) enaltecem o papel do governo em duas fases fundamentais das políticas públicas: a de formulação e a de aplicação. Para que essas fases possam funcionar bem, é fundamental na formulação da política pública a análise de uma série de variantes, como os recursos disponíveis.

As políticas públicas envolvem questões de valores e de recursos disponíveis. Por isso, desenvolver uma ou outra política depende do que se considera que é desejado socialmente. Portanto, são os critérios seguidos no momento de se estabelecerem as prioridades dos recursos disponíveis que direcionam a distribuição e transferência de renda de um agente social para outro (RODRÍGUEZ e ARDID, 1996).

Como os recursos disponíveis nem sempre são suficientes para implementação das políticas públicas, é necessário um debate maior envolvendo Estado e sociedade na escolha das prioridades. Atenção especial, a nosso ver, deve ser dada à implementação de políticas públicas com interesse social que visam à diminuição das desigualdades, proporcionando a possibilidade de desenvolvimento humano igualitário para todos.

Mesmo sob a aparência da igualdade, as chances de sucesso são diferentes e beneficiam os que detêm poder de decisão sobre as condições necessárias para aproveitar as oportunidades. Por isso, políticas públicas com interesse social devem favorecer de forma diversificada aos que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades, sendo que, aos poucos, essa “vantagem” em benefício de grupos sociais identificados deve perder vigência para converter-se em uma política pública igualitária. O tema das quotas, em moda no discurso de militantes e de políticos, enquadra-se nesta perspectiva. (Dahrendorf, 1992, apud Gelhen 2004).

A transitoriedade das políticas públicas parece ser uma necessidade, pois, à medida que os objetivos são alcançados, ou não, as políticas públicas merecem ser revistas, ou até extintas. Por isso que Souza (2006) comenta sobre uma variável dependente – no caso ações – a ser executada pelo governo na aplicação da política pública:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais, em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Entende-se que as políticas públicas são abrangentes, assumem vários formatos e apresenta elementos variados que sustentam essa abrangência. O governo e o Estado, no modelo atual, são considerados fundamentais para a formulação e execução das políticas públicas, sendo que estas devem ser avaliadas periodicamente para se observar a necessidade, ou não, de mudanças. A sociedade deveria ter uma participação mais efetiva na formulação dessas políticas, pois ela é o alvo maior dos objetivos das políticas públicas; inclusive, em alguns momentos, deveria formular essas políticas e até executar, descentralizando, assim, o papel do governo e do Estado.

Entre os vários setores da sociedade, considera-se muito importante a participação de movimentos sociais na construção das políticas públicas. Eles carregam em si os anseios da sociedade a qual representam. Políticas públicas formuladas sem um amplo debate tornam-se apenas leis antidemocráticas impostas por um segmento da sociedade. Muitos autores abordam o assunto nessa perspectiva antidemocrática.

Meksenas (2002) afirma que o conceito de políticas públicas aparece vinculado ao desenvolvimento do Estado capitalista, e este, às relações de classe; afirma, ainda, que as políticas públicas não são um mecanismo utilizado pelo Estado para ajudar os mais excluídos a ascenderem socialmente, mas um modo usado pelo capital para se manter no poder. Segundo MEKSENAS (2002), “assim a intervenção estatal que ocorre por meio das políticas públicas emerge numa complexa disputa pelo poder relacionado às contradições econômicas e políticas”, sendo que nas instâncias de decisão e gerenciamento das políticas públicas ocorre a não participação da classe trabalhadora.

Esse debate da não participação das classes populares na formulação das políticas públicas é inerente aos assentamentos rurais também, pois lá é um território conquistado quase sempre com enfrentamento ao Estado, os camponeses criam uma consciência crítica sobre a luta de classes. O assentamento, portanto, a partir da luta de classes, é um território de cobranças em relação à formulação e aplicação das políticas públicas.

A experiência de luta pela terra, a existência do assentamento enquanto espaço de referência para políticas públicas, as precariedades da infraestrutura, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se ponto de partida de demandas, levando à afirmação de novas identidades e interesses, ao surgimento de formas organizativas internas e à busca de novos lugares onde se façam ouvir (Silva, 2010). Portanto, ouvir os assentados e permitir a sua participação é fundamental para a formulação de políticas públicas que gerem desenvolvimento ao assentamento.

Nogueira (*et al*, 2007), ao realizar um diagnóstico em um assentamento em Angatuba-SP, encontrou a falta de políticas públicas como um dos entraves ao desenvolvimento agropecuário. Com isso, considera que a falta de experiência de participação e de discussão sobre políticas de âmbito local ainda é um dos grandes limites à adoção de um processo realmente participativo de construção do desenvolvimento. É preciso que os assentados acreditem que pode ajudar a construir políticas públicas a partir das instituições e organizações sociais fortalecidas, com atuação qualificada no poder legislativo *via* projetos de lei, emendas populares, etc., com participação nos conselhos municipais e com avaliação periódica das ações planejadas (DESER, 2000 apud NOGURIRA, *et al* 2007).

Martins (2010), estudando uma área de assentamento próximo à cidade de Manaus-AM, comenta que, para as políticas públicas alcançarem seus objetivos, é

necessário que o governo que as propõe conheça as condições de vida da população à qual elas se destinam.

É preciso que se desenvolvam políticas públicas adequadas às suas realidades, pois, assim como a maioria dos agricultores familiares, assentados não dispõem de meios suficientes para concorrerem com um grupo pequeno residente no campo que possui um alto grau de integração com os setores agroindústrias. Muito pelo contrário, além de assentados não disporem desta integração, sofrem com dificuldades de comercialização de produtos (FRANCIS, 2009)

Fica evidente pelos autores mencionados a importância da participação efetiva dos camponeses na formulação das políticas públicas. Outro detalhe que merece atenção é a especificidade das políticas públicas. Realidades diferentes geram necessidades diferentes. Esse é um desafio para o governo: a construção de políticas públicas abrangentes e ao mesmo tempo específicas,. Essa especificidade, na maioria das vezes, só é percebida quando existe um estudo mais aprofundado acerca do camponês, ou quando este é ouvido acerca de sucessos e fracassos nas atividades inerentes à sua vida no campo, como, por exemplo, a produção agrícola.

Sabendo-se que a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada pela exploração familiar e que o produtor familiar não possui um único padrão cultural, social e econômico, mas difere entre si intensamente, faz-se necessário estudá-lo em suas várias formas. A capacidade (ou incapacidade) de sustentação e reprodução deste agricultor com a prática agrícola que exerce no contexto socioeconômico no qual está inserido poderá mostrar um caminho a ser seguido por políticas públicas e uma base para futuros estudos acerca do produtor, da produção familiar e do seu posicionamento quanto à agricultura sustentável (VARGAS, 2010).

Entende-se a produção agrícola como resultado do trabalho desenvolvido pelos camponeses; as políticas públicas se bem formuladas, têm participação importante para o sucesso dessa produção. Mas o sucesso dessa atividade é muito relativo. Camponeses, de modo geral, trabalham em prol de conseguir uma produção agrícola que sustente a família, mas nem sempre é objetivo principal a obtenção de lucro. É evidente que é objetivo, também, a venda do excedente para a compra de bens e serviços que sustentem a reprodução familiar e inclusive proporcione um “viver melhor” para toda a família.

Segundo Pedroso (2000), os principais gargalos que impedem o fortalecimento da agricultura familiar devem ser alargados. Ou seja, problemas relacionados à falta de acesso aos insumos, materiais genéticos, máquinas e implementos ecologicamente

viáveis e adaptados à sua realidade; à dificuldade de produzir sem destruir os recursos naturais; à incompatibilidade da ciência e da tecnologia com sua real necessidade; e à dificuldade de agregar valor à sua produção e viabilizar sua comercialização, todos devem ser resolvidos a partir da ação do Estado, através de políticas públicas. O mesmo autor afirma também que neste sentido a agroecologia é uma opção viável à agricultura familiar.

Entende-se também que a agroecologia é uma opção viável para todos os produtores, sejam pequenos ou grandes. O bônus de se produzir agroecologicamente é de todos, mas o ônus não pode ser só dos pequenos produtores. Concordamos em parte com Pedroso (2000), quando cita que políticas públicas podem resolver problemas dos pequenos produtores, porém não do modo como são formuladas atualmente, sendo que muitas vezes as políticas servem mais de controle do que de desenvolvimento, principalmente no caso dos assentados.

Voltamos a ratificar que as políticas públicas devem ser usadas prioritariamente no combate a desigualdades e na geração de desenvolvimento social. Nesse sentido os movimentos sociais têm tido papel fundamental em suas reivindicações, lutando não só pela conquista da terra, mas também por uma série de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento social dos camponeses.

De forma geral os movimentos sociais rurais têm tido um papel importante no impulso de políticas públicas, como a luta pela efetivação da política de assentamentos, gerando assim redução das desigualdades na zona rural, tendo efeitos positivos sobre a vida do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, favorecendo o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas, sendo estas últimas consideradas respostas a demandas e reivindicações efetivas dos movimentos sociais das trabalhadoras rurais em suas diferentes formas de manifestação e organização. No entanto, são ainda insuficientes frente às grandes demandas e desigualdades existentes. (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Entende-se que as políticas públicas são necessárias para a diminuição das desigualdades, pois é notória a falta de políticas públicas específicas para combater essas desigualdades, principalmente no campo. Não só mulheres, mas adolescentes também precisam de mais atividades inerentes ao campo, não necessitando migrar para centros urbanos em busca do sonho de “viver melhor”. Essas atividades podem ser propiciadas ou ampliadas pelas políticas públicas.

A questão agrária tem sido considerada fortemente relacionada com políticas públicas. Diversos autores consideram que as políticas públicas, direta ou indiretamente, são tidas como responsáveis pelo sucesso ou insucesso dos assentamentos.

Em assentamentos rurais, onde o nível de organização comunitária interna é, muitas vezes, superior àquelas que não apresentam esse formato de aglomeração rural, é comum um maior debate acerca das políticas públicas. Isso acontece principalmente porque os grupos de pessoas que lutam pela terra normalmente são instruídos por mediadores ligados a movimentos sociais que ajudam no entendimento das formulações e implementações das políticas públicas, assim como no monitoramento e na cobrança dessas no processo de desenvolvimento dos assentamentos.

No processo de discussão sobre as reivindicações dos assentados, as políticas públicas são amplamente debatidas. Isso ocorre tanto com as que já existem, pois o seu funcionamento muitas vezes necessita de mudanças, quanto com as que são alvo de aspirações futuras a serem implantadas pelo governo, já que muitas dessas têm servido unicamente como forma de controle sobre assentados.

Concordamos com Meksenas (2002) quando este afirma que o conceito de políticas públicas aparece vinculado ao desenvolvimento do Estado capitalista. Para mudar essa realidade, reiteramos a ideia de que deve acontecer uma participação massiva e efetiva da sociedade na formulação das políticas públicas. No caso das políticas públicas direcionadas aos assentados, defendemos o posicionamento de que os movimentos de luta pela terra e os próprios assentados são os mais propícios para a construção das políticas públicas, inclusive exercendo controle sobre a sua execução.

Infelizmente muitas leis feitas para o campo são pensadas pelo governo e Estado sem a participação popular, e são totalmente influenciadas pela oligarquia rural infiltrada nas mais diversas instâncias dos poderes públicos. Além disso, o capitalismo agrário não quer perder força e espaço frente aos movimentos sociais politicamente organizados. Assim, as políticas públicas são ferramentas de controle na mão desses, e assistimos o Estado ratificando essa posição.

Os assentamentos rurais necessitam de políticas públicas mais específicas. As diferenças edafoclimáticas existentes no Brasil já são suficientes para justificar políticas públicas diferenciadas. Existem também as diferenças culturais que cada região apresenta, assim como cada assentado também.

Os assentamentos são conquistas dos movimentos sociais, mas não em sua totalidade, pois ainda encontram-se subalternos ao capitalismo, que, como vimos, usam

as **políticas públicas** para manter um controle sobre toda a estrutura fundiária, pois assim conseguem uma posição confortável em relação ao poder.

3.7 O GERENCIAMENTO DO INCRA SOBRE OS ASSENTAMENTOS.

Após as exposições sobre as temáticas da territorialização da luta pela terra e das políticas públicas ligadas aos assentamentos, será analisado o gerenciamento do INCRA no processo de consolidação dos assentamentos. Para isso, usaremos os assentamentos de Esplanada como modelo, no intuito de esclarecer sobre a aplicação das leis, normas e diretrizes impostas ou usadas pelo INCRA.

A luta pela terra no Brasil a partir do século XX tornou-se tema de pesquisa principalmente a partir do papel das Ligas Camponesas em defesa dos trabalhadores rurais no Nordeste na década de 1960. Em 1964 os militares assumem o poder, e os movimentos em defesa dos camponeses são fortemente reprimidos. Um pouco depois, na década de 1980, em virtude da redemocratização, a questão agrária brasileira apresenta em sua agenda de discussão, de forma mais frequente, a criação de assentamentos rurais como uma das ações mais importantes da reforma agrária.

Os movimentos sociais de luta pela terra ampliam seu campo de atuação, e os assentamentos são criados pelo governo como resposta as pressões vindas do campo. Essa tônica permanece até hoje no cenário nacional, sendo que desde o início o número de assentamentos implementados variam bastante em função da conjuntura política de momento.

Diante da nova realidade que surge do campo, principalmente com a modernização da agricultura, o governo cria e direciona algumas de suas estruturas administrativas para o setor rural. Os órgãos responsáveis para executar as políticas fundiárias e agrícolas no Brasil foram extintos ou modificados ao longo do tempo, sendo que o INCRA – subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – é hoje o principal órgão responsável pela implementação e pelo funcionamento dos assentamentos rurais até que estes adquiram sua própria autonomia, a chamada consolidação. Até isso acontecer, o INCRA lança mão do uso de uma série de políticas governamentais.

Portanto, as políticas governamentais estão intrinsecamente ligadas à vida dos assentamentos. Toda uma dinâmica do funcionamento do assentamento e do seu destino

depende muito da eficácia das políticas governamentais que são desenvolvidas nos assentamentos.

Em relação às políticas governamentais que são intrinsecamente ligadas aos assentamentos, podem-se destacar dois tipos: as fundiárias e as agrícolas. Oliveira (2007) esclarece bem as diferenças entre as duas. A política fundiária refere-se ao conjunto de princípios ligados ao processo de apropriação privada da terra, incluindo, também, o conjunto de legislações que estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra, as legislações especiais que regulam seus usos e jurisdições de exercício de poder, e programas de financiamentos para a aquisição da terra. Enquanto a política agrícola, por sua vez, refere-se ao conjunto de ações do governo que visam implantar nos assentamentos de reforma agrária a assistência social, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, incluindo também educação e saúde pública, assistência técnica, financeira, creditícia e de seguros, programas de garantia de preços mínimos e demais subsídios, eletrificação rural e outras obras de infraestrutura, construção de moradias e demais instalações necessárias, etc. Dessa forma, fica claro, pela exposição de Oliveira (2007), que, para os assentamentos, as políticas fundiárias têm relação direta com a propriedade da terra, enquanto a agrícola, com o desenvolvimento.

Muitas dessas políticas perpassam governos e se tornam políticas públicas e de fundamental importância no dia a dia dos assentamentos rurais. O INCRA é em grande parte responsável pela implementação dessas políticas, por isso a sua importância como executor de uma série de medidas que têm relação direta com a vida do camponês assentado.

O objetivo principal deste sub-capítulo é analisar o papel do INCRA na aplicação das políticas governamentais sobre os assentamentos rurais, usando como modelo os assentamentos de Esplanada, por isso é importante definir um assentamento rural resultante de luta pela terra e/ou projeto de reforma agrária.

Segundo Bergamasco e Norder (1996), o termo **assentamento** aparece pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária na Venezuela em 1960, e se difundiu para outros países do mundo. Conforme Bergamasco e Norder (1996):

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (Bergamasco e Norder, 1996, p. 7).

O assentamento tem o papel de fixar o trabalhador rural na terra, através de atividades agrícolas, e isso “envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária” (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Em relação à organização social, Medeiros (2009) considera que o assentamento é um território alternativo que se configura propondo outra forma de organização social do espaço geográfico, que deixa de ser abstrato, passando do sonho à concretude, expressa através da conquista da terra, da reconstrução da identidade e da territorialidade. São as novas relações que surgem do novo território. Essas relações geralmente implicam em ganhos sociais que culminam com fortalecimento dos laços familiares.

Segundo Martins (2000), os fatos demonstram que a disseminação da agricultura familiar, com base nos assentamentos da reforma agrária para muitas famílias, multiplica a renda, melhora a qualidade de vida e suprime fatores de anomia e de desagregação familiar.

Leite *et al.* (2004) vai mais além que os ganhos sociais e contrapõe os benefícios da criação dos movimentos rurais em relação ao modelo de desenvolvimento econômico vigente:

[...] a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa e oportunidade de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada; os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. Atuando como um amparo frente às agruras das formas por meio das quais vêm se dando o desenvolvimento econômico, servem como proteção social, resolvem o problema de moradia e permitem a inserção no mercado de trabalho (Leite *et al.*, 2004).

Já o INCRA (2015), mesmo deixando a entender que está desconcentrando terras, define o assentamento com base em um enfoque econômico sobre a família a ser

assentada: um assentamento rural é basicamente um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário; cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias (INCRA, 2015).

Portanto, vários autores concordam que o assentamento é um território onde novas formas de relações sociais vão se desenvolver e trazer melhorias para os camponeses envolvidos. É um espaço de trabalho, de produção agrícola e de sonhos, com dignidade na reprodução familiar na moradia, na alimentação, e do desejo de não ficar desempregado, na espera de uma vida melhor.

Já para o INCRA, em sua definição adota uma visão mais simplista do assentamento, que é inicialmente visto pelo viés econômico. Esse instituto afirma inicialmente em seu *site* que o lote é “**entregue** a uma família sem condições **econômicas** para adquirir e manter o imóvel por **outras vias**”. Essa afirmativa esconde o fato de que o INCRA cobra pelos lotes. Outro detalhe importante é que existem outras vias para adquirir e manter o lote, sendo a reforma agrária, instituída por lei na Constituição Brasileira, a mais importante delas.

Entre a grande importância dada por muitos pesquisadores e a menor importância dada pelo INCRA em relação à definição do que seja um assentamento, o instituto continua sendo o órgão principal na criação e no monitoramento dos mesmos até a sua emancipação.

Existem modalidades de assentamentos que não são criadas pelo INCRA. Ele as reconhece e garante o direito a determinadas políticas governamentais que são executadas pelo INCRA.

Os assentamentos rurais estão divididos em dois grandes grupos. Os criados diretamente pelo INCRA por meio de obtenção de terras, de forma tradicional – denominados Projetos de Assentamento (PAs) – cuja distinção ocorre em função da classificação proposta pelo INCRA em ambientalmente diferenciados que incluem os ambientalmente diferenciados (GRUPO 1); e aqueles que não são implantados diretamente pelo INCRA e sim por instituições governamentais e reconhecidos por esse, passando a ter acesso às políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA (GRUPO2) (INCRA, 2015).

Quadro 9. Assentamentos rurais reconhecidos pelo INCRA como ambientalmente diferenciados.

GRUPO I - Modalidades de Projetos criados pelo INCRA atualmente		
MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal	PA	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de Crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União • Legislação: (INSTRUÇÃO NORMATIVA)
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; • Aporte de recursos de Crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; • Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; • Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhas, comunidades extrativistas etc.) • Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do

		<p>INCRA;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aporte de recursos de Crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União;
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	<ul style="list-style-type: none"> • É uma modalidade de assentamento voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à Região Norte; • A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; • Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso. • O INCRA, em conjunto com o IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada indicará áreas próprias para implantação dos PAF's.
Projeto de Assentamento Casulo	PAC	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; • A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; • Aporte de recursos de Crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal; • Diferencia-se pela proximidade a centros urbanos e pelas atividades agrícolas

		<p>geralmente intensivas e tecnificadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Titulação de responsabilidade do município.
--	--	--

Observação: Além das modalidades acima, o INCRA já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) os Projetos de Colonização (PC), os Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Colonização Particular (PAP), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento Conjunto (PAC). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso. Eram previstas, ainda, outras modalidades que, no entanto, nunca foram criadas (INCRA,2015).

Quadro 10. Assentamentos rurais reconhecidos pelo INCRA, implantados por outras instituições governamentais.

Grupo 2 - Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA		
MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Estadual	PE	<p>Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas;</p> <p>Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio; • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à infraestrutura básica; • O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; <p>Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.</p>
Projeto de Assentamento Municipal	PAM	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios; • Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios; • Há a possibilidade de participação da União

		<p>no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à infraestrutura básica; • O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • Titulação de responsabilidade dos municípios.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (Antigo Programa Cédula da Terra)	PCT	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Assentamento criado pela União com a participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação; • Os beneficiários recebem financiamento específico destinado à obtenção dos recursos fundiários e implantação da infraestrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal; • Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União; • Direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação.
Reservas Extrativistas	RESEX	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento pelo INCRA de áreas de Reservas Extrativistas – RESEX como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambientais federais ou estaduais quando da criação das RESEX.
Território Remanescentes Quilombola	TRQ	<ul style="list-style-type: none"> • Decretação da área pela União visando à regularização e ao estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos; • Aporte de recursos para a obtenção de terras, créditos e infraestrutura feito pela União por

		meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições.
Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto	PFP	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos criados pelo Estado ou municípios • Esses projetos são reconhecidos pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao PRONAF A.
Reassentamento de Barragem	PRB	<ul style="list-style-type: none"> • A implantação é de competência dos empreendedores, e o INCRA reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao PRONAF A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera.
Floresta Nacional	FLONA	A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambientais federais quando da criação das FLONAs.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS	<ul style="list-style-type: none"> • De competência do IBAMA • São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A) • O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das RESEX.

Fonte: INCRA (2015).

Girardi e Fernandes (2008) enfatizam a importância da criação de assentamentos reformadores, pois esses são pautados na desapropriação, onde o campesinato de fato se territorializa a partir da desterritorialização do latifúndio.

Coca (2011), analisando a tipologia dos assentamentos, considera de grande relevância para a reprodução do campesinato os assentamentos que são oriundos das mais diversas políticas de obtenção de terras; isso porque, mesmo que estas não contribuam para a alteração da estrutura fundiária e do índice de Gini, elas garantem terra e aumentam o poder dos camponeses.

Analisando a consideração de Coca (2011), entende-se que essa diversidade na tipologia dos assentamentos é muito importante devido também à diversidade de camponeses existentes no vasto território brasileiro. Assim o camponês que é atingido por uma barragem pode ser reparado por uma política específica para o seu caso, e assim por diante, em outras situações que envolvem a diversidade do campesinato brasileiro. Já em relação à garantia da terra e ao aumento do poder dos camponeses, é necessário fazer algumas ressalvas.

Um número considerável de assentamentos pertence à categoria Projetos de Assentamentos, o chamado PA e outros semelhantes. Nessa categoria, a terra em posse dos assentados não é garantia de propriedade até que o assentamento esteja consolidado; e, mesmo quando se transforma em propriedade privada, esta normalmente se insere na lógica capitalista, faz parte da cadeia do agronegócio e, de certa forma, até diminui o poder dos camponeses.

Já os projetos do Programa Nacional de Créditos Fundiários (PCT), também assistidos pelo INCRA, já nascem inseridos na lógica capitalista, ainda que os beneficiários muitas vezes sejam camponeses em sua essência. São projetos que se situam dentro da chamada Reforma Agrária de Mercado (RAM)²⁰. Nessa categoria não existe a desapropriação. O INCRA, ao adotar essa fórmula, não enfrenta os latifundiários.

De qualquer modo, seja qual for o tipo de assentamento, uns mais outros menos, a penetração do capitalismo parece inevitável; nesse sentido, concordamos com Oliveira (2001) quando ele afirma seu ponto de vista de que no Brasil o capitalismo trabalha com o movimento contraditório da desigualdade do processo de seu desenvolvimento, por um lado ampliando o trabalho assalariado no campo e por outro se desenvolvendo de forma articulada e contraditória à produção camponesa. Assim concordamos com a posição do autor, que defende o pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas de dentro dele.

Entende-se que o INCRA trabalha aceitando pacificamente a ideia do assentado **subalterno ao capital**; assim vai criando os assentamentos ou disponibilizando recursos aos que são criados por outras vias.

²⁰ Ver Ramos Filho (2011).

O INCRA (2015) disponibiliza em seu *site* o quantitativo dos assentamentos nacionais e de algumas características. A situação atual em relação aos números que envolve os assentamentos nacionais estão expostos na Tabela 37.

Tabela 37. Assentamentos nacionais e algumas características – 2015

CONDIÇÃO		VALORES
Nº de assentamentos		9.256
Nº de famílias assentadas		968.877
Área de assentamentos (ha)		88.314.875,23(ha)
PA com mais de dez anos	Nº de assentamentos	6.185
	Nº de famílias assentadas	660.074
PA com menos de dez anos	Nº de assentamentos	3.071
	Nº de famílias assentadas	308.803
Territórios da Cidadania	Nº de assentamentos	5.877
	Nº de famílias assentadas	642.924
PAC(Programa de Aceleração do Crescimento)	Nº de municípios beneficiados	1.868
	Nº de assentamentos	7.889
	Nº de famílias assentadas	760.716
CADÚnico – Nº de famílias assentadas cadastradas		655.609
Bolsa Família – Nº de famílias assentadas beneficiadas		415.560
Renda CAD menor que 70 – Nº de famílias assentadas cadastradas		396.253
PAA	Nº de assentamentos 2013	1.676
	Nº de famílias assentadas que acessaram o PAA em 2013	15.450
ATES	Famílias com ATES contratados 2013	236.184
	Famílias com chamadas homologadas e não contratadas em 2013	29.871
PAs no Semiárido	Nº de assentamentos	2.219
	Nº de famílias assentadas	117.716
PAs na Amazônia Legal	Nº de assentamentos	3.482
	Nº de famílias assentadas	622.746

Fonte: INCRA, 2015. Org.: Costa Neto, A. de O.

Pela Tabela 37, podemos observar que, segundo o INCRA (2015), o Brasil possui 9.256 assentamentos com 968.877 famílias assentadas, ocupando uma área de 88.314.875,23 hectares.

Tabela 38. Dados dos assentamentos localizados no Brasil com mais de dez anos – 2015.

Situação	Quantidade	Percentual (%)
Assentamento Consolidado	505	8,16
Assentamento Criado	855	13,82
Assentamento em Consolidação	1.090	17,62
Assentamento em Estruturação	2.416	39,06
Assentamento em Instalação	1.319	21,33
Total	6.185	100

Fonte: INCRA, 2015. Org.: Costa Neto, A. de O.

Em relação aos assentamentos com mais de dez anos (6.185 assentamentos), a maior parte deles (2.416, ou 39,06%) encontra-se na fase estruturação, e apenas 505 (8,16%) encontram-se consolidados. Esses dados são um indicativo de que algo de errado está acontecendo na política de implantação de assentamentos no Brasil, visto que o número de assentamentos com mais de dez anos que conseguem sua emancipação é baixo (Tabela 38).

Analisaremos a Tabela 39, que mostra os dados referentes ao estado da Bahia, para depois fazermos um comparativo com os dados a nível nacional.

Tabela 39. Assentamentos no estado da Bahia e algumas características. 2015

Nº de assentamentos	674
Nº de famílias assentadas	46.966
Área de assentamentos (ha)	2.009.945,12(ha)
PA com mais de dez anos	Nº de assentamentos 403
	Nº de famílias assentadas 31.841
PA com menos de dez anos	Nº de assentamentos 271
	Nº de famílias assentadas 15.125
Territórios da	Nº de assentamentos 431

Cidadania	Nº de famílias assentadas	26.291
	Nº de municípios beneficiados	166
PAC	Nº de assentamentos	637
	Nº de famílias assentadas	44.822
CADunico – Nº de famílias assentadas cadastradas		36.628
Bolsa Família – Nº de famílias assentadas beneficiadas		24.342
Renda CAD menor que 70 – Nº de famílias assentadas cadastradas		23.711
PAA	Nº de assentamentos 2013	44
	Nº de famílias assentadas que acessaram o PAA em 2013	445
ATES	Famílias com ATES contratados 2013	36.735
	Famílias com chamadas homologadas e não contratadas em 2013	0
PAs no Semiárido	Nº de assentamentos	472
	Nº de famílias assentadas	30.304
PAs na Amazônia	Nº de assentamentos	0
Legal	Nº de famílias assentadas	0

Fonte: INCRA, 2015. Org.: Costa Neto, A. de O.

Através da Tabela 39, pode-se verificar que, segundo o INCRA (2015), a Bahia possui 674 assentamentos com 46.966 famílias assentadas, ocupando uma área de 2.009.945,12 hectares.

Tabela 40. Dados dos assentamentos localizados na Bahia com mais de dez anos – 2015.

Situação	Quantidade	Percentual (%)
Assentamento consolidado	17	4,22
Assentamento criado	137	33,40
Assentamento em consolidação	83	20,60
Assentamento em estruturação	68	16,87
Assentamento em instalação	98	24,32
Total	403	100

Fonte: INCRA, 2015. Org.: Costa Neto, A. de O.

Em relação aos assentamentos na Bahia com mais de dez anos (403 assentamentos), a maior parte deles (137 ou 33,40%) apenas foram criados, e só 17 (4,22%) deles encontram-se consolidados (Tabela 40).

Relativamente comparando com os dados brasileiros, a situação do estado Bahia é considerada caótica, visto que é pífio o número de assentamentos consolidados com mais de dez anos – apenas 4,22% (Tabela 40) – enquanto que no Brasil são 8,16% (tabela 38), apesar de muito baixo também, é quase o dobro da Bahia.

Procurando entender melhor a situação do estado da Bahia, foi feita uma tabela no intuito de explorar a situação dos dados referentes aos assentamentos mais antigos, criados na década de 1980 (Tabela 41).

Tabela 41. Situação dos assentamentos criados na década de 1980 localizados no estado da Bahia.

Situação	Quantidade	Percentual (%)	Criado na década de 1980
Assentamento consolidado	17	2,52	14
Assentamento criado	407	60,39	10
Assentamento em consolidação	83	12,31	06
Assentamento em estruturação	68	10,09	07
Assentamento em instalação	99	14,69	0
Total	674	100	37

Fonte: INCRA, 2015. Org.: Costa Neto, A. de O.

Pela Tabela 41, de um modo geral, mais uma vez a situação dos assentamentos do estado da Bahia apresenta um quadro de certa forma preocupante em relação à consolidação. Dos 674 assentamentos implantados pelo INCRA, 407(60,39%) apenas foram criados, faltando ainda passar por várias etapas até a consolidação. Para se ter uma ideia da problemática, na década de 1980 foram criados 37 assentamentos e desses 23 ainda não estão consolidados, ou seja, existem assentamentos possivelmente com 20 anos de existência e que ainda não estão consolidados; dez assentamentos implantados na década de 1980 apenas foram criados, necessitando passar ainda por uma série de etapas até atingir a consolidação.

Em relação ao município de Esplanada-BA, os assentamentos implantados são apresentados na Tabela 42.

Tabela 42. Assentamentos criados pelo INCRA no município de Esplanada-BA. 2015.

Projeto de Assentamento	Área (ha)	Nº de famílias (capacidade)	Nº de famílias assentadas	Data de criação	Forma de obtenção	Data de obtenção	Média de área por lote (ha)
São Francisco	1.836,3438	87	86	30/12/1996	Desapropriação	17/09/1996	21,1074
Reunidas Palame	2.041,4000	65	55	31/12/1997	Doação	22/10/1996	31,41
Patizinho	929,3970	45	45	16/12/2005	Desapropriação	10/03/2005	20,6533
Boa Vista de Esplanada	1.002,1365	30	27	16/12/2005	Desapropriação	31/05/2005	33,4046
Reunidas Boa Vista	2.436,7091	62	46	07/12/2007	Desapropriação	07/03/2006	39,3018

Fonte: INCRA, 2015. Org.: Costa Neto. A de O.

Pela Tabela 42, nota-se que a área dos lotes varia de 20,6533 ha até 39,3018 ha. Apresentam capacidade para assentar 289 famílias e foram criados entre 1996 e 2007. Pelo *site* do INCRA (2015), observa-se que todos os assentamentos de Esplanada ainda encontram-se na situação de “assentamentos criados”.

Tabela 43. Número de assentamentos na Bahia e em Esplanada de acordo com três rotas definidas pelo governo²¹.

Rotas	Número de assentamentos –Bahia	Número de assentamentos – Esplanada
Brasil sem miséria	33	0
Estruturação produtiva	95	0
Assentamentos verdes	0	0

Fonte: INCRA, 2015. Org.: Costa Neto, A. de O.

²¹ **Rota Brasil Sem Miséria:** Assentamentos da Reforma Agrária prioritários para os programas Brasil Sem Miséria, Minha Casa Minha Vida, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), Fomento, Bolsa Verde e Água Para todos; **Rota Assentamentos Verdes:** São assentamentos ligados ao Programa Assentamentos Verdes, PAC II, ATES e Bolsa Verde; **Rota Estruturação Produtiva:** Assentamentos com proposta para o Programa Terra Forte. (INCRA, 2015).

Pela Tabela 43, verifica-se que 128 assentamentos localizados na Bahia pertencem a algum projeto federal especial para assentamentos, sendo que em Esplanada nenhum foi contemplado, fato que contribui para a não consolidação dos assentamentos.

O desenvolvimento dos assentamentos de Esplanada depende necessariamente de apoio do INCRA, visto que esses são criados em um modelo que os deixem subalternos ao governo. Não observamos, ainda nos assentamentos de Esplanada, uma estabilidade socioeconômica.

Terra (2009) comenta que geralmente são necessários pelo menos cinco anos para que as famílias se adaptem à nova realidade socioeconômica nos assentamentos rurais brasileiros.

O assentamento São Francisco foi criado em 1996, e quase 20 anos depois ainda não apresenta uma estabilidade social nem econômica, fatores que contribuem para que o assentamento continue na condição de criado, longe de ser consolidado. Essa situação não é muito diferente nos demais assentamentos de Esplanada.

Será feita uma análise sobre as principais etapas sugeridas pelo INCRA, desde a implantação até a emancipação dos assentamentos, tendo como modelo os assentamentos de Esplanada-BA. Com isso, é possível uma melhor identificação das causas inerentes ao não desenvolvimento destes.

Dos assentamentos de Esplanada-BA, quatro deles foram obtidos por meio de desapropriação e um por doação (tabela 38). A aquisição de terras para a reforma agrária pode ser feita de diversas maneiras. A mais utilizada e conhecida é a **desapropriação**, seguida do processo de compra e venda. Nestes dois casos, imóveis de particulares são incorporados à reforma agrária. Toda aquisição começa com pesquisas cartoriais e locais feitas pelo INCRA, bem como a partir de indicações – apresentadas pelos movimentos sociais – de fazendas que seriam passíveis de desapropriação (INCRA, 2015). A aquisição por compra e venda é feita quando o imóvel rural é produtivo, não há disputa judicial e a população deve aprovar a aquisição (INCRA, 2015).

O INCRA utiliza dois indicadores para aferir se a grande propriedade rural vistoriada é produtiva ou não: o Grau de Eficiência da Exploração (GEE) e o Grau de Utilização da Terra (GUT). O imóvel cumpre a função social se for explorado adequadamente (GEE igual a 100% e GUT superior a 80%), se utiliza adequadamente os recursos naturais e preserva o meio ambiente, se observa as disposições que regulam

as relações de trabalho e não utiliza mão de obra em condição análoga à da escravidão, e se a exploração da terra tem por objetivo o bem estar dos trabalhadores e proprietários. (INCRA, 2015).

A pouca ou nenhuma exploração econômica do imóvel é um dos itens preconizados pela Constituição Federal e Lei 8.629/03 como indicador de que o imóvel rural em questão não cumpre a **função social** e é passível de desapropriação (INCRA, 2015).

Nas regiões prioritárias e nas buscas locais, o INCRA visa inicialmente os imóveis rurais classificados como grandes propriedades, aquelas cuja área é superior a 15 módulos fiscais²². Pequenas e médias propriedades não podem ser desapropriadas, desde que o proprietário não possua nenhuma outra propriedade rural (INCRA, 2015).

Dos cinco assentamentos de Esplanada-BA sob a tutela do INCRA, quatro foram em áreas desapropriadas, e um, em área doada. Desta forma, daremos mais ênfase à desapropriação como forma de obtenção²³ aos assentamentos. Em relação à doação, o DATALUTA (2010) define da seguinte forma:

É o contrato pelo qual uma pessoa, física ou jurídica (doador), por liberdade, transfere um bem de seu patrimônio para o de outra (donatário), que o aceita. É um contrato civil fundamentado na vontade do doador, embora possa incidir encargos para o donatário. A doação só se aperfeiçoa com a aceitação do donatário, seja pura ou sem encargo. Em qualquer caso depende de lei estabilizadora que estabeleça as condições para sua efetivação. O imóvel a ser doado deve ser previamente avaliado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo (DATALUTA, 2010).

No caso do assentamento Reunidas Palame, cuja área foi doada, o doador foi a empresa FERBASA, que também era detentora de outras áreas que foram desapropriadas para a criação de três assentamentos. Com isso, a partir da implantação destes, muitos consideram ter chegada a reforma agrária em Esplanada, e os assentamentos passaram a ser uma nova realidade na vida do município.

Ainda que a reforma agrária não seja o tema principal deste capítulo, faz-se necessária a colocação de alguns pontos da Constituição Federal atual de modo que assim possamos fazer um debate acerca da desapropriação de imóveis para reforma

²² INSTRUÇÃO ESPECIAL/INCRA/Nº 20, DE 28 DE MAIO DE 1980. Aprovada pela Portaria/ MA 146/80 - DOU 12/6/80, Seção I p. 11.606. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº84.685 de 06 de maio de 1980.

²³ Ver as demais formas de obtenção em Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2010

agrária. No capítulo 3 da atual Constituição Federal, ficam claros alguns pontos referentes à desapropriação e função social:

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

Art. 191. ...

Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988).

Dois pontos merecem atenção. Fica claro e evidente que propriedades que não cumprem a função social são passíveis de sofrerem desapropriação; e outra premissa importante em relação à desapropriação é que as terras públicas não podem sofrer usucapião.

Assim, latifúndios que não cumprem função social, como os improdutivos, são perfeitamente passíveis de servirem à reforma agrária. Historicamente, é sabido que muitas são as propriedades no Brasil com irregularidades em relação à documentação que comprovem, de fato, a propriedade (Diniz, 2005, Cavalcante, 2005, Fernandes *et al* 2012). Assim a propriedade da terra e sua função social são amplamente questionáveis.

Jones (2003), analisando a legalidade das propriedades no Brasil, afirma:

“[...] se as terras em domínio privado não estiverem fundadas em títulos legítimos, não cabem processos de desapropriação e, menos ainda, qualquer indenização por parte do Poder Público, independentemente de cumprir ou não a função social. Posto que, não sendo propriedades legítimas, não há, sequer, por que se arguir da sua função social. No limite, esse procedimento legal poderia representar uma redução significativa dos gastos públicos com desapropriações. Poderia, por outro lado, facilitar a ação do Estado no sentido de assumir o controle sobre as terras devolutas, sobre as quais, [...] desde 1850, quando tal processo foi legalmente instituído, jamais o Estado brasileiro teve efetivas condições de exercer” (JONES, 2003).

O autor ainda ressalta que, em relação às propriedades legítimas, que estejam fundadas em títulos legítimos – e tudo indica que são muito poucas –, caberiam as desapropriações, conforme previstas nos textos constitucionais ou estabelecidas pela legislação pertinente, ou seja, com base nos princípios do cumprimento de sua função social.

A interpretação é clara: se as terras não apresentam títulos legítimos, não podem ser indenizadas. Sua função social não deve ser nem avaliada. Se não possuem o título legal, então existe grande possibilidade de serem terras griladas ou devolutas. Nesse sentido, Jones (2003) é muito feliz em sua colocação a respeito das terras devolutas:

E, como no Brasil não existe *res nullis*, isto é, “terras sem dono”, adéspotas, [...], as terras ou são de domínio privado, e para isso é condição *sine qua non* a exibição do título legal de propriedade, ou das condições efetivas que caracterizam as posses legítimas; ou são terras devolutas, portanto, públicas. Quanto a estas últimas, como é evidente, não cabe desapropriação: elas são, por definição, propriedades públicas, terras do Estado. E o Estado não pode desapropriar-se a si mesmo. E menos ainda, autoindenizar-se ou indenizar a terceiros por terem invadido suas terras (JONES, 2003).

Diante do exposto, fica a pergunta: “Por que não fazer reforma agrária em terras devolutas?”. A resposta é simples: porque o Estado não quer.

As terras devolutas não entram na pauta governamental. Revelar as terras devolutas é mostrar à sociedade nossa frágil e desorganizada política fundiária, que permite a posse ilegal sobre terras da nação, normalmente na mão de latifundiários e sempre à disposição para fortalecer a lógica capitalista, principalmente pelo agronegócio.

Já em relação ao não cumprimento da função social (art. 184 da Constituição Federal), Oliveira (2004), analisando dados fornecidos pelo INCRA em relação ao uso da terra, afirma que em agosto de 2003 apenas 30% das áreas dos grandes imóveis foram classificadas como produtivas enquanto que a maioria, 70%, foram classificadas como **não produtivas**, ocupando uma área de 120.436.202 hectares. Ainda, segundo Oliveira (2004), se o INCRA, a rigor, cumprisse a Constituição de 1988 e a Lei nº 8.629, deveria imediatamente declarar disponível para a reforma agrária esses 120.436.202 hectares das grandes propriedades improdutivas existentes no país. O autor ainda ressalta que não é isso que tem acontecido com os sucessivos governos, sendo que a Constituição e as leis referentes à Reforma Agrária nunca são cumpridas.

De acordo com Alentejano (2003), o que temos hoje no meio rural brasileiro, muito longe de ser a maior reforma agrária do mundo, é uma precária política de assentamentos rurais, pois grande parte dos assentamentos, na realidade, são regularização fundiária, isto é, não se trata de desapropriação de terras para assentar pessoas que não tenham acesso a esta, mas concessão de títulos definitivos para posseiros que há muito ocupavam tais áreas.

Ramos Filho (2011) atenta para essa situação quando relata que o somatório da área arrecadada, entre 1985 e 2009, por regularização fundiária, reconhecimento, compra e venda e a doação atinge 69% do total arrecadado, evidenciando a opção política do Estado e dos governos de não confrontar com a classe dos grandes proprietários de terras ao usar a desapropriação. O mesmo autor ainda enfatiza que dessa forma não ocorre mudança na estrutura fundiária da propriedade, visto que o instrumento que efetivamente produz desconcentração do território é a desapropriação prevista na Constituição Federal de 1988.

Sob a desculpa de que produzem alimentos, muitos latifundiários ligados ao agronegócio não cumprem a função social, assim a propriedade se torna também passível de desapropriação, por isso muitas dessas propriedades são alvos de ocupações por parte dos movimentos sociais de luta pela terra. Girardi e Fernandes (2008) comentam como ocorre esse processo:

Em princípio, a ocupação de áreas economicamente produtivas seria muito mais uma forma de protesto, visto que pela constituição (art. 185) elas não são suscetíveis à desapropriação para a reforma agrária. O artigo 186 estabelece que a propriedade deve cumprir sua função social, que compreende as dimensões ambiental, trabalhista e de bem-estar do proprietário e dos trabalhadores. Na interpretação desses dois artigos, Pinto Jr. e Farias (2005) afirmam que não basta que a propriedade rural seja produtiva (art. 185) no sentido economicista para que não seja passível de desapropriação; ela deve ser produtiva, respeitando simultaneamente os princípios do art. 186. A produtividade não pode ser alcançada sob consequência de desrespeito aos aspectos da função social, de forma que essas duas características são indissociáveis e “a função social é continente e conteúdo da produtividade” (p. 48). Assim, caso a produção seja conseguida a partir do descumprimento das dimensões estabelecidas pelo artigo 186, o aspecto produtivo não isenta a propriedade de desapropriação para a reforma agrária. É por isso que o agronegócio, através de suas práticas, desrespeita a função social da terra. Por isso, as ocupações de propriedades cultivadas que não cumprem a função social são legítimas no sentido da luta, já que podem ser suscetíveis à desapropriação segundo a interpretação da lei apresentada acima (GIRARDI E FERNANDES 2008, p. 77-78).

Respondendo sobre quais as principais violações à função social da terra, Oliveira (2011) afirma que o presidente do INCRA tem que fazer cumprir a função social da terra, implantando a reforma agrária, e que a sociedade tem que cobrar esse papel do presidente do INCRA nos órgãos competentes. O mesmo autor ressalta que, como esses caminhos legais não são seguidos, então os camponeses sem terra unem-se em movimentos sociais e ocupam as terras, afirma também que os movimentos sociais nascem dessa contradição entre a tarefa do Estado de fazer a reforma agrária e sua não realização. Assim, os movimentos sociais aumentam a sua atuação, já que não ocorre a atuação do Estado e do governo, e esses movimentos apresentam um papel fundamental para que ocorra as desapropriações. Através deles é que ocorre a denúncia, ainda que sejam com ocupações, sobre terras passíveis de sofrerem desapropriações.

Reconhece-se a fragilidade do Estado e governo em tomar decisões sobre as desapropriações, principalmente quando as terras são ligadas ao agronegócio e que, por muitas vezes, estão ilegais. Em muitos casos esses empreendedores ilegais são incentivados, principalmente através do crédito a ampliar as suas atividades, ou seja, o governo torna-se um parceiro do agronegócio. Diante da inoperância do governo, os movimentos sociais ampliam suas atuações e conseguem conquistas; por força da lei, têm até o direito de indicar e vistoriar junto ao INCRA áreas passíveis de serem desapropriadas.

Toda aquisição começa com pesquisas cartoriais e locais feitas pelo INCRA, bem como a partir de indicações – apresentadas pelos movimentos sociais – de fazendas que seriam passíveis de desapropriação. A participação das entidades representativas dos movimentos sociais de luta pela terra na indicação de áreas é prevista pelo Decreto 2.250/97, que também garante a presença de representante técnico dos movimentos durante a realização da vistoria (INCRA, 2015).

Portanto, desde o início do processo da implantação dos assentamentos, os movimentos sociais têm participação decisiva para que se concretize o assentamento de camponeses sem terra, pois, sem essa participação, a agilidade do governo na implantação dos assentamentos seria menor ainda. Considera-se a participação de movimentos sociais extremamente importante na consolidação do assentamento. Neste sentido, concorda-se com Zarnot (2011) quando este entende a participação social como um elemento fundamental na busca de empoderamento e autonomia das famílias assentadas, pois participar das decisões que interferem nas políticas de desenvolvimento

que se relacionam com seus assentamentos é uma forma de intervir nos rumos desse desenvolvimento.

Já em relação à distribuição das famílias nos assentamentos, o INCRA segue a sua lógica. A quantidade de glebas em um assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece (INCRA, 2015). A lógica seguida pelo INCRA em relação aos tamanhos dos lotes a serem distribuídos para as famílias parece ser coerente.

Os lotes dos assentamentos de Esplanada apresentam como média 27,55 ha, sendo que o maior é de 39,30 ha no Reunidas Boa Vista, e o menor, de 21,11 ha no São Francisco. A média de Esplanada representa razoavelmente bem o tamanho dos lotes, já a média nacional (42,59 ha) não representa bem a realidade, visto que os módulos fiscais variam muito no Brasil, principalmente em função das diversas realidades edafoclimáticas existentes no país e que fazem variar bastante o módulo fiscal nos municípios brasileiros.

Observa-se que não são relatados em pesquisas, questionamentos maiores acerca do tamanho dos lotes individuais dos assentamentos no Brasil, visto que estas não mencionam essa problemática em relação ao tema. Nos assentamentos de Esplanada, especificamente, por onde passamos algum tempo fazendo trabalhos e mais recentemente pesquisas, não foi observado em momento algum, durante nossas entrevistas e conversas informais, críticas referentes ao tamanho do lote; tudo indica uma satisfação por parte dos assentados quanto a esse aspecto.

Em relação ao funcionamento de um assentamento,

[...] os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas [...] (INCRA, 2015).

Em relação aos créditos, estes são liberados de acordo um modelo desenvolvido pelo INCRA, considerado sustentável (Figura 7).

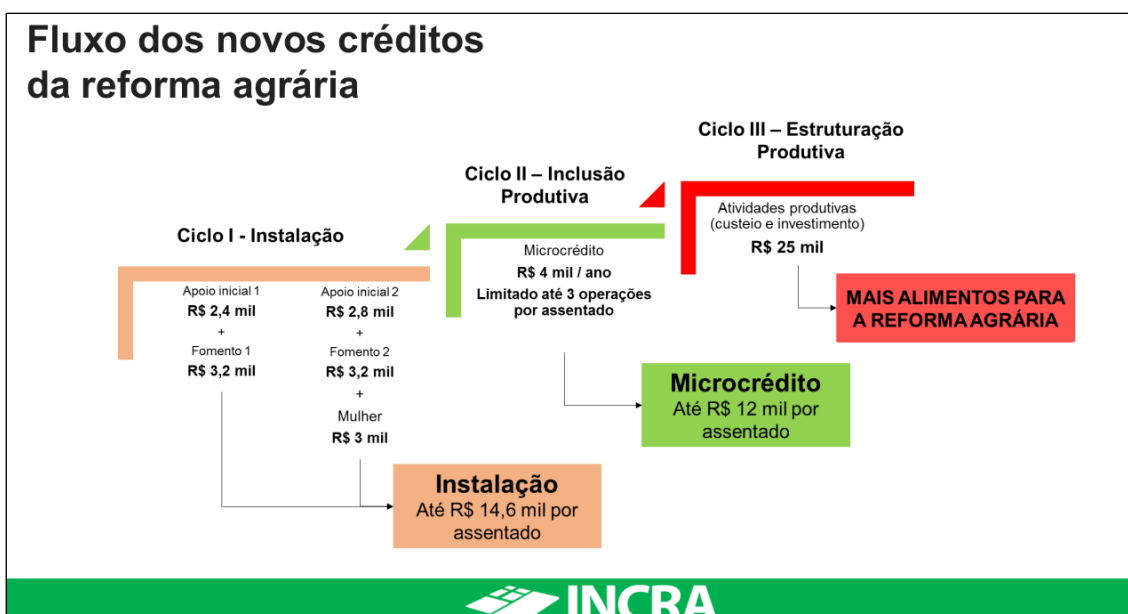


Figura 7. Fluxo de créditos direcionados para assentados da reforma agrária. 2015
Fonte: INCRA (2015).

O crédito nos assentamentos é tema de muitas discussões. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tornou-se uma das políticas públicas mais presente na vida dos assentados, tendo forte influência no futuro do assentamento.

Schneider (2004) destaca que dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do PRONAF. O surgimento desse programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que, até então, era designada por termos como “pequenos produtores”, “produtores familiares”, “produtores de baixa renda” ou “agricultores de subsistência”.

Segundo Francis (2009), o PRONAF tem em seu histórico mudanças que demonstram a preocupação do Estado em adequar o programa à realidade dos agricultores familiares; sua criação e contínua adaptação vêm dando frutos significativos, pois, mesmo em meio a inúmeras dificuldades, tem possibilitado aos agricultores familiares – incluindo-se assentados rurais – sua permanência no campo.

Por outro lado, Francis (2009) contrapõe que os recursos provenientes do PRONAF, além de muitas vezes chegarem atrasados para a grande maioria do campo, em muitos casos não lhe têm possibilitado extrair uma renda suficiente da lavoura; o exemplo disso são os assentados do Dorcelina Folador em Arapongas-PR, visto que no

próprio local há assentados que vendem sua força de trabalho, seja em lavouras vizinhas ou mesmo nas proximidades.

Para Silva e Araújo (2008), geralmente quando o crédito é acessado, ainda permanece inexistindo no assentamento infraestrutura nos lotes e nas áreas produtivas, fazendo com que uma parte significativa dos recursos vá para essa finalidade e não em aplicações diretas que possam dar condições de pagamento (ou capacidade de pagamento no linguajar bancário). Ainda para os autores, esse “desvio” constitui um dos principais fatores da inadimplência, porque segundo eles, é difícil pagar, mesmo quando bem aplicado.

Entende-se que o PRONAF, ao legitimar a categoria de agricultor familiar, não elimina outras denominações, inclusive a de camponês, que nem é citado por Schneider (2004). Longe de discutir nesse trabalho o confronto camponês × agricultura familiar, pois não faz parte dos objetivos deste, gostaríamos de deixar nossa posição clara de que não concordamos com a nomenclatura de agricultor familiar em substituição ao de camponês. Assim, concorda-se com Marques (2008) quando se afirma que o conceito de “camponês” permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de “pequena produção” e “agricultura familiar”.

Já em relação aos recursos do PRONAF, verifica-se que nem sempre produzem os resultados esperados, e isso é consequência de uma série de fatores, desde a formulação do projeto até a aplicação do recurso. As mudanças ao longo do tempo no programa não eliminaram as anomalias que provocam resultados ruins. A falta de assistência técnica, por exemplo, é fator determinante para o insucesso na aplicação dos recursos e não foi resolvida com as mudanças ao longo do tempo. Ao contrário de trazer benefícios, em muitos casos, o PRONAF tem gerado alta inadimplência aos camponeses, que são punidos com o rigor da lei; porém o INCRA, ao falhar na assistência técnica, não sofre qualquer punição.

Quando o PRONAF falha, e parece acontecer em muitos casos, resta ao camponês buscar alternativas para compensar os maus resultados da aplicação do recurso, sendo que a busca por remuneração fora do lote termina sendo uma necessidade natural.

Em Esplanada, dois assentamentos receberam recursos do PRONAF, o São Francisco e o Reunidas Palme, os resultados foram desastrosos segundo os assentados. Foi comum ouvir dos assentados que os recursos foram liberados fora da época de

plantio e que não houve assistência técnica adequada. Já os outros assentamentos de Esplanada ainda não tiveram acesso ao PRONAF em virtude de atrasos no parcelamento das áreas. Estamos nos referindo a assentamentos que estão fazendo dez anos de criados e que não possuem ainda o parcelamento definido.

Em conclusão, o fluxo de créditos para reforma agrária sugerido pelo INCRA não tem funcionado adequadamente nos assentamentos de Esplanada, e, apesar da defesa de alguns pesquisadores sobre os bons resultados em alguns casos, o seu desempenho deve ser questionado.

Além do PRONAF, outros créditos são disponibilizados aos assentados, como o apoio inicial. Após a criação do assentamento, o INCRA inicia a fase de instalação das famílias no local. Os beneficiários recebem os primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos – para a segurança alimentar –, até que, através de um sorteio, cada família seja encaminhada para sua respectiva gleba (INCRA, 2015). Quanto ao apoio inicial, não percebemos problemas maiores nos assentamentos de Esplanada, apenas alguns assentados relataram pequenos problemas de cronograma de liberação dos recursos.

Em relação à assistência técnica, esta é garantida pela Lei (Lei 12.188/2010), que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), e define os princípios e os objetivos dos serviços prestados (INCRA, 2015).

A assistência técnica é prestada aos assentamentos atualmente através do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – (ATES), que foi criado em 2003 com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA (COONAP, 2015). Desde quando foi estabelecido esse formato de assistência técnica, ocorreram algumas modificações.

Silva e Araújo (2008) relatam que as mudanças recentes nas ATES não foram suficientes para consolidar um formato nacional com o mínimo de coerência prática. Relata também que, em alguns estados, o serviço está sendo prestado através de licitação; em outros, através de convênio com as Emater's ou entidades da sociedade civil. Essa indefinição tem impedido a continuidade do programa, essencial para o aperfeiçoamento de qualquer política pública, e além disso, a descontinuidade vem

provocando um desgaste na sua legitimidade perante os beneficiários, os profissionais e a própria sociedade (SILVA e ARAUJO, 2008).

Dalbiano (2010) relata que, mesmo o Estado deixando de ser o executor e passando a ser o provedor, houve avanços positivos com a implantação das ATES. Criou-se um ambiente favorável ao diálogo e à construção permanente de um processo reflexivo das ações nos assentamentos; os planos seriam norteadores das intervenções nos assentamentos, aproximando gradativamente a prática extensionista da realidade das famílias assentadas (DALBIANCO, 2010).

Diesel *et al* (2008) analisa a situação das ATES pelo viés das privatizações dos serviços públicos e argumenta que discutir a privatização é tarefa necessária, porque permite, de modo mais transparente, repensar as reformas que estão em andamento, distinguindo novos desafios e talvez novos rumos para as políticas públicas de Extensão Rural no Brasil.

A assistência técnica e a extensão rural consistem em uma orientação acerca de medidas a serem tomadas visando aproveitar ao máximo a vocação do solo de acordo suas características físicas e químicas, levando também em consideração as condições climáticas do local.

No caso dos assentamentos de Esplanada, essa assistência nunca existiu a contento. Foi comum ouvir dos assentados acerca de uma assistência técnica esporádica e sem orientações claras que levassem a um resultado satisfatório, isso quando existia, pois muitos declararam nunca terem recebido visitas técnicas enviadas pelo INCRA.

A assistência técnica e extensão rural nos assentamentos de Esplanada recentemente eram prestadas pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, que ficava responsável por contratar profissionais específicos para as atividades agropecuárias. Contudo, o Governo do estado resolveu surpreendentemente liquidar a EBDA e criar outra empresa em seu lugar. Como o processo de extinção ficou caracterizado como demissão em massa, o judiciário não aceitou a forma de condução da extinção da EBDA, e todo o processo foi parar na Justiça. Todos os contratos foram encerrados, e o que já era ruim, em termos de assistência técnica e extensão rural aos assentados, tornou-se pior. No momento não existe assistência técnica para os assentamentos.

Os serviços terceirizados ou privatizados pelo INCRA em relação à assistência técnica e extensão rural aos assentados de Esplanada devem ser considerados um fracasso, pois, mesmo quando existia, não produzia resultados satisfatórios.

As posições defendidas por Dalbianco (2010) e por Diesil *et al* (2008) enxergando avanços na privatização e terceirizações das ATES não se aplicam para o município de Esplanada. Não acreditamos nesse modelo para o desenvolvimento dos assentamentos no Brasil como um todo, pois as diferenças locais precisam ser levadas em consideração.



Figura 8. Cronograma de implantação das ações em projetos de assentamentos. INCRA. 2015.

Outro tema que merece ampla discussão em relação aos assentamentos é a infraestrutura (Figura 8). Quanto a isso, o INCRA desenvolveu um cronograma de ações. O INCRA, por meio da Ação 8.396 (implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento), apresenta um modelo de infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária. As prioridades são a construção e/ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico – através da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário –, além de construção de redes de eletrificação rural, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

A realização dessas ações tem grande impacto no estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno (INCRA, 2015).

Os assentamentos de Esplanada ainda são carentes de infraestrutura adequada. A recuperação de estradas é necessidade constante dos assentados, e essa atividade esporadicamente é realizada nos assentamentos, dificultando uma série de ações que envolvem desde o preparo das terras até o escoamento da colheita.

Em relação à disponibilidade de água, energia e moradia, o assentamento Reunidas Bela Vista ainda não foi contemplado pelo programa Luz Para Todos. Consta que uma linha de transmissão de energia deve passar em uma área de uma empresa de exploração de madeira, e esta não permite a conclusão do projeto.

O município é abundante em recursos hídricos e não existe a dificuldade de água nos assentamentos. Quanto à moradia, falta a construção de poucas unidades no assentamento Reunidas Boa Vista, mas, segundo os assentados, tudo indica que estas serão construídas em breve. Os demais assentamentos não apresentam problemas maiores com moradias. Já em relação aos serviços de topografia e demarcação das parcelas, descobrimos em visita ao INCRA que esses estão sendo concluídos. O assentamento mais novo vai fazer oito anos e ainda não apresenta o parcelamento, o Reunidas Boa Vista. O cronograma do INCRA prevê o parcelamento até o segundo ano de existência, o que caracteriza um verdadeiro descaso, já que o parcelamento é essencial para a liberação dos créditos e também para o bom planejamento das ATES. Ainda que a falta do parcelamento não fosse um motivo impeditivo para a liberação dos créditos em alguns assentamentos, a ausência destes configura falta de compromisso do INCRA em cumprir com suas obrigações.

Outra situação que bastante incomoda os assentados é a ausência do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA. As empresas responsáveis pela realização do PDA nos assentamentos de Esplanada são ligadas às ATES, que, por sua vez, eram ligadas à EBDA, a qual se encontra em fase de liquidação, como já comentamos anteriormente. Os trabalhos foram suspensos, e os PDAs não foram concluídos; em alguns assentamentos, nem sequer começaram.

O INCRA (2015) expõe em seu *site* um texto sobre o PDA, como é visto a seguir:

Para garantir a permanência das famílias na terra, as ações em prol do assentamento passarão a seguir um planejamento, feito juntamente com a comunidade: o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que consiste em um estudo realizado pelo INCRA – ou sob sua supervisão – e com a participação da comunidade para orientar o desenvolvimento do assentamento. O estudo faz um diagnóstico da realidade local e apresenta propostas viáveis para desenvolver todos os aspectos da vida do assentado e da comunidade. O INCRA, através de seus órgãos regionais se encarregará de fornecer às equipes técnicas que vão elaborar o PDA ou que serão cobertas com as atividades de ATES, todas as informações e estudos efetuados nas áreas, incluindo os levantamentos realizados por ocasião da elaboração dos laudos de vistoria e avaliação (INCRA, 2015).

O plano de exploração das parcelas ou das áreas de uso comunitário, concebido durante a elaboração do PDA pelas equipes de ATES, deverá orientar a elaboração dos projetos técnicos de financiamento de investimento e custeio da produção, pelo PRONAF ou outras fontes de créditos existentes ou que venham a ser instituídas (INCRA, 2015). Por sua vez, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2008) – recomenda que o relatório final do PDA deve ser entregue à Superintendência Regional do INCRA, com seus apensos (mapas, outras peças e anexos em geral), em três vias, impressas e em meio magnético, para arquivamento na SR e distribuição à associação de assentados e divulgação (MDA, 2008).

Entende-se que a falta de elaboração dos PDAs dos assentamentos de Esplanada compromete toda a estrutura programada para que os assentamentos possam se consolidar. Dessa forma o INCRA comete um erro grave ao não priorizar os PDAs.

O INCRA acerta na iniciativa da construção do plano no início do processo de criação do assentamento, mas erra na consolidação do plano. A ideia do plano é dar um direcionamento nas atividades a serem desenvolvidas para que o assentamento se consolide. É inconcebível que o INCRA não tenha um PDA de um assentamento que foi criado em 1996, como é o caso do assentamento São Francisco, em Esplanada. Dessa forma, fica muito difícil esperar uma produção agropecuária adequada com a vocação do assentamento que deveria constar no PDA.

Depois de disponibilizar a terra, o INCRA executa programas e ações integradas para fomentar a produção diversificada nos assentamentos como forma de garantir aos assentados uma renda a partir da exploração econômica do lote entregue às famílias, de forma que permaneçam na terra com qualidade de vida. Esse esforço, somado à disponibilidade de créditos e a programas de financiamento da agroindustrialização e

comercialização, como Terra Sol e o Terra Forte, dão condições para que o assentado torne seu lote em uma unidade produtiva de relevância local (INCRA, 2015).

Serra (2001) comenta que eram poucos os assentamentos que poderiam ser considerados autossuficientes e em condições de caminhar com as próprias pernas. Da mesma forma eram poucos os que poderiam ser considerados como iniciativas frustradas. Em sua maioria absoluta, os assentamentos lutavam com dificuldade, não eram autossuficientes e necessitavam do apoio oficial para se manterem e prosperarem.

Tomando por base os assentamentos de Esplanada, essa assertiva de Serra (2001) é válida para os dias atuais. Os assentamentos ainda são extremamente dependentes do Governo para suas ações, mesmo porque os assentados precisam tornar a terra produtiva para tirar o seu sustento.

Salles e Bergamasco (1995), ao analisarem um assentamento, chamam a atenção para essa situação, esclarecendo que, enquanto assalariados, sua reprodução dizia respeito tão somente às condições relativas à força de trabalho. Mas, enquanto agricultores assentados, reproduzir-se significava tornar a terra produtiva e garantir sua emancipação da tutela do Estado.

Atualmente nos assentamentos, antigos assalariados precisam produzir, mas existe a dependência do governo e do Estado. A gestão do Estado em relação aos assentamentos é bastante discutida entre alguns autores. Mitidiero Junior (2011), por exemplo, relata a influência do Estado na produção:

O Estado é quem dita os passos e as técnicas para o assentamento das famílias. É nesse processo que os problemas tomam corpo, como por exemplo: morosidade no processo de desapropriação; lentidão das demandas que se dão no âmbito judicial; demora na demarcação dos lotes e construção das casas; lentidão na materialização de outras infraestruturas necessárias; descompasso no sistema de créditos e fragilidade – quando existem – dos programas de assistência técnica e assistência à comercialização, o que dificulta efetivamente a construção do assentamento em uma área de produção agropecuária (MITIDIERO JUNIOR, 2011. p. 7).

Nessa mesma linha, Leite *et al* (2004) comentam que, mesmo sendo apropriado pelos trabalhadores e seus movimentos, o assentamento é concebido pelo Estado e está sujeito à sua gestão, seja de maneira mais direta e autoritária (como nos projetos de colonização do regime militar), ou mais indireta e negociada, como no período democrático.

Oliveira (2010) também cita vários problemas na implantação dos assentamentos, por exemplo: um quadro cada vez mais limitado de funcionários do INCRA, recursos insuficientes para o atendimento das demandas identificadas, problemas ambientais de toda ordem, organização social por vezes incipiente, dentre outros.

Mesmo de forma democrática, como afirma Leite *et al* (2004), o Estado compromete o desenvolvimento do assentamento. Os problemas relatados por Mitidiero Junior (2011) e Oliveira (2010) são quase todos observados nos assentamentos de Esplanada. E dentro desse papel do Estado, o INCRA é a figura mais representativa frente aos assentados, pois é o principal executor das políticas governamentais.

O INCRA (2015) afirma que a política de disponibilização de recursos, incentivos e capacitação, mantém o assentado na terra e forma empreendedores rurais em sintonia com boas práticas em sustentabilidade, segurança alimentar e responsabilidade social. Tomando como base os assentamentos de Esplanada, não há semelhança dos assentados com os empreendedores rurais. As noções de sustentabilidade, segurança alimentar e responsabilidade social são mínimas e normalmente adquiridas por outros meios distintos da capacitação oferecida pelo INCRA.

É importante que o INCRA cumpra adequadamente sua função de capacitação e gerenciamento previstos por lei. Para isso, além de cursos oferecidos, são fundamentais avaliações frequentes de cunho qualitativo e de modo constante ao longo do tempo como forma de monitorar o desenvolvimento dos assentamentos.

Em 2003, Sparovek já atentava para a necessidade de o INCRA usar indicadores qualitativos que fossem sensíveis aos aspectos de capital social e humano envolvidos, e que estes sejam úteis como ferramenta gerencial. Neste sentido, ele fez o seguinte relato acerca do que se espera como resultado após a aplicação das informações coletadas pelas pesquisas qualitativas:

Com indicadores claros, novas demandas podem ser identificadas e discutidas, sendo este o primeiro passo para as gestões de seu equacionamento. As bases para a emancipação dos projetos também ficariam melhor definidas, sendo essas vinculadas a um valor de referência mínimo de qualidade de vida, organização social e qualidade ambiental. Os passivos nessas áreas poderiam ser reduzidos significativamente (SPAROVECK, 2003. p. 181).

Não que o INCRA não tenha seus mecanismos para medição de resultados, mas são questionáveis. Em 2010, o Governo Federal, através do INCRA, desenvolveu uma pesquisa para avaliar a qualidade de vida dos assentados, tendo, inclusive, entre os seus objetivos levantar o que pensam as famílias assentadas da reforma agrária de todo o país.

Os resultados da pesquisa do INCRA (2010) revelam informações importantes acerca da realidade dos assentamentos, porém esses resultados, oriundos de amostragens, são representativos para todo o Brasil e em alguns casos para os estados do Ceará e Santa Catarina. Ao generalizar os resultados, assentamentos com peculiaridades locais podem apresentar características com diferenças significativas às apresentadas em relação ao universo pesquisado e apresentado pelo INCRA.

Nossas condições edafoclimáticas e culturais são bastante variadas, principalmente em função da vasta extensão territorial e do próprio processo histórico de construção da nossa sociedade, respectivamente. Generalizar esses resultados para todos os assentados do país pode ser um equívoco. Políticas governamentais, muitas vezes, são implementadas sem se levar em consideração as especificidades locais onde estão situados os diversos assentamentos, assim fortalece a possibilidade de alguns assentamentos obterem sucessos e outros não. O exemplo de construção de um programa de educação não contextualizada com o local onde está presente o assentamento é um caso típico.

Outra crítica em relação à pesquisa sobre a qualidade dos assentamentos feita pelo INCRA (2010) é que as perguntas qualitativas direcionadas aos assentados são relacionadas ao passado. É evidente, por exemplo, que a maioria dos assentados oriundos de acampamentos – muitos em situação de pobreza e insegurança alimentar – vão responder que melhoraram de vida depois que viraram assentados, e isso é confirmado nas respostas. Seria interessante que as perguntas também questionassem o presente, assim poderíamos perceber toda a insatisfação dos assentados, principalmente em relação às políticas governamentais desenvolvidas nos assentamentos pelos poderes públicos municipal, estadual e, principalmente, federal, através do INCRA. Faltou, a nosso ver, esse viés na pesquisa do instituto.

Depois de todo o processo de implantação, os assentados sonham com a emancipação. É um dos objetivos a ser alcançado. Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao INCRA. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, **os beneficiados não poderão vender, alugar, doar,**

arrendar ou emprestar sua terra a terceiros; os assentados pagam pela terra que receberam do INCRA e pelos créditos contratados (INCRA,2015).

Apesar de o INCRA (2015) deixar claro, em seu *site*, que as terras são compradas pelos assentados, a mídia, parte da comunidade científica, muitos políticos, grandes proprietários de terras, grileiros, latifundiários e outros passam a ideia de que as terras são dadas aos assentados.

Compra e venda de lotes em assentamentos também é tema de debates. Quadros (2014), ao entrevistar um dirigente nacional do MST – Jaime Amorim –, relata que os títulos são expedidos individualmente, o que facilita o assédio de grandes proprietários sobre famílias em dificuldades; comenta também que Amorim defende o modelo de concessão de uso real do título, com direito à herança e usufruto de geração para geração, sem permissão de venda nem de arrendamento. Amorim é taxativo: *“O MST é contra a possibilidade de venda e vai lutar de todas as formas possíveis”*. Amorim continua nessa mesma linha: *“A terra conquistada num assentamento é fruto de uma luta coletiva. Permitir a venda é tudo o que direita e os setores latifundiários querem para desmoralizar o processo de reforma agrária e inclusive o governo”*, diz o dirigente. Segundo ele, a brecha aberta pelo Palácio do Planalto facilitará o assédio dos fazendeiros sobre os assentados, aumentando os riscos de reconcentração da terra.

Nesse mesmo sentido, Pacheco (2014) relata que Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST e integrante da Via Campesina, criticou a iniciativa de titulação das áreas de assentamentos: *“É uma forma de retomar a concentração de terra. Defendemos que as famílias tenham um título real de concessão de uso da terra, com direito à herança, mas que a venda seja proibida”*.

Portanto, fica claro que a venda de lotes em assentamentos não é referendada por dois dos maiores movimentos de luta pela terra no Brasil - o MST e a Via Campesina.

Em relação à Titulação, a Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso à terra. Além da garantia da propriedade da terra para os trabalhadores rurais assentados, a titulação efetuada pelo INCRA contém dispositivos norteadores dos direitos e deveres dos participantes do processo de reforma agrária, especialmente do poder público (representado pelo INCRA) e dos beneficiários, caracterizado pelos assentados (INCRA, 2015).

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do Governo Federal (INCRA, 2015).

O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais (INCRA, 2015).

Em relação aos assentamentos de Esplanada, ainda não ocorreu a titulação definitiva para nenhum assentado, e provavelmente nem tão cedo não vai acontecer, tendo em vista que os assentamentos ainda estão na categoria de “assentamentos criados”. Em nossas visitas aos assentamentos, percebe-se, em relação à titulação, a frustração em alguns e a esperança em outros, mas a incerteza em relação ao futuro existe em todos. E na insegurança alguns assentados desistem do lote.

Oliveira (2005) comenta sobre essa ideia de fixação no assentamento:

A ideia do assentamento como um ponto final relativo me conduz a refletir que as experiências vivenciadas no assentamento possam servir de subsídios necessários para que as pessoas tornem a migrar novamente, ou seja, é preciso aceitar que as pessoas possam sair do assentamento, que ali pode não ser um ponto final para algumas famílias. Por outro lado, essa reflexão do ponto final relativo me conduz a questionar também a ideia de fixação ou de “plantar” as pessoas no assentamento, que os gestores de políticas públicas constroem sobre os assentamentos rurais. Pois, acredito que para garantir a permanência das pessoas no assentamento, é necessário que se crie uma série de condições (infraestruturas, créditos, assistência técnica, dentre outras) que permitam que as pessoas permaneçam na terra, além de se considerarem as particularidades de cada assentamento. Ou, caso contrário, ele se tornará um migrante outra vez (Oliveira, 2005, p. 16).

Diante dessa explanação de Oliveira (2005), não só as ações do INCRA devem ser questionadas, mas o modelo de implantação de assentamentos como um todo. Da forma que foi planejado, um dos princípios mais humanitários, que é a liberdade de ir e vir, torna-se quase um delito quando um assentado resolve ir embora. Ora, se a luta pela terra envolve não ser assalariado – e isso implica em não ter patrão – por que então viver sob o rigor das leis implantadas pelos gestores das políticas governamentais?

Acredita-se em leis que são aplicadas aos assentados para manter a ordem e auxiliar no caminho à liberdade e autonomia. Se essas leis não funcionam, então as leis punitivas também não devem ser aplicadas. A punição não pode valer apenas para um lado. A inadimplência dos assentados junto às instituições financeiras só deveria ocorrer quando de fato fosse verificado que o governo realmente cumpriu com suas obrigações junto aos assentados.

No caso de Esplanada, nos assentamentos onde ocorreu PRONAF, é comum encontrar assentados inadimplentes. No assentamento Reunidas Palame, o INCRA contratou uma empresa que comprou, com o dinheiro dos assentados, mudas de cocos de uma variedade que produz com irrigação para um assentamento que não possui irrigação; o resultado foi desastroso, e os assentados estão inadimplentes. O papel do INCRA foi decisivo negativamente para que o assentado chegasse a esse ponto, porém não existe punição ao INCRA. De fato, esse modelo precisa ser revisto.

O governo tenta rever algumas estratégias. Claro que a participação de todos os envolvidos merece avaliações. Nesse sentido, destaca-se a importância de representantes dos movimentos sociais que realmente defendam a preservação e o fortalecimento do campesinato, pois o outro lado, o da agricultura empresarial, é forte e bem articulado.

O governo implanta ou transforma algumas políticas ligadas aos assentamentos e camponeses em geral sob o discurso da modernização que vai auxiliar no desenvolvimento rural. Muitas diretrizes caminham no sentido de integrar o camponês ao capitalismo agrário. Neste sentido, Schneider (2004) comenta sobre uma nova conduta em relação aos agricultores, onde estes passam a orientar suas práticas produtivas não mais segundo o padrão agricultor-empresário profissional, mas crescentemente, para o modelo de um agricultor camponês, que é autônomo, domina tecnologias, toma decisões, controla e gestiona processos, enfim, decide sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista.

Muitos agricultores nunca se orientaram por esse padrão **agricultor-empresário profissional** e jamais apresentarão essas características expostas por Schneider (2004). A agricultura do camponês é em sua essência simples, é evidente que na ampliação do capitalismo algumas técnicas e mesmo algumas ideias são absorvidas pelo camponês, até em virtude do sonho de um melhor padrão de vida, mas o camponês resiste e inclusive adota novas técnicas, como a agroecologia, que vão de encontro ao que deseja Schneider (2004) e boa parte da comunidade científica, políticos e latifundiários.

Entende-se que a exploração da terra proporciona alguns caminhos, e não apenas o caminho de uma agricultura capitalista e inserida na globalização. Kunzler (2009) indaga em relação à função que se quer da terra: se um fator de acumulação e reprodução de capital, ou se um meio de redução de desigualdades sociais e equidade de perspectivas para todos que dela dependem, direta ou indiretamente. O mesmo autor ressalta que o primeiro modelo, dominante, pautado pela concentração e apropriação da renda da terra pelos agentes hegemônicos, precisa ser revisto pelo Estado, que é quem possui, de fato, os instrumentos capazes de interferir nesse processo; mas, se optar pelo segundo modelo, então a Agroecologia tem muito a contribuir.

A agroecologia, entre outras coisas, busca o desenvolvimento endógeno e local, a independência dos agricultores, e não a sua subordinação a “donos” do conhecimento e da tecnologia (BORBA e COSTA GOMES, 2004).

Não só a Agroecologia, mas também a produção orgânica, a produção em terras coletivas, os mutirões, a troca de dias e muitas outras práticas são formas de resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista. Neste sentido os assentamentos merecem destaque quando enfrentam as novas investidas do capital e adotam essas práticas, que dentre outras coisas fortalece a agricultura local.

Cabe ao INCRA se adequar a essas opções exploradas pelos assentados. Especificidades de políticas governamentais são essenciais. Políticas para agricultura camponesa têm que ser uma, e para agricultura empresarial têm que ser outras; integrar uma na outra, ou usar a mesma política para os dois modelos, é o mesmo que subalternar os camponeses aos capitalistas, como vem acontecendo.

Esse é um debate que não pode ser esquecido: agricultura local \times global. Acredita-se que o governo se perdeu ao adotar esse modelo de reforma agrária que prioriza o global; a própria ideia dos Territórios Rurais²⁴ tem dificultado o desenvolvimento local dos assentamentos e o papel do INCRA, ou seja, é o governo atuando contra ele mesmo.

Muitas políticas públicas que são criadas aparentemente com o intuito de desenvolver a agricultura camponesa não apresentam bons resultados. Os assentamentos de Esplanada são a prova disso. Mas, ainda assim, essas políticas são bem avaliadas

²⁴ Os Territórios Rurais (MDA, 2008) são caracterizados por uma visão integradora dos espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas, atingindo as dimensões Ambiental, Sociocultural, Econômica e Político Institucional.

pela sociedade, principalmente quando aparecem na mídia como ações que contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Muller (2007), em seu trabalho sobre políticas públicas para agricultura familiar, analisou os trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1998) e afirma que os autores dão a mesma importância para um determinado aspecto:

O Estado privilegia a agricultura familiar, para que esta produza alimentos baratos e fartos, condição necessária ao alcance de um determinado estágio do desenvolvimento capitalista. Da mesma forma, a reprodução e a persistência da agricultura familiar se devem à existência de políticas públicas que são favoráveis à melhoria das condições de reprodução da agricultura familiar no interior do capitalismo (MULLER, 2007, p. 55-56).

As políticas públicas que supostamente privilegiam e favorecem aos agricultores familiares precisam ser revistas. Elas parecem mais atuar como um componente para manter os camponeses subalternos ao desenvolvimento capitalista do que para gerar um desenvolvimento independente.

Nos assentamentos, por exemplo, quando o INCRA impõe as suas regras, a sonhada autonomia começa a virar pesadelo, mesmo porque, como foi discutido neste trabalho, usando os assentamentos de Esplanada como modelo, o INCRA dificulta o cumprimento das regras, principalmente quando não cumpre com as suas obrigações.

É altamente questionável o papel do Estado em ajudar os camponeses. Discorda-se de Muller (2007) quando observam-se privilégios oferecidos pelo Estado aos agricultores familiares. A nosso ver, são oferecidos mecanismos pelo Estado para que agricultores familiares permaneçam subalternos ao capitalismo.

Em seu discurso de posse no primeiro mandato, a Presidenta Dilma Rousseff comentou em erradicar a pobreza e dar oportunidade a todos. Sem dúvida, um dos caminhos para ela alcançar seu objetivo seria uma efetiva reforma agrária, ou no mínimo uma ampliação da política de assentamentos, mas o que se viu foi um dos piores resultados desde a democratização²⁵.

²⁵ De 2011 a 2014, 107.354 famílias sem-terra foram beneficiadas pelo Governo Federal, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nos governos Lula e FHC, o número de assentados jamais foi inferior a 200 mil.
Fonte: <http://www.brasilagro.com.br/conteudo/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html#>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Sob a desculpa de que seria necessário qualificar os assentamentos existentes, implantaram-se pouquíssimos assentamentos no Governo Dilma. Infelizmente essa qualificação não chegou aos assentamentos de Esplanada, e, a concluir pelo desempenho do INCRA, possivelmente não chegou a muitos outros; certamente demorará a chegar.

Enfim, os movimentos sociais impulsionam os “sem-terra” a lutarem pela terra. O assentamento torna-se uma conquista territorial não em sua plenitude, pois a dependência do Estado põe em questionamento o seu amplo domínio territorial.

Os assentamentos de Esplanada estão longe de ser um modelo perfeito dessa política de distribuição de terras adotado pelo Estado. São muitos os problemas, dilemas e desilusões. O INCRA tem um papel decisivo no chamado **“insucesso dos assentamentos”**, fica a sensação de um falso apoio. Considera-se por esse trabalho que o INCRA não tem sido capaz de cumprir com as suas obrigações, sendo várias as falhas nas etapas que se sucedem. Sem dúvida uma das suas maiores falhas é não cumprir a Lei ao não implantar uma reforma agrária pautada na desapropriação de latifúndios improdutivos ou aqueles que não cumprem a função social. O INCRA parece ter assumido sua posição: a não incomodar os políticos e os latifundiários, que, por muitas vezes, são a mesma pessoa.

Se por um lado existe a insatisfação com o INCRA, por outro se percebe a satisfação dos assentados em possuir uma vida mais digna depois de tornar-se assentado. Essa dignidade não se mede com produção agropecuária ou com ganhos econômicos, tão enfatizados pelos capitalistas, o que se corrobora com Paulino (2006):

Longe da contabilidade dos gabinetes e dos bancos acadêmicos, que muitas vezes destroem o significado da distribuição de terras, ao mostrar os baixos rendimentos monetários dos assentamentos, os assentados melhoraram de vida, porque se só a existência mais digna é pouco, é ela que impulsiona a transformação potencial que teima em ser adiada pelas mãos daqueles que a perpetuam, inclusive com ares de verdade científica, sendo essa a que mais dá munição à classe rentista, ávida por legitimar sua posição privilegiada e suas ações truculentas perante a sociedade (PAULINO, 2006, p. 72).

Diante do exposto, conclui-se que os assentamentos rurais de Esplanada ainda estão longe da consolidação e que esta, necessariamente, de acordo com o modelo imposto pelas políticas governamentais, só será alcançada quando o INCRA cumprir adequadamente a sua função. Enquanto isso não acontece, os assentados vão lutando na

terra em prol dessa consolidação e cumprindo o seu papel de deixar o campesinato vivo, mesmo integrado ao capitalismo agrário. Afinal de contas é nessa contradição que este sobrevive e se amplia.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DAS DIMENSÕES DOS IMPACTOS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE ESPLANADA

4.1. IMPACTOS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: abordagens conceituais

Todo o processo de criação de um assentamento rural gera impacto. Como consequência da implantação dos assentamentos, surgem os impactos causados pelos mesmos, tanto internamente na vida dos assentados e no local de implantação, quanto no entorno e no município em que este foi implementado.

As dimensões estudadas para esclarecer os impactos são medidas pelos indicadores, por isso a necessidade de fracionar os estudos sobre uma determinada dimensão, seja ela social, econômica, política ou de outra natureza qualquer. O fracionamento ajuda a explicar melhor a dimensão e consequentemente o impacto. Os indicadores servem de base para esclarecer a dimensão analisada, que por sua vez, esclarece o impacto produzido.

A dinâmica dos impactos causados precisa sempre ser monitorada ao longo do tempo, de modo que um estudo de impacto hoje, pode apresentar um resultado completamente diferente do que já foi encontrado no passado. A análise dos impactos territoriais dos assentamentos rurais é muito importante para nortear as ações voltadas para o desenvolvimento da reforma agrária brasileira, visto que os assentamentos representam uma de suas maiores expressões, ainda que não sejam prioritários na agenda do atual Governo. Nesse sentido, é importante definir quais indicadores vão sustentar a explicação do impacto gerado.

Leal (2003) comenta que para compreender os impactos dos assentamentos, é necessário clareza sobre a natureza das mudanças e também dos indicadores mais adequados para identificar as principais transformações. Comenta também que tornar estes elementos explícitos e ser claro no que se refere à lógica de organização é o primeiro passo no esboço de uma compreensão acerca do impacto socioterritorial.

Discutir impactos territoriais dos assentamentos rurais é uma forma de tentar esclarecer os resultados da reforma agrária. Com isso, faz-se necessário para uma melhor compreensão dos impactos, a exploração dos indicadores de forma organizada, dentro de cada dimensão. Para compreender a dimensão econômica, por exemplo, é necessário analisar os indicadores de financiamento, de recebimento de benefícios oferecidos pelo governo, de assalariamento fora do lote, da formação da renda e outras variáveis que apresentam influência na dimensão estudada, inclusive fatores

qualitativos, que muitas vezes só ficam claros em entrevistas abertas, direcionadas aos assentados ou no convívio com a comunidade. Desta forma, compreende-se melhor o impacto causado.

A ideia de impacto dos assentamentos foi usada pela primeira vez pelos pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, reconhecidamente, Medeiros e Leite. Através do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – NERA, está sendo desenvolvido o RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos, cujas pesquisas de Ramalho, Leite, Fernandes e Silva são referência (MAZINI, 2007, p.85).

A partir da década de 1990, alguns autores começam a aprofundar os estudos sobre os impactos territoriais. Merece destaque o trabalho desenvolvido por Leite et al (2004) e Leite et al (2007). Analisando os efeitos econômicos locais e regionais derivados das implantações de assentamentos em seis regiões brasileiras, Leite et al (2007) revela um panorama bastante diversificado, em função dos contextos específicos em que se geraram os assentamentos, das trajetórias diferenciadas dos próprios assentados, da diversidade regional, das políticas públicas em geral, principalmente, daquelas voltadas para o assentamento, e das suas discontinuidades.

Dessa forma, considera-se um equívoco generalizar os resultados obtidos nos estudos de alguns assentamentos, para um conjunto maior de assentamentos. Os impactos estão muito relacionados à origem do assentamento, considerando toda uma diversidade de situações que envolvem desde a cultura que cada família assentada traz do passado, até as condições edafoclimáticas locais onde é implantado o assentamento.

Não podemos deixar de mencionar também o papel do Estado na contribuição (ou não) para o desenvolvimento dos assentamentos. Assim, a diversidade de resultados é frequentemente constatada, gerando impactos diferentes ou até não gerando impactos. A descontinuidade das políticas públicas, assim como a sua aplicação inadequada são fatores importantes na intensidade do impacto a ser causado.

Leite et al (2004) comentam que alguns impactos só se potencializam ao longo do tempo e dependem de contextos diferenciados, impedindo que se busque qualquer linearidade. Dessa maneira, os resultados dos impactos também guardam certa relação com o tempo. Para Heredia et al (2002) o termo impacto é entendido como sendo o resultado de mudanças de curto, médio e longo prazo, sendo compreendidos tanto na vida dos assentados e do assentamento, como também para fora deles. Os resultados de sua pesquisa obteve a seguinte conclusão em relação aos impactos dos assentamentos:

a) a criação dos assentamentos ocorreu mediante o processo de luta pela terra, na organização dos movimentos sociais e nas formas de luta (ocupações coletivas e públicas de terras), resultando em "*áreas reformadas*"; b) a criação dos assentamentos implicou em alguma redistribuição fundiária, mas não alterou o quadro da concentração fundiária; c) em algumas áreas estudadas verificaram um redesenho da zona rural, modificando a paisagem, o padrão de distribuição da população, o traçado das estradas, levando à formação de novos aglomerados populacionais, mudando o padrão produtivo, às vezes levando à autonomização de distritos e mesmo criação de novos municípios; d) a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população de baixa escolaridade e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/ agrícola, a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. A presença dos assentamentos acaba atuando também como fator gerador de postos de trabalho não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc.); e) em relação à atividade produtiva, uma das principais mudanças trazidas pelos assentamentos refere-se à oferta no mercado local de uma maior diversidade de produtos, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva. Em alguns casos os assentamentos introduziram inovações no beneficiamento de produtos agrícolas e nas formas de comercialização; f) acesso a crédito para produção que traz impactos no comércio local e regional; g) precariedade da situação em termos de serviços de saúde, escola, infraestrutura, acesso à assistência técnica, etc., indicando, por um lado, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária e, por outro, fortes continuidades em relação à precariedade material que marca o meio rural brasileiro. (HEREDIA et al, 2002).

O trabalho de Heredia et al (2002) pontua uma série de indicadores que apontam para a viabilidade dos assentamentos, por outro lado, demonstra situações envolvendo educação, saúde, assistência técnica, infraestrutura entre outros, que ainda se apresentavam de forma precária para os assentados, indicando que o Estado não executa o seu papel de forma eficaz.

São vários os trabalhos direcionados à análise dos impactos, que também corroboram com Heredia et al (2002) e Leite et al (2007). Em sua pesquisa realizada em assentamentos no município de Espírito Santo-RN, Lima (2010) comenta que:

O processo de (re)territorialização da população através da criação de assentamentos também reflete profundamente sobre o território e se manifesta concretamente sobre a paisagem, na medida em que: a) cria uma nova dinâmica na relação campo-cidade (através do aumento da circulação de mercadorias e de pessoas e do aumento da demanda dos bens e serviços); b) povoa uma área antes ocupada por cana ou pasto; c) gera a ampliação em direção ao campo de infraestruturas básicas (avanço da rede de energia elétrica, construção de equipamentos comunitários, entre outros; d) modifica as relações de trabalho pré-existentes; e) promove mudanças nas formas de habitação no campo tanto no caso da construção de agrovilas como de

moradias nos lotes; f) via de regra, é acompanhada pela melhoria das condições de vida e trabalho da população (LIMA, 2010).

O que Lima (2010) observa é uma série de impactos provocados em um município após a criação de assentamentos, modificando a paisagem e melhorando as condições de vida dos assentados.

Em pesquisas sobre a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, Fernandes (2000) interpreta os impactos territoriais como sendo socioterritoriais. Nessa linha, Leal (2003) e Ramalho (2002), desenvolveram suas pesquisas em relação aos impactos. Neste sentido, esses autores usaram como base os Relatórios de Impacto Socioterritorial (RIST) (Silva et al, 2006) para o desenvolvimento seus trabalhos de pesquisa. Leal (2003), em virtude de sua pesquisa no interior de São Paulo, interpreta da seguinte forma os impactos no âmbito dos assentamentos e dos municípios:

A formação de assentamentos gera impacto por meio da organização das famílias no interior dos projetos. Os impactos socioterritoriais são concebidos desde a formação dos acampamentos e dos primeiros trabalhos de base. Após a implantação dos assentamentos, inicia-se uma nova fase de reivindicação por infraestruturas (energia elétrica, posto de saúde, rede de água) destinadas para consolidação e desenvolvimento das famílias. Os assentamentos rurais geram impactos como, por exemplo, a produção agropecuária, a comercialização da produção, o acesso à educação, mas, por outro lado, há uma ênfase no que diz respeito aos recursos disponíveis nos municípios, como vagas em leitos de hospitais, transporte escolar, em que a oferta de recursos não supriu as demandas porque aumentou a população (LEAL, 2003, p.182).

Leal (2003) vai além dos impactos provocados pela implantação dos assentamentos e sinaliza para as demandas geradas aos municípios em virtude da instalação desses assentamentos.

Ramalho (2002) compreende os impactos socioterritoriais como um processo que pode ser de curto ou de longo prazo, e que esses podem ser compreendidos a partir de dois momentos:

O **primeiro** momento refere-se às transformações que as famílias sofrem durante o processo de luta (nos acampamentos) e, posteriormente, a partir da implantação/consolidação dos assentamentos rurais. Mesmo considerando todas as dificuldades e problemas existentes, a vida desses sujeitos foi alterada e, pelo que percebemos com a pesquisa, essa alteração foi para melhor quando comparada à situação vivida anteriormente à conquista da

terra. O **segundo** momento refere-se às transformações estabelecidas na relação assentamento-município. A existência dos assentamentos, enquanto um conflito social significativo cria uma demanda de políticas públicas, o que provoca relações e conflitos entre os governos municipal, estadual e federal. A instalação dos assentamentos também causa mudanças na dinâmica econômica (financeira e comercial) do município. Esses dois momentos quando analisados conjuntamente nos permitem compreender que os projetos de assentamentos rurais são viáveis socialmente, economicamente, mas precisam ser pensados a partir de uma política agrícola bem definida que possibilite a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas (RAMALHO, 2002. p 13). (Grifo do autor).

Portanto, são vários os impactos criados e as novas demandas. Nem sempre os municípios estão preparados para esta nova realidade. Surge então uma nova linha de busca por recursos e serviços em outras instâncias como governo estadual e federal, a fim de contemplar os novos habitantes do município. Quando atendidos com esses recursos e serviços, uma nova dinâmica surge, essa dinâmica nada mais é do que novos impactos que surgem com a implantação dos assentamentos. Os impactos atingem não só os assentados como o município também.

Em relação às alterações nas vidas dos assentados, essas acontecem quase sempre de forma positiva. Não só Ramalho (2002), mas Leal (2003), Heredia et al (2002), Leite et al (2007), Lima (2010), Martins (2000), Moraes (2013) entre outros, são unânimes quanto às mudanças consideradas positivas na vida dos camponeses após o assentamento. Essas mudanças ocorrem em variados aspectos.

Souza (2007), por exemplo, relata que as mudanças que acontecem dentro dos assentamentos são consideradas de extrema importância para a vida social e econômica das famílias, no que diz respeito ao acesso à moradia, à educação formal e ao atendimento médico-hospitalar. Para Roche (2000), mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações, são quem define os impactos. Segundo Martins (2000), os fatos demonstram que, a disseminação da agricultura familiar, com base nos assentamentos da reforma agrária, para muitas famílias, multiplica a renda, melhora a qualidade de vida e suprime fatores de anomia e desagregação familiar. Moraes (2013) ao investigar os impactos socioterritoriais na dimensão social, a partir das modificações na qualidade de vida das famílias assentadas, identificou avanços em relação ao nível de percepção e satisfação dos assentados com relação ao nível de conforto conquistado. Ramalho (2002) relata em sua pesquisa sobre impactos socioterritoriais em assentamentos, que mesmo considerando todas as dificuldades e problemas existentes, a vida dos atuais assentados,

antes acampados, foi alterada e, essa alteração foi para melhor quando comparada à situação vivida anteriormente à conquista da terra.

Constata-se que são muitas as dimensões nas quais os impactos causam mudanças positivas nas vidas dos novos assentados. Por outro lado, também é observada uma série de problemas dentro dos assentamentos, os quais não permitem que os impactos provocados possam ser ainda melhores sobre a vida dos assentados e do município.

Bergamasco (1997) identificou a persistência de graves problemas sociais ainda sem equacionamento, essa constatação reafirma que a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial).

Esses problemas que persistem nos assentamentos são incentivadores de pesquisas de impactos territoriais em assentamentos, visto que se não ocorressem esses problemas, o modelo dessa política de implantação de assentamentos seria considerado um sucesso absoluto e o seu monitoramento não seria tão necessário quanto é hoje frente aos problemas recorrentes. Como foi demonstrado em capítulos anteriores, muitos assentamentos estão longe da consolidação, inclusive os do município de Esplanada-BA.

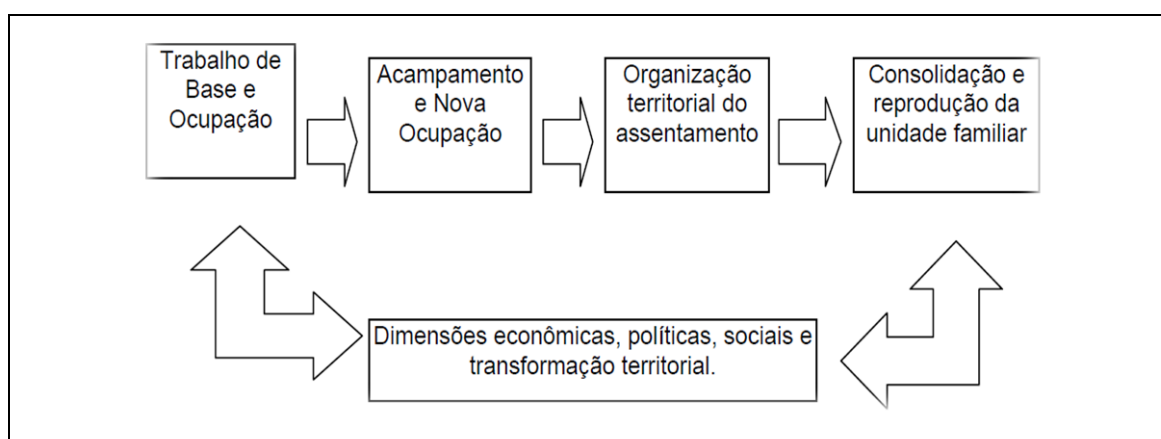


Figura 9 – Fases da luta pela terra e dos impactos socioterritoriais

Fonte: Fernandes e Leal, 2002.

Mesmo longe da consolidação, muitos assentamentos causam impactos e esses acontecem desde a luta pela terra. Concordamos com Fernandes e Leal (2002) quando mostram que os impactos estão diretamente relacionados à luta pela terra, desde o trabalho de base e ocupação, até a transformação do território, formando um ciclo (Figura 9).

Os movimentos sociais têm grande influência sobre alguns impactos, principalmente devido às suas ações diretamente ligadas aos camponeses. Para Leal (2002), os impactos socioterritoriais compreendem alguns elementos geográficos, como a espacialização e a territorialização, que estão relacionados com os movimentos sociais territorializados. Ainda o mesmo autor esclarece que esses movimentos elaboram estruturas, desenvolvem projetos, processos de organização e se encontram articulados com outros segmentos da sociedade civil, como partidos políticos, igrejas e instituições não governamentais, etc.

Diante do exposto, entendemos os impactos territoriais como mudanças significativas que ocorrem na vida dos camponeses desde a fase inicial da luta pela terra, com reuniões e acampamentos, passando pelo processo de conflitos na busca pela territorialização, até a fase que se estende após a criação do assentamento. Nesse processo, também sofrem impactos os espaços fora do assentamento, mas ligados a este, como no caso, o município onde o assentamento foi implantado.

No intuito de analisar esses impactos, será discutida uma série de indicadores que permite averiguar mais detalhadamente as mudanças causadas pela implantação dos assentamentos rurais, tanto dentro do assentamento, quanto no município.

Para análise das características socioeconômicas das famílias assentadas que compõe os indicadores, foram feitas entrevistas estruturadas padronizadas, em que as perguntas foram apresentadas aos responsáveis pelos lotes, exatamente com as mesmas palavras e na mesma ordem. As perguntas foram feitas por três entrevistadores.

Para avaliar os impactos, 67 perguntas quantitativas (Apêndice A) foram feitas no intuito de obter indicadores que darão suporte às dimensões a serem analisadas. Os indicadores explorados foram: características populacionais dos assentados, educação, trabalho, renda, produção agropecuária, infraestrutura, saúde, políticas públicas, alimentação e organização sociopolítica.

Os sujeitos da amostra foram escolhidos através de uma amostra aleatória simples, com 50% da população dos responsáveis por cada lote no momento da pesquisa. No assentamento São Francisco, foram entrevistados 43 assentados, no

Reunidas Palame, 33, no Patizinho, 23, no Boa Vista de Esplanada, 14 e no Fazenda Reunidas Boa Vista e outras, 24; totalizando uma amostra geral de 137 entrevistas. Todos os valores percentuais apresentados são em relação a um **universo de 137 entrevistados**.

Como forma de preservar a identidade dos assentados, estes receberam uma numeração de identificação em cada assentamento, de acordo com a ordem de entrevista.

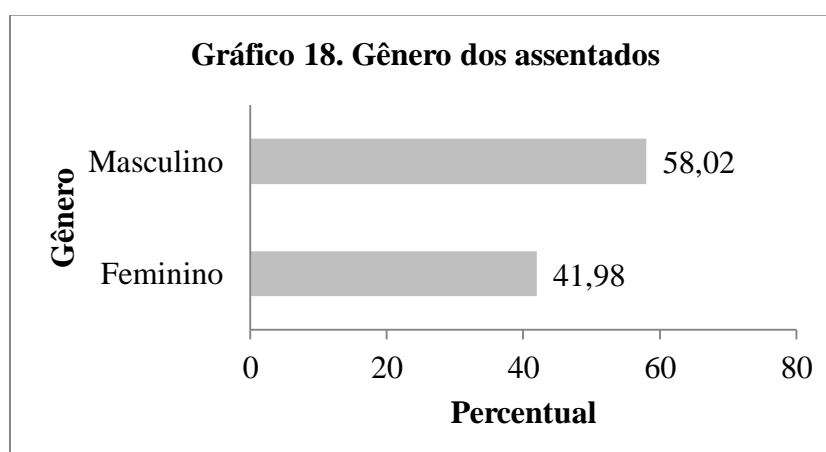
Para a análise qualitativa, foi feito um questionário com doze 12 perguntas abertas (Apêndice B) e que foram aplicadas em 10 assentados responsáveis pelo lote e escolhidos aleatoriamente dentro de cada assentamento, totalizando 50 entrevistados.

Para a análise dos impactos no município, 20 habitantes também foram entrevistados. Para esta situação, sete perguntas de cunho qualitativo foram feitas a cada munícipe (Apêndice C).

4.2 CARACTERÍSTICAS POPULACIONAIS DOS ASSENTADOS

Inicialmente serão analisadas as características gerais populacionais dos assentados. Gênero, idade, cor e etnia e local onde nasceu, de modo que estes são os indicadores explorados neste subcapítulo.

Pelo Gráfico 18, observa-se que a maior parte da população dos entrevistados é do sexo masculino (58,02%). O gênero feminino abrange 41,98% do total.



Detecta-se pelo trabalho de campo que muitas mulheres deixam os assentamentos em busca de trabalho na zona urbana. Fica muito claro que as atividades

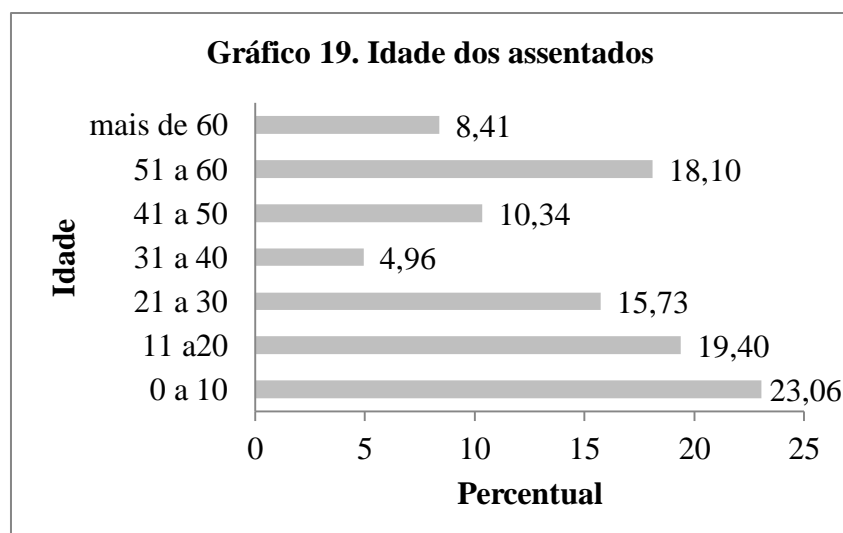
ligadas ao público feminino dentro dos assentamentos ainda são poucas. Em algumas entrevistas, podemos perceber que algumas mulheres sentem o desejo de sair do assentamento por falta de opções de atividades mais ligadas ao sexo feminino, como por exemplo, o artesanato. Foi comum ouvir de parentes que algumas mulheres foram para a cidade trabalhar como domésticas.

Para Heredia (2006) diversas medidas importantes foram tomadas pelos gestores das políticas públicas, no sentido de melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais, sendo que essas políticas foram respostas à luta dos movimentos sociais. Assim, os movimentos de mulheres rurais continuam tendo um papel fundamental, sem eles as políticas públicas direcionadas às mulheres continuariam inexistentes ou nunca sairiam do papel. Ao ponto que, nos últimos anos, observa-se um número cada vez maior de ações dentro dos movimentos sociais ligados à população feminina rural. Ações ainda consideradas tímidas diante da real necessidade, mas já um indicativo de uma possível mudança. Inclusive, é notório nos assentamentos mulheres como titulares dos lotes, e também tendo acesso a uma série de políticas públicas como bolsa família e PRONAF.

Os assentamentos podem tornar-se um local mais atraente para o público feminino, proporcionando uma não emigração para a zona urbana, onde muitas vezes apenas conseguem trabalhos e empregos desvalorizados. Essas situações normalmente não as impulsionam para um progresso humano maior, visto que muitos desses empregos não oferecem carteira assinada ou qualquer outro direito trabalhista previsto por lei.

Existe também um problema cultural relativo ao fato de a mulher não poder ter uma participação maior nas atividades do assentamento. Franco Garcia e Thomaz Júnior (2002) já demonstravam que a relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, diminuindo a participação feminina. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas, se isso ocorre, deve-se às barreiras à participação, erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustenta (FRANCO GARCIA e THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Entende-se que a luta, depois de assentada, deve continuar por acesso às políticas públicas e também pela criação de novas políticas com um direcionamento às mulheres rurais, acredita-se que só assim as mulheres poderão alcançar mais autonomia e igualdade.



Pelo Gráfico 19, observa-se que a maior parte da população dos assentados é de crianças até 10 anos (23,06%), o menor percentual encontra-se na faixa de idade de 31 a 40 anos (4,96%). Nota-se também que 58% da população apresenta idade até 30 anos e que 18,10% encontram-se na faixa de 51 a 60 anos. Verifica-se ainda que, de um modo geral, o número de assentados nas faixas de idades entre 0 e 10 (23,06%) e 11 a 20 anos (19,40%) são as mais frequentes nos assentamentos em Esplanada.

Conceição (2007), pesquisando jovens camponeses, observa que os jovens continuam a migrar para atender às necessidades do capital que o autoaliena. Observa ainda que os mesmos migram para a cidade de médio e grande porte, e, na sua maioria, ficam confinados nos barracos das empresas ou nas favelas, sujeitando-se às piores condições de vida.

Em nossas entrevistas e conversas informais nos assentamentos, observam-se claramente as condições relatadas por Conceição (2007). Os jovens apresentam o forte desejo de sair dos assentamentos, muitos deles afirmam uma vida monótona e sem futuro no assentamento. Preferem os mais variados empregos em cidades.



Figura 10. Crianças do assentamento São Francisco. 2015

Verificou-se pelo trabalho de campo que muitos jovens não pretendem continuar nos assentamentos e analisando os dados (gráfico 19), constata-se que existe uma queda no número de assentados na classe de 21 a 30 anos e essa queda se acentua após os 30 anos, inclusive atingindo o baixo valor de 4,96% para a faixa de 31 a 40 anos. Possivelmente esse resultado ocorre em virtude de muitos assentados nessa faixa de idade migrarem para centros urbanos em busca de emprego.

Confirma-se também em nossa pesquisa um número elevado de crianças. Esse é um fato corriqueiro na zona rural, até porque, significa mais mão de obra disponível para trabalhar na propriedade.

Outro problema detectado é a insegurança dos filhos quanto à incerteza sobre a consolidação do assentamento e consequentemente, a herança. Miranda (2003) observa a estratégia da compra de lotes pelos pais para resolver o problema da herança no assentamento de Promissão-SP, fato que constitui infração à legislação da reforma agrária, colocando os assentados na condição de “irregulares”.

Percebe-se também pela amostra realizada, o desejo de alguns assentados comprarem lotes para os filhos. Mesmo sabendo da ilegalidade, os assentados pretendem comprar lotes, pois segundo alguns assentados, é uma forma de manter os filhos no assentamento.

O problema relatado por Miranda (2003) e por Conceição (2007) tem correspondência com os assentados de Esplanada. Ainda que ocorram atualmente no Brasil eventos para discutir a juventude do/no campo, percebe-se que nos assentamentos de Esplanada não existem políticas públicas que incentivem a permanência dos jovens nos assentamentos.

No intuito de obter informações sobre a permanência dos filhos no assentamento, foi feita a seguinte pergunta aos assentados: *Seus filhos pretendem no futuro trabalhar na cidade ou no assentamento?*

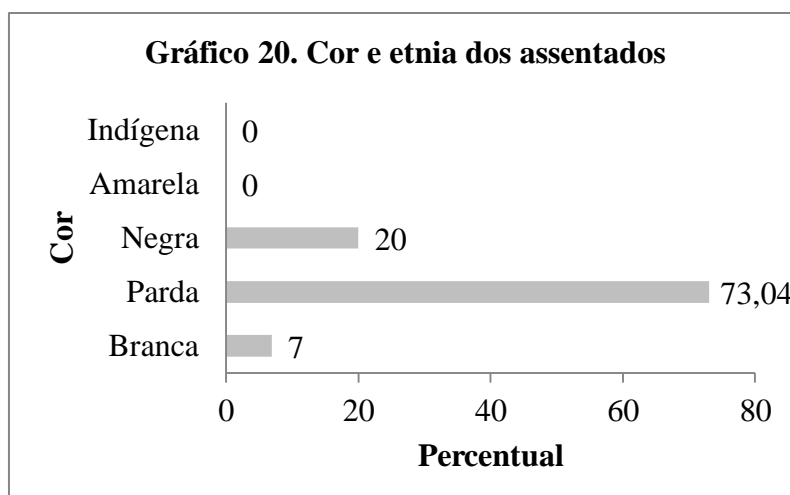
Tenho uma filha aqui. Eles prefere na cidade. Porque os jovens de hoje não querem saber de roça mais não. Ela vive aqui porque é de menor ainda e depende de mim, mas eu creio que quando ela não depender ela não vai querer saber daqui mais não. (Assentado nº 15, Assentamento São Francisco, 2015.)

Rapaz... A minha vontade é que eles viessem trabalhar aqui comigo, mas eles é empregado lá. Às vezes ele não tem vontade de vim aqui não. Vem a passeio assim e (...) Não é porque esses pessoal na cidade tem um tipozinho de lazer essas coisas. E aqui eles não têm. Eles chegam aqui olha prum lado pra outro não tem nada. Ele passa aquele momento aqui com eu, um diazinho, dois, três, depois se manda. (Assentado nº 9, Assentamento Reunidas Palame, 2014)

Hoje é o seguinte. Antigamente quando eles estavam comigo aqui, eles tinha um futuro de trabalhar comigo né, na época. Mas eles, hoje, uma parte da tá na cidade. Então hoje eles tão uma parte já lá na cidade. Já foram pra cidade porque não tinha condição pra dar a eles aqui dentro. Não tinha recursos pra eles. Eles foram pegando família também. Não tinha local pra eles fazer suas casas. Não tinha condição pra dar a eles aqui dentro do assentamento. Então uma boa parte já tá na cidade. Aqui só tem apenas duas pessoas. (Assentado nº 23, Assentamento Reunidas Palame, 2014).

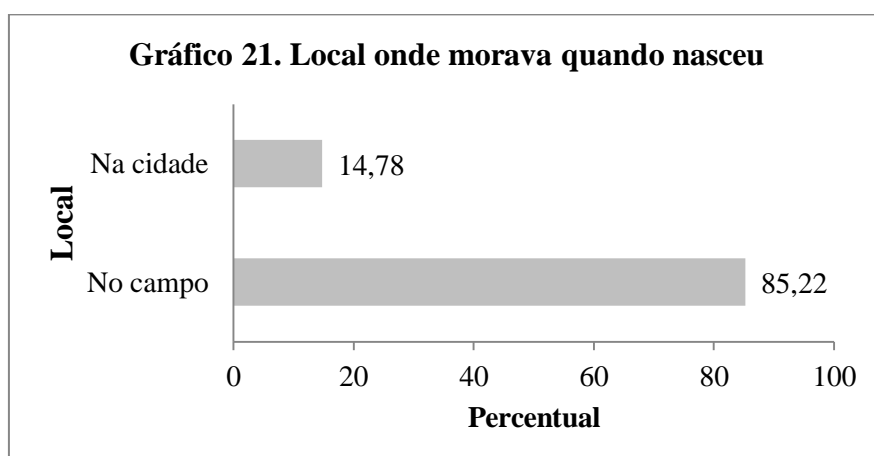
A maioria dos assentados entrevistados relata que os filhos não pretendem morar no assentamento. Muitas são as causas citadas, como: falta de lazer, falta de recursos, falta de infraestrutura, a não possibilidade de construir casas para os filhos, emprego na cidade, entre outros.

Os relatos só confirmam uma necessidade da criação e/ou implantação de políticas públicas mais eficazes nos assentamentos, no intuito de criar condições para a permanência dos filhos de assentados no assentamento, assim fica garantida a existência do camponês, mesmo com o avanço do capitalismo. Não observamos nos assentamentos de Esplanada a aplicação de nenhuma política pública dessa natureza.



Pelo Gráfico 20, observa-se que a maioria se declarou de cor parda (73,04%). Apenas 20% da população se declararam de cor negra e só 7% de cor branca.

No estado da Bahia, a maior parte da população é negra, segundo o IBGE (2011). Considerando que muitos assentados apresentaram dúvidas quanto a sua cor e que muitos são ou apresentam ascendência de fora do estado, principalmente Sergipe e Alagoas, estados que possuem menor número de negros que a Bahia. O valor de 73,04% para a população de cor parda parece ser um número bem representativo da realidade. Fato que também observamos em nossas visitas.



A maioria dos assentados entrevistados (85,22%) tem sua origem no campo e apenas 14,82% na cidade (Gráfico 21).

Leite et al (2004) observaram uma diversidade muito grande de assentados brasileiros do ponto de vista de inserção no processo produtivo; a maioria deles sempre

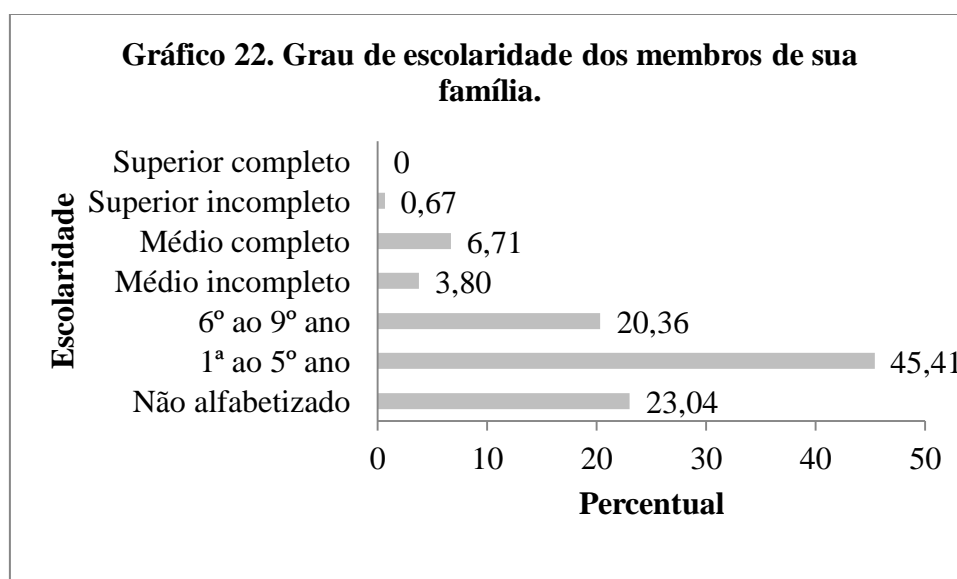
ligada ao meio rural, como por exemplo: posseiros, filhos de produtores familiares, parceiros em busca de terra própria, pequenos produtores atingidos por obras públicas, seringueiros e assalariados rurais.

O percentual de 85,22% de assentados que apresentam sua origem ligada ao campo (Gráfico 21), mostra claramente a questão do enraizamento. Esse dado fortalece a necessidade da implantação de assentamentos rurais, mostrando que a maioria da população que nasce no campo, pretende continuar vivendo no campo. Ouvimos de alguns assentados, nas conversas informais, que foram para a cidade por falta de condições de continuar vivendo no campo e que o assentamento possibilitou realizar esse desejo de voltar a morar e trabalhar no campo.

Em relação aos que não têm sua origem no campo, esses normalmente enxergam nos assentamentos uma possibilidade de melhorarem de vida, principalmente aqueles que vivem nas periferias das cidades e não têm oportunidade de viverem de forma digna.

4.3 ESCOLARIDADE

A maioria da população assentada apresenta baixo grau de escolaridade (Gráfico 20). 45,41% dos assentados apresentam apenas escolaridade entre o 1º e o 5º ano. Chama à atenção também o elevado número de não alfabetizados, com um percentual de 23,04%. Nenhum associado apresentou curso superior.



Observa-se de um modo geral que é necessário melhorar o grau de escolaridade para os assentados de Esplanada. Os não alfabetizados adultos são normalmente idosos e não foi observado em nossas entrevistas o interesse dos assentados pelos cursos de alfabetização para adultos. Entende-se que faltam estímulos aos adultos não alfabetizados para frequentarem essa modalidade de ensino.

Em todos os assentamentos existem escolas para o ensino fundamental 1. Os demais cursos são oferecidos na cidade ou em distritos maiores que estão próximos. Nesses casos, ocorre o oferecimento de transporte escolar, que apesar da irregularidade e das péssimas condições das estradas, parecem atender à demanda de forma razoável.

Nem todos os assentados têm conhecimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

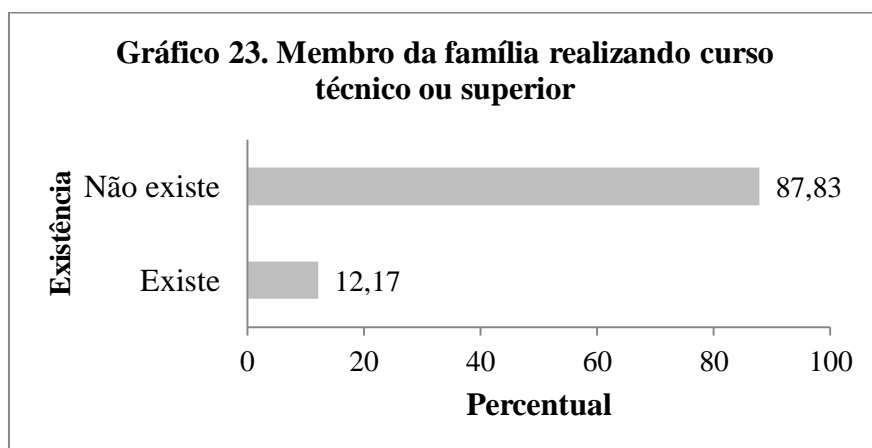


Figura 11. Escola construída pela Prefeitura de Esplanada no assentamento Nova Esplanada. 2015

As pesquisas realizadas por Moraes (2013) e Leite et al (2007) avaliando os impactos dos assentamentos revelou serviços insipientes e precários em relação à

educação. Corroboramos com esses autores, pois se observa nos assentamentos muito descaso com a educação, como por exemplo, ausência de aula, falta de merenda escolar e falta de material escolar.

De um modo geral, consideramos a necessidade de melhoria no oferecimento de educação aos assentados, pois não percebemos em nossas conversas, um programa de ensino contextualizado, levando em consideração a educação do campo.



Observa-se através do Gráfico 23 que existe um número elevado de assentados que não realiza um curso superior ou técnico (87,83%). Os 12,17% que realizam, referem-se a cursos técnicos, já que nenhum assentado mencionou algum membro da família fazendo curso superior (Gráfico 22).

Não se comenta entre os assentados a possibilidade da existência de curso técnico ou superior direcionado para os mesmos, parece que nos assentamentos de Esplanada essa possibilidade não existe. Inclusive, quando comentei sobre assentados sendo graduados ou formados em técnicos em outros locais no Brasil, eles mostraram desconhecer o assunto.

Em relação a cursos técnicos, muitos relataram a vontade de fazer um curso técnico em agropecuária. Alguns estão cursando na sede do município, mas existe assentamentos como o Reunidas Palame, que ficam a mais de 70 km de distância da sede, fato que inviabiliza a escolha dessa opção para os alunos.

Acreditamos que o município, junto aos governos federal e estadual, possam implementar um curso técnico em agropecuária aos estudantes que moram mais distantes, em que fossem oferecidas condições ou de transporte ou de permanência na cidade para que pudessem concluir esse curso tão importante para o desenvolvimento

dos assentamentos. Por fim, cabe destacar que em relação à educação dos assentados, muito ainda tem que ser feito para se chegar a um nível melhor, porém fica o registro de que os assentados demonstram certa satisfação com a educação oferecida a eles, principalmente em relação aos filhos. Percebe-se isso quando alguns assentados relatam espontaneamente as dificuldades anteriores ao assentamento.

4.4 BENS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA

As condições de infraestrutura dos assentamentos são fundamentais para a consolidação dos mesmos. Nos assentamentos de Esplanada, essas condições são consideradas insuficientes para um melhor desempenho dos assentamentos, principalmente em relação à produtividade agrícola, assim como na diversificação da produção, pois algumas culturas necessitam de condições específicas para serem implantadas.

Alguns autores desenvolvendo pesquisas em assentamentos, também relatam uma série de problemas relacionados à infraestrutura. Moraes (2013), ao analisar os impactos dos assentamentos em Passira-PE, revela que os investimentos em termos de infraestrutura e serviços ainda são incipientes, tais como: moradia, acesso a serviços de saúde, educação, hidrossanitários, transporte, água, energia elétrica etc., não permitindo afirmar que houve melhoramento significativo nos PA's abordados, de maneira que suas famílias tenham conquistado meios efetivos para uma vida digna.

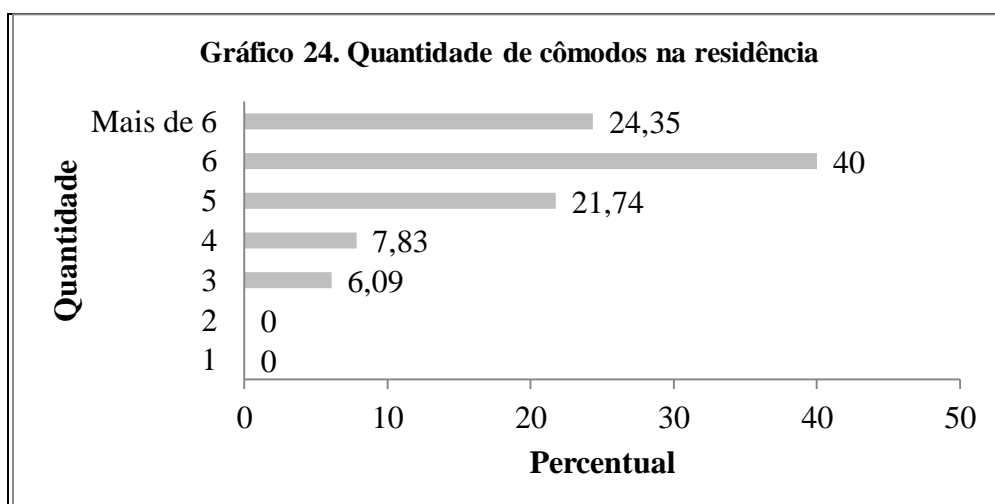
Guanziroli (1994) e Lamera (2008) chamam atenção em relação aos abandonos dos lotes e trabalhos fora do lote, em virtude da deficiência de infraestrutura no assentamento, caso esta fosse presente, poderia evitar desistências e gerar o desenvolvimento de agricultores sustentáveis do ponto de vista social e econômico. Nessa mesma linha de raciocínio, Sparovek (2002), ao analisar o Censo de Reforma Agrária 2002, encontrou, por exemplo, o maior índice de desistência no assentamento Martins, localizado no Município de Água Boa-MT, com capacidade de assentamento de 55 famílias e com 84% de desistências (ou 46 beneficiários). O mesmo autor salientou que apenas 17% famílias apresentavam abastecimento regular de água de boa qualidade, 0% das famílias tinha casas com sanitários ligados a fossa séptica e que 0 % das famílias possuía fornecimento regular de energia elétrica.

Observa-se que muitos assentamentos apresentam problemas com infraestrutura e que abandonos estão diretamente relacionados a esta, assim, considera-se que nem

sempre o prometido é cumprido, pois na luta pela terra surge o sonho de ter a terra para trabalho e condições de infraestrutura que permitam uma vida digna. Assentados nem sempre reagem de forma igual aos problemas e alguns, ao perceber a falta de infraestrutura, desistem do lote. Vale ressaltar que o número de desistências observado nos assentamentos de Esplanada é pequeno, girando em torno de 15%, considerando desde o início do primeiro assentamento, que foi o São Francisco em 1995. Portanto casas abandonadas (Figura 12) acontecem em poucas situações.



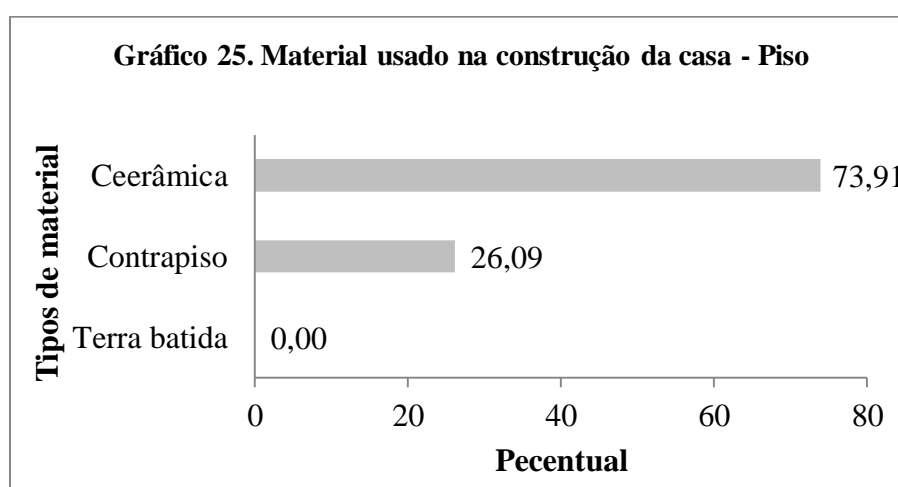
Figura 12. Casa abandonada no Assentamento São Francisco. 2015.



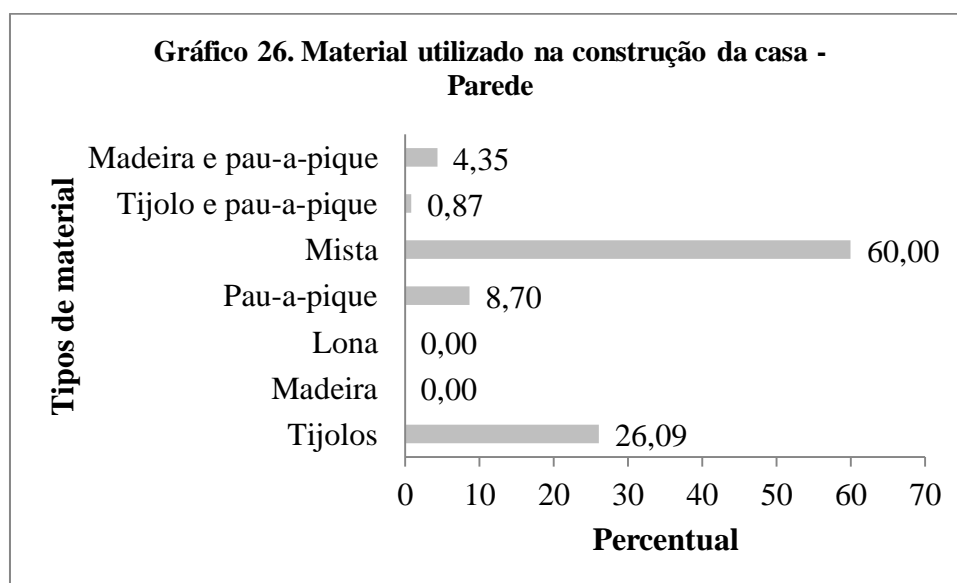
A maioria das casas é construída com recursos repassados pelo INCRA, o chamado “auxílio moradia”. São casas padrões com 5 cômodos, o sexto cômodo apontado no Gráfico, que aparece na maioria das casas, normalmente é uma nova parte construída ou dividida, feita com recursos próprios dos assentados, fazendo com que 40% dos assentados apresentem 6 cômodos em suas casas. Os tamanhos dos cômodos são pequenos, porém funcionais, aparentando atender bem às necessidades (Gráfico 24).

Apenas 6,09 % das casas apresentam 3 cômodos, essas casas estão localizadas no assentamento São Francisco, onde inicialmente não existiu uma padronização das casas que foram construídas.

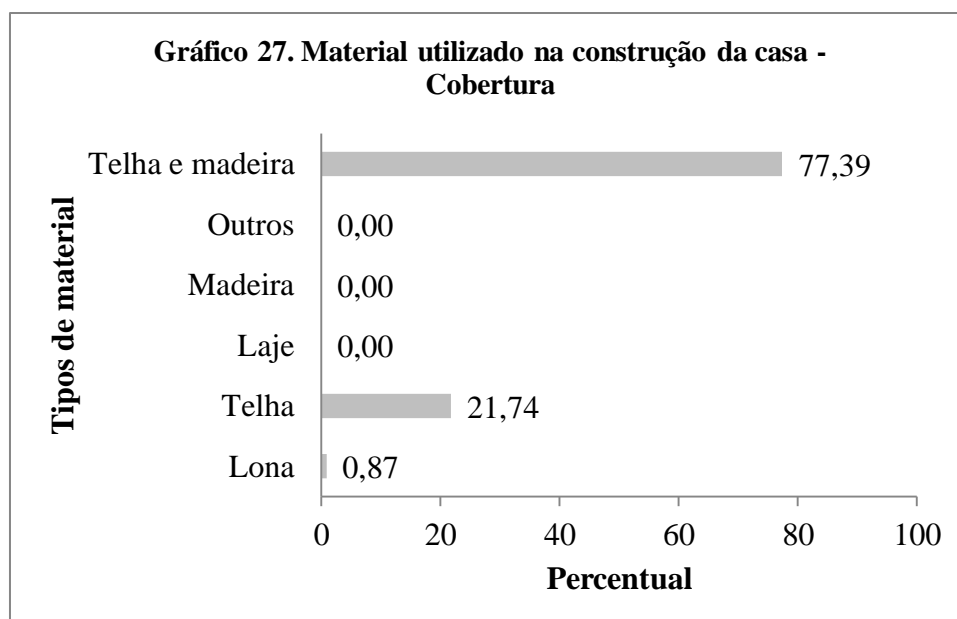
Não foi observada insatisfação dos assentados em relação à moradia.



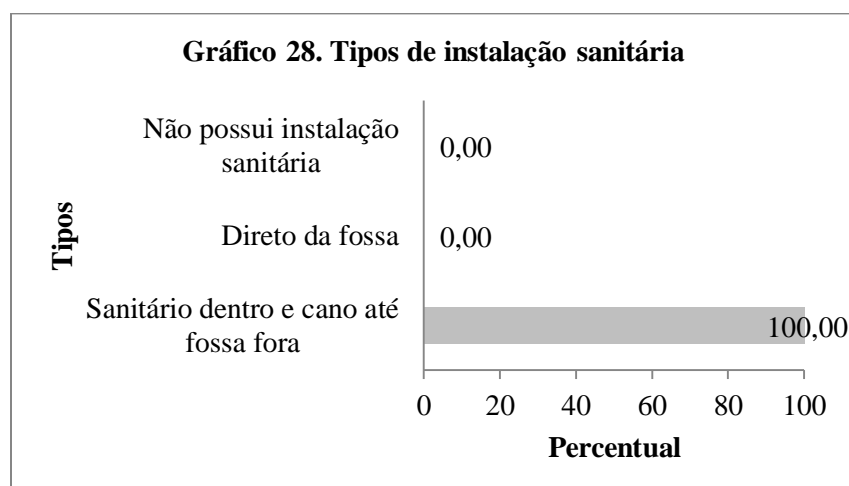
A maioria das casas (73,91%) apresenta cerâmica como piso. Mais uma vez a padronização na construção das casas tornou-as bem semelhantes ou iguais, assim como no caso anterior (quantidade de cômodos), as casas que apresentam apenas contrapiso foram feitas no assentamento São Francisco, sendo o assentamento mais antigo e que não seguiu uma padronização para as casas, ou que pelo tempo já sofreram muitas reformas.



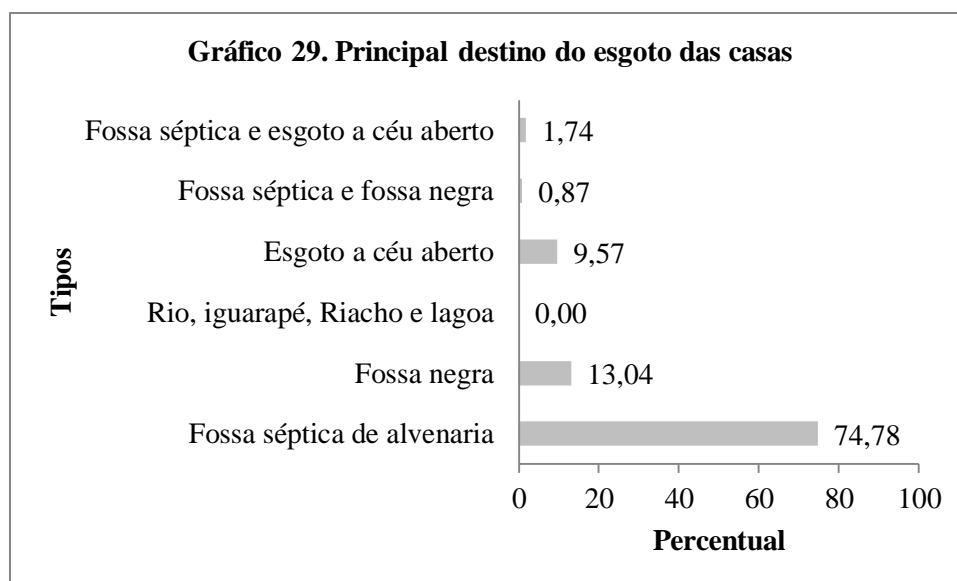
Em relação ao material usado na construção das paredes das casas (Gráfico 26), a maioria dos assentados (60%) respondeu que construíram as paredes de forma mista, isso acontece em virtude de que a maioria dos assentados normalmente constrói mais um cômodo e esse, por ser feito sem os recursos do INCRA, usa-se, então, um material mais barato, como no caso o pau-a-pique.



Pelo Gráfico 27, observa-se que a maioria dos telhados das casas é de madeira e telha (77,39%), apenas 21, 74 % das casas é apenas telha, no caso, são telhas de amianto e essas casas ocorreram no assentamento São Francisco, onde não houve uma padronização das casas quando construídas. Poucas casas apresentaram lonas como telhado (0,87%) e quando ocorreu, foi em virtude de ainda não ter colocado a madeira e as telhas, por serem casas em construção.

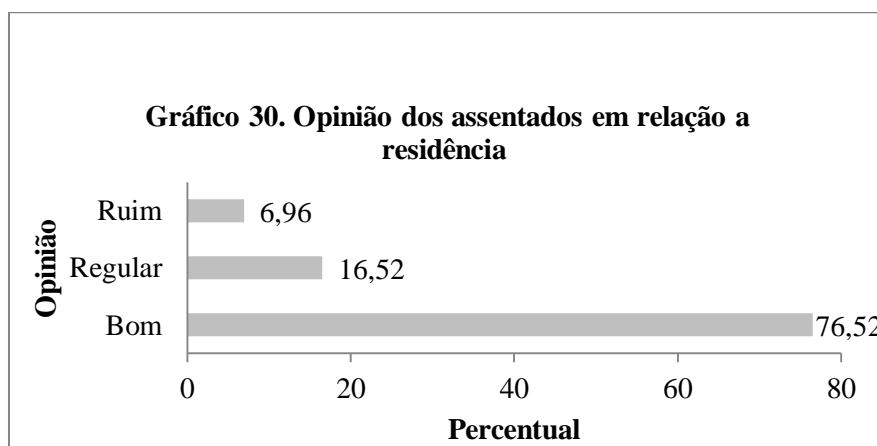


Segundo orientação do INCRA, todas as casas (100%) foram construídas com o sanitário dentro, acoplado a uma tubulação plástica (cano) que leva até uma fossa séptica fora da casa.

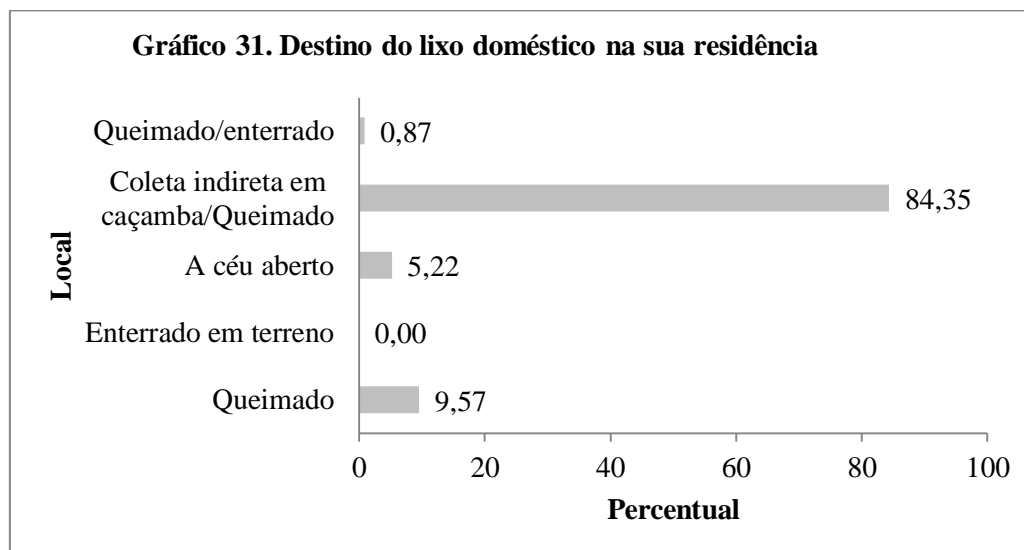


Em relação ao destino do esgoto das residências, observa-se que a maioria absoluta (74,78%) usa fossa séptica de alvenaria. Apenas 9,57% dos moradores deixam os esgotos a céu aberto. É importante destacar que nenhuma residência direciona os dejetos para fontes naturais de água.

Podemos perceber, ainda pelo Gráfico 29, que em algumas residências, o pouco de esgoto (9,57%) que se encontra a céu aberto, guarda certa distância da moradia e tudo indica é reciclado junto à natureza, o que pode até servir de adubo, se aproveitado de forma racional e sob orientação técnica. Assim, entende-se que as residências dos assentamentos são construídas seguindo um modelo que não polui as fontes naturais de água e que também não coloca em risco a saúde de seus moradores.



Ao serem indagados sobre a satisfação com a residência construída (Gráfico 30), 76,52% dos assentados responderam que acham a residência boa. 16,52% dos assentados acharam a residência regular e apenas 6,96 % acharam a residência ruim. De fato, não foram constatadas, de um modo geral, insatisfações maiores em relação às casas construídas. Entretanto, mais uma vez as respostas negativas (residências ruins) aconteceram no assentamento São Francisco, mesmo porque alguns assentados entraram no lugar de outros, que abandonaram as suas residências, ficando estas casas sem proteção contra roubo e sujeitas a intempéries, fatos que ocasionaram depreciação ao imóvel. Portanto, os casos de insatisfação foram pontuais e não de forma geral.



Por meio do Gráfico 31 é possível observar que o lixo doméstico nos assentamentos também não parece ser um problema, posto que 84,35% das residências têm o seu lixo coletado por caçambas, sendo também queimado. Apenas 5,22% das famílias ainda descartam o lixo a céu aberto.

Em nossas visitas não percebemos amontoados de lixo, muito pelo contrário, a paisagem das agrovilas apresenta aspectos de um espaço natural e bem cuidado.



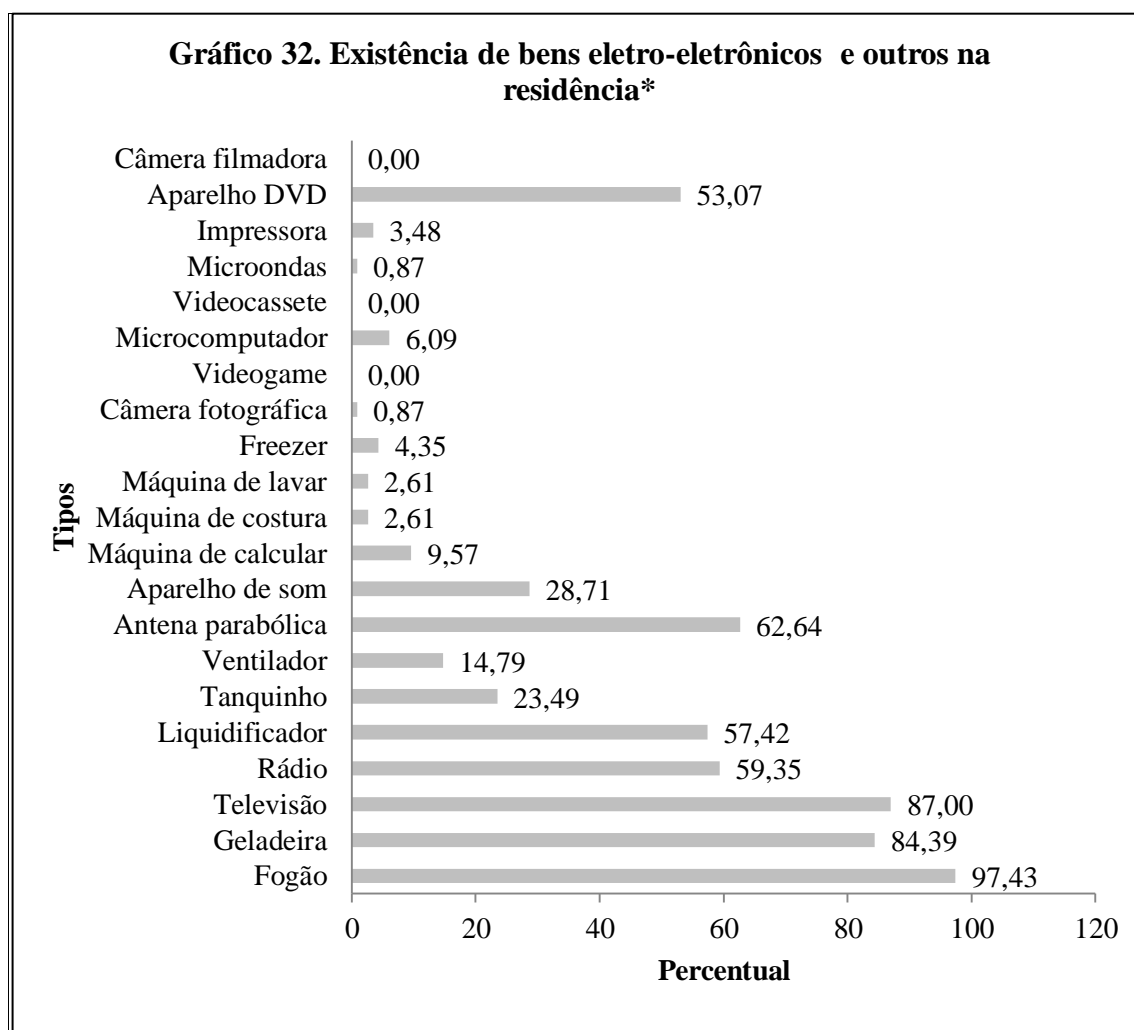
Figura 13. Agrovila do assentamento Fazenda Reunidas Boa Vista. 2015

De um modo geral, o destino do lixo doméstico não é um problema para os assentados de Esplanada, considerando que nenhum entrevistado se queixou quanto a este assunto. O fato de a Prefeitura disponibilizar um carro coletor periodicamente nos assentamentos ajuda muito a solucionar o destino do lixo doméstico.

Os assentados que preferem a residência no lote, são os que possuem seus lotes muito afastados da agrovila. A necessidade de ir para o lote e vir para a agrovila todos os dias, termina sendo cansativa e ainda existe o tempo de deslocamento, em que o assentado poderia estar produzindo no lote. Essa demora no trajeto é potencializada em virtude das péssimas condições de acesso até o lote.

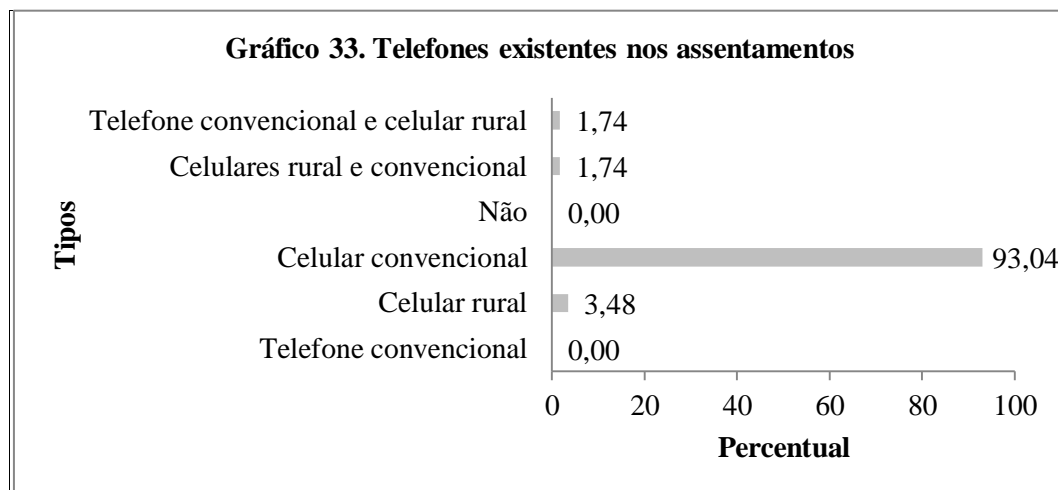
A maioria dos assentados prefere a residência na agrovila, pois eles sabem que as condições de infraestrutura e serviços são ofertadas em melhores condições na agrovila que nos lotes. Foi relatado por muitos que o acesso aos lotes inviabiliza a moradia no lote. Observa-se também que muitos assentados constroem um pequeno abrigo no lote e que em algumas ocasiões é necessário dormir no abrigo.

De um modo geral, observa-se que as residências dos assentados apresentam os bens básicos para uma vida digna. Nesse sentido, percebe-se um impacto na vida dos assentados, pois muitos relataram uma condição bem melhor quando comparada às apresentadas antes de se tornarem assentados.



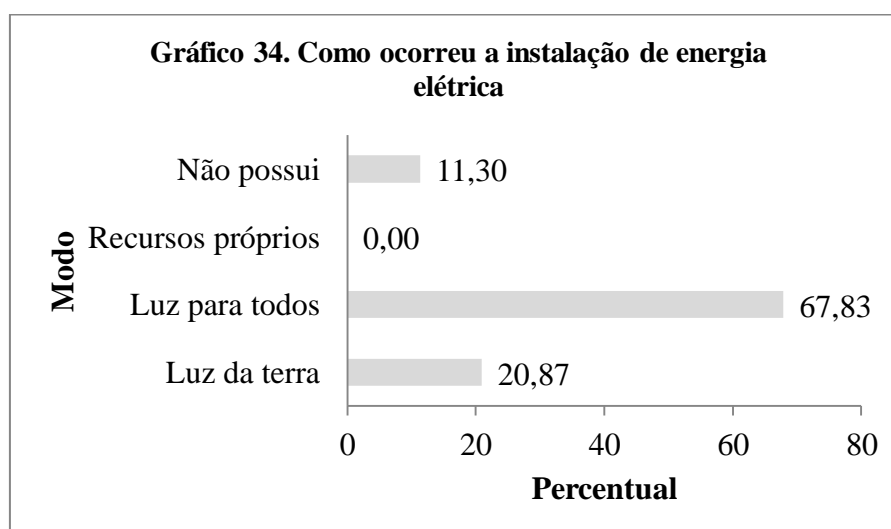
*Os assentados poderiam responder mais de uma alternativa

Pelo Gráfico 32, nota-se que os maiores percentuais foram encontrados para fogão (97,43 %), televisão (87,00%) e geladeira (84,39%). Alguns outros itens também apresentaram boa frequência nas famílias assentadas, como antena parabólica (62,64%), rádio (59,35%), liquidificador (57,42%) e aparelho de DVD (53,07%). Os bens mais citados fazem parte da necessidade do dia a dia ou do chamado entretenimento, como é o caso da televisão e do DVD.



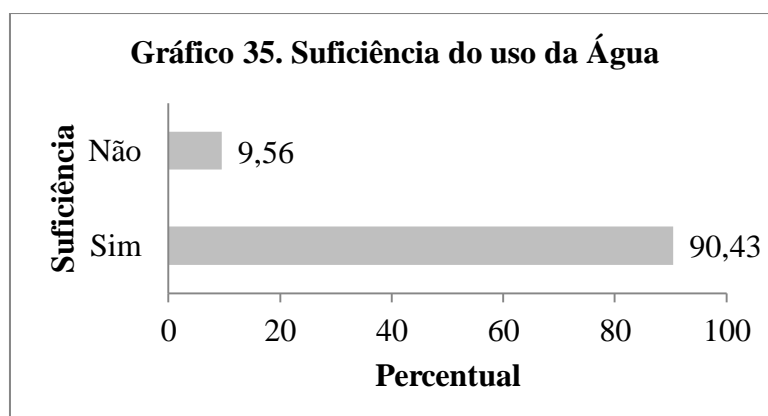
Como era de se esperar, um grande número de assentados (93,04%) apresenta celular convencional como único meio de comunicação direta (Gráfico 33). Hoje a facilidade da compra de aparelhos faz com que muitos assentados sintam-se atraídos por essa tecnologia. Foi relatado pelos assentados que o celular rural ainda tem um custo muito elevado, por isso o baixo número de assentados que o possuem.

Nos assentamentos também foi comum observar que muitos jovens durante nossas entrevistas encontravam-se usando celular em funções diferentes da fala (mensagens, jogos, música, etc.). Provavelmente este seja um dos maiores desejos material dos jovens assentados, mesmo porque existe uma carência muito grande de entretenimento e diversão para este público. No celular eles procuram suprir essa carência.

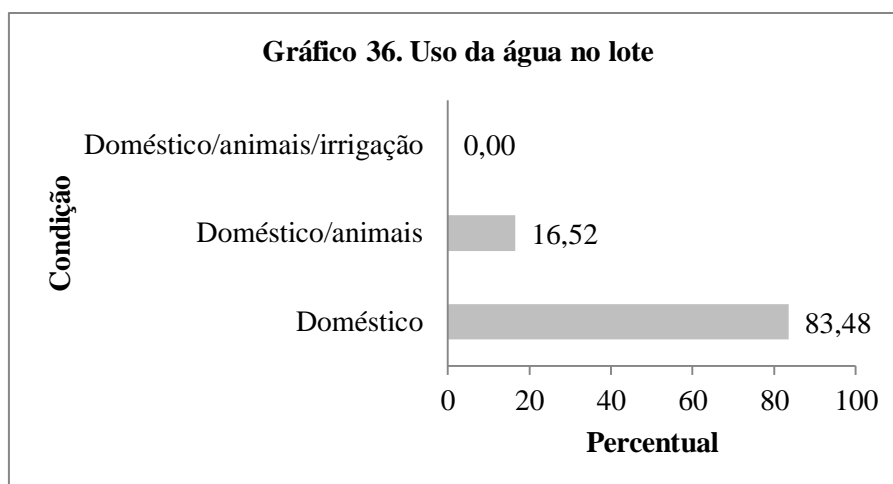


Pelo Gráfico 34, observa-se que a maioria dos assentados foi beneficiada pelo programa de eletrificação Luz para Todos (67,83%). O assentamento mais antigo, que é o São Francisco, foi beneficiado por um programa anterior, que é o Luz da Terra (20,87%). Existem ainda alguns assentados (11,30%) que não possuem energia elétrica, esses casos referem-se ao Assentamento Reunidas Boa Vista e outras, onde ainda existe problemas para implantação do sistema de energia elétrica.

Este é o assentamento mais recente e o projeto de energia para o assentamento faz parte do Programa Luz para Todos, porém uma linha de transmissão necessita de passar por uma área que pertence à empresa COPENER que atua na exploração de eucalipto e a mesma não está permitindo a passagem por uma de suas propriedades, sendo assim, os assentados estão aguardando uma definição para o problema. Em algumas entrevistas, os assentados deixaram a entender que o caso está no Ministério Público e conta com o apoio da Prefeitura para tentar solucionar o impasse.

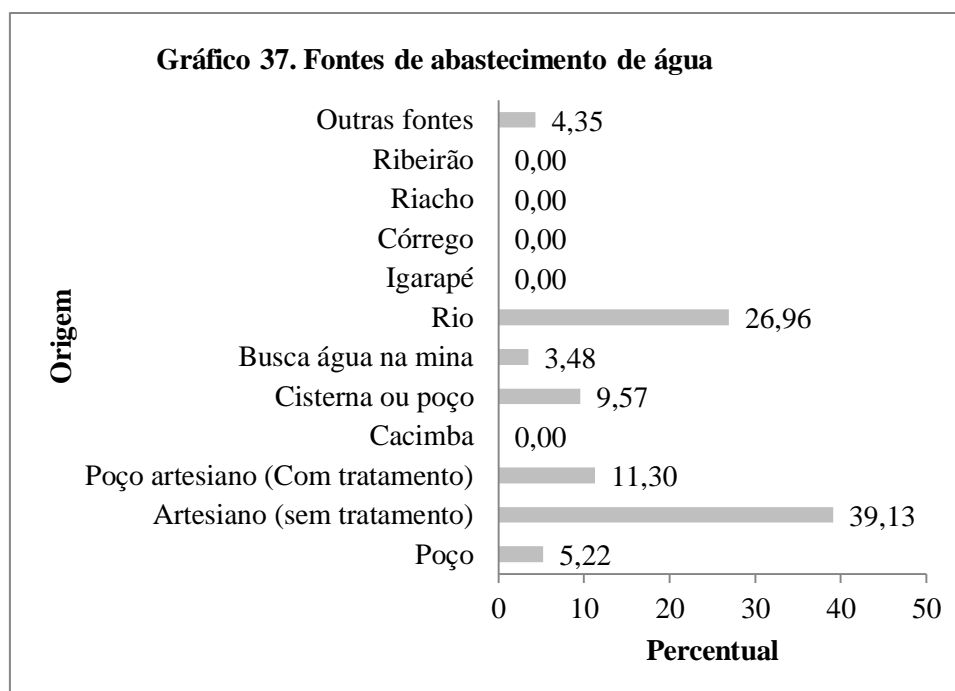


O município de Esplanada encontra-se em uma região que apresenta um elevado número de rios e córregos, o que facilita a captação de água. Apenas 9,56% dos assentados declararam não ter suficiência de água em suas residências (Gráfico 35). Esse resultado foi relatado por assentados do São Francisco, pois lá existem algumas residências que apresentam problemas de captação em virtude, principalmente, da altitude do solo. Possivelmente o uso de uma bomba impulsora mais potente resolva todos os problemas. De qualquer forma, esses assentados não relataram o problema como sendo grave.



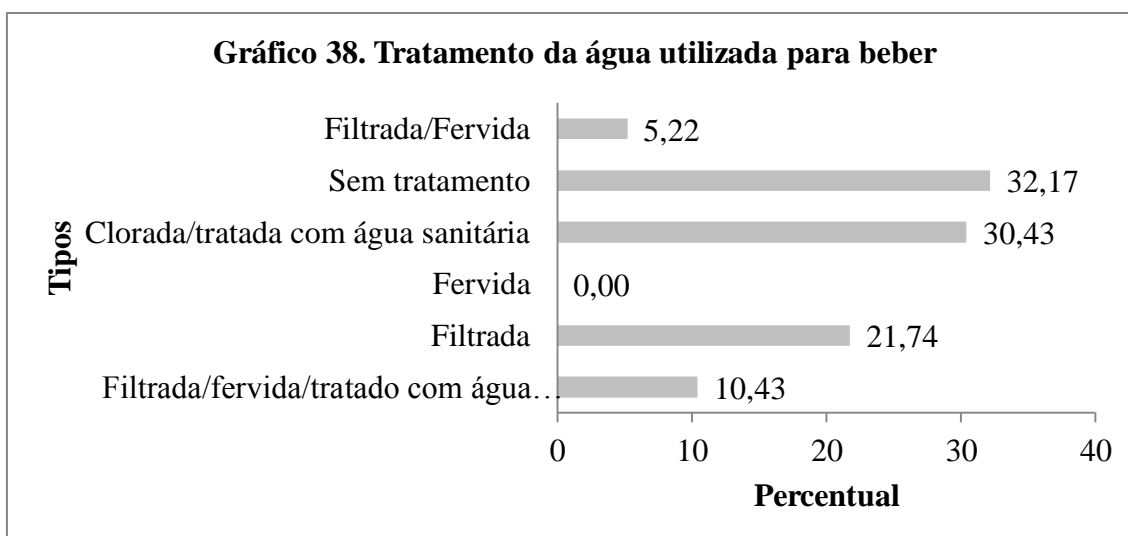
Pelo Gráfico 36, observa-se que nos lotes, 83,48% dos assentados usam água para suprir as necessidades domésticas. Os assentamentos de Esplanada não apresentam criações de animais de forma expressiva. Um ou outro assentado apresenta criação de animais e geralmente são nos quintais das residências, como aves e porcos. Alguns assentados criam animais de grande porte, principalmente asininos e muares que são geralmente usados como transporte para deslocamento até os lotes e para transportar carga; os 16,52 % que usam água nos lotes referem-se a esses casos (Gráfico 36).

Não constatamos nenhum plantio usando irrigação. Observa-se que o uso de água nos lote poderia ser mais bem aproveitado se existissem projetos de irrigação, assim algumas culturas poderiam produzir mais e por um período maior, assim como novas culturas poderiam ser introduzidas devido ao oferecimento de água em qualquer período do ano.



As fontes de abastecimento de água nos assentamentos de Esplanada são variadas, mas destaca-se o uso de poços artesiano sem tratamento, com 39,13% das respostas e 11,30% com tratamento (Gráfico 37). Os assentados que usam água do rio, referem-se aos assentados do Fazenda Reunidas e outras, pois com o problema da falta de energia, a bomba que faz a captação de água para a caixa distribuidora não pode funcionar, então os assentados usam água do rio. No Reunidas Palame também é feito uso de água do rio, mas essa é canalizada até uma caixa distribuidora e recebe tratamento antes de ser distribuída aos assentados.

Normalmente a água é captada em um poço artesiano e impulsionada até uma caixa distribuidora. Na maioria das vezes, foi possível perceber em nossas entrevistas, que os assentados não sabem ao certo se esta água recebe ou não tratamento, apenas responderam que alguns técnicos da companhia estadual de abastecimento fazem visitas frequentes nos assentamentos para monitorar a água e o serviço.



Em relação ao tratamento da água que os assentados bebem, 32,17% responderam que essa água não recebe tratamento antes de ser ingerida (Gráfico 38). Como comentado anteriormente, esse percentual pode até ser menor, tendo em vista que alguns assentados não sabem se a água foi tratada ou não antes de chegar à residência. De qualquer forma, fica uma crítica em relação a esse percentual, pois esse problema de água sem nenhum tratamento pode ser resolvido com a orientação prestada pelos agentes de saúde ou outros técnicos que frequentam os assentamentos constantemente, como pôde ser observado em nossas visitas. O problema maior que poderia ser a falta de água, não existe. Então, um problema menor como o tratamento da água de beber pode ser resolvido.

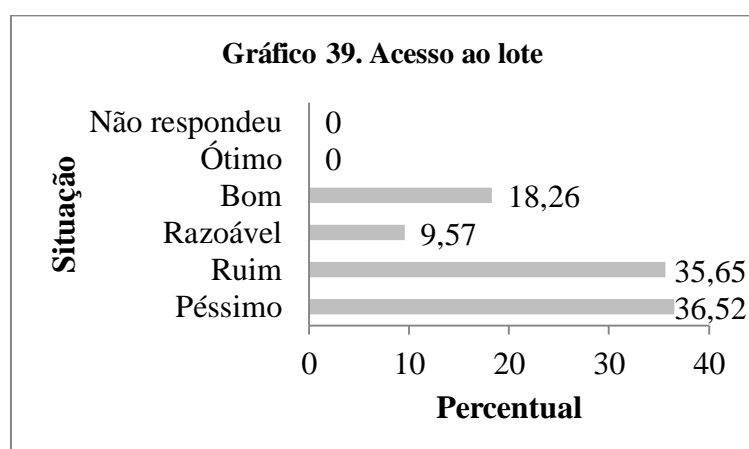


Figura 14. Rio perene no Assentamento Reunidas Palame. 2014.

O fato de um número tão elevado de assentados (90,43 %) apresentar suficiência de água em suas residências (Gráfico 35) deve ser interpretado como um impacto positivo, tendo em vista que mesmo no município de Esplanada, tão rico em recursos hídricos, muitos camponeses que vivem fora do assentamento, ainda sofrem com a falta de abastecimento regular de água, tendo que se locomover por grandes distâncias para buscar água.



Figura 15. Rio perene no Assentamento São Francisco. 2015



Os assentamentos de Esplanada apresentam em sua organização espacial o modelo de agrovila, onde estão concentradas as residências e outras estruturas coletivas como escola. Os lotes são distribuídos aos assentados por meio de sorteio. Foi observado em nossos trabalhos de campo dentro dos assentamentos que os lotes mais próximos da agrovila apresentam de razoável a bom acesso, por isso explicam-se as repostas dos assentados variando de 9,57% para razoável a 18,26% para bom em relação ao acesso aos lotes (Gráfico 39). Na medida em que os lotes encontram-se afastados da agrovila, o acesso tende a piorar. A maioria dos assentados considerou que o acesso aos lotes é péssimo (36,52%), outra grande quantidade de assentados considerara ruim (35,65%) (Gráfico 39).

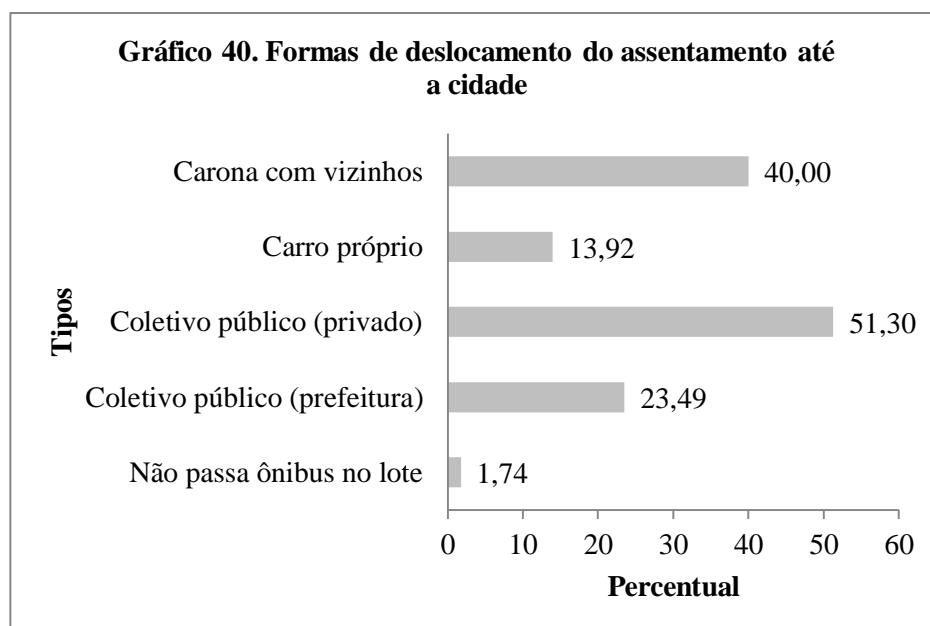
No intuito de localizar onde os assentados preferem suas residências, foi feito a seguinte pergunta: *Você prefere a residência no lote ou na agrovila? Por quê?*

No lote. Meu sonho é no lote, né. Porque se todo mundo tivesse no lote, hoje aqui tava mais melhor ainda. Porque eu tinha um tempo mais cedo a pra trabalha. O lote daqui fica distante. Tem deles aqui que fica treze quilômetros de distancia, né. Ai fica difícil a pessoa sair da agrovila pra deslocá prum local desse. Ai fica difícil. (Assentado nº 20, Assentamento Reunidas Palame, 2014)

Na agrovila. Porque aqui tem mais acesso de transporte. Os meninos vai para escola. Tem carro. Se um carro não passar, a gente pede carona. Se não for para o médico no outro dia vai. (Assentado nº 16 Assentamento São Francisco, 2015)

A preferência dos assentados em relação à moradia no lote ou na agrovila varia em função da distância e das condições de acesso até o lote.

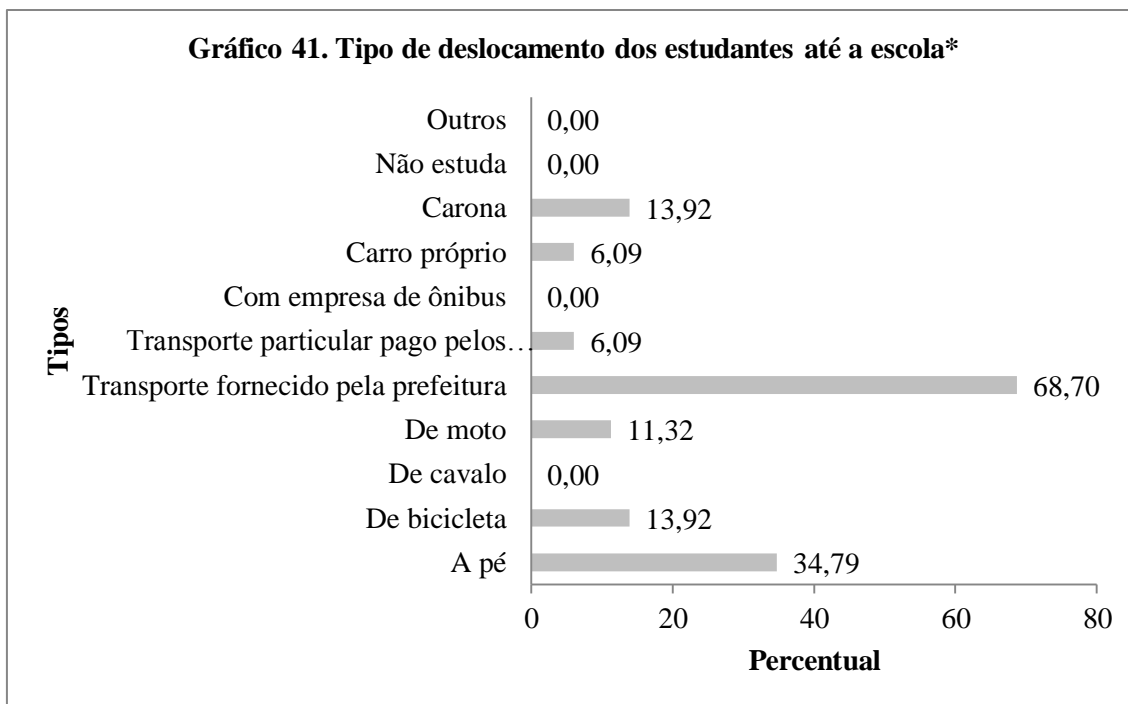
A maioria dos acessos aos lotes necessita de manutenção, em alguns casos, esses acessos nem existem. Acredita-se que essa infraestrutura de acesso aos lotes deve ser bem planejada na concepção do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos, esse item é fundamental para auxilio na produção e escoamento da mesma. A terraplanagem para construção de acessos é cara e os assentados não têm condições financeiras de arcar com os custos. A reclamação sobre esse item é constante entre os assentados, por isso os altos percentuais para as respostas negativas.



* Os assentados poderiam responder mais de uma alternativa

Observa-se pelo Gráfico 40 que para o deslocamento dos assentados até a cidade, a maioria (51,30%) usa transporte coletivo. Alguns usam o coletivo da Prefeitura, que normalmente é o ônibus que executa o transporte escolar (23,49%). Chama à atenção que alguns assentados possuem carro próprio (13,92%), caracterizando uma melhora de vida em relação ao período anterior ao assentamento.

Os assentados usam de formas variadas para se deslocarem até o município. Ouvimos de muitos a queixa de que não existe um transporte com boa frequência de horários, o que dificulta algumas ações que só podem ser feitas na sede do município. Citaram, por exemplo, que para marcar consultas médicas, precisam dormir na casa de conhecidos no dia anterior, pois não existe transporte para chegarem cedo à sede do município. Sugere-se que a Prefeitura crie e regule um transporte público gratuito, ou a baixo custo, que tenha uma frequência bem definida de horários, se possível, diariamente, dos assentamentos até a sede do município e vice-versa. Todos ganham com essa ação. Mas uma vez, entende-se que a Prefeitura ainda não percebe o assentamento como uma comunidade rural do seu município.

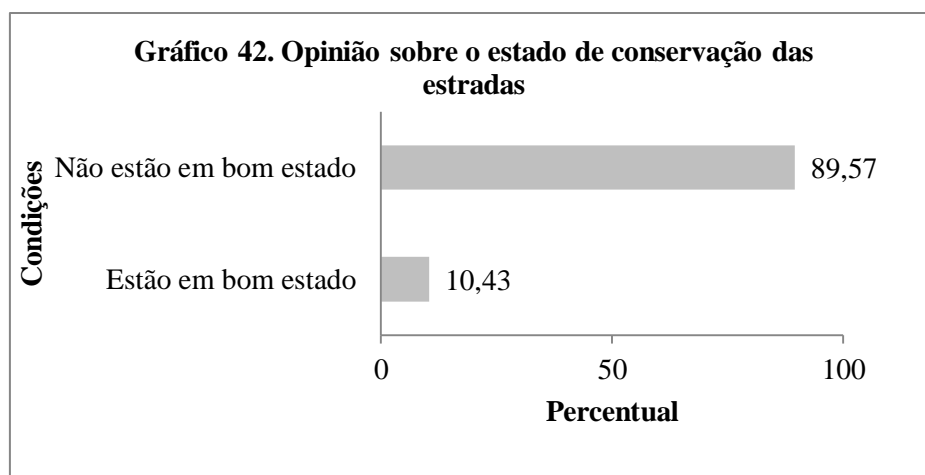


*Os assentados poderiam responder mais de uma alternativa.

O transporte escolar deveria ser ofertado a todos os estudantes, infelizmente isso não acontece com todos os discentes assentados da região de Esplanada. Um total de 68,70% dos estudantes faz uso do transporte escolar (Gráfico 41), entretanto, outras formas variadas de transporte são usadas.

Cabe salientar que em todos os assentamentos existem escolas que oferecem vagas até o Ensino Fundamental 1. Portanto, os deslocamentos são para escolas que oferecem vagas para séries mais avançadas. Outro detalhe que chama atenção é o número alto de moradores não estudantes que fazem o uso do transporte escolar, segundo os assentados se não utilizassem esse tipo de transporte, a situação estaria bem pior para eles.

Observa-se que o transporte público oferecido pela prefeitura ainda não é suficiente para atender a todos os assentados, necessitando de aperfeiçoamento para que cumpra sua função conforme estabelecido por lei.



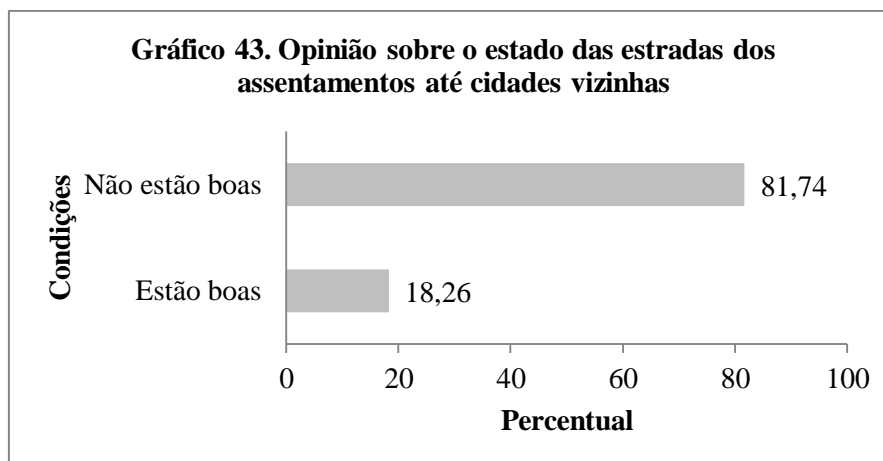
Observa-se que um número muito grande de assentados (89,57 %) considera que as estradas não estão em bom estado de conservação (Gráfico 42). De fato, constatamos péssimas estradas, tanto par ir até os assentamentos, quanto para o deslocamento até os lotes.

Apenas 10,43% dos assentados consideram que as estradas estão em bom estado de conservação, possivelmente são os assentados que moram no Assentamento Patizinho, que é praticamente dentro da sede do município, ou assentados que têm seus lotes próximos às Agrovilas.



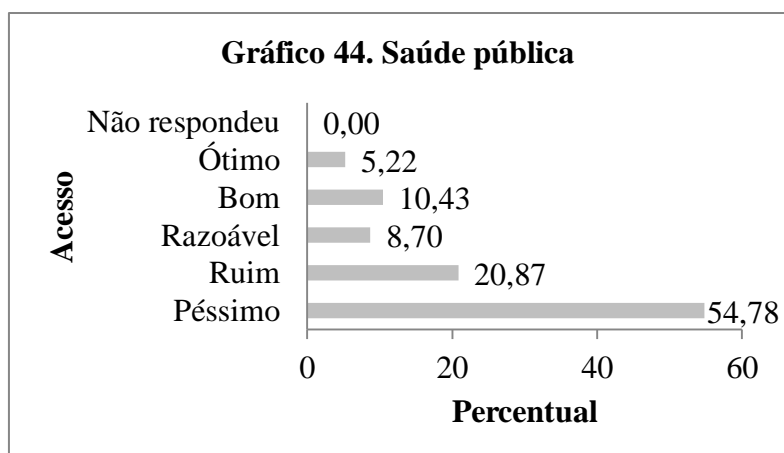
Figura 16. Estrada em péssimo estado de conservação no assentamento São Francisco. 2015

Entende-se que para o desenvolvimento dos assentamentos, é essencial que existam estradas e que essas sejam bem construídas e que periodicamente passem por reformas, só assim se torna mais viável a produção e seu escoamento nos lotes.

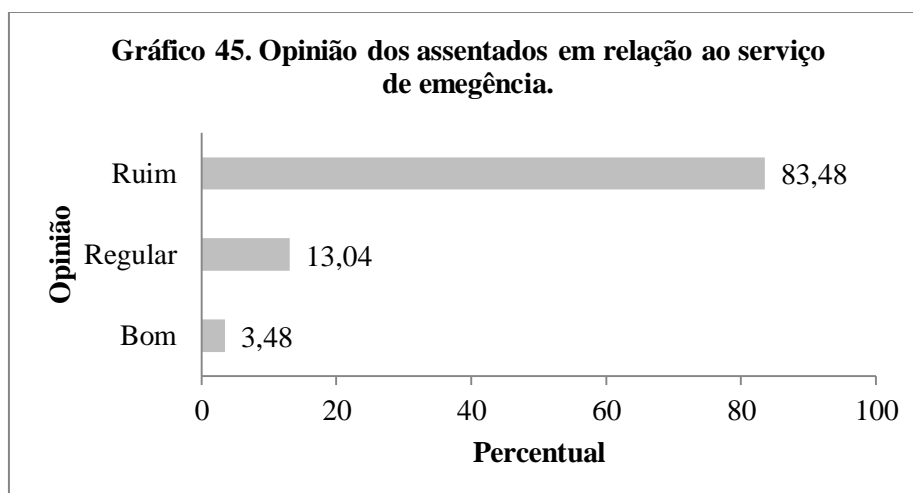


A maioria dos assentados (81,74%) considera que as estradas até as cidades vizinhas não estão boas. Muitos assentados gostariam de escoar parte de suas produções em municípios vizinhos, principalmente aqueles que apresentam feiras livres em dias diferentes que o de Esplanada. Muitos assentados revelaram ainda que devido à necessidade, gostariam de ir à procura de atendimento médico em outras cidades, mas as estradas impossibilitam.

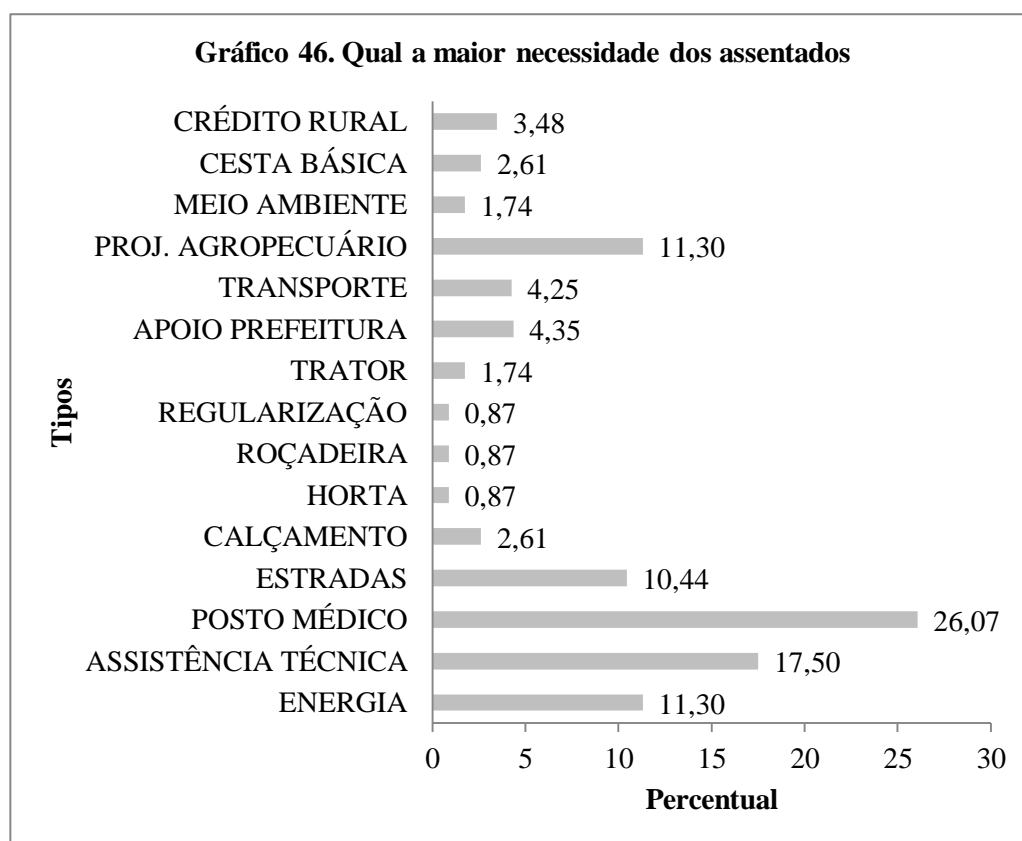
Existe uma carência muito grande de boas estradas para se chegar à maioria dos lotes. Isso prejudica muito a produção agropecuária, visto que dificulta os meios de locomoção para que os assentados possam trabalhar em seus lotes. Foi relatado por alguns sujeitos que alguns moradores construíram espaços para pernoite nos lotes, em virtude das péssimas condições de acesso. Essa dificuldade de acesso ao lote tem feito com que alguns assentados concentrem suas forças de trabalho nos quintais das residências. Os entrevistados reclamaram bastante em relação ao papel do INCRA no que se refere à não viabilização do acesso aos lotes. Essa dificuldade é relatada por alguns como motivo de baixa produtividade nos lotes.



Observa-se pelo Gráfico 44 que em relação à saúde, a maioria dos assentados considera que o acesso a este serviço essencial é péssimo (54,78%). Para 20,87% dos assentados, o acesso à saúde é considerado ruim. Somando essas duas categorias, obtém-se um total de 76,65 % de assentados muito insatisfeitos com o acesso à saúde pública.

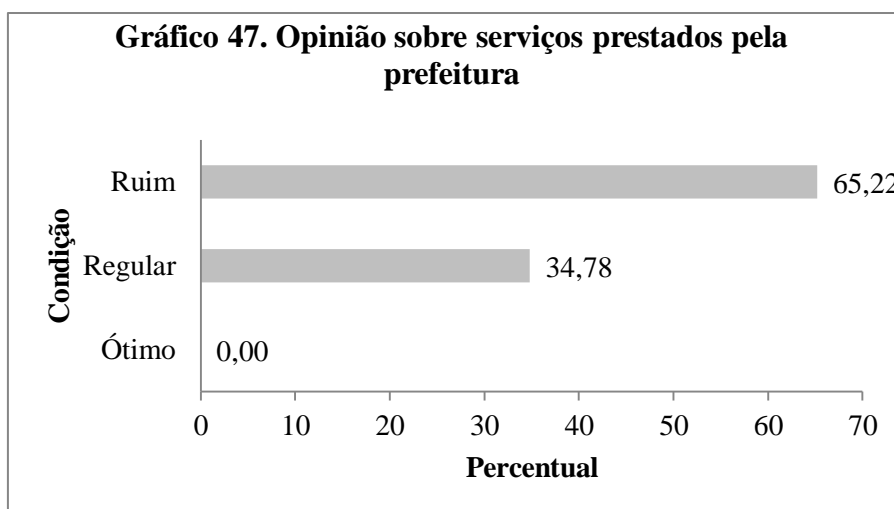


Em relação ao serviço de emergência, um grande percentual de assentados (83,48%) considera o serviço ruim (Gráfico 45). Apenas 13,04% consideram regular e apenas 3,48% consideram bom. Os assentados relataram que o principal problema em relação à emergência é a distância. Relataram outros problemas também. Na maioria das vezes eles precisam pagar um transporte particular e o atendimento prestado nos postos ou no hospital é demorado e falta material constantemente.



Pelo Gráfico 46 é possível observar que espontaneamente os assentados responderam em sua maioria (26,07%) que a maior necessidade era a presença de um posto médico no assentamento. Em nossas entrevistas, percebemos um leque muito grande de reclamações como falta de médicos e enfermeiros, falta de remédios, falta de vagas, desrespeito ao paciente, falta de transporte para emergência, falta de estrutura física para atendimentos, entre outros. Em nossas últimas entrevistas existia a possibilidade da ampliação do número de atendimentos em virtude da implantação do programa Mais Médicos, o que de certa forma deixou os assentados esperançosos em relação a uma melhor assistência por parte do poder público.

De certa forma, a criação dos assentamentos não causou impacto na vida do assentado em relação ao acesso à saúde pública. Parece também que os municípios não se atentaram para uma maior demanda causada pela implantação dos assentamentos, em relação à saúde. Esse sem dúvida é um dos problemas que merecem muita atenção pelo Estado, no intuito de garantir uma assistência médica mínima que permita um bom nível de saúde a essas pessoas.



Verifica-se pelo Gráfico 47 que a maioria dos assentados considera que os serviços prestados pela Prefeitura são ruins (65,22%). Observa-se que as maiores reclamações em relação à Prefeitura referem-se ao serviço de saúde (26,07% relatam a necessidade de posto médico). Os assentados reclamam muito também das estradas (10,44%). Com isso, apenas 34,78% classificam como regulares os serviços prestados pela Prefeitura.

Os municípios, inicialmente, não se atentaram para as demandas que apareceriam com a implantação dos assentamentos, porém, hoje já se coloca no orçamento anual gastos com os assentamentos, normalmente diluídos junto aos gastos com outras comunidades rurais do município. A secretaria de agricultura, por exemplo, em uma gestão passada, designava um Técnico Agrícola e um Engenheiro Agrônomo para que fossem prestados serviço aos assentados, assim como também distribuía sementes e adubos para plantio. Hoje não existem mais essas ações. As ações atuais estão mais concentradas na assistência social e de saúde e também escolas e transporte escolar, cujos recursos são transferidos pelo governo federal. Outra ação de menor alcance tem sido a recuperação de estradas.

Quanto à deficiência na prestação de assistência técnica e execução de projetos agropecuários (Gráfico 46), problemas muito citados pelos assentados (17,5 e 11,30% respectivamente), nota-se que eles entendem que estas sejam ações mais ligadas ao INCRA, portanto não fizeram maiores cobranças à Prefeitura.

Em nossas entrevistas, percebemos que a Prefeitura espera que sejam realizados mecanismos de transferência de verbas pelo governo federal para que a mesma possa desenvolver ações nos assentamentos ou para os assentados. No entanto, ainda que

muitos funcionários da Prefeitura admitam que os assentamentos tragam benefícios para a região, eles continuam entendendo que os gastos com os assentamentos não devem partir do município.

Por outro lado, os assentados por muitas vezes comentaram a presença de membros da prefeitura oferecendo serviços e até executando alguns, apenas no período que antecede as eleições, pois a maioria dos assentados vota no município de Esplanada.

Neste sentido, a Prefeitura pode fazer mais ações efetivas nos assentamentos. O órgão público até se mostra atuante nos maiores problemas identificados pelos assentados, que são saúde e estradas, mas são serviços ofertados de maneira incipiente ainda. Parece que o município ainda não entendeu que os assentamentos são parte integrante do seu território, como outra comunidade rural qualquer e que necessita dos serviços básicos a que tem direito.

Entende-se que os assentamentos, ao serem criados nos municípios, iniciam uma nova dinâmica que proporciona processos de mudanças sociais, econômicas e políticas naquelas localidades. Cabe aos municípios apresentar sensibilidade para perceber essa nova realidade e se adequar a ela. Concordamos plenamente com Leite et al (2007) quando afirmam que existe precariedade nos serviços de infraestrutura nos assentamentos e que a intervenção do Estado é insuficiente, assim como a precariedade material que marca o meio rural brasileiro sofre fortes continuidades.

No intuito de identificar o grau de satisfação dos assentados em relação aos serviços prestado pelo poder público, foi feita a seguinte pergunta aos assentados: *O que você acha dos poderes municipal, estadual e federal?*

Pouco. O município é pouco o apoio, o governo estadual nenhum ou zero, nenhum, e o governo federal temos muito pouco. A gente tá aqui e até agora o que a gente recebeu foi só o fomento, só o crédito habitação. O que eles deveriam fazer era em vez de olhar pra copa do mundo, em vez de olhar pra certo tipo de investimento, em vez de está participando da corrupção com o dinheiro público, em vez de meter a mão no dinheiro público, eles deviam olhar mais pra gente porque o Brasil ganha mais com isso (Assentado nº 10, Assentamento Patizinho, 2015).

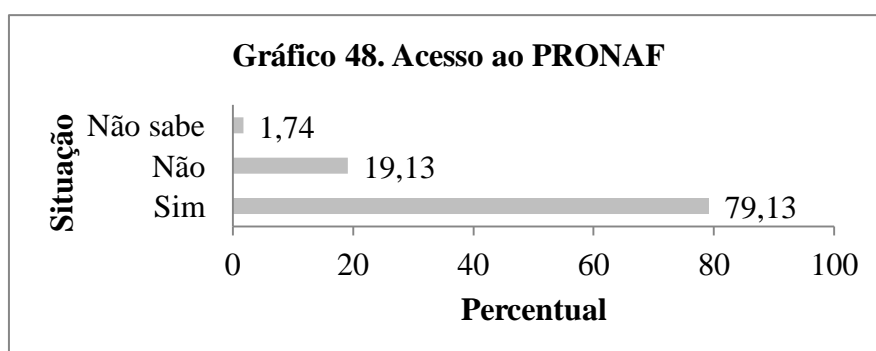
Olha, pelo o apoio do federal, a gente sempre esteve aqui. Um apoio que sempre foi uns crédito que sempre foi citado. Mas foi uns crédito que citei a um momento aí, que não teve um acompanhamento pra ter um desenvolvimento e fiquemo no meio do caminho. E por municipal hoje nós não temos apoio nenhum. Estadual e municipal é a mesma coisa. Nós temos sempre promessa, com a política que, vem com a promessa de um, vem de outro, e aí a gente fica naquele engano, que não sai do papel. (Assentado nº 12, Assentamento Reunidas Palame, 2015).

Em relação à satisfação dos assentados com o poder público, as reclamações foram constantes, nas três esferas: municipal, estadual e federal. Os assentados possuem a noção exata de que a maior responsabilidade sobre os assentamentos é do Governo Federal, por isso as reclamações foram em maior número direcionadas a essa instância. Crédito agrícola, falta de assistência técnica, falta de infraestrutura e péssimo serviço de saúde, foram as críticas mais comuns entre os assentados.

Observa-se que os indicadores bens, serviços e infraestrutura ainda não estão causando o impacto que se espera na vida dos assentados. Nota-se nestes indivíduos a esperança de dias melhores em relação a esses aspectos. Um dos caminhos para a obtenção de sucesso nesses indicadores é a continuidade da luta na terra. Assim, muitos assentados continuam se reunindo, e mostrando que a luta continua viva, esta não se encerra com a conquista da terra.

4.5 ECONOMIA

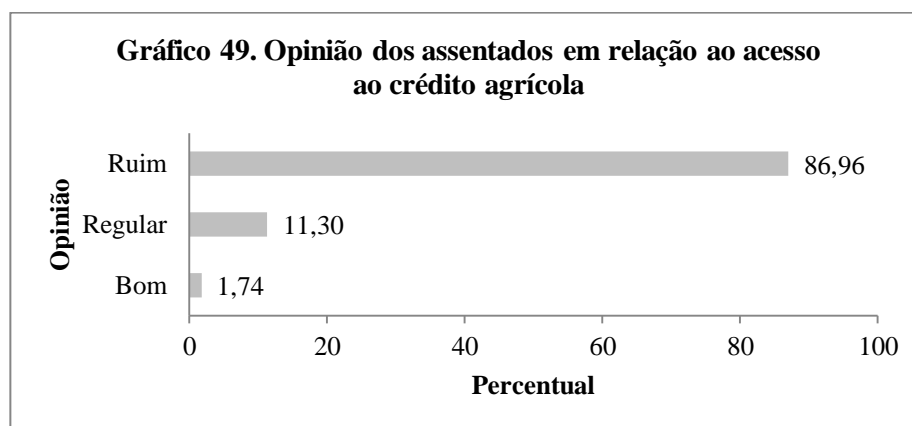
Observa-se pelo Gráfico 46 que a maioria dos assentados respondeu ter acesso ao PRONAF (79,13%). Quando ocorre de que o assentado não tenha acesso ao PRONAF (19,13%) é em virtude do não parcelamento dos lotes, fato que impossibilita o acesso ao crédito. Em nossa ida ao INCRA em Salvador, fomos informados de que o parcelamento seria feito ainda no ano de 2015.



Dois assentamentos, os mais antigos, o Assentamento São Francisco e o Assentamento Reunidas Palame, já receberam os recursos do PRONAF, mas em virtude da péssima assistência técnica recebida, os projetos agrícolas desenvolvidos obtiveram

resultados pífios. Assim, os assentados não conseguiram pagar suas dívidas e encontram-se inadimplentes. Foi relatado por eles que reuniões esporádicas são realizadas com o INCRA para tratar do assunto, porém não se chega a um consenso e o problema se arrasta por anos, causando certa indignação aos assentados.

Em entrevistas com os assentados do Reunidas Palame, observa-se que eles responderam em sua maioria que têm acesso ao PRONAF, principalmente baseados em empréstimos que fizeram há seis anos para plantio de coco, mas por outro lado, observamos também em conversas informais, que quase todos os assentados não conseguiram cumprir os seus contratos, fato este que os tornam inadimplentes e portanto, sem acesso ao PRONAF. Acontece que os assentados interpretam que quem já teve o PRONAF, é o mesmo que ter acesso no presente.



A burocracia para conseguir o crédito foi uma reclamação constante entre os assentados, isso explica o elevado percentual de assentados (86,96%) que consideram o acesso ao crédito como péssimo. Apenas 1,74 % dos assentados consideram que o acesso ao crédito é bom.

Foi pouco e foi mal distribuído, entendeu, porque na verdade, crédito não chegou em dinheiro vivo na mão do agricultor pra ele tá com esse dinheiro depositado na conta para ele saber fazer o que ele fazia. Você vai receber adubo disso, muda disso. Foi pouco e mal administrado. (Assentado nº 17, Assentamento São Francisco, 2015)

Muitas foram as queixas dos assentados em relação aos financiamentos firmados no PRONAF: burocracia, demora na liberação do crédito, pouco recurso, má distribuição, entre outras. A principal delas foi a falta de assistência técnica prometida. No Reunidas Palame, por exemplo, a maioria dos assentados plantou coco, mas dizem

que a variedade vendida a eles não é adaptada às condições climáticas e de solo do assentamento, são plantas apropriadas para o uso de irrigação. No presente, as plantas que sobreviveram não apresentam bom desenvolvimento e a produtividade é baixíssima. Vale ressaltar que a recomendação da variedade foi feita por um técnico de uma empresa contratada pelo INCRA.

Certamente os assentados do Reunidas Palame não conseguirão pagar as suas dívidas com os recursos provenientes da venda dos frutos desses coqueiros. Os assentados têm feito reuniões com o INCRA, no sentido de resolver o impasse, mas as poucas reuniões ainda não foram suficientes para dar uma solução ao problema. Na situação em que se encontram hoje, dificilmente terão acesso a novos financiamentos. Por isso, quando os assentados respondem que têm acesso aos créditos do PRONAF, significa dizer que já tiveram, pois muitos desses no momento não poderão contrair novos empréstimos.

O resultado encontrado em nossa pesquisa corrobora com Leite et al (2007) quando em sua pesquisa em assentamentos, encontraram que mais da metade (59%) dos entrevistados que tomaram crédito, indicaram dificuldades no acesso. A principal queixa dos assentados (78% do total de reclamações) diz respeito ao atraso na liberação dos recursos, fato que na agricultura compromete significativamente os resultados, pois os recursos não chegam no momento do ciclo agrícola em que são mais necessários.

Os financiamentos ocorrem nos assentamentos de forma muito “agressiva”. A difícil tarefa de ter lucro com a terra nem sempre é o objetivo principal dos assentados. Plantar, colher, se alimentar, muitas vezes é o alicerce para uma vida digna do camponês, não precisando de altos lucros para tal. Os financiamentos acontecem através de projetos que muitas vezes não apresentam os resultados esperados e sem a devida avaliação, continuam como política pública de sucesso muitas vezes inquestionável.

Observa-se que a alta inadimplência dos assentados é um sintoma de que o PRONAF precisa ser avaliado melhor enquanto política de financiamento. São muitos os casos em que os camponeses não conseguem pagar suas dívidas e os motivos para tal situação não são avaliados. Silva (2007), por exemplo, em seu estudo sobre assentamentos no Pará, observa que mesmo com insucessos, continua a mesma política de financiamento. Por outro lado, alguns autores entendem que apesar dos problemas, o PRONAF é avaliado ao longo do tempo e que é muito útil aos assentados.

Francis (2009), avaliando um assentamento no Paraná comenta que os recursos repassados pelo PRONAF, além de muitas vezes chegarem atrasados para a grande

maioria do campo, em muitos casos não lhes tem possibilitado extrair uma renda suficiente da lavoura. O mesmo autor afirma que o PRONAF tem em seu histórico mudanças que demonstram a preocupação do Estado em adequar o programa à realidade dos agricultores familiares. Sua criação e contínua adaptação vêm dando frutos significativos, pois mesmo em meio a inúmeras dificuldades, tem possibilitado aos agricultores familiares, incluindo-se assentados rurais, sua permanência no campo (FRANCIS, 2009).

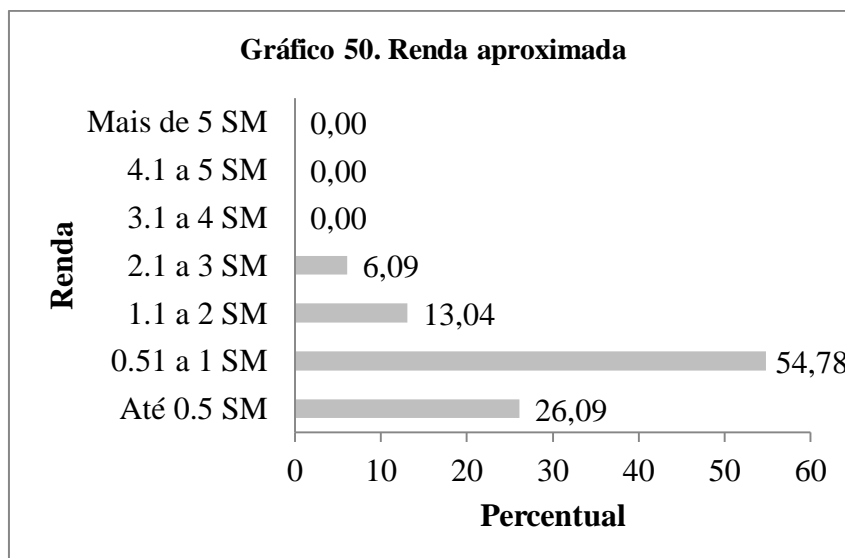
Tsukamoto e Asari (2003) relatam que para que um assentamento se torne consolidado, tem que ser oferecido um maior monitoramento, uma adequada linha de financiamento e, contar com a efetiva participação dos técnicos da localidade. Comentam ainda que deve haver uma filosofia do que realmente se quer proporcionar a esses agricultores para alcançar os objetivos de um assentamento rural de reforma agrária.

Leite et al (2004) e Leite et al (2007) comentam sobre a importância da condição de assentado para que os camponeses pudessem ter acesso ao financiamento rural e assim desenvolver além da agricultura nos lotes, uma série de relações com o Estado por meio de suas políticas públicas, bem como com os agentes financeiros e intermediadores de crédito e com o comércio local e regional, em função do volume de crédito que circula.

Mesmo tendo uma série de problemas em sua execução, considera-se esse acesso ao PRONAF como um mecanismo que pode gerar um impacto na vida dos assentados. Muitos destes sujeitos relataram em nossas conversas informais que nunca tiveram acesso antes dos assentamentos, nem sequer tinham a possibilidade de receber crédito algum dia. Os assentados que ainda não conseguiram o PRONAF demonstram ansiedade pela aquisição do recurso para poder produzir mais e, conseqüentemente, melhorar sua condição de vida. Ainda que a produtividade nem sempre seja a esperada, o financiamento é, sem dúvida, uma variável importante para a consolidação dos assentamentos. Muitas vezes o PRONAF é o primeiro passo para uma caminhada de sucesso de um assentado, porém não podemos deixar de lado que essa política pública precisa ser mais bem avaliada, principalmente nos casos em que os assentados se tornam inadimplentes, tornando o sonho de uma boa produção num “pesadelo” chamado dívida bancária.

O crédito em si não significa sucesso na produção, visto que para que ele possa gerar bons resultados, é necessário que outras variáveis estejam trabalhando em

sequência lógica, como é o caso da assistência técnica e a comercialização. A boa administração do crédito está diretamente ligada a um projeto agropecuário bem elaborado.



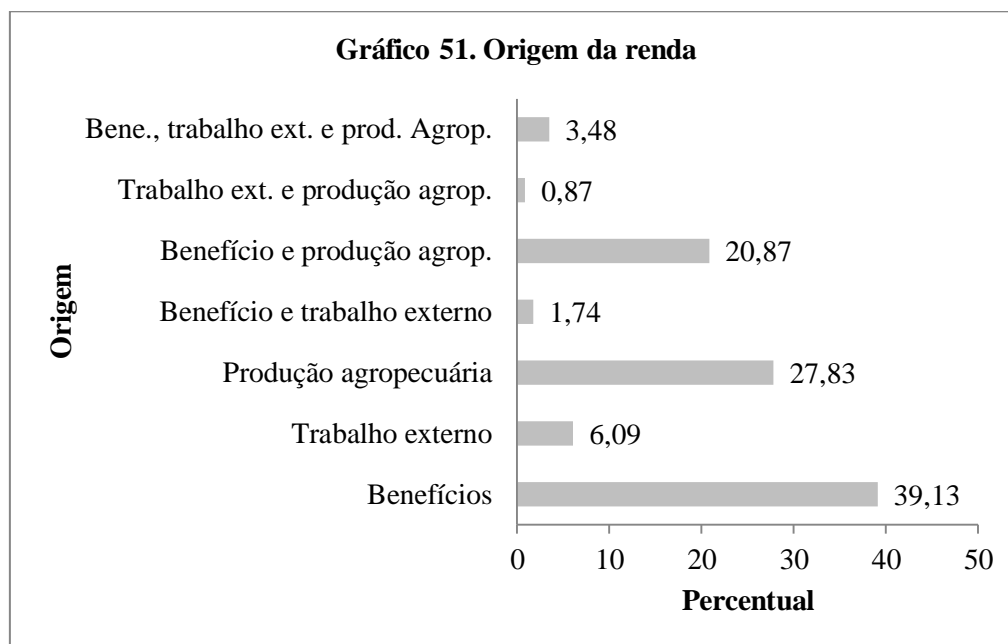
Tomando como referência o ano de 2014, quando foram realizadas as entrevistas, o salário mínimo era de R\$ 724,00. Pelo Gráfico 50, observa-se que a maioria dos assentados, 54,78%, apresentava renda entre mais que meio e um salário mínimo. Apenas 19,13% conseguem ganhar mais que um salário mínimo, e apenas 6,09% conseguem ganhar mais que dois salários mínimos. Por sinal, ninguém consegue obter mais de três salários mínimos como renda. Ainda existem os que ganham até meio salário mínimo que são 26,05 %.

Entende-se que devido a uma série de variáveis que têm influência na formação da renda, é razoavelmente aceitável que os assentamentos de Esplanada apresentem uma baixa renda para seus moradores, mesmo porque os assentamentos estão longe ainda da consolidação e com uma série de problemas em curso.

Alguns trabalhos demonstram rendas maiores que as encontradas em Esplanada. Analisando as dimensões dos impactos em dois assentamentos no Rio Grande do Sul, Silva e Casalinho (2011) concluíram que os dados coletados evidenciam uma melhoria na maior parte dos aspectos analisados, na economia, por exemplo, as famílias apresentaram uma renda bruta superior a dois salários mínimos mensais.

As condições edafoclimáticas são um dos parâmetros mais apontados como causa para que uns assentamentos proporcionem uma renda maior aos seus moradores,

em relação a outros. Assim, é natural que assentamentos no Rio Grande do Sul proporcionem mais renda que assentamentos em Esplanda. Com isso, num país com as dimensões como as do Brasil, onde as condições edafoclimáticas são bastante diversificadas, é natural que a renda das famílias assentadas sofra variação de um local para outro.



Observa-se pelo Gráfico 51 que a maior parte dos assentados (39,13 %) tem como origem da renda os benefícios transferidos pelo governo, como bolsa família, aposentadoria e auxílio doença. Os que apenas conseguem a renda da produção agropecuária são 27,83%. Os assentados que combinam os benefícios com a produção agropecuária são 20,87%. Os que recebem apenas de trabalho externo são apenas 6,09%.

Ainda pelo Gráfico 51, verifica-se que no total, o percentual de assentados que têm na formação da renda a produção agropecuária em algum momento é de 53,05%. Considera-se esse percentual razoavelmente bom, e levando em consideração que boa parte da produção é para consumo próprio, ainda existem alguns que também trocam produtos. Nem todos têm produção em uma quantidade que permita a venda do excedente. Já os que utilizam trabalho externo na composição da renda em algum momento, somam 12,18%.

São muitos os trabalhos em assentamentos que analisam a formação da renda dos assentados. Leite et al (2007) relata que em sua pesquisa encontrou como média geral os seguintes percentuais para a origem da renda: 69% da renda proveniente do lote, 14% das atividades de trabalho externo e 17% de benefícios previdenciários, com diferenças regionais evidentes de acordo as “manchas” de assentamentos analisadas.

Silva (2007), em estudo conduzido em Projetos de Assentamentos no Pará, mostra que muitos camponeses dependem de programas governamentais para garantir a sua sobrevivência, tendo suas atividades agrícolas marcadas pela baixa rentabilidade, influenciando para que poucos consigam sobreviver através dessas atividades. A venda de mão de obra fora da propriedade, que também seria importante meio de garantia da sustentabilidade, tem como obstáculo a própria legislação trabalhista (SILVA, 2007).

Ainda no que se refere às transferências de benefícios pelo governo, Lima (2010) comenta que estas são oriundas basicamente do programa bolsa família, do governo federal e de aposentadorias. Constatou também que 85,7% das famílias entrevistadas no PA Timbó e 95,6% do PA Mata Verde, complementam suas rendas oriundas do trabalho, com as transferências governamentais. Do total das famílias entrevistadas, 64,28% no PA Timbó e 53,6% no PA Mata Verde recebem a bolsa família, que varia de R\$90,00 a R\$120,00 mensais. Já as famílias entrevistadas que complementam a renda com recursos de aposentadoria, no valor de um salário mínimo, correspondem a 21,42% no PA Timbó e 42,0% no PA Mata Verde (LIMA, 2010).

Leite et al (2004) entendem que a renda formada fora do lote é complementar às atividades desenvolvidas no próprio lote e comentam que a criação dos assentamentos rurais foi uma importante alternativa e oportunidade de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada, representando a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote.

Medeiros e Leite (2004) comentam que os assentamentos não realizam uma agricultura de baixo dinamismo como pregam alguns pesquisadores e que a diversificação da produção agrícola reflete na composição da renda dos assentados.

O resultado encontrado em nosso trabalho diverge do de Leite et al (2007), porém os autores destacam que existem as diferenças regionais. Entende-se que a formação da renda sofre bastante interferência de local para local, não podendo ser analisada de forma geral. Inclusive, as transferências de recursos feitas pelo governo variam muito em função de onde se encontra localizada a comunidade.

Outro fator que merece atenção é a renda do autoconsumo, gerada pelo núcleo familiar e que por muitas vezes não entra nas análises da formação da renda.

Para Chayanov (1974), a renda de autoconsumo gerada pelo núcleo familiar e o balanço trabalho e consumo, constituem-se em uma importante referência para entender os camponeses, pois o autor considera que a produção camponesa que é subordinada ao capital, é marginal.

A formação da renda das famílias assentadas é influenciada por uma série de variáveis como: condições edafoclimáticas, comercialização, crédito agrícola, assistência técnica, distância do mercado consumidor, transporte, transferência de benefícios por parte do governo, consumo da família, venda do excedente de produção, entre outros. Quando esses fatores não são favoráveis, muitos assentados buscam trabalho fora do lote como alternativa para complementar ou formar a renda. Alguns pesquisadores trabalham no intuito de esclarecer essas atividades na formação da renda.

Leite et al (2007) concluem que apesar de se configurarem nitidamente como geradores de emprego, os assentamentos também estão sujeitos à saída temporária ou definitiva de pessoas: 28% das famílias nos assentamentos pesquisados já tiveram algum membro que se mudou do lote. No total, 12% dos lotes dos assentamentos pesquisados perderam membros em função da busca de trabalho.

A saída do lote de forma temporária ou definitiva em busca de trabalho é consequência do insucesso dentro do assentamento. Muitos deixam claro que não pretendem voltar a ser subordinados a grandes proprietários de terras ou trabalhos não dignos ao camponês, mas em muitos casos existe a necessidade de oferecer uma vida mais digna à família e quando o lote não proporciona essa possibilidade, então ocorre a migração para outras atividades fora do lote. O próprio governo ao não oferecer condições adequadas à produção está incentivando indiretamente o assentado a buscar alternativas que complementem a sua renda fora do assentamento.

Positivamente, o uso da renda dos assentados gera uma nova dinâmica em toda a região. Geralmente o comércio mais próximo se prepara para vender os seus produtos aos assentados, e isso envolve toda uma dinâmica de compra, venda, transporte, mão de obra e etc. Lima (2010), por exemplo, também observa uma nova dinâmica na relação campo-cidade, devido à implantação de assentamentos em Espírito Santo-RN. Essa parece ser uma realidade para todos os locais onde são implantados os assentamentos. Essa realidade se confunde com o que denominamos aqui de impacto.

Em nossas entrevistas foi comum ouvir dos munícipes e comerciantes que os assentamentos só trazem benefícios para a economia do município, principalmente quando usam a renda em compras no município. É renda gerando renda. É assentamento causando impacto no município.

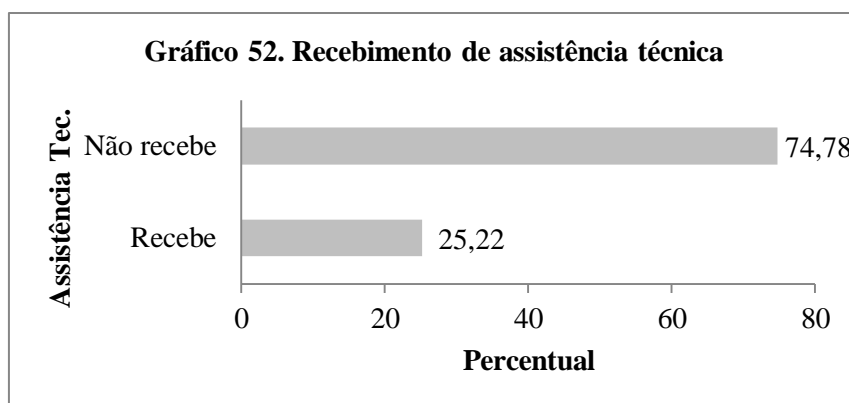
Os dados encontrados nos assentamentos de Esplanada evidenciam que ocorreu um impacto na vida dos assentados em relação à renda. Ocorre também um impacto no município quando os assentados usam a sua renda para adquirir bens e serviços. Vale salientar que o fator renda não deve ser utilizado prioritariamente como parâmetro para avaliar a viabilidade da implantação de assentamentos. Em nossas entrevistas, percebemos entre os que não melhoraram a renda, a felicidade de possuir um lote e a esperança em aumentar a renda, esperança essa que os impulsiona a trabalhar diariamente no intuito de viver dias ainda melhores.

Concorda-se com Paulino (2006) quando já atentava para esse aspecto, propondo uma reflexão sobre o equívoco de se utilizar critérios baseados na renda monetária para contestar a pertinência da reforma agrária no Brasil. A autora enfatiza a mudança qualitativa dos assentados ao conquistarem a terra.

A renda causa sim um impacto, mas não deve ser usada exclusivamente como medida de sucesso ou fracasso dos assentamentos enquanto política pública. Existe vida digna e feliz até onde não existe melhora da renda. Assim é a vida de muitos assentados.

4.6 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

A produção agropecuária e assistência técnica são duas atividades ligadas e que são fundamentais para a consolidação dos assentamentos. A assistência técnica adequada é um alicerce para uma boa produtividade no campo e, conseqüentemente, torna-se um fator responsável por melhorias nas condições de vida da população camponesa.

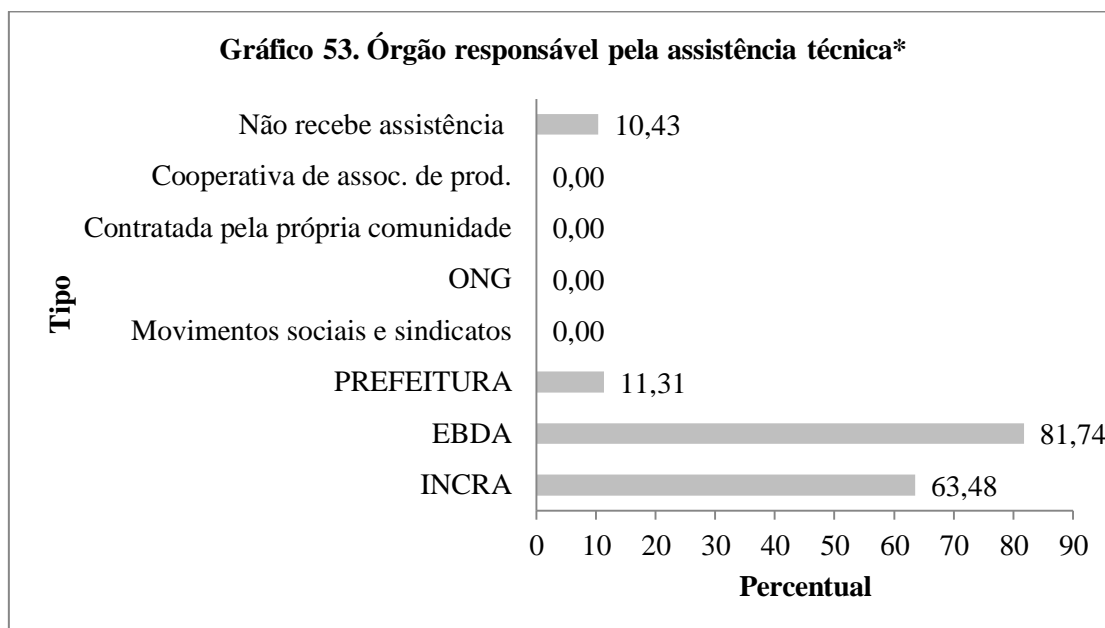


Pelas entrevistas realizadas, 74,78% dos assentados não recebem assistência técnica. Apenas 25,22% responderam que recebem tal assistência (Gráfico 52).

Na implantação do assentamento, obrigatoriamente é prevista a assistência técnica. No caso de Esplanada, verificou-se que os assentamentos foram implantados sem os PDAs. As visitas dos técnicos contratados pelo INCRA não apresentam uma regularidade. E em muitos momentos, os assentados demonstraram total decepção com a assistência técnica recebida. Inclusive, em dois assentamentos, o Reunidas Palame e o São Francisco, que seguiram orientações técnicas para os plantios de coco e abacaxi respectivamente, tiveram resultados desastrosos. Dessa forma, entende-se que a assistência técnica além de existir, deve ser direcionada aos assentados de forma específica para a localidade, levando em consideração todas as variáveis que são pertinentes ao processo de produção.

Gonzaga et al (2010), estudando difusão de tecnologia, tomando como base a cultura do café, em um assentamento no Acre, conclui que é imprescindível sinalizar novos métodos de pesquisa e desenvolvimento, convergindo para a adoção de tecnologias que satisfaçam as peculiaridades da categoria em foco, de acordo com as condições socioeconômicas ambientais e culturais dos cafeicultores, ou seja, um modelo participativo no qual os assentados, especificamente, sejam beneficiados diretamente.

Corroboramos com Gonzaga et al(2010), pois é necessária a participação dos assentados nas decisões técnicas adotadas pelos instrutores que planejam o projeto a ser desenvolvido nos assentamentos, levando em consideração as condições que os assentados podem usar para conseguir um resultado positivo. Não é pertinente que um assentamento plante coqueiro irrigado se a tecnologia da irrigação não é acessível aos assentados por vários motivos, principalmente a falta de crédito para tal atividade.



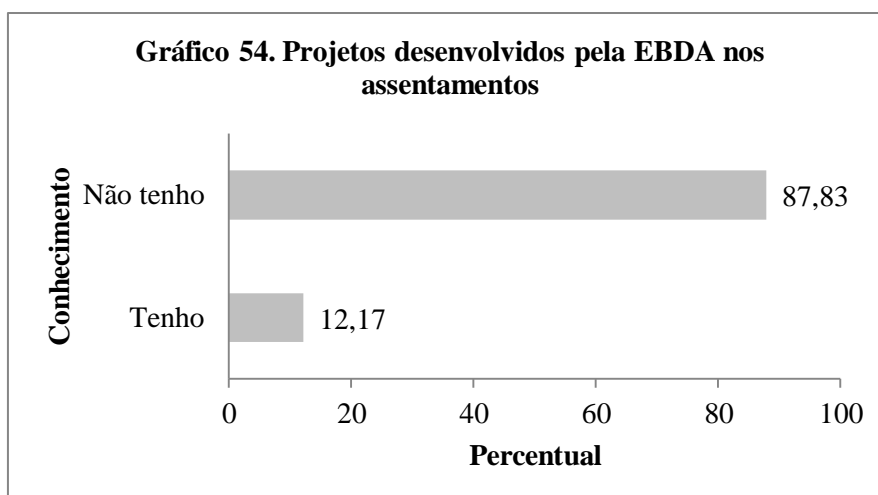
*Os assentados poderiam responder mais de uma alternativa

Em relação ao órgão responsável pela assistência técnica, a maioria dos assentados (81,74%) respondeu que recebe assistência técnica da EBDA e 63,48% do INCRA (Gráfico 53).

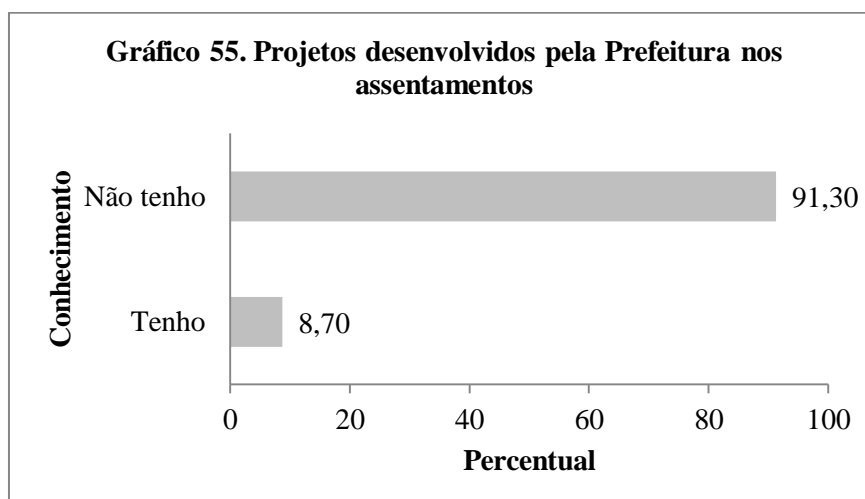
Durante as entrevistas, pudemos observar que os assentados fazem certa confusão quanto à assistência recebida, pois o INCRA contratou a EBDA para prestar assistência técnica, então os assentados não distinguem ao certo se é o INCRA ou a EBDA quem os assiste.

Observa-se que 10,43% dos assentados não recebem qualquer assistência técnica. Essa situação não deveria acontecer, tendo em vista que é uma das premissas para a implantação do assentamento (Gráfico 53). Esse resultado vai de encontro ao do item anterior (Gráfico 52) onde 74,78% dos assentados afirmaram não terem recebido assistência técnica. A diferença entre os resultados ocorreu em virtude de os sujeitos serem estimulados a responder sobre o órgão que presta assistência técnica.

A Prefeitura presta assistência a 11,31% dos assentados (Gráfico 53). Esse valor refere-se a uma assistência desenvolvida em gestões passadas, pois apuramos que no momento da pesquisa a Prefeitura não desenvolve nenhum projeto de assistência técnica a essas famílias.



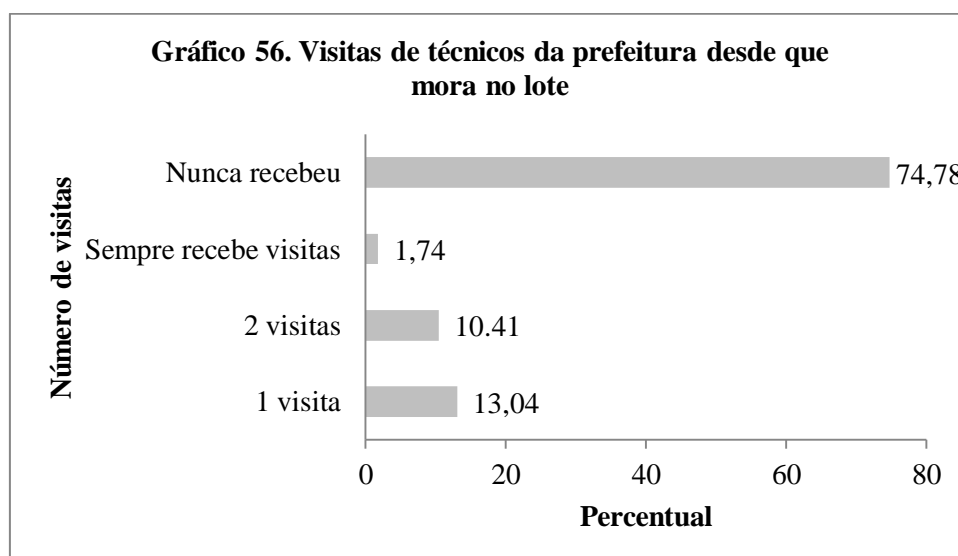
Observa-se pelo Gráfico 54 que 87,83% dos assentados não têm conhecimento sobre projetos desenvolvidos pela EBDA nos assentamentos. Por outro lado, 12,17% dos assentados afirmam ter conhecimento de projetos desenvolvidos pela EBDA nos assentamentos. Pelos resultados, podemos concluir que, se a EBDA desenvolve projetos nos assentamentos, esses chegam até poucos assentados. Durante nossas visitas aos assentamentos não foi possível identificar nenhum projeto desenvolvido pela EBDA nos assentamentos.



Observa-se pelo Gráfico 55 que 91,30% dos assentados não têm conhecimento sobre projetos desenvolvidos pela Prefeitura nos assentamentos. Por outro lado 8,70% dos assentados afirmam ter conhecimento de projetos desenvolvidos pela Prefeitura nos assentamentos. Entende-se que os 8,70% que declararam ter conhecimento sobre

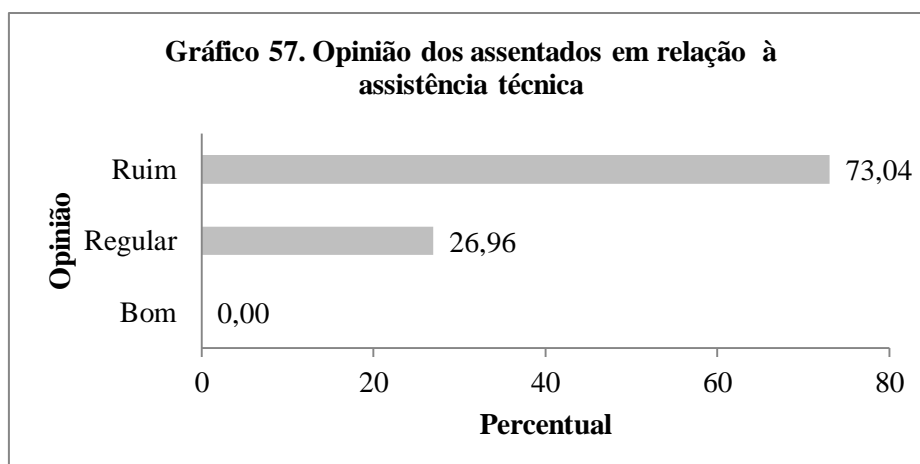
projetos desenvolvidos pela Prefeitura (Gráfico 56), referem-se a projetos que foram desenvolvidos no passado.

Detectamos ainda que em gestões passadas, principalmente entre 2001 e 2003, a Prefeitura realizou o projeto Semente na Terra, em que cada assentado recebia 5 kg de sementes de milho, 5 kg de semente de feijão e 2 sacos de adubo de 50 kg. Atualmente a Prefeitura não desenvolve nenhum projeto junto aos assentados.

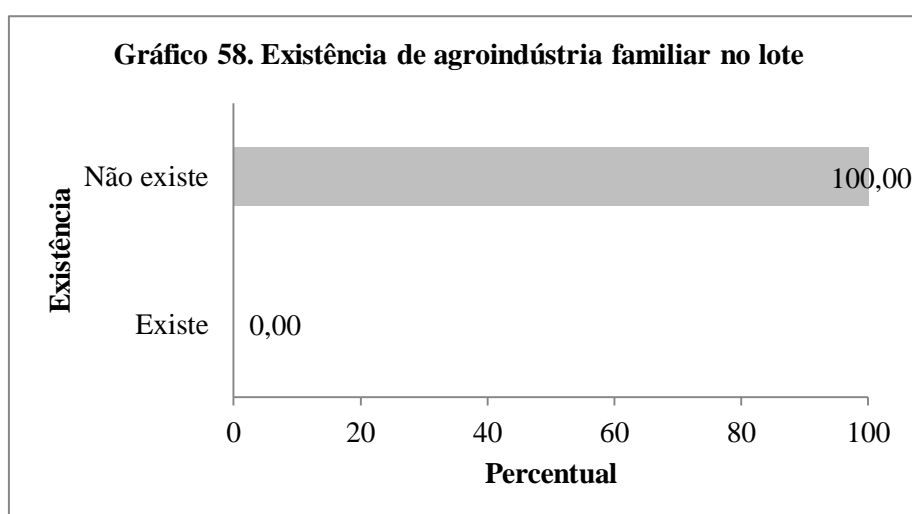


Observa-se pelo Gráfico 56 que 74,78% dos assentados nunca receberam visitas de técnicos da Prefeitura. Os que receberam visitas somam no total, 25,22%. Em nossas visitas detectamos que a Prefeitura não pretende desenvolver assistência técnica nos assentamentos, segundo alguns funcionários, essa responsabilidade é do INCRA.

Entende-se que a Prefeitura ainda não reconheceu a importância de prestar assistência técnica aos assentados, pois o retorno seria garantido na produtividade e toda sua dinâmica de transporte e venda, o que gera recursos ao município, além de aumentar a oferta de alimentos e a segurança alimentar na região.



A pouca assistência técnica que chega até os assentados parece não ter boa qualidade. Pelo Gráfico 57, nenhum assentado entrevistado afirmou ser boa a assistência técnica recebida. Por outro lado 73,04% dos assentados consideram ruim a assistência recebida e apenas 26,96% como regular. Durante nossas visitas conversamos com técnicos responsáveis pela assistência nos assentamentos, esses esclareceram que as condições de visitas aos assentamentos são as piores possíveis, principalmente por conta da falta de veículos e de recursos para poderem preparar melhores materiais didáticos a serem apresentados aos assentados. Eles não conseguem cumprir uma agenda preestabelecida, principalmente devido à falta de recursos financeiros.



Não existe agroindústria familiar nos assentamentos de Esplanada (Gráfico 58), bem como não ocorre um incentivo a esse tipo de estabelecimento. Como os PDA's dos assentamentos não foram elaborados, não se tem comentários acerca da intenção de instalação de agroindústrias naquelas localidades. A existência de pequenas casas de farinha foram o máximo que identificamos em alguns assentamentos (Figuras 16 e 17).

No Reunidas Palame, alguns assentados desenvolveram um modelo de benfeitoria para a fabricação de farinha nos quintais das residências e trabalham no sistema de mutirão e divisão da produção (Figura 16). Vale ressaltar que no assentamento Reunidas Palame, existe uma casa de farinha construída com recursos do Governo do Estado da Bahia, mas nunca funcionou, pois o governo prometeu comprar um motor para impulsionar as máquinas, mas nunca comprou. A casa de farinha está pronta há mais de dez anos e nunca funcionou (Figura 18).



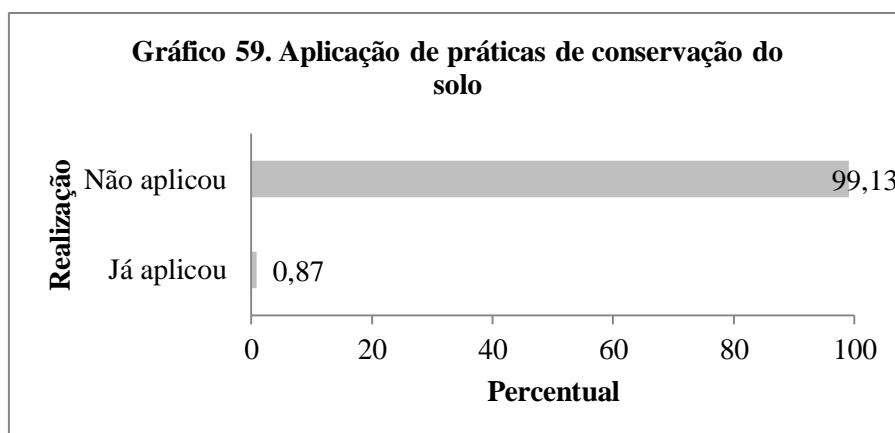
Figura 17. Fabricação de farinha no assentamento Reunidas Palame. 2014.



Figura 18. Fabricação de farinha no assentamento Reunidas Boa Vista. 2013.

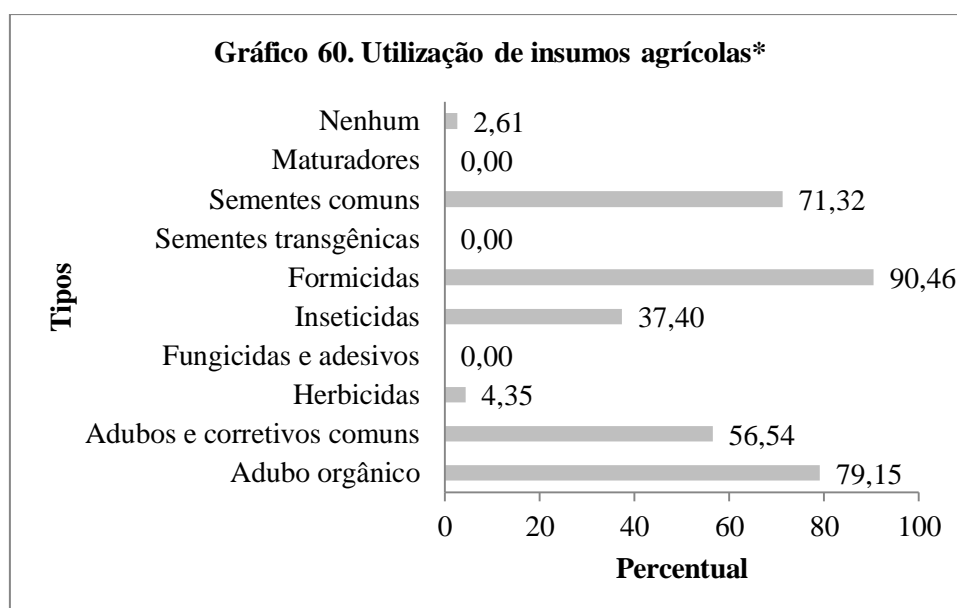


Figura 19. Casa de farinha construída pelo governo no Assentamento Reunidas Palame. 2014.



Apenas 0,87% dos assentados entrevistados usaram práticas de conservação do solo (Gráfico 59). Quase que a totalidade dos assentados entrevistados (99,13%) nunca usou práticas de conservação dos solos nos assentamentos.

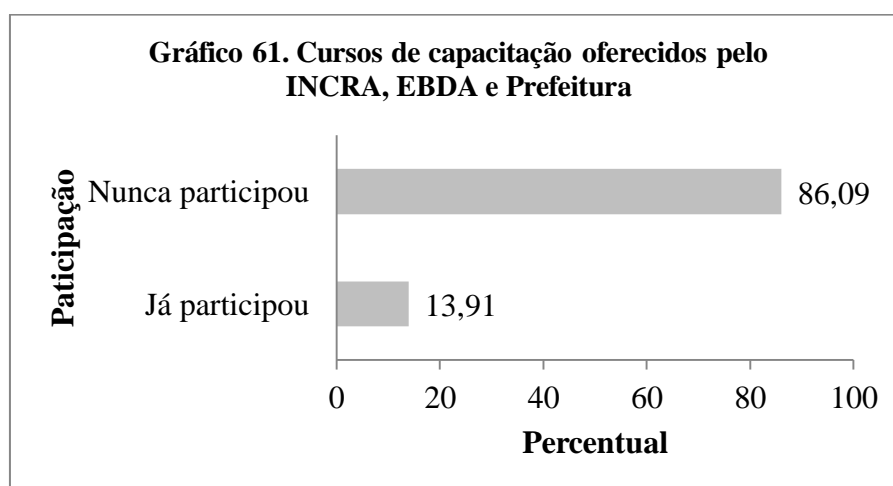
Esse resultado expressa a deficiência de assistência técnica nos assentamentos. Usualmente e pelas referências existentes, os solos de Esplanada estão presentes em uma região denominada Tabuleiros Costeiros, com os solos apresentando uma camada compactada a partir de 50 cm de profundidade. Sendo assim, o solo precisa de técnicas específicas de práticas de conservação. Outro problema é a existência de terrenos desnivelados, fato que gera a necessidade da prática de curvas de nível para plantio, principalmente para evitar o processo de erosão do solo.



*Os assentados poderiam responder mais de uma alternativa.

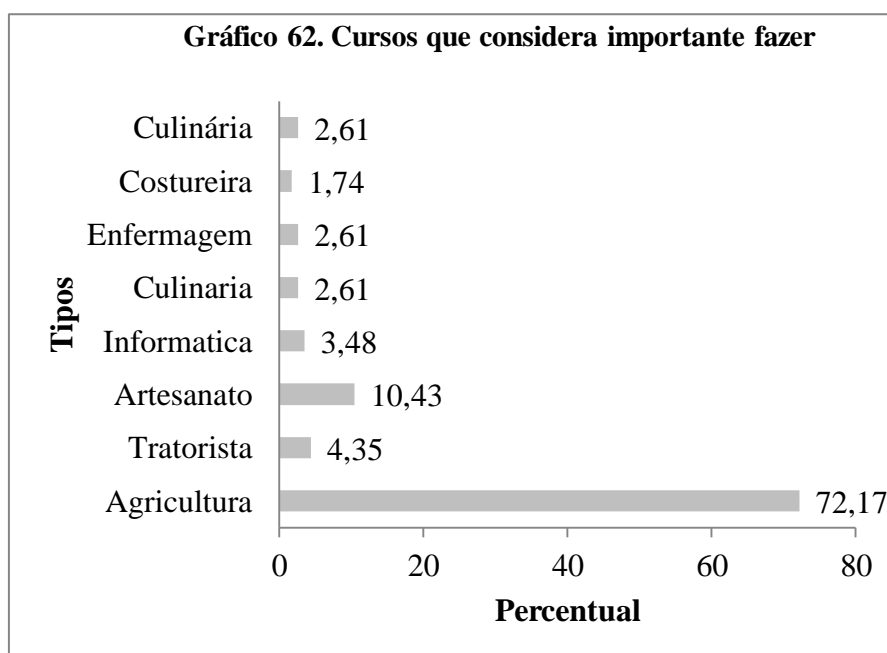
Em relação aos insumos usados, a maioria dos assentados usa formicida (90,46%), adubo orgânico (79,15%), sementes comuns (71,32%), adubos e corretivos comuns (56,54%)(Gráfico 60). Foram citados também inseticidas (37,40%) e herbicidas (4,35%). Poucos assentados não usam nenhum insumo (2,61%).

De um modo geral, os insumos que foram citados nas entrevistas são comumente usados pelos camponeses. Percebemos nas entrevistas que poucos assentados usam corretivos de acidez, fato que compromete de forma significativa a produtividade das culturas, assim, torna-se evidente que a falta dessa prática está relacionada à falta de assistência técnica ou assistência inadequada recebida pelos assentados. Corrigir a acidez do solo é premissa básica para se adquirir uma boa produtividade.



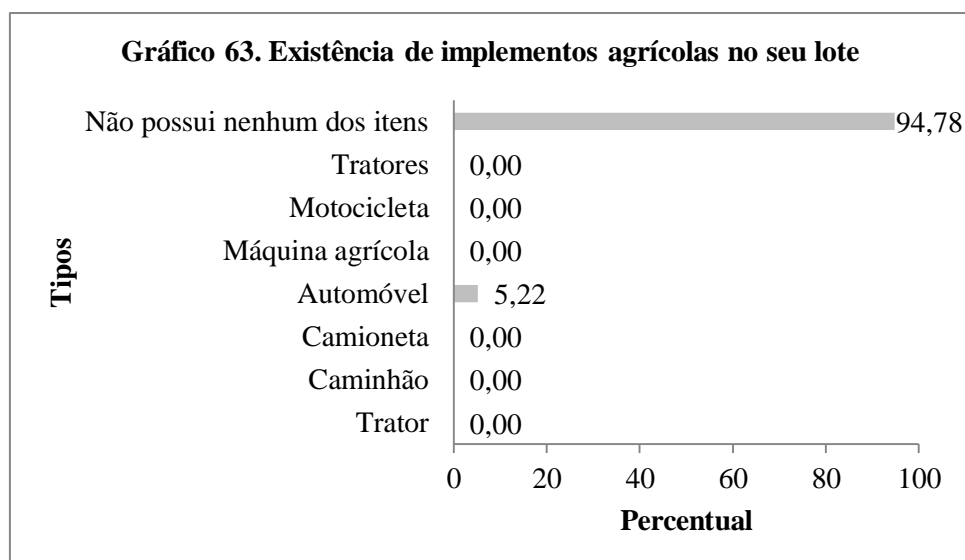
Pelo Gráfico 61, nota-se que apenas 13,91 % dos assentados já participaram de eventos. A maioria, 86,09% nunca participou de cursos oferecidos pelo INCRA, EBDA e Prefeitura.

Conclui-se que ainda é muito pequena a oferta de cursos oferecidos aos assentados pelas instâncias públicas. Essa baixa assistência e acompanhamento têm relação direta com a baixa produção que foi observada nos assentamentos. O INCRA justifica que a oferta de cursos deve ser oferecida pela EBDA, que é a contratada para prestar assistência técnica nos assentamentos, por outro lado, técnicos da EBDA reclamam da falta de condições adequadas para oferecer os cursos. A Prefeitura não tem interesse em oferecer preparação aos assentados.



Observa-se pelo Gráfico 62 que a maioria dos assentados (72,17%) considera importante fazer curso de agricultura. Enquanto apenas 4,45% considera importante fazer o curso de tratorista. Os demais cursos foram citados em menor proporção e principalmente pelas assentadas, foram eles: culinária, enfermagem, informática, artesanato e costura.

O curso de agricultura tem uma relação direta com a principal atividade desenvolvida pelos assentados, que é o trabalho no campo. Eles deixam bem claro em suas entrevistas a necessidade do recebimento de cursos dessa natureza. Em muitos momentos durante nossas visitas eles comentaram sobre as baixas produtividades por não saberem usar as técnicas adequadas. Comentam também o fato de não diversificar a produção devido a falta de conhecimento sobre novos cultivos.

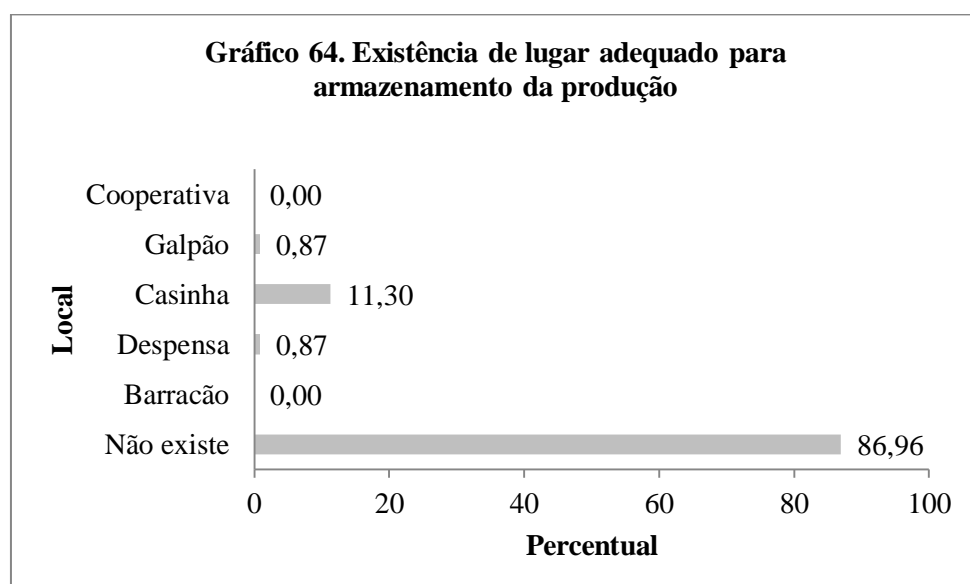


A maioria dos assentados (94,78%) não possui implementos agrícolas nos assentamentos (Gráfico 63). Levando em consideração automóvel como implemento agrícola, principalmente quando auxilia nas atividades de campo, apenas 5,22% dos assentados afirmam possuir esse implemento. Essa falta de implementos agrícolas também tem ligação direta com a baixa produção que apuramos em nossas visitas. Vale ressaltar que os créditos recebidos por alguns assentados também são insuficientes para compra de equipamentos necessários para melhorar as produções.

Entende-se que o INCRA deve programar uma linha específica de crédito que financie implementos agrícolas. Os assentamentos também deveriam ter implementos comunitários que poderiam atender a todos os assentados. Os assentamentos em Reunidas Palame e São Francisco possuem trator comunitário, mas a distribuição do uso apresenta sérios problemas. Os assentados parecem não estar preparados para a prática do bem comum. Ouvimos muitas reclamações sobre o uso dos tratores por assentados. Entre as reclamações mais comuns estava a venda de horas de trator para alguns assentados, prática considerada ilegal dentro dos assentamentos. Outra queixa constante foi a do uso preferencial para determinados assentados.



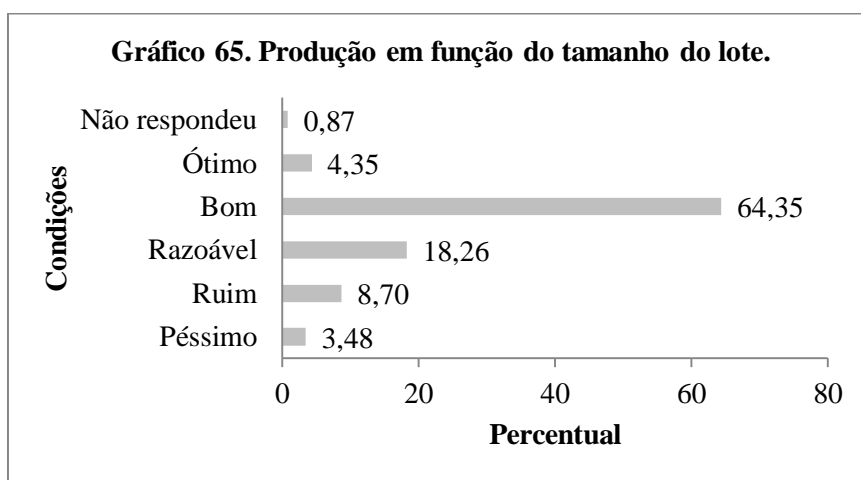
Figura 20. Trator pertencente ao Assentamento São Francisco. 2014.



Em relação ao armazenamento da produção, 86,96% dos assentados não possuem nenhum tipo de local adequado para essa atividade, o uso de casinha foi citado por 11,30% dos assentados (Gráfico 64).

Observa-se que nos assentamentos de Esplanada, a produção agropecuária ainda é baixa, isso explica o baixo número de assentados com locais adequados para armazenar a produção. Acredita-se que com o aumento da produção, mais construções serão feitas.

Outro detalhe que chama à atenção nos assentamentos de Esplanada é a não existência de cooperativas atuando dentro dos assentamentos, tendo em vista que a presença de cooperativas nos assentamentos é posição defendida fortemente por alguns movimentos sociais de luta pela terra. Tudo indica que os assentados de Esplanada ainda não apresentam produção satisfatória que justifique a criação de cooperativas e culturalmente eles também não demonstram interesse, provavelmente em virtude do hábito adquirido antes do assentamento, em que o trabalho familiar era a única forma coletiva de administrar a produção.

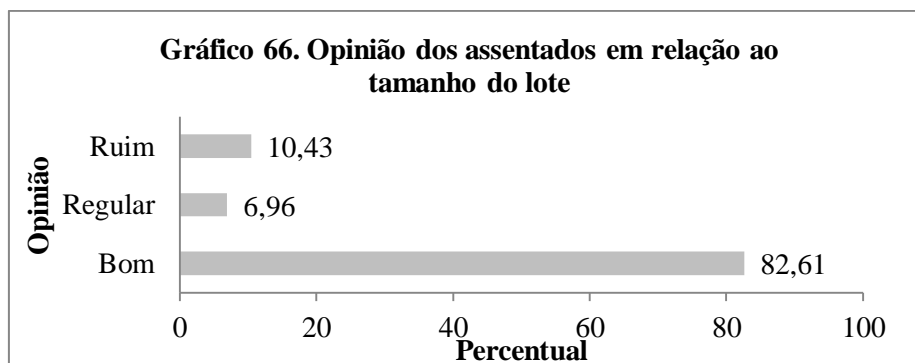


A maioria dos assentados (64,35%) considera que o lote apresenta boa produção em função do seu tamanho, apenas 3,48% dos assentados consideram a produção péssima em função do tamanho do lote e 8,70% considera ruim (Gráfico 65).

Em nossas entrevistas, observou-se que os assentados, em sua maioria, não apresentaram grandes insatisfações em relação à produção de acordo o tamanho do lote.

Fica evidente que os assentados não conhecem adequadamente o potencial que os lotes apresentam. Os dados incertos de produção que os assentados informaram

indicam uma baixa produção nos lotes. Possivelmente a inadequada assistência técnica é a principal responsável pela falta de percepção do potencial produtivo que os lotes apresentam.

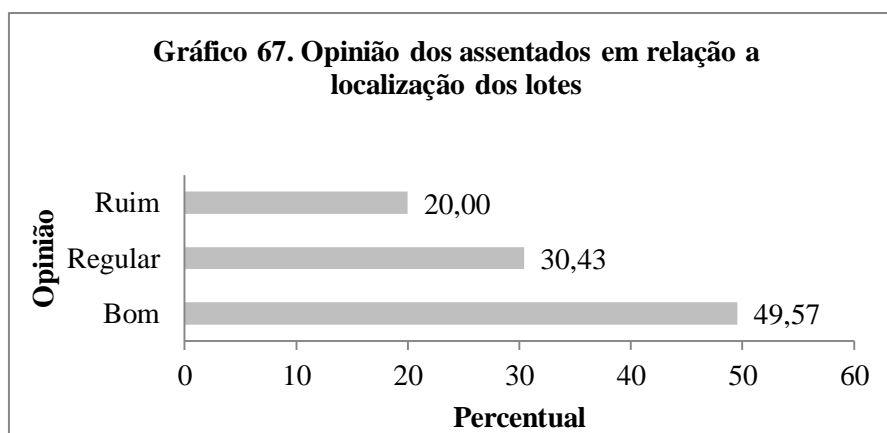


Observa-se pelo Gráfico 66 que apenas 10,43 % dos assentados declararam não estarem satisfeitos com o tamanho do lote. A maioria dos assentados (82,61%) considera que o tamanho do lote é bom.

Em nossas visitas ficou a nítida impressão da satisfação dos assentados com os tamanhos dos lotes, inclusive, observou-se que muitos não estão usando nem a metade do lote que possuem; isso por alguns motivos como: falta de assistência técnica, falta de crédito, falta de implementos, distância da agrovila, entre outros.

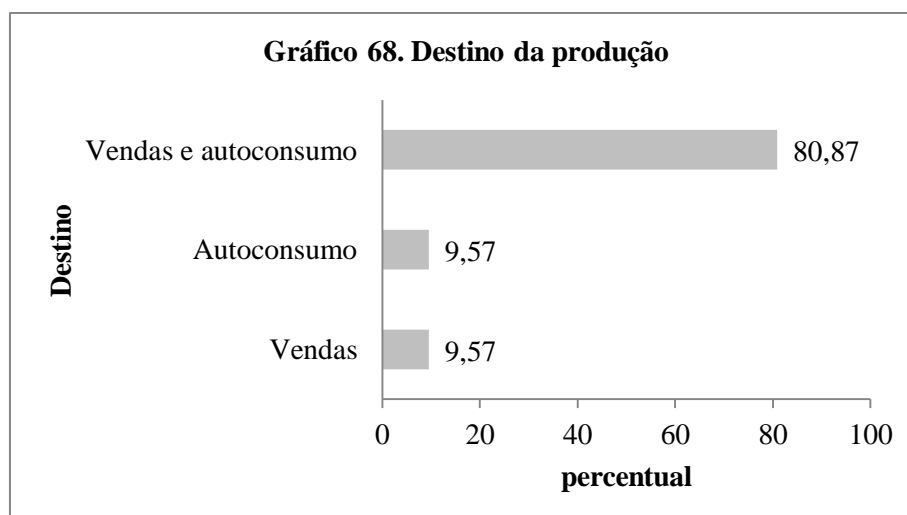
Observa-se que os assentados não apresentam queixas maiores quanto ao tamanho do lote e a produção possível em relação a esse tamanho. Ainda assim, quando é relatado algum problema em relação ao tamanho, parece não ser obstáculo para uma boa produção.

Alves e Silveira (2008) relatam que apesar da dificuldade no tamanho do lote das famílias assentadas, o processo de consolidação dos agricultores é lento, mas existe. Os mesmos autores constaram a dificuldade inicial para produção e comercialização, mas nos anos seguintes, com o aumento nos programas de crédito e integração dos órgãos de assistências técnica, os agricultores familiares conseguiram produzir para subsistência e ter um nível de comercialização.



Em relação à localização dos lotes, 49,57% dos assentados consideram boa a localização; 30,43% consideram regular e apenas 20% consideram ruim (Gráfico 67).

Os lotes são distribuídos por sorteio. Percebe-se que a maioria dos assentados não satisfeitos com os seus lotes, foram aqueles que têm suas terras mais afastadas da agrovila. Outra parcela menor de insatisfeitos é devido ao acesso até o lote, pois em alguns assentamentos são visíveis as elevações do solo, fato que dificulta o acesso, principalmente por conta das péssimas condições de acesso.



Em relação ao destino da produção, observa-se que os assentados, em sua maioria (80,87%), fazem venda e autoconsumo da produção (Gráfico 68). O excedente do autoconsumo é vendido. A verba arrecadada é usada principalmente para comprar

alimentos que não são produzidos no assentamento e pequenos bens necessários, assim como pagar serviços. Apenas 9,57% não vendem seus produtos, provavelmente são aqueles que ganham benefícios ou fazem uso de trabalho externo para compor a renda.

Alves e Silveira (2008), analisando assentamentos no Rio Grande do Sul, relatam que a reforma agrária pautada em assentamentos rurais cumpriu a sua função social na medida em que plantam basicamente para própria alimentação. Os autores observam também que economicamente nem sempre as famílias conseguem sucesso, mas que os assentamentos mais antigos já conseguem vender os excedentes. Essa tônica também é observada nos assentamentos de Esplanada.

Leite et al (2007) e Leite et al (2004) verificam que, de modo geral, os assentamentos contribuem para diversificar as pautas de produtos agropecuários, introduzindo novos cultivos e incrementando significativamente a produção de alguns itens secundários localmente tradicionais, sendo que a diversificação tem impactos também nos próprios assentados, uma vez que possibilita a estes se resguardar das leis de mercado, em face dos problemas de comercialização e das próprias leis, além de significar uma melhoria na qualidade alimentar.

A diversificação da produção abre espaço para novos caminhos de comercialização. Nesse sentido, os assentamentos de Esplanada têm feito parcerias com outras comunidades rurais para escoar suas produções. Essa interação é muito positiva no sentido de redução de custos, pois em determinadas situações, como por exemplo, o transporte de mercadorias, sai mais em conta para cada produtor pagar em conjunto esse tipo de serviço.

Leite et al (2007) observam que a presença dos assentamentos, ao aumentar o volume de produção e/ou introduzir novos cultivos, em alguns casos favoreceu o surgimento de outros circuitos de atravessadores, que representam novos canais de comercialização, repercutindo também na agricultura local. A agricultura municipal começa a apresentar uma nova dinâmica. Os assentados começam a fazer parte do processo produtivo do município.

Uma nova dinâmica também foi observada envolvendo os municípios vizinhos. É comum produtores rurais do município de Rio Real juntarem suas produções com as dos assentamentos. Dessa forma, aumenta-se o volume da produção e conseqüentemente, o poder de comercialização. Essa união causa um impacto em nível de comercialização regional.

Nesse sentido, podemos afirmar que os assentamentos, em nível de produção agropecuária e comercialização, causam um impacto onde são implantados, tanto para o município como para o próprio assentamento, em alguns casos até de maneira regional.

Leite et al (2007) observa que a presença dos assentamentos provocou, em vários municípios, o crescimento da oferta, diversificação e rebaixamento dos preços dos produtos alimentícios, influenciando especialmente nas feiras livres, com o aumento do espaço físico e do número de dias de ocorrência das feiras. Os autores observaram também uma importância relativa das vendas dentro dos próprios assentamentos (para outros assentados), revelando que em alguns casos, eles podem tornar-se, eles próprios, mercados para os produtos dos assentados, especialmente onde há maior densidade de famílias instaladas.

Nas feiras livres de Esplanada é comum encontrar assentados vendendo seus produtos. Sem dúvida, o município ganha com essa diversificação de produtos nas feiras. Outro detalhe importante é que os assentados, em sua maioria, gasta o recurso adquirido com a venda dos seus produtos no comércio local. Foi comum ouvir de comerciantes que segunda-feira é um bom dia para o comércio local, em virtude de os assentados virem para a sede do município realizar compras.

Não foi possível medir exatamente a produção específica dos assentados, já que os mesmos muitas vezes não souberam responder ao certo as quantidades vendidas e consumidas.

Dessa forma, usamos a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) feita pelo IBGE (1995 e 2012) para ver o comportamento das produções das principais culturas desenvolvidas nos assentamentos de Esplanada, antes e depois dos assentamentos, tomando como anos de referência 1995 e 2012. Vale salientar que outros produtos também foram citados pelos assentados, no entanto, em menor importância por conta das pequenas áreas plantadas ou devido às fracas colheitas obtidas.

Tabela 44. Produção Agrícola Municipal das principais culturas permanentes e temporárias do município de Esplanada - 1995 e 2012

Cultura permanente	Quantidade²⁶	
	1995	2012
Coco	11.800 (mil frutos)	36.000 (mil frutos)
Laranja	3.484,12(toneladas)	30.550 (toneladas)
Maracujá	654,5 (toneladas)	8. 800 (toneladas)
Cultura temporária	1995	2012
Feijão em grão	51 (toneladas)	702 (toneladas)
Mandioca	1.550 (toneladas)	12.100 (toneladas)
Milho	63 (toneladas)	2500 (toneladas)

Fonte: IBGE, 2015. Elaboração: Costa Neto; A. de O.

Através da Tabela 44, observa-se que houve um salto enorme das principais culturas permanentes e temporárias plantadas no município.

Pela série histórica do IBGE (tabela 40), podemos concluir que a presença dos assentamentos possivelmente tem participação importante no aumento da produção das culturas, pois muitos assentamentos tornaram-se propriedades menores, produtoras de diversas culturas onde anteriormente eram apenas latifúndios improdutivos.

Assim, seja qual for o argumento dos contrários à política de implantação dos assentamentos, não é possível afirmar que a implantação dos assentamentos prejudica a produção agropecuária.

Conclui-se que a produção agropecuária dos assentamentos de Esplanada ainda está aquém do possível, mas é facilmente percebido que uma das causas para os resultados não alcançarem o objetivo desejado é a deficiente assistência técnica oferecida aos assentados. Ainda assim eles conseguem, em muitos casos, produzir para consumo próprio e realizar a venda do excedente. Todo esse processo gera um impacto no assentamento e no município, pelo fato de dinamizar a agricultura e todo processo produtivo, incluindo a comercialização e transporte, além de proporcionar melhoria da oferta alimentar não só para os assentados, como para os munícipes também.

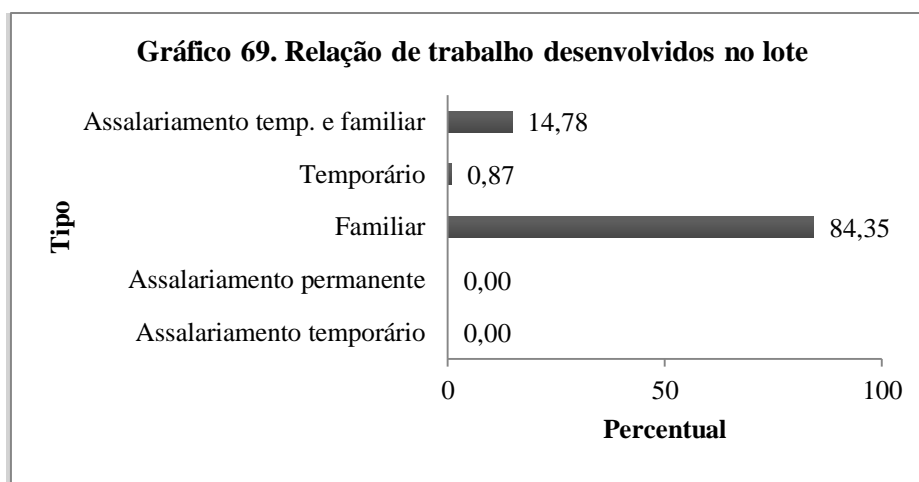
²⁶ Transformações de mil frutos para tonelada, baseadas em: Fonte: Perobelli, Fernando Salgueiro; Almeida, Eduardo Simões; Alvim, Maria Isabel da Silva A., Ferreira, Pedro Guilherme Costa. Produtividade do setor agrícola brasileiro (1991-2003): uma análise espacial. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 65-91, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Fatoresdeconversaoagricolas.xls>. Acesso em 13 de Junho de 2015.



Figura 21. Plantio de coco no assentamento Nova Esplanada. 2014

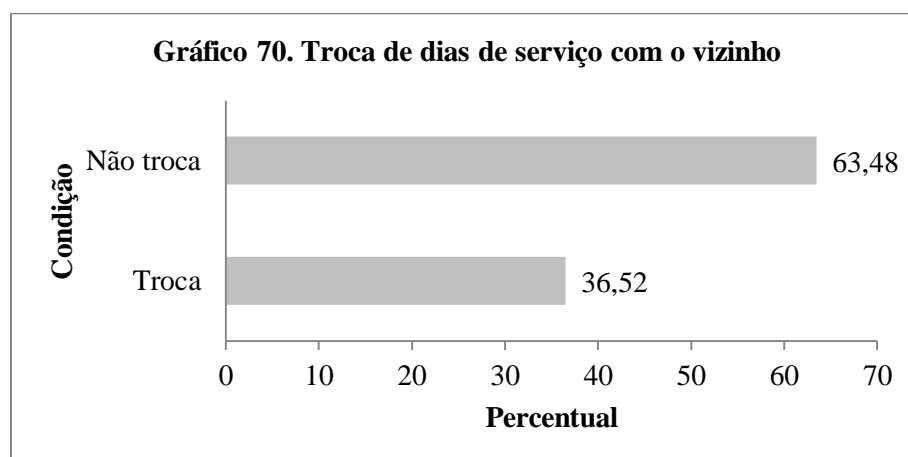
4.7 TRABALHO

A dimensão trabalho nos assentamentos significa a dignidade dentro do assentamento. Ainda que alguns assentados recebam benefícios do governo, percebe-se que o trabalho rural dignifica o sujeito social, de modo que ele faz questão de mostrar que é um trabalhador. A depender do momento, as relações de trabalho no lote apresentam formas variadas.



Observa-se pelo Gráfico 69 que nos lotes predominam a mão de obra familiar (84,35%). Apenas 14,78% desenvolvem assalariamento temporário e familiar juntos. Observa-se que a mão de obra familiar está presente nos assentamentos de forma muito acentuada. Dito isso, esse fato fortalece a corrente de pensadores que defende a necessidade dos assentamentos como fortalecimento da reforma agrária, pois o uso da mão de obra familiar só reforça a ideia da necessidade do homem ter terra para trabalhar e produzir. No projeto de concepção dos assentamentos, é obrigatória a ideia do uso de mão de obra familiar, o que de fato observamos em nossas visitas. Apenas em virtude de um plantio maior ou de uma colheita maior é que os assentados fazem uso de assalariamento temporário, geralmente em forma de diária, para complementar uma demanda pontual.

Algumas atividades de campo são feitas com o uso de mutirões, fato que auxilia na não necessidade de contratação de mão de obra temporária.



Constata-se no Gráfico 70 que apenas 36,52% dos assentados trocam dias de serviço com os vizinhos. Por outro lado, 63,48% não faz uso dessa prática.

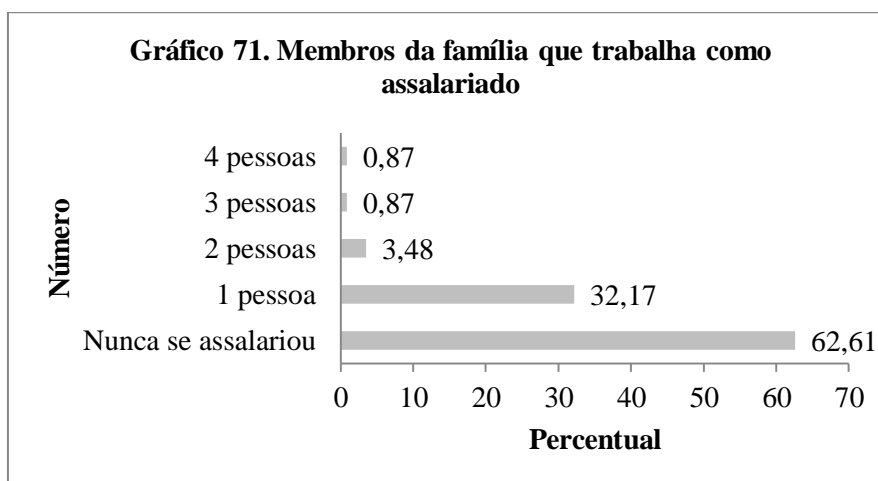
Nota-se que uma das premissas pregadas pelos dos movimentos sociais não está sendo concretizada nos assentamentos de Esplanada. O trabalho em conjunto entre vizinhos não tem apresentado muita frequência nos assentamentos de Esplanada. Percebemos que muitos preferem apenas o trabalho familiar, pois era um costume anterior ao assentamento e que eles continuam a usar.

Bom, trabalho coletivo é muito bom porque rende mais e outra coisa, tem aquela questão de união, tem mais força, tem mais sentido o trabalho coletivo. Só que é difícil, né. É difícil convencer o pessoal a trabalhar dessa forma (Assentado nº 21, Assentamento São Francisco. 2014).

O trabalho coletivo é um trabalho importante. Agora o que falta mais no trabalho coletivo é que, muitas pessoas, talvez, não querem se unirem. Mas eu acho que falta isso. Porque tudo isso cria um futuro melhor, né (Assentado nº 2, Assentamento Reunidas Palame. 2014).

Muito bom. Quando funciona é muito bom. Mas aqui, por exemplo, nunca funcionou. As pessoas não se unem de jeito nenhum aqui. Não sei, parece que existe espinho. Quando começam a se juntar, dá aquele choque e não sei. (Assentado nº 7, Assentamento São Francisco. 2014).

Fica claro pelas respostas dos assentados que existe uma dificuldade em unir assentados para as atividades em conjunto. Muitos afirmam gostar dos resultados quando o trabalho comunitário acontece. Sem dúvida, pesa nessa prática do isolamento familiar, práticas que os assentados trazem de épocas anteriores ao assentamento, em que normalmente predomina a mão de obra exclusivamente familiar.

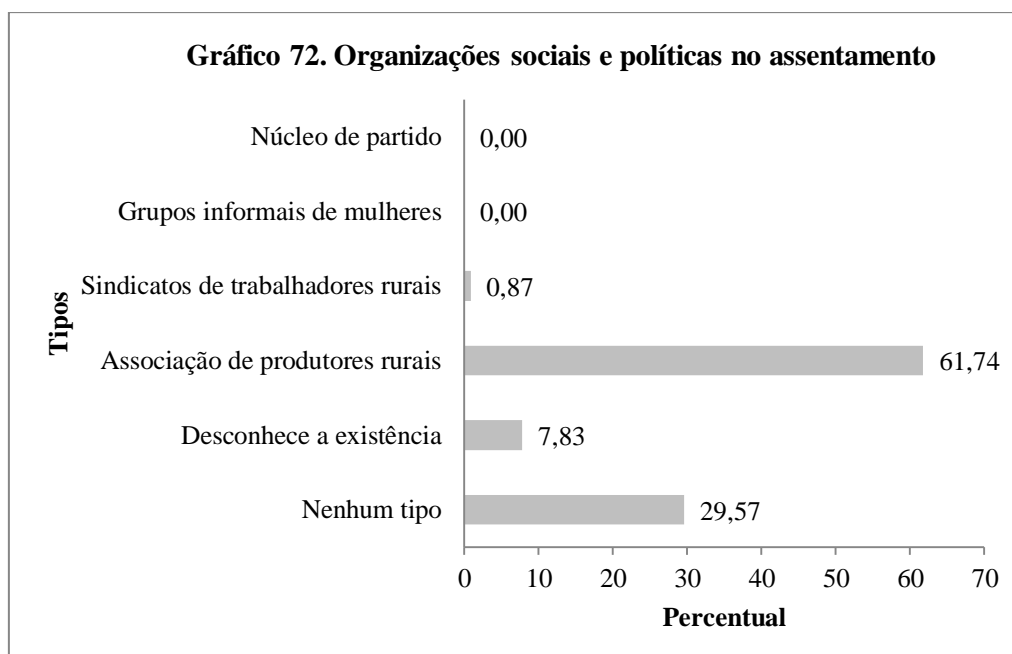


Observa-se pelo Gráfico 71 que a maioria dos assentados (62,61%) não apresenta qualquer membro da família como quem já foi assalariado. Apresentam um membro da família assalariado 32,17% dos assentados. Mais que um membro da família como assalariado, apenas 5,22%.

A maioria dos assentados não apresenta assalariamento e normalmente quando alguém na família recebe salário, esse quantitativo gira em torno dos filhos. Essa constatação é importante no sentido de que a maioria dos familiares também trabalha no lote. Assim, a continuidade do camponês está garantida, mesmo com as investidas do capital no meio rural.

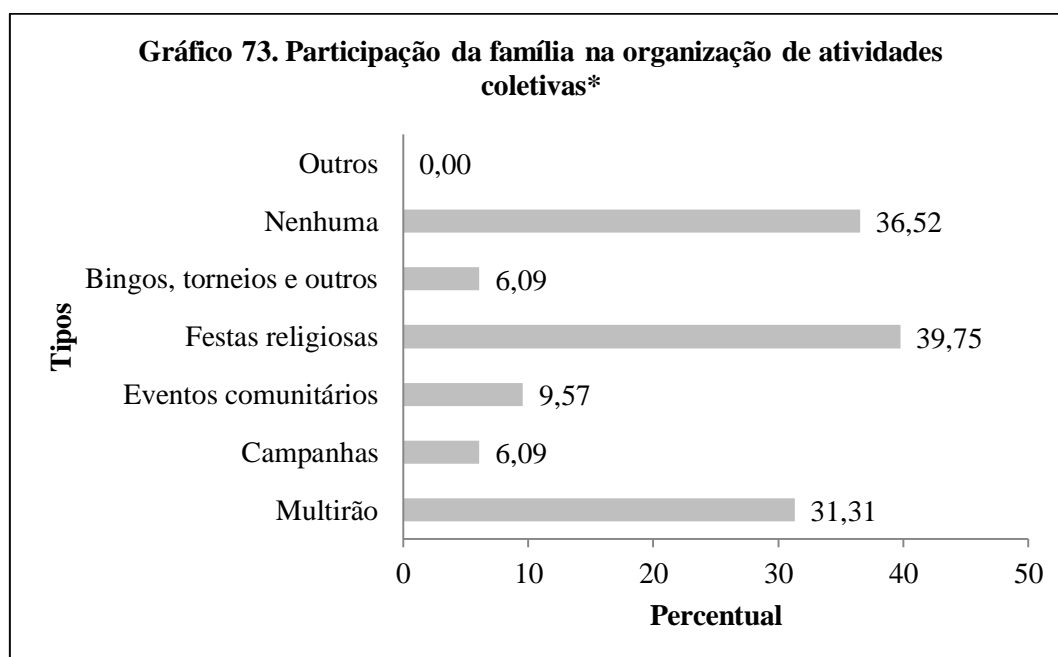
4.8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL.

Assevera-se nos dados levantados, que a maioria dos assentados só reconhece como organização social e política nos assentamentos a associação de produtores rurais (61,74%). Em segunda colocação aparece o sindicato de trabalhadores rurais, com apenas 0,87%. Não são reconhecidas outras organizações atuando nos assentamentos.



Em relação à associação dos produtores rurais, todos os assentados deveriam responder positivamente que conhecem essa organização, visto que todos os assentamentos apresentam associação de produtores. Inclusive, a localidade de São Francisco apresenta três associações de produtores.

Constatamos, entretanto, que alguns assentados ainda vivem afastados das decisões das associações. Existe por parte de alguns associados um descrédito em relação ao papel das associações, por isso o afastamento e até o não reconhecimento.



*Os assentados poderiam responder mais de uma alternativa

Observa-se pelo Gráfico 73 que a maioria dos assentados (39,75%) afirmou que participam de festas religiosas. Não participam de qualquer atividade coletiva 36,52% dos assentados. Nos mutirões participam 31,31% dos assentados. Outras atividades coletivas são menos expressivas.

Nota-se que ainda é baixa a quantidade de associados que participam de atividades coletivas, mesmo porque essas atividades são estimuladas a serem desenvolvidas ainda nas fases anteriores ao assentamento, como nos acampamentos e também nas reuniões organizadas pelos mediadores, no caso de Esplanada, o MST e a CPT.

Mais uma vez a questão da cultura anterior ao assentamento justifica essa baixa participação nas atividades coletivas. Muitos assentados sempre trabalharam com a ideia de mão de obra da própria família e trazem esse costume para o trabalho dentro

dos assentamentos. Muitas vezes até ocorre a organização, mas para outros fins que não o trabalho no lote. A não coletivização é observada também por alguns autores.

Silva (2003), analisando diferentes e múltiplas tentativas de produções coletivas nos assentamentos rurais em Goiás-GO, demonstra uma opção pela produção individual, ou seja, os assentados têm dificuldades para se organizarem coletivamente, o que significa uma recriação da identidade anterior. As poucas experiências coletivas que existem têm sido as cooperativas e mesmo assim enfrentam dificuldades

Para Schreiner (2002) a coletivização entre assentados é estranha à sua cultura e se constitui numa forma redutora de seu modo de vida e utopias, assim, é necessário valorizar a cultura dos assentados e considerar suas tradições e valores. Do mesmo modo, também é necessário superar práticas autoritárias e de subordinação política na relação entre mediadores e assentados, como uma das condições para uma nova qualidade de vida individual e coletiva, alicerçada nas diferentes formas de reciprocidade horizontal, na democracia e na cooperação.

De fato os mediadores pregam o trabalho coletivo na lavoura, principalmente como forma de manter boas relações sociais. Nos assentamentos de Esplanada, as áreas coletivas são subutilizadas e em alguns casos, como em Reunidas Palame, nem sequer foi delimitada. Nos lotes, com poucas exceções, também se percebe muito trabalho familiar e pouca parceria com assentados de outros lotes. Essa prática provavelmente ocorre em função do camponês trazer consigo o hábito adquirido anteriormente ao assentamento, em trabalhar apenas com mão de obra familiar, fato comum nas famílias camponesas que não vivem em assentamentos.

Nos acampamentos, onde predominam os trabalhos coletivos, a luta pela terra é o objetivo principal. Na condição de assentado, diminui a necessidade da coletivização em virtude da conquista da terra, mas a luta continua por melhores condições. Essa nova luta continua dependendo da coletividade para obter sucesso.

Silva (2004), em sua pesquisa em assentamentos de Batayporã- MS, enfatiza que a luta não se encerra na conquista da terra, e que formas coletivas como cooperativas/associativas não são apenas instrumentos de luta para garantir a existência dos camponeses na terra conquistada. Estas formas coletivas também desempenham papel de articuladoras dos assentados na busca de infraestrutura, recursos financeiros (créditos), organização de outros acampamentos e ocupações, além da própria organização produtiva.

Fabrini (2002) interpreta que os assentados organizados em núcleos são mais importantes nas lutas e ampliação das relações sociais que na produção agropecuária em si:

Os núcleos de produção formados pela cooperativa, ao se constituir como núcleo de base e também os grupos de assentados, fazem parte de manifestações coletivas entre os assentados. Os núcleos evidenciaram a possibilidade de ampliação da organicidade para que cada assentado não fique isolado no seu lote de terra. Os dados apontaram que os núcleos se destacaram muito mais pela mobilização e organização de luta do que organização da produção agrícola e coletivização. Foi por meio dos grupos e núcleos que se operacionalizam a luta dos assentados. Estas atividades coletivas nos assentamentos apresentam um conteúdo geográfico. A proximidade das famílias nos lotes e formação de grupos implica num arranjo territorial que pode contribuir nas mobilizações e lutas. Os núcleos e grupos apontaram para a superação da fragmentação do espaço, contribuindo para aproximação das pessoas e ampliação das relações sociais. (FABRINI, 2002 p.273)

Para Amâncio (2006), grupos que constroem uma ação mais interativa entre as iniciativas de acompanhamento técnico-econômico e as de caráter educacional participativo tenderam a construir relações sociais de solidariedade, reciprocidade e confiança mais fortes, o que acarretou em expansão das condições de geração de capital social de forma significativa, sendo capazes de promover e aumentar poder de barganha, contraposição e reivindicação destes grupos com vistas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental local, de forma mais harmoniosa.

É importante destacar que a coletividade é fundamental para a consolidação dos assentados. Essa coletividade não necessariamente deve existir no processo de produção agropecuária, mas na luta por um assentamento mais estruturado, na luta para que outros assentamentos se concretizem e na luta pelo fortalecimento das relações sociais dentro e fora dos assentamentos.

Schenato (2011) analisa as relações e os fluxos sociais entre os assentados e uma comunidade vizinha. O autor destaca os impactos que os assentamentos causam não só na economia e na política local dos municípios que fazem parte, como também nas coletividades locais, reconstruindo identidades e territórios, logo, impactando naquelas coletividades locais. Segundo o mesmo autor, assentamentos e comunidades rurais vizinhas impactam uns nos outros por meio de processos que vão desde a aceitação e estigmatização, até cooperações e disputas, enfim, um conjunto de interações sociais

regradas pelo jogo da identidade e da diferença, processado dialeticamente para além das fronteiras nós/eles.

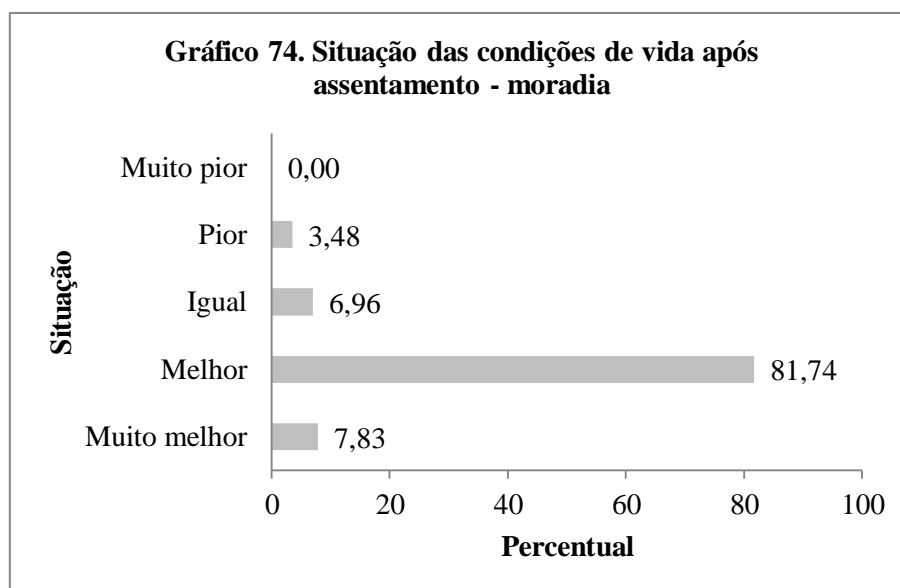
A partir do exposto, pode-se afirmar que a coletivização dos assentados causa um impacto tanto no assentamento como no município, incluindo as comunidades que desenvolvem relações sociais com os assentamentos. Essa coletivização não ocorre de forma contundente nas relações entre assentados que têm como objetivo a produção agropecuária.

A coletivização se mostra mais eficiente quando assentados se unem em torno de mobilizações e lutas em prol de um maior desenvolvimento para os assentamentos. Um exemplo típico dessas ações é quando assentados formam grupos para conseguirem créditos. Após a liberação do crédito, cada assentado parte para o seu lote e com a mão de obra de sua família desenvolve individualmente seu projeto que foi conseguido de forma coletiva.

4.9 PERCEPÇÕES DAS CONDIÇÕES GERAIS DE VIDA ANTES E APÓS O ASSENTAMENTO

Em pesquisas sobre impactos causados pelos assentamentos rurais, é comum um maior destaque para a comparação da vida do assentado antes e depois da criação do assentamento. Essa é uma forma de avaliar os impactos causados pelos assentamentos e ao mesmo tempo avaliar a pertinência da criação destes enquanto política pública de reforma agrária.

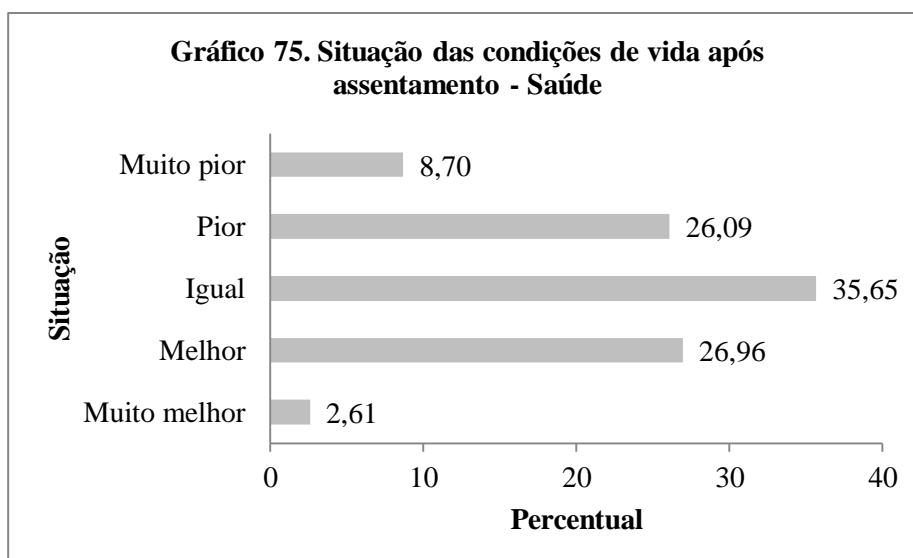
Alguns desses indicadores já foram tratados anteriormente, porém não nesta perspectiva de comparação com a vida após o assentamento.



É possível observar pelo Gráfico 74 que um número alto de assentados afirma que sua condição de moradia ficou melhor (81,74%) ou muito melhor (7,83%), essas duas categorias, somadas representam 89,57% dos assentados entrevistados. Apenas 3,48% revelam uma situação de moradia pior depois que foi assentado e 6,96% relatam uma situação igual. Esse resultado não deixa dúvidas quanto à satisfação do assentado em relação à moradia após o assentamento.

A resolução do problema de moradia para alguns camponeses foi descrita por Leite et al (2004) quando ele relata que os assentamentos atuam como um amparo frente às agruras das formas com que vinha acontecendo o desenvolvimento econômico, servindo como proteção social, resolvendo o problema de moradia e permitindo a inserção no mercado de trabalho.

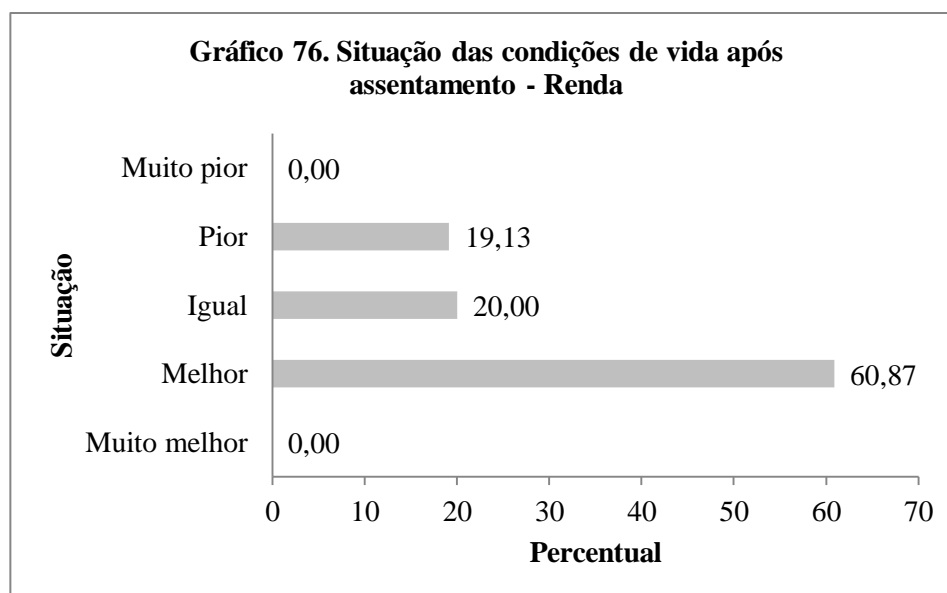
De fato, os assentamentos de Esplanada resolveram o problema de moradia de muitos camponeses que antes moravam em acampamentos ou em condições precárias, principalmente aqueles das periferias das cidades. A possibilidade de uma moradia digna antes do assentamento sempre foi uma incógnita. Com o assentamento, essa possibilidade tornou-se realidade. Em muitos momentos percebemos a satisfação dos assentados ao falar de sua moradia. Pode-se afirmar que as condições de habitação proporcionadas pela implantação dos assentamentos em Esplanada causaram um **impacto** na vida desses sujeitos.



Com base no Gráfico 75, observa-se que apenas 26,96% consideram que a saúde melhorou e só 2,61% consideram bem melhor. Por outro lado, 35,65% dos assentados consideram que a saúde continua igual, 26,09% consideram que a saúde piorou e 8,70% consideram que a saúde ficou muito pior. Somando as categorias que consideram que não ocorreu alguma melhora na saúde, o percentual de insatisfeitos atinge os 70,44% dos assentados. Esse valor reflete o funcionamento da saúde em Esplanada e como consequência, a insatisfação dessa população específica.

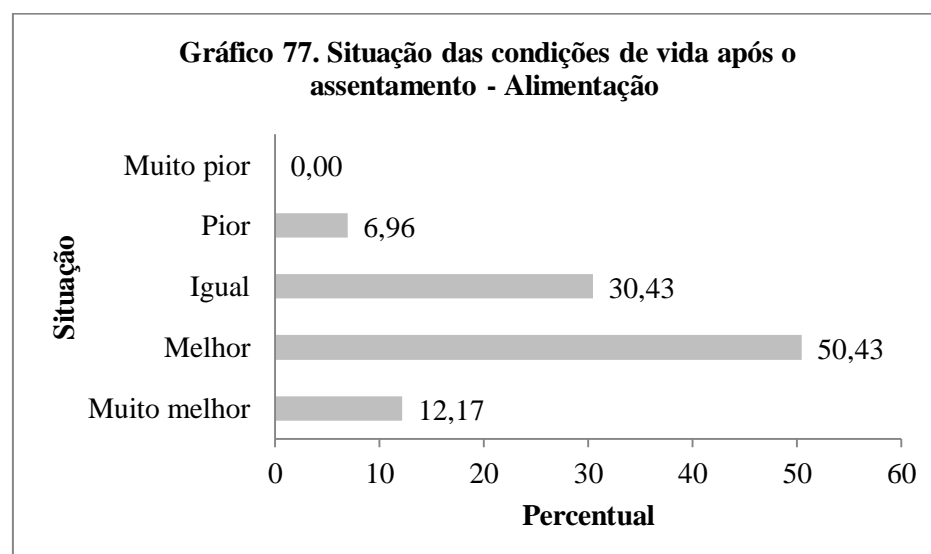
Os entrevistados sempre deixaram claro que as condições de atendimento à saúde não são adequadas. O município parece não estar preparado para esta nova demanda relacionada à saúde, que é a implantação dos assentamentos. Vale ressaltar a não existência de um diálogo entre o INCRA e os dirigentes municipais no intuito de tentarem resolver essa situação inadequada dos serviços de saúde oferecidos aos assentados. O único detalhe positivo que percebemos nos assentamentos foi a presença constante de Agentes de Saúde fazendo visitas às famílias, realizando principalmente pesquisa nutricional sobre as crianças, inclusive alguns desses agentes são moradores do próprio assentamento.

Diante do exposto e levando em consideração todos os resultados ruins para os indicadores da dimensão saúde, conclui-se que a implantação dos assentamentos **não causou um impacto** na vida dos assentados em relação à melhoria nas condições de acesso aos tratamentos de saúde.



Observa-se pelo Gráfico 76 que para 60,87 % dos assentados a renda melhorou após a criação do assentamento. Caso fossem avaliados apenas pela condição da melhoria da renda, então esse percentual justifica a criação dos assentamentos, mesmo porque, apenas 19,13% consideraram que houve um decréscimo na renda após entrar para o assentamento. Consideram que suas rendas permaneceram iguais após a criação dos assentamentos 20,00% dos assentados.

Considerando que a maioria dos assentados melhorou sua renda após a entrada no assentamento, conclui-se que ocorreu um **impacto** na vida dos assentados em relação à renda.



Analisando o Gráfico 77 é possível notar que após a criação do assentamento, 50,43% dos assentados afirmam que melhoraram sua condição de alimentação e 12,17% consideram que essa situação ficou muito melhor. Para 30,43% essa situação ficou igual e apenas 6,96 % afirmam que a situação alimentar piorou depois do assentamento. Somando os que consideram que ocorreram melhoras na condição de alimentação, o percentual de assentados resulta em 62,60%.

De fato, observa-se que a possibilidade de produzir mais alimentos e em melhores condições, o próprio crescimento da renda, fazem com que o assentado afirme que melhorou a sua condição de alimentação após o assentamento e essa situação permite concluir a existência de um **impacto** na vida destas pessoas em relação às condições de alimentação após a implantação do assentamento.

De um modo geral, analisando todos os indicadores formadores das dimensões inerentes aos assentados (saúde, moradia, produção agropecuária, alimentação, organização política e social, economia, infraestrutura, bens e serviços) e as comparações antes e após o assentamento, conclui-se que a implantação dos assentamentos causou um impacto na vida desses sujeitos. Os resultados analisados reforçam a viabilidade da implantação dos assentamentos como uma política de desenvolvimento social. Muitos foram os aspectos considerados positivos após a implantação dos assentamentos, e esses aspectos podem ser ampliados, principalmente quando as condições de saúde e de infraestrutura forem ofertadas em melhores condições aos assentados.

Alguns autores chamam à atenção para essa situação da influência da má infraestrutura na vida dos assentados. A pesquisa feita por Moraes (2013) em assentamentos de Passira-PE, revelou que os investimentos em termos de infraestrutura e serviços ainda são incipientes, tais como: moradia, acesso a serviços de saúde, educação, hidrossanitários, transporte, água, energia elétrica etc., não permitindo a afirmação de que houve melhora significativa nos assentamentos abordados, de maneira que suas famílias tenham conquistado meios efetivos para uma vida digna. Leite et al (2007) constata importantes mudanças trazidas pelos assentamentos no plano local/regional, porém observam também a precariedade da sua situação em termos de serviços de saúde, escola, infraestrutura, acesso à assistência técnica, etc., indicando, por um lado, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária e, por outro, fortes continuidades em relação à precariedade material que marca o meio rural brasileiro.

Por outro lado, observa-se que mesmo em condições longe das ideais em relação à infraestrutura, as mudanças positivas provocadas pela implantação dos assentamentos são evidentes. Lima (2010), analisando os impactos territoriais em dois assentamentos, observa que há muito a ser feito para a melhoria dos assentamentos, em relação à educação, saúde, esporte, lazer, utilização dos recursos naturais, etc. Porém, a mesma autora revela um número grande de assentados que relatam melhoras em suas vidas após os assentamentos, ao observar as transformações que ocorreram na vida das famílias e do território, confirmando o quanto a reforma agrária é um tema atual e uma necessidade verdadeira para a concretização do desenvolvimento econômico e social do país.

Silva e Casalinho (2011) consideram que, inicialmente, os impactos socioterritoriais podem ser compreendidos como as transformações sofridas pelas famílias durante o processo de luta, nos acampamentos, ocupações e demais manifestações públicas; e depois, a partir da implantação e consolidação dos assentamentos, momento ainda com grandes dificuldades, mas que, conforme confirmaram todos os entrevistados na pesquisa, acarretou em uma melhora nas condições gerais de vida, quando comparada à situação vivida antes de ingressarem no movimento. Nessa mesma linha, Leite et al (2007) ressalta que, apesar da relativa precariedade de suas condições, 87% dos assentados entrevistados acreditam que o futuro será melhor, consolidando uma perspectiva de maior estabilidade a longo prazo. Os autores concluem também que, ao comparar suas condições de vida anteriores ao assentamento com as atuais, 91% dos assentados entrevistados consideraram uma melhoria depois da chegada ao assentamento.

Os números encontrados por Mazzini (2009) também são implacáveis quando compara a vida do camponês antes e depois do assentamento:

Para 96% dos assentados, ter um pedaço de terra é um sonho realizado, dentre todos os entrevistados, apenas 4% se mostraram frustrados e pessimistas com relação ao futuro e a permanência no lote. É importante considerar ainda que, para 67% dos entrevistados, a vida melhorou e melhorou muito em relação a sua trajetória anterior e 31% acham que a vida poderia ter melhorado ainda mais se houvesse maior incentivo público. Apenas 1% respondeu que a vida não melhorou nada e a mesma quantidade, que a vida piorou (MAZZINI, 2009, p. 7).

Fica evidente que a criação dos assentamentos cria um impacto na vida dos assentados. Assim como na maioria dos estudos de impactos territoriais no Brasil, em

Esplanada também se percebe uma carência grande de melhor infraestrutura e uma deficiência grande no oferecimento dos serviços de saúde, mas a maioria absoluta dos estudos comprovam uma melhoria das condições de vida após a implantação do assentamento, situação vivida também entre os atores sociais de Esplanada.

A satisfação com as condições de moradia, renda e alimentação e muitos outros indicadores não deixam dúvidas quanto à viabilidade da criação de assentamentos e os **impactos** positivos que causam na vida do assentado.

A viabilidade de um assentamento não pode ser somente avaliada pelos resultados econômicos positivos, como querem os contrários à reforma agrária. Essa visão essencialmente capitalista não deve ser vista como ponto principal para esse tipo de avaliação. O camponês vive feliz com o seu trabalho e com o fruto desse trabalho que é a produção. Essa condição é uma premissa básica na vida do camponês, já a renda é apenas uma consequência, não uma premissa básica como querem os defensores do capitalismo agrário.

4.10 IMPACTOS TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO: a vez e a voz dos munícipes

Com a implantação dos assentamentos em Esplanada, a cidade passou a viver uma nova dinâmica. Novos habitantes com novas demandas modificou o dia a dia do município.

Inicialmente, na fase de acampamento e discussões sobre a implantação do assentamento, os munícipes normalmente apresentam certa desconfiança quanto à chegada desses novos habitantes. Depois, com os primeiros créditos de instalação, o comércio já sente uma pequena mudança propiciada pelos novos moradores.

Durante o processo de produção agropecuária, normalmente ocorre a aquisição de insumos e implementos. Após a produção, uma maior oferta de produtos acontece nas feiras livres. Uma nova dinâmica surge na cidade. Um novo olhar surge após a desconfiança inicial. Mas em que medida os antigos habitantes avaliam esses novos moradores?

O objetivo principal desse subcapítulo é avaliar a opinião dos moradores de Esplanada sobre a presença dos assentados no município. Para tanto, foram

desenvolvidas algumas perguntas, que ao serem respondidas darão suporte para que sejam analisados os impactos territoriais dos assentamentos sobre o município. Serão expostas as respostas mais representativas das perguntas.

A seguinte pergunta foi feita aos munícipes: *Qual a importância dos assentados para o município?* Algumas das respostas são apresentadas a seguir:

Uma grande importância no sentido financeiro, no sentido da produção de alimento, né, prá o município. Gera emprego, gera renda. É fundamental (Gerente de casa agropecuária, Esplanada, 2015).

Bom, o município antes dos assentamentos tinha uma agricultura mais de subsistência, onde o agricultor tinha uma pequena terra e cultivava sem preocupar muito com a produção. E maior parte do município era pecuária. Hoje posso lhe dizer que Esplanada desenvolveu e já é um município agrícola (Técnico da EBDA, Esplanada, 2015).

Existe uma viabilidade com relação aos assentamentos e a gente vê visivelmente na feira livre de hoje do nosso município onde antigamente a gente não encontrava nenhum produto agrícola e hoje a gente já tem uma oferta muito grande com relação a todos os produtos da agricultura familiar. A grande importância dos assentamentos é justamente isso, é fazer com que agricultores tenham seu pedaço de terra para poder produzir e fornecer alimentos para população (Técnico e Chefe de Escritório da EBDA, Esplanada, 2015).

Em primeiro lugar, acho que é de grande importância para subsistência de todas as cidades, porque 70% do alimento que o povo brasileiro come é produzido pela agricultura familiar. Segundo, a geração de emprego, ocupação dos jovens, diminuindo problema de violência no município e outras coisas mais (Secretário Municipal de Agricultura, Esplanada, 2015).

Os assentados eles proporcionam o desenvolvimento da agricultura do município. Então isso é muito importante (...) Esplanada é um município onde não existia uma agricultura avançada, que hoje por exemplo, o plantio da laranja é que mais proporciona riqueza (...) Esplanada tinha uma economia voltada para a pecuária, principalmente de gado de leite, que hoje não existe mais.... (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Esplanada, 2015).

Muito bom. Hoje a cidade é outra, temos mais produtos na feira e eles compram muito no comércio da cidade, isso ajuda muito na cidade (Munícipe nº 7, Esplanada, 2015).

Muitos aspectos inerentes ao desenvolvimento municipal foram relacionados nas respostas, entretanto, as opiniões foram unânimes em relação aos benefícios proporcionados pelos assentamentos no município. Em relação ao comércio, existe uma nova dinâmica na compra e venda de produtos. Além disso, foi relatado por alguns comerciantes que depois dos assentamentos, o comércio nos dias de segunda-feira foi aquecido, em virtude de ser um dia preferencial para os assentados se dirigirem à sede do município para realizar compras.

Alguns autores relatam em suas pesquisas a influência dos assentamentos no comércio municipal. Leite et al (2004) relatam que as melhorias no padrão de habitação e na posse de bens duráveis, também contribuíram para uma dinamização do comércio local. Silva (2009) constata transformações estabelecidas na relação do assentamento com os municípios em seu entorno, causando mudanças econômicas – principalmente comerciais – nas regiões.

Além dos benefícios identificados para o comércio local, outras variáveis também são relatadas pelos munícipes entrevistados. Muitos afirmam a existência de uma nova dinâmica da agropecuária local, visto que antes era principalmente voltada para a criação de gado bovino e hoje existe uma maior diversificação dos produtos, muito visível na feira livre de Esplanada. Alguns citaram uma maior produção de laranja, mas a maioria sente que produtos da chamada agricultura de subsistência tiveram um maior destaque em termos de oferta ao município.

Houve também por parte da população um reconhecimento da geração de emprego e renda, em virtude da presença dos assentamentos, inclusive, gerando menos violência na cidade por conta da ocupação dos jovens nos assentamentos.

Diante do exposto, considera-se que os munícipes entendem que os assentamentos só trazem benefícios para a localidade. Vale salientar que os benefícios citados pelos munícipes são de várias ordens, principalmente sociais e econômicos.

Tentando identificar algum preconceito em relação aos assentados, foi feita a seguinte pergunta aos munícipes: *Você gosta da presença dos assentados no município?*

Sem dúvida nenhuma. Os assentamentos traz progresso pro nosso município em questão de oferta de produtos e a gente tem assim uma relação muito, muito estreita, muito boa com os assentamentos (Técnico e Chefe de Escritório da EBDA, Esplanada, 2015).

Em todas as entrevistas realizadas, não foi identificada uma posição contrária à presença dos assentados no município. A opinião do Técnico da EBDA representa bem o sentimento da população, que afirma ser bom para o município e presença do assentado e que a relação com esses é muito boa.

Ainda tentando captar as transformações da cidade após a implantação dos assentamentos, foi feita a seguinte pergunta: *Você acha que a cidade mudou depois dos assentamentos?*

A cidade não. O município sim. Porque a cidade, eu acredito que se não fosse os assentamentos ela estaria no mesmo desenvolvimento. Mas o município pela questão do desenvolvimento agrícola como falei na primeira pergunta, ele cresceu e aí tornou-se até mais conhecido no meio do estado da Bahia em função dos assentamentos. Com a ausência deles, com certeza o município não estaria produzindo citrus como produz hoje. É um dos pontos. (Técnico da EBDA, Esplanada, 2015).

Muito, muito, muito, muito mesmo. Esplanada hoje, em termos de população, em termos de produção, em termos, principalmente, da citricultura. A nossa citricultura do nosso município hoje agente tá classificada em segundo lugar hoje em termos de citricultura. Então, mudou bastante até em termos de renda para o município. Trouxe progresso para o município. E um aproveitamento, onde nas áreas era plantio de eucalipto, hoje os agricultores estão produzindo alimentos. (Técnico e Chefe de Escritório da EBDA, Esplanada, 2015).

Com certeza, na feira daqui antigamente os produtos vinham todos de Sergipe e hoje não, já são uma boa parte produzidas pelos agricultores locais. (Secretário Municipal de Agricultura, Esplanada, 2015).

Na cidade não mudou muita coisa não, na roça, sim. Está tudo mais desenvolvido e mais ocupado. (Município nº 10, Esplanada, 2015).

Ainda que alguns acreditem que o desenvolvimento do município não aconteceu na sede e sim na zona rural, a maioria dos entrevistados deixou bem claro que a cidade mudou depois dos assentamentos. Mais uma vez, a diversificação dos produtos agropecuários e o aumento da produção de laranja foram bastante citados nas respostas, inclusive o Secretário de Agricultura do município chama à atenção quanto à oferta de gêneros alimentícios produzidos no município, quando antes esses produtos vinham do estado vizinho, Sergipe.

Para Leite (1995), os assentamentos promovem diferentes mudanças no território e muitas delas ligadas ao poder local, como por exemplo, a formulação de novas políticas públicas. O município de Esplanada é muito rural. Sua maior riqueza é a agropecuária e sendo assim, muitos dos projetos municipais discutidos e aprovados pelos Vereadores e Prefeito são voltados para o desenvolvimento da agricultura. Com a implantação dos assentamentos, ocorreu uma diversificação e aumento da produção, porém aumentou também as demandas envolvidas nos processos de produção, transporte e comercialização, assim os projetos cobrados pelos assentados beneficiam todos os agricultores do município. Sem dúvida, as reivindicações dos assentados terminam por beneficiar todo o município.

Partindo diretamente para a economia do município, foi feita a seguinte pergunta: *A economia do município melhorou depois dos assentamentos?*

Com certeza que tem uma porção de famílias que eram desempregadas aqui na cidade e com a criação dos assentamentos, eles se deslocaram de novo para a zona rural. Porque eu vou te contar uma história, eu vim morar aqui em 1983 e sou produtor também rural e uma vez, teve uma seca e fui levar um gado na região do Cardoso, eu fiz questão de acompanhar os vaqueiros na caminhada com o gado. Rapaz, eu fiquei triste pela quantidade de sítios que você via assim de mangueira, bananeira cajueiro tudo abandonado, as casas que quando não estavam no chão, estavam fechadas e se deteriorando. Porque com aquela inflação, essas empresas de reflorestamento com a ilusão. Iludiram os caras que se eles vendessem. Eles tinham ter uma renda e que não precisava trabalhar. Com aquela caderneta de poupança, mas eles não viram que aquele dinheiro que eles ganhavam, a inflação comia todo. Então eles se iludiram e venderam as fazendas para as empresas de reflorestamento e deu no que deu nesse êxodo rural (Secretário Municipal de Agricultura, Esplanada, 2015).

Todos os entrevistados responderam positivamente quanto à importância econômica dos assentados para o município. Uma das respostas que sintetiza bem esse sentimento é a do Secretário Municipal de agricultura, quando deixa a entender que a economia do município melhorou em função de muitos camponeses voltarem ao campo, na condição de assentados, e produzindo mais alimentos.

O Secretário afirma também a ilusão por que passaram os pequenos produtores rurais do município ao venderem suas terras para as empresas plantadoras de Eucalipto, para viver dos juros da renda proporcionada pela venda dessas terras. Em virtude dessa venda, ex-pequenos produtores mudaram-se para a sede. No entanto, com o fim da verba adquirida pela venda das terras, uma série de problemas começaram a aparecer, principalmente o desemprego.

A criação dos assentamentos trouxe de volta uma vida digna a muitos desses que anteriormente venderam suas terras. Sem terra, sem dinheiro e sem emprego, só restou a esses ex-agricultores se engajar na luta pela terra e voltar a ser camponês via assentamento. Muitos conseguiram tornar-se “assentados”. Essa nova classe agora desenvolve uma série de relações com outras pessoas ou instituições. Uma nova dinâmica surge no município.

Leite et al (2007) relatam que a implantação dos assentamentos acaba provocando a dinamização da vida econômica dos municípios onde se inserem, além da oferta e diversidade de alimentos, os assentados aumentam sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de vizinhos, como também insumos e implementos agrícolas. Fica clara através das entrevistas com os munícipes a importância inquestionável dos assentados sobre a

economia municipal. Todos os aspectos observados por Leite et al (2004) também foram observados em nossa pesquisa no município de Esplanada.

Ainda tentando esclarecer a importância do assentado para o município, foi feita a seguinte pergunta: *Você acha que os assentados prejudicam o município em alguma coisa? Comente?*

Não. Pelo contrário. Ele tá cada dia ajudando o município a desenvolver. Até a questão da educação, eles são mais exigentes e são mais organizados. Exige mais do poder público de ter contrapartida de melhor qualidade estando o poder público atendendo os assentamentos, vai atender também a outras comunidades (Munícipe nº 12, Esplanada, 2015).

As respostas foram unânimes em afirmar que os assentados não prejudicam o município. O munícipe na resposta acima destaca a cobrança feita pelos assentados sobre o poder público. Como os assentados são mais organizados, e possuem mais experiência de manifestação política em comparação aos munícipes em geral, as cobranças são melhores e terminam por beneficiar outras comunidades rurais também.

Leite et al (2004) também já atentavam para a importância da organização dos assentados, fruto da experiência política de luta pela terra, que produz lideranças que passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar. Enfim, um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política e que os levam a ter, em muitos municípios, peso no cotidiano da vida pública, sendo interlocutores em diversas iniciativas.

É comum em Esplanada encontrar assentados participando de inúmeras reuniões para tomada de decisões políticas, como por exemplo, em reuniões de conselhos municipais. São lideranças trazendo experiências vividas da luta pela terra e da própria luta na terra, exigindo os seus direitos e ajudando a construir políticas governamentais que beneficiem todo o município. Esse é, por exemplo, um dos aspectos que faz com que os munícipes afirmem que os assentados não prejudicam o município, pelo contrário, só ajudam.

Como a implantação dos assentamentos está diretamente ligada à estrutura fundiária do município, foi feita a seguinte pergunta aos moradores da sede do município: *Você acha que as terras do município estão melhores distribuídas depois dos assentamentos?*

(...) podemos dizer que melhorou em pequena escala, mas a distribuição das terras tem que passar pela distribuição das terras de empresas de reflorestamentos que concentra maior parte das terras (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Esplanada, 2015).

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais comenta sobre a necessidade da implantação dos assentamentos em terras que pertencem às empresas que plantam eucalipto. Ainda é muito grande no município a área ocupada pelos plantios de eucalipto e a população já entende que esse tipo de cultura emprega pouco e não produz renda ao município.

Lima (2010), analisando a implantação de dois assentamentos no município de Espírito Santo-RN, comenta sobre a quebra do monopólio da terra enquanto impacto territorial, manifestando-se na paisagem através da transformação de três grandes propriedades que somavam mais de 1.000 hectares, de posse por um único indivíduo, em 57 pequenas unidades produtivas que permitiram o acesso à terra a 57 famílias, o que vale dizer, a aproximadamente 285 pessoas.

Em Esplanada, são cinco assentamentos criados. Foram cinco fazendas que se transformaram em 276 novas propriedades. O impacto na paisagem é inevitável, principalmente quando comparado ao espaço ocupado por “intermináveis” plantios de eucalipto. Os assentamentos formaram uma nova distribuição fundiária no município.

Terra (2005) observa que a criação do assentamento em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, implicou em certa redistribuição fundiária e viabilizou o acesso à terra a uma população de trabalhadores, mas não chegou a alterar o quadro de concentração fundiária, comum ao estado, mas implicou numa ressocialização das famílias e na implantação de novas dinâmicas de organização social, bem como numa nova organização para o trabalho e para as relações políticas.

Também em Esplanada, como vimos nos capítulos anteriores, a estrutura fundiária quase não sofreu alteração, o que nos permite concluir que sem a presença dos assentamentos, as terras do município certamente estariam mais concentradas. Leite et al (2004) fazem um abrangente comentário sobre a redistribuição fundiária após a implantação dos assentamentos:

Embora localizada, tal redistribuição aponta para o aumento das possibilidades de acesso a terra e tudo que ela implica em termos de potencialidade de inserção, nas atividades econômicas, na qualidade de produtores, alterações no uso do espaço, possibilidade de diversificação produtiva, etc. A mais evidente mudança que se verifica é que, se antes os grandes proprietários de terra constituíam a referência básica nos municípios,

cada vez mais se torna necessário levar em conta os novos atores que emergem do processo de alteração local da estrutura fundiária. Em muitos dos casos analisados, fica visível inclusive um certo deslocamento do eixo das relações de poder local. Em função do aumento populacional gerado por essa desconcentração, também tem se verificado uma alteração no desenho de municípios, com autonomização de distritos e mesmo criação de novas prefeituras, processo que marca algumas das experiências investigadas. A presença dos assentamentos tem, igualmente, modificado a paisagem, o padrão de distribuição da população rural, o traçado das estradas, levando em diversas situações à formação de novos aglomerados populacionais rurais, mudando o padrão produtivo (Leite et al, 2007).

Em Esplanada, através do contato com os munícipes, observa-se muitas dessas alterações citadas por Leite et al (2007). Os munícipes comentam sobre novas lideranças e sobre uma nova dinâmica no campo, em função da redistribuição fundiária que aconteceu em virtude da implantação dos assentamentos.

Um dos aspectos mais importante é o enfrentamento junto às empresas de “reflorestamento”. Anteriormente aos assentamentos, essas empresas ditavam de certa forma como seria a distribuição fundiária do município. Após a implantação dos assentamentos, passou a existir uma maior fiscalização em relação à expansão dos plantios de eucalipto. Alguns assentados até nos informaram sobre a ideia de procurar o poder público municipal para criar uma lei proibindo a expansão dos plantios de eucalipto.

Existe em Esplanada um debate sobre terras distribuídas aos assentados e terras ocupadas pelas empresas chamadas “reflorestadoras”. Nesse sentido, foi feita a seguinte pergunta aos munícipes: *Você acha que o município estaria mais desenvolvido se no lugar dos assentamentos fosse plantio de eucalipto?*

Não. Aí, inclusive, eu acho que a própria estaria menos desenvolvido por causa do eucalipto. O eucalipto não gera renda diretamente para o município. Para o estado talvez sim, pro município não. (Técnico da EBDA, Esplanada, 2015).

Não, não. De forma nenhuma. A gente vem sempre lutando justamente isso para diminuir o eucalipto no município. A gente tá com projeto na região do São José. E o município tá desapropriando uma área para criar um assentamento com os filhos dos assentados (Técnico e Chefe de Escritório da EBDA, Esplanada, 2015).

Não, não porque o plantio de eucalipto não traz renda ao município (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Esplanada, 2015).

Não. Ninguém come eucalipto. Os assentamentos produz comida. (Munícipe nº 08, Esplanada, 2015).

As respostas foram unânimes na afirmação de que o plantio de eucaliptos não traria mais desenvolvimento ao município se estes existissem no local onde foram implantados os assentamentos.

Aspectos variados foram relacionados à justificativa das respostas pelos municípios. Foram relatados alguns problemas em relação ao plantio de eucalipto: prejuízos ao solo, não geração de renda ao município, pouca geração de emprego em virtude do uso da tecnologia e a não produção de alimentos.

Uma das respostas comentava sobre a possibilidade da criação de um assentamento para filhos de assentados. Ao investigar essa possibilidade, descobriu-se que o assentamento seria municipal e que a prefeitura estava tomando as providências no sentido de desapropriar uma área de uma empresa de reflorestamento. Procurou-se um representante da empresa de reflorestamento e o mesmo comentou que o processo não é tão simples quanto parece ser.

De acordo com os relatos, acredita-se que esse processo de implantação de assentamento municipal para os filhos de assentados é pertinente devido à dificuldade dos mesmos possuírem terra, mas a empresa de reflorestamento, capitalista em sua essência, não tem a mesma intenção que a prefeitura, fato que pode inviabilizar todo o processo. Inclusive, a área onde se deseja implantar o assentamento, está localizada em uma região muito valorizada do município, a chamada região do São José, tradicionalmente reconhecida como área favorável para a realização de pecuária, onde o preço da terra é o mais alto em toda a zona rural municipal.

Destaca-se que os municípios consideram os assentamentos mais propícios ao desenvolvimento do que os plantios de eucalipto. De fato, são muitos os benefícios trazidos pelos assentamentos quando comparado com a cultura do eucalipto, de modo que os empregos diretos e indiretos gerados pelos assentamentos são sempre lembrados pelos municípios.

Souza (2007) aponta uma série de mudanças externas que ocorreram nos núcleos urbanos de três municípios paulistas, decorrentes da implantação dos assentamentos rurais: o aumento e a diversificação dos estabelecimentos comerciais; o aumento das vendas; a geração de empregos diretos (comércio, setores públicos e empresas privadas) e empregos indiretos (diarista no plantio, capina e colheita da mandioca, coletor de leite, etc.).

Sem dúvida, uma das questões mais importante nesse confronto entre plantio de eucalipto e implantação de assentamentos é a geração de empregos. Os munícipes facilmente identificam que os assentamentos geram empregos, enquanto os plantios de eucalipto utilizam pouca mão de obra. Vale salientar que intrinsecamente nesse confronto está a luta por terra entre camponeses e grandes empresários. Os camponeses lutando pela terra para implantar agricultura com base familiar, contra os empresários capitalistas tentando ampliar o agronegócio do eucalipto. Pelas entrevistas realizadas, existe um indicativo de que os munícipes estão a favor da implantação dos assentamentos, isso é muito importante para o aproveitamento das áreas passíveis de desapropriações ou disponíveis para venda no município, pois a opinião da população pode influenciar no destino dessas áreas.

Essa relação entre assentados e munícipes também foi alvo da pesquisa. Com o intuito de verificar alternativas que tenham como objetivo proporcionar uma melhor relação entre os assentados e os munícipes, foi realizada a seguinte pergunta: *O que você acha que deve ser feito para melhorar a relação dos assentados com os munícipes?*

Bom. Já é uma relação pacífica. Eles não têm problemas com os munícipes. Mas acho que se eles tivessem uma participação maior na cidade, eles teriam uma relação melhor do que já é (Técnico da EBDA, Esplanada, 2015).

Eu acho que precisa de um trabalho do governo mais de interação, de colaboração técnica, de colaboração de infraestrutura também neles. Quando o antigo Frei Chico deu início aos assentados, a distribuição de terras, as empresas de reflorestamento pegaram as piores terras e passaram para os assentamentos e disseram que estavam fazendo trabalho social, mas eles não tiveram bons olhos de pegar uma terra. Porque se você olhar direitinho, tem algumas terras aqui que é pra criar cágado e calango. (Secretário Municipal de Agricultura, Esplanada, 2015).

Questão de diálogo, mais diálogo. Através do diálogo melhora tudo, né. Vendo as questões que são prioridades, que pode melhorar para atender melhor até clientela. Então, através do diálogo é essencial para o melhor convívio para ambas as partes (Gerente de casa agropecuária nº 2, Esplanada, 2015).

Olha, eu não vejo assim uma relação ruim.....Na feira de esplanada hoje tem uma participação grande da cultura dos assentados. Eu creio que o relacionamento muito bom... (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Esplanada, 2015).

As respostas envolvem vários aspectos, mas de um modo geral, percebe-se que a relação entre assentados e munícipes é boa. Alguns deles acreditam que se houvesse uma participação maior dos assentados na cidade e mais diálogo, o relacionamento seria

melhor. Outro importante aspecto citado é a participação de assentados na feira livre. Foi comum encontrar feirantes que são assentados e perfeitamente integrados à feira livre municipal.

O Secretário Municipal de Agricultura afirma a necessidade de um trabalho de interação, de cooperação técnica e de colaboração na infraestrutura. Ele deixa a entender que o Frei Chico lutou sozinho pelos assentados e que as empresas de reflorestamento negociaram com o INCRA as terras ruins para a agropecuária.

Um maior diálogo entre assentados, munícipes e os governos municipal, estadual e federal, certamente resultará em soluções para alguns problemas existentes, principalmente surgidos em decorrência da implantação dos assentamentos. O município, em vários aspectos, foi beneficiado com a criação dos assentamentos, mas é cobrado em relação à saúde, educação, estradas, transporte, entre outros. Nem sempre o município está preparado para essa nova demanda, por isso a necessidade de um maior diálogo.

Conclui-se que os munícipes entrevistados percebem a implantação de assentamentos como uma coisa benéfica para o município. Essa afirmativa é observada também por alguns autores que pesquisam os impactos territoriais causados pela implantação dos assentamentos. Analisando o aspecto fundiário do município de Candiota, no Rio Grande do Sul, Alves (2008) comenta que a implementação dos assentamentos rurais gerou um maior dinamismo no espaço rural, visto que a criação de vários minifúndios exigiu a construção de estradas que interligassem os assentamentos, o aumento na rede de energia elétrica, a necessidade de ter um transporte coletivo que ligasse o meio rural à sede do município, a instalação de postos de saúde para a população rural, criação de escolas, ou seja, a construção de um espaço rural dinâmico.

Souza (2007) concluiu que os assentamentos rurais estão se tornando um importante instrumento para colaborar com o crescimento socioeconômico dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio, no estado de São Paulo, influenciando diretamente no setor comercial, localizado nos núcleos urbanos. Os assentamentos rurais e os assentados tornaram-se elementos importantes para analisar e entender a relação campo-cidade nesses municípios. Além disso, o mesmo processo provavelmente pode estar ocorrendo em outras regiões do estado de São Paulo e do Brasil.

Os moradores de Esplanada conseguem perceber um maior dinamismo na agropecuária local após a implantação dos assentamentos, esse aspecto fica fortemente

evidenciado quando os munícipes sempre associam um crescimento do comércio à implantação dos assentamentos na cidade. Inclusive, alguns munícipes vão além e comentam sobre um crescimento socioeconômico. Todo o município é beneficiado pela implantação dos assentamentos.

Outro importante detalhe observado na relação munícipes-assentados é o fato de que todos os entrevistados se colocarem contra o agronegócio do eucalipto e a favor da implantação dos assentamentos. Muitos entrevistados evidenciaram os problemas do monocultivo do eucalipto nas terras municipais: destruição do solo, desemprego, não rentabilidade ao município, produção de madeira e não de alimentos, entre outros. Assim, a luta pela terra no município de Esplanada, que continua viva, conta com mais um aliado, a população.

Depreende-se, com base nas entrevistas realizadas, que a implantação dos assentamentos no município de Esplanada produziu uma nova dinâmica nas condições socioeconômicas e também na produção agropecuária do município. Essa nova dinâmica leva ao entendimento de que os assentamentos causam um **impacto** territorial no município. Fica claro pelas entrevistas que o município melhorou em vários aspectos após a implantação dos assentamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de analisar os impactos territoriais causados pela implantação dos assentamentos em Esplanada sobre a população assentada e também sobre o município, foi necessário trilhar um caminho que teve início na análise da luta pela terra, até chegar aos impactos propriamente ditos. Além da luta pela terra, existem outras dimensões que a envolvem ou que lhes são consequentes, como: os planos nacionais de reforma agrária, a estrutura fundiária, a disputa pelo território e as políticas públicas no âmbito dos assentamentos rurais e o papel do INCRA. Sempre que possível, as análises desses temas foram diretamente relacionadas à dinâmica dos assentamentos em Esplanada.

Conclui-se, inicialmente, que a luta pela terra protagonizada pelos movimentos sociais varia de intensidade em virtude da conjuntura socioeconômica e política de momento. Destarte, diante da inércia do Governo Dilma em resolver problemas relacionados à questão agrária brasileira, observa-se um grande aumento do número de manifestações, atingindo um número recorde de mais de 1000 manifestações em 2014.

As ocupações enquanto estratégias de luta pela terra mostraram-se mais eficientes que as manifestações quando correlacionadas ao número de famílias assentadas no Brasil como um todo; porém, as manifestações apresentam-se bastante diversificadas, e isso reflete um novo caráter para a luta pela terra.

Em muitos estados o MST tem papel de destaque. Na Bahia o MST também foi fundamental na conquista de novos territórios, foram assentadas milhares de famílias. Porém, no município de Esplanada, a luta pela terra apresentou um Frei, ligado à CPT, como o grande protagonista. Sua forma conciliadora de agir fez com que conflitos maiores fossem minimizados ou até inexistentes. A maioria das ocupações ocorreram de forma pacífica, e posteriormente as terras foram transformadas em assentamentos. Com a ausência do Frei, por motivos de saúde, os assentados ficaram sem uma referência de mediação. Agentes pastorais e militantes ligados à CPT e ao MST ainda não assumiram esse papel. Fragilizado no momento e sem lideranças definidas, o município se torna vulnerável às investidas do agronegócio, principalmente por parte das empresas exploradoras de florestas plantadas que não medem esforços para expropriar pequenos agricultores e, consequentemente, para ampliar a sua territorialização.

A luta pela terra em Esplanada propiciou a criação de cinco assentamentos, sendo um através de doação e quatro por desapropriações. Estes modificaram a paisagem do município, que antes chamava a atenção pelos imensos corredores verdes

de eucalipto, um dos símbolos do agronegócio atual no Brasil. Essa modificação no território provoca uma nova dinâmica no município. A estrutura fundiária municipal apresenta um novo formato, que se não diminuiu significativamente a concentração de terras, pelo menos não permitiu que a situação se agravasse.

Pelos dados do IBGE, concluímos que a análise da estrutura fundiária brasileira deve ser analisada de forma menos geral e mais específica, pois algumas unidades da federação apresentam resultados que divergem completamente do nacional, que indica leve desconcentração de terras entre 1995/96 e 2006. Inclusive a análise dos dados entre 1995/96 e 2006 indicam aumento em vários estados.

Pelos dados analisados, a relação entre média de área e índice de Gini não evidencia tendências para diminuição ou aumento da concentração de terras, o que reforça a ideia de que a média nem sempre é um bom indicador para um conjunto de dados dessa natureza.

Ainda pelos dados do IBGE, Esplanada, Bahia e Brasil apresentam poucas alterações em números relativos aos dados da estrutura fundiária quando comparada à evolução entre 1995/96 e 2006. Essas pequenas variações ao longo do tempo não foram suficientes para alterar significativamente a redução da concentração de terras, de fato que Esplanada, Bahia e Brasil apresentam números relativos parecidos o que reflete valores muito próximos quando diz respeito ao índice de Gini, sendo em 2006 o valor de 0,854 para o Brasil, de 0,841 para a Bahia, e de 0,888 para Esplanada.

Na Bahia, especificamente, a maioria dos Territórios de Cidadania apresenta forte concentração de terras. O município de Esplanada está presente no território Litoral Norte e Agreste Baiano, que aumentou sua concentração entre 1995/96 e 2006. Seu potencial para pecuária, plantação de eucalipto e turismo tem grande influência na concentração de terras, ainda mais que essas atividades têm muito apoio financeiro por parte do governo, que, assim, deixa claro sua opção em oferecer forte apoio à agricultura empresarial. Já as pequenas propriedades, sem o devido apoio, resistem com agricultura camponesa, e os novos assentamentos têm provocado uma nova dinâmica no município, além de não permitirem um agravamento da situação em relação à alta concentração de terras. O embate “grande propriedade *versus* pequena propriedade” continua uma realidade no município.

Nessa luta bastante desigual entre empresários capitalistas e camponeses – pois um detém maior poder e influência política e econômica em relação ao outro –, assistimos à contribuição que os assentados do município têm dado, na tentativa de

tornar a estrutura fundiária do município mais equilibrada em relação ao número e à área dos estabelecimentos e, consequentemente, mais justa socialmente.

Quando a estrutura fundiária é analisada com base nos dados do INCRA (2012), concluímos que o Brasil é um país com elevada concentração de terras, e que o município de Esplanada, mesmo sendo beneficiado com a implantação de assentamentos, segue a mesma tendência brasileira de não desconcentrar terras, de fato. As grandes propriedades continuam dominando o cenário da estrutura fundiária nacional e municipal no caso de Esplanada. Os dados do DATALUTA, tendo como fonte o INCRA, sobre a estrutura fundiária revelam que os latifúndios continuam aumentando desde 1988, ano de início da apresentação da série histórica, tanto para Brasil, como para Bahia e Esplanada.

Parece exagerado algumas literaturas defenderem a ideia de que o Brasil está melhorando a sua estrutura fundiária. O próprio INCRA, em 2001, apresenta uma publicação tentando mostrar que o Brasil estava melhorando sua estrutura fundiária: “*O Brasil desconcentrando as terras*” (INCRA, 2001). A justificativa para tal publicação é comprovada pela redução do índice de Gini em uma série histórica, pois mudou de 0,836, em 1967, para 0,802, em 2000 – ou seja, quase nada. Passou-se mais de uma década, e o índice avançou para 0,843, comprovando que tal publicação do INCRA foi infeliz nas suas conclusões.

Em relação às duas fontes, IBGE e INCRA, ainda que se observe ocasionalmente uma diminuição do índice de Gini, ao se fazer uma análise mais detalhada buscando explicações nas referências, facilmente percebe-se a grande desigualdade que existe entre grandes e pequenos estabelecimentos, explorados e exploradores, inclusos e excluídos, expropriados e apropriados; e, mais precisamente, entre agronegócio e agricultura camponesa. Quando recorremos a recortes geográficos menores, como é o caso de Esplanada, ficam valendo as mesmas observações feitas para escalas maiores.

Trabalhos como de Oliveira (2004), “*Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*”, que usa como limite de classes de área dados baseados nos módulos fiscais dos municípios brasileiros, expõe claramente o quanto ainda é desigual a estrutura fundiária brasileira e o quanto ainda existe potencial para implantação de uma efetiva reforma agrária *via desapropriação*. O autor usa os próprios dados do INCRA, referentes a 2003, sobre propriedades não produtivas, para chegar a essa conclusão. Em nossas análises, usamos raciocínio

semelhante ao de Oliveira (2004) e concluímos que a *não reforma agrária* continua em curso no Brasil. Demonstramos o quanto ainda existe possibilidades de o Governo implantar uma efetiva reforma agrária no Brasil, na Bahia e em Esplanada.

Como o Governo não cumpre a lei e não desapropria o necessário indicado, principalmente, pelos movimentos sociais de luta pela terra, ele faz a opção pela não reforma agrária. O discurso da qualificação dos assentamentos já existentes em detrimento da criação de novos assentamentos tornou-se vazio. O sucateamento do INCRA, a forte aliança entre a agricultura empresarial e bancada ruralista no centro do poder público, só reforçam a ideia da não necessidade de reforma agrária via desapropriação e criação de assentamentos.

Se, por um lado, a implantação dos assentamentos não está causando uma redução mais acentuada da concentração de terras, por outro está permitindo que a ampliação dos latifúndios em curso não aumente consideravelmente essa concentração. Dessa forma o índice de Gini continua quase inalterado no Brasil, estacionado em uma faixa alta indicando forte concentração de terras. Se as tendências de ampliação dos latifúndios e da não criação de assentamentos se confirmarem, certamente os próximos dados oficiais do IBGE e do INCRA apontarão aumento da concentração de terras.

A desconcentração de terras em grande parte é fruto da luta pela terra, ou seja, é a transformação do território dos latifundiários em territórios dos assentados. Neste sentido, adotamos o conceito de **território** como “espaço de poder”, gerado a partir de um controle social, fruto da luta de classes; espaço conquistado, com possibilidades de expansão a outras dimensões.

O assentamento rural é considerado pelo camponês como um espaço de construção de uma vida nova, com ideais de soberania e liberdade, onde se pode produzir o próprio alimento e garantir o sustento de sua família. Por outro lado, continua a subordinação ao território capitalista, pois o assentamento não é “livre” em si, mas controlado por uma série de leis e princípios formulados pelo governo e implementados através de políticas públicas. Portanto, defendemos uma participação maior da sociedade na construção dessas políticas públicas para que estas, de fato, sejam criadas em prol do desenvolvimento social dos assentados, e não como forma de controle, como vem acontecendo.

A dependência do INCRA é um problema para o desenvolvimento dos assentamentos. Usando como modelo os assentamentos de Esplanada, nossa análise confirma a forte influência do INCRA na não consolidação dos assentamentos. São

muitas as etapas não cumpridas pelo instituto no processo de consolidação. Também não se percebem, por parte do Governo, sinais de mudanças que tornem o INCRA mais eficaz. Pelo contrário, no governo Dilma observa-se o sucateamento desse órgão. Sem dúvida uma das suas maiores falhas do Governo é não cumprir a Lei ao deixar de implantar uma reforma agrária pautada na desapropriação de latifúndios improdutivos que não cumprem a função social. O INCRA parece ter assumido sua posição: não incomodar os políticos e os latifundiários, que inclusive, por muitas vezes, estão na mesma posição.

Se, por um lado existe a insatisfação com o INCRA, por outro percebe-se a satisfação dos assentados em possuir uma vida mais digna depois de tornar-se assentado. Essa dignidade não se mede com produção agropecuária ou com ganhos econômicos, tão enfatizados pelos capitalistas.

Pela pesquisa realizada em Esplanada, evidencia-se que muitos impactos territoriais causados pela implantação dos assentamentos modificam para melhor a vida dos assentados. Alimentação, moradia, educação, renda, produção agropecuária, tudo causou um impacto na vida dessas pessoas, são mudanças positivas provocadas por uma nova vida em um novo território.

Observa-se também uma relação campo-cidade harmoniosa, onde munícipes e assentados são beneficiados mutuamente. A “grande mídia” constantemente transmite a ideia de que assentamentos geram problemas e, conseqüentemente, não são bem vindos ao município. A realidade tem mostrado o contrário em Esplanada.

Acreditamos, sim, em uma melhor política de desenvolvimento agrário, pois, como bem observa Mazzini (2009), os assentamentos rurais constituem inegavelmente uma política de desenvolvimento regional, na medida em que desencadeia um processo de ampliação do bem-estar e da satisfação individual e coletiva de milhares de famílias, promovendo impactos positivos nas dimensões social, política, econômica e ambiental. Não temos dúvidas de que a implantação dos assentamentos em Esplanada é uma política pública de desenvolvimento social. Pela análise dos dados, conclui-se que é comprovada a tese de que os assentamentos causam impactos territoriais significativos sobre os assentados e sobre o município.

Fica também a certeza de que um maior diálogo entre poder público e camponeses pode resolver gargalos que impedem um maior desenvolvimento socioeconômico, tanto para o município como para os assentamentos. Ainda que as condições de acesso aos tratamentos de saúde continuem ruins, todos os outros

indicadores analisados mostram melhorias nas condições de vida. Muito falta ainda para a consolidação dos assentamentos de Esplanada, mas inegavelmente a implantação destes possibilitou a camponeses, antes excluídos socialmente, a existência de uma vida mais digna dentro da sociedade.

O assentado de Esplanada ainda é conhecido como “sem terra”, mas como um “sem terra” completamente inserido no processo de desenvolvimento municipal. A cada dia que passa, os assentados estão deixando de ser “estranhos” e passam a ser cidadãos esplanadenses perfeitamente identificados como trabalhadores rurais que buscam prosperar na vida de forma digna e honesta através do seu trabalho, junto com a família, na própria terra.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs: Unicamp: Hucitec, 1998.

ALCÂNTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Heera**, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 63-85, jul-dez 2009.

ALENCAR, A. G. de; DINIZ, A. S. MST – Ceará, 20 anos de marchas. **Mercator** – v. 9, n. 20, p. 133 a 148. Set/dez 2010.

ALENTEJANO, P. R. R. Relações campo-cidade no Brasil no século XXI. In: **Revista Terra Livre** – Movimentos sociais: multiplicidade teórica e metodológica, nº 21, pp. 25-39, Jul/dez 2003.

ALMEIDA, R. A. de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota-RS. **Ciência e Natureza**, UFSM, 30 (1): 149 - 172, 2008.

AMÂNCIO, C. O. da G. **O Sabor Agridoce da Reforma Agrária em Pernambuco: Refletindo sobre a experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã em Tracunhaém, PE**. 2006.

ARAÚJO, M. M. S. **A cidade de Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional urbana da região litoral Norte da Bahia**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Salvador, 2009. 189 p.

ARAÚJO, M. N. R. A Luta pela terra na região Extremo Sul da Bahia: Um Estudo da Espacialização e territorialização do MST na Região. In: **VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural: Realiamientos políticos y proyectos en disputa**. 2010, Porto de galinhas-PE. Recife: Editora da UFRPE, 2010. v. unico. p. 341-360.

BELÉM, L. Sem terras protestam contra madeireiras. **Jornal A Tarde**. Notícias Brasil. Salvador-BA. 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **ESTUDOS AVANÇADOS**. 11 (31), 1997. p.37 a 49.

BERGAMASCO, S. M.P.; NORDER, L. A.C. O que são os assentamentos rurais? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.409-410, 1996.

BAHIA NOTÍCIAS. **Setor florestal baiano deve crescer acima de 6,5% ao ano até 2018**. Disponível em: <http://www.bahianoticias.com.br/>. Acesso em 23/09/2015.

BRITO, C. J. de. **Da Assistência à resistência: ecumenismo presbiteriano, mendicância, migração e luta pela terra na Bahia (1968-1990)**. Feira de Santana, 2013.149 f. : il. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

BORBA, M. e COSTA GOMES, J. C. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. In: **Ciência e Ambiente**. Santa Maria, n. 29, jul./dez. 2004, p. 5 – 14.

CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, ago., 1949.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.146-162, set. 2006.

CARDIM, S. E.; VIEIRA, P. T. S; VIEGAS, J.L. R. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. INCRA - Departamento de Análise Estatística. 2005. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnosticos/analise_de_estrutura_funcionaria_brasileira.pdf. Acesso em: 28/02/2015.

CARVALHO, H. M. de. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **REVISTA NERA** – ANO 7, N. 5 – Agosto/dezembro de 2004.

CARVALHO, J. G. Brasil e São Paulo: configurações históricas e apontamentos recentes sobre a concentração fundiária e a luta pela terra. In: **XVI Encontro Nacional de Economia Política**, 2011, Uberlândia. Anais do XVI Encontro Nacional de Economia Política, 2011.

CASTRO, P. R. de. **Barões e bóias-frias**: repensando a questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: APEC/Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, 1982. 99p.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B.M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**. Presidente Prudente-SP. Ano 11, nº. 13. pp. 16-25 Jul.-dez./2008.

CEDITER- Comissão Evangélica dos Direitos da Terra. ACERVO CEDITER – **BOLETIM INFORMATIVO – 20 ANOS. HISTÓRICO DA CEDITER**. 2002, p. 01.

CLEPS JUNIOR, J. . Disputas Territoriais, Reforma Agrária e Políticas de Criação de Assentamentos Rurais em Minas Gerais. **Campo - Território**, v. 9, p. 1-18, 2014.

COCA, E. L. de F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária : análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná**. Presidente Prudente : [s.n], 2011. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. 231 f.

CONCEIÇÃO, A. L. Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital. **Okara** : Geografia em Debate (UFPB), v.01, p. 77-100. 2007.

CRUZ, N. N. D. Modos de vida e territorialidades nos assentamentos de reforma agrária. **Revista RA'E GA**. Curitiba-PR: Editora UFPR. n. 16 , p.93-100. 2008.

DALBIANCO, V.P. **A construção de uma extensão rural diferenciada para as famílias assentadas: o programa da assessoria técnica, social e ambiental (ates) no RS**. Dissertação de mestrado. UFSM. 140 p. 2010.

DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra. **Relatório Brasil 2013**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. 2014. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 07/072015.

DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra. **Relatório Brasil 2010**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. 2014. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 07/072015.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos**: a resistência dos camponeses no Ceará em busca da sua libertação. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2009.

EDUARDO, M. F. O conceito de território e o agroartesanato. **Revista NERA** Presidente Prudente-SP. Ano 11, nº. 13 p. 83-101 Jul.-dez./2008.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

FELICIANO, C. A.. **Território em disputa:** terras (re)tomadas (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). Tese (doutorado), FFLCH, USP, 2009. 575 p.

FERBASA . **FERROS LIGA DA BAHIA SOCIEDADE ANÔNIMA**. Disponível em: www.ferbasa.com.br. Acesso em 27/05/2015.

FERNANDES, B. M. **MST - Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. **Revista NERA** (UNESP), NERA/UNESP, v. 1, n.1, p. 2-44, 1998.

FERNANDES, B.M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma Agrária. **NERA – Núcleo de Estudos de Reforma Agrária**. FCT-UNESP-Presidente Prudente, Departamento de Geografia. **Série Estudos**. n.2, p.1-32, 1998.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo. n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, B. M. . A questão agrária no liminar do século XXI. **Espaço e Geografia**, Brasília, v. 04, n.01, p. 07-24, 2001.

FERNANDES, B. M. . Espaços agrários de inclusão e exclusão social. **Currículo sem Fronteiras**, Belo Horizonte, v. 3, n.1, p. 11-27, 2003.

FERNANDES, B.M. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: Novas Configurações do Campo Brasileiro. **Revista Agrária**. n. 1. p. 16-36. 2004.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. p. 139 – 168. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A.(Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6. P. 14-34. 2005. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FERNANDES, B. M. e LEAL, G. M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária**. Presidente Prudente, 2002. Disponível em:<http://www.abrareformaagraria.org.br/>. (acesso em 15/008/2014)

FERNANDES, B. M., WELCH, C. A. e GONÇALVES, E. C. Políticas Fundiárias no Brasil. Uma análise géo-histórica da governança da terra no Brasil. Roma: **Framingthe Debate Series**, 2012, nº 2.

FLEURY; R.R. Distribuição da posse da terra no Brasil: uma análise a partir do I PNRA . Desigualdade, exclusão e conflitos nos espaços rurais. 2 a 5 de setembro de 2014. **VI ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS**.CAMPINAS-SP.Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/6encontro/> Acesso em 14/09/2105.

FRANCIS, P. C. Os programas de créditos para os assentamentos rurais - o estudo de caso do Dorcelina Folador (Arapongas – PR.) **Revista Geografar**. Curitiba, v.4, n.1, p.78-97, jan./jun. 2009. Disponível em :<<http://www.ser.ufpr.br/geografar>> . Acesso em 15 de Abril de 2014.

FRANCO GARCIA, M. ; THOMAZ JUNIOR . Trabalhadoras rurais e Luta pela Terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Scripta Nova** (Barcelona), Barcelona. 2002.

GEHLEN, I.Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo-SP, v. 18, n. 2, p. 95-103. 2004.

GIRARDI, E. P. e FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n.8, 2008.

GOHN, M. da G.. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GONÇALVES, A. R. **A vida Frei Chico nos assentamentos de Esplanada-BA.** Esplanada-BA, entrevista por email, março de 2015. Entrevista a Antonio de Oliveira Costa Neto. 2015.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GUANZIROLI, C. E. Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. In: ROMEIRO, A. et al.(Orgs.). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate. 1 ed. Rio de Janeiro: VOZES/IBASE/FAO, 1994.p. 13-68.**

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA.** Presidente Prudente. Ano 9, n. 8. p. 1-28. Jan./Jun. 2006.

HEREDIA, B. M. A.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.;CINTRÃO, R. (Coords.) (2002). **Os impactos regionais da reforma agrária:um estudo sobre áreas selecionadas.** Rio de Janeiro:CPDA/UFRRJ Nuap/ PPGAS/UFRJ (mimeo), 479pp. 2001.

HOFFMANN, R. A desigualdade da distribuição da posse da terra e o desenvolvimento humano. **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL -SOBER**, 39. Anais. Recife (PE), 5 a 8 de agosto de 2001.

HOFFMANN, R.; NEY, M. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil.** Brasília: NEAD/MDA, 2010.

IBGE. **Censo agropecuário 1995/96.** Rio de Janeiro. 1996. Disponível em www.IBGE.com.br. Acesso em 13/11/2014.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em www.IBGE.com.br. Acesso em 22/12/2015.

INCRA. **O Brasil desconcentrando terras.** 2001. Brasília: 2001. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/484-indice-de-gini-o-brasil-desconcentrando-terras>. Acesso em 23/01/2015.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em www.IBGE.com.br. Acesso em 13/11/2014.

IBGE. **Contagem da população**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em www.IBGE.com.br. Acesso em 1/10/2015.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em www.IBGE.com.br. Acesso em 22/12/2015.

IBGE. **Mapa da Bahia, com destaque para o município de Esplanada**. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em www.IBGE.com.br. Acesso em 02/01/2016.

INCRA. **Manual de Orientação para Preenchimento da Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais**. 2002. Disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/cadastro-rural/esclarecimento_gerais.pdf.

INCRA. **Números da Reforma agrária**. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vida-nos-assentamentos>. 2010. Acesso em: 15/06/2013.

INCRA. **Módulos fiscais dos municípios brasileiros**. 2012. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em 12 de Janeiro de 2016.

INCRA. **Estatísticas cadastrais**. Brasília, 2012. Disponível em http://www.incra.gov.br/media/politica_fundiaria/regularizacao_fundiaria/estatisticas_cadastrais/imoveis_total_brasil.pdf. Acesso em 02 /06/2015.

INCRA. **Mapa dos assentamentos de Esplanada**. 2015. Salvador. 2015. CD ROM.

INCRA. **Números da Reforma Agrária**. Relação de projetos da Reforma agrária. 2015 . Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>. Acesso em 12/03/2015.

JONES, A. da S. **O Mito da Legalidade do Latifúndio. Legalidade e Grilagem no Processo de Ocupação das Terras Brasileiras (Do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra)**. Tese. USP- Universidade de São Paulo. 2003. 297 p. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/politicafunditaria/Pdf>>. Acesso em 12 jun.2013.

KUNZLER, E.C.; WIZNIEWSKY, C. R. F. AGROECOLOGIA E TRANSFORMACOES NO ESPACO RURAL: o caso do assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 07-20, 2009.

LAMERA, J. A.; ALVES, J.; FIGUEIREDO, A. M. R. . Os assentamentos rurais em Mato Grosso. In: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco/AC. Anais do XLVI Congresso da SOBER**. Brasília: SOBER, 2008. v. 46. p. 1-20.

LEAL, G. M.. **Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos rurais do Município de Teodoro Sampaio - SP**. Dissertação de Mestrado em Geografia. FCT/UNESP/Nera, Presidente Prudente, 2003.

LEFEBVRE, H.. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995

LEITE, S.O. Estudo dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. In : **Romeiro, A. Et al.(Orgs.). Reforma Agrária: produção, emprego e renda**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

LEITE, S. P. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: **MEDEIROS, Leonilde et al. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. CPDA-UFRRJ/CNPq/FINEP/MCT, 1997.

LEITE, S. P. et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

LEITE, S. P. et al. Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. **Revista Economia Ensaios**. Instituto de economia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG. v. 22, n. 1. 2007.
LIMA, A. B. de; RODRIGUES, M. de F. F. Luta camponesa pela terra e formação de novas territorialidades no litoral sul paraibano. **Revista Mercator-** Revista de Geografia da UFC. Fortaleza/CE. v. 8, . 15, p. 59-74. 2009.

LIMA, F. **Programa cédula da terra: uma releitura dos principais resultados.** Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico) Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

LIMA, S. F. **Impactos territoriais da criação de assentamentos rurais: o caso dos PAs Timbó e Mata Verde-Espirito Santo/RN.** 2010. 157f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós Graduação em Geografia, João Pessoa, 2010.

MARQUES, M. I. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA.** Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008.

MARQUES, M. I. M. A questão agrária hoje e os desafios do governo Lula. **AGRÁRIA**, nº 1, pp. 37-54, 2004.

MARQUES, M. I. M. **De sem-terra a ‘posseiro’, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho-GO.** 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo. 2000.

MACHADO, M. R. I. de M. **A subordinação da força de trabalho dos assentados da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de açúcar no território da microrregião de Vitória de Santo Antão – PE.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 2013, USP, SP. 249p.

MATTA, J. M. B. da. Agricultura familiar e organização do espaço agrário no estado da Bahia. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói. **Anais do Simpósio Nacional de Geografia Agrária ... Simpósio Internacional de Geografia Agrária.** CD-Rom, 2009.

MARTINS, A. C. F. **Entre picadas e trilhas: trajetória de famílias em áreas de assentamento em Manaus, AM.** 2010. Ribeirão Preto. 2010. Tese de Doutorado. USP. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 160p.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada.** São Paulo: Atlas, 2002. 417p.

MARTINS, J. de S. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2000.

MAZZINI, E. T. Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: **Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** Presidente Prudente, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. 2007

MAZZINI, E. J. T. Impactos sociais, políticos, econômicos e ambientais dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, p. 1-18. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Mazzini_EJT.pdf. Acesso em 22 jun. 2014.

MDA. ATES- Assessoria Técnica, Social e Ambiental. **Manual Operacional**. 2008.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 217-227.

MEDEIROS, L. de S. de; LEITE, S. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MEKSENAS, P. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo ed. Cortez, 2002.

MESQUITA, O V., SILVA, S. T. Regiões agrícolas do estado do Paraná: uma definição estatística. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano 32, n.1, p.3-42, 1987.

MIRALHA, W. e HESPANHOL, R. A. de M. A implantação de Assentamentos rurais e sua importância social e econômica no município de Presidente Bernardes-SP. In: Presidente Prudente: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA. 2005. **Resumo expandido**. 11 a 15 de Novembro de 2005.

MIRANDA, M. E. **Os assentados frente aos desafios legais: uma interpretação antropológica das relações jurídicas no assentamento de Promissão**. Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 2003.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **O movimento de libertação dos sem terra e as contradições da luta pela terra no Brasil**. Dissertação de Mestrado (Geografia) Universidade de São Paulo, USP. (2002).

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 14, p. 4-22, 2011.

MORAIS, H. A. de. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de passira-pe: uma análise das suas dimensões sociais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**. Recife- PE. v. 02, n. 01. 2013.

MPA. **Plano Camponês**. Construindo o Novo Caminho da Roça, 2007.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos** /– Porto Alegre, 2007.128 f. : il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

NOGUEIRA, E. A. e; MELLO, N. T. C. de; SANNAZZARO, A. M.; ROLIM, P.R.R. O papel das políticas públicas para o (in) sucesso dos assentamentos rurais: o caso de Angatuba. **Informações Econômicas**, SP, v.37, n.8, ago. 2007

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: USP, 1998. p. 239-283.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.15, n.43. set/dez. 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. São Paulo: **Terra Livre**, ano 19, v. 2, n. 21. jul\dez 2004, p. 113-156.

OLIVEIRA, A. U. de. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula**. Porto Alegre: mimeo, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. de. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: Comissão Pastoral da Terra - CPT. (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. 1a. ed. Goiânia: CPT, 2011, v. 1, p. 55-62.

OLIVEIRA, A. U. de. **É uma mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva**. Entrevista. Instituto Humanitas Unisinos – IHU. 2011

OLIVEIRA, M. L. R. Assentamentos rurais: Um espaço em construção de famílias de origem migrante. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia: Belo Horizonte, MG. 2005**.

OLIVEIRA, M. R. do C. A conquista do Assentamento Nova Ipiranga – Camcan-BA. **Seminário**. Cultura e política na primeira Republica: A Luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sul da Bahia. 2010b.

PALMEIRA, M. “*Modernização, estado e questão agrária*,” **Estudos Avançados** (São Paulo) v.3, n.7, p.87-108, 1989.

PAULINO, E. T.. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, jul./dez. 2006, ano 9, no. 8, p. 52 -73.

PEDON, N. R.. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 2009. 240 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

PEDROSO, M. T. C. **Agricultura Familiar Sustentável: Conceitos, experiências e lições**. 111f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
PIETRAFESA, J. P. Terra, ocupação e posse: novos desafios aos movimentos sociais frente à ação do capital agrário. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, p. 70-76, 2014.

PINTO JR., J. M.; FARIAS, V. A. Função social da propriedade: dimensões ambiental e trabalhista. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
PODELESKI, O. da S. Lei de Terras de 1850. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC, v.1, n.2, 2009.

PIRES, A. P. N.; BISPO, C. R. **As complexidades marcam o quadro agrário do Brasil: um olhar reflexivo do assentamento Maria Zilda em Cordeiros-BA. Bahia, 2006.** Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Ana%20Paula%20Novais%20Pires.pdf>. Acesso em 17 /10/2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P. O Campo se Manifesta. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 30, p. 150-162, 2015.

PRIMA. Prima - **Empreendimentos Imobiliários e Projetos Turísticos**. 2005. Disponível em: <http://primainova.com.br/>. Acesso em 13/08/2015

QUADROS, V. **Assentados do MST vendem suas terras por mais de R\$ 500 mil.** Portal iG. São Paulo. Entrevista em 10/02/2014 às 08:00 - Atualizada às 10/02/2014 às 10:23. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-02-10/assentados-do-mst-vendem-suas-terras-por-mais-de-r-500-mil.html>. Acesso em : 12/12/2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C. B. **Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP.** Dissertação de Mestrado. FCT/ UNESP/NERA. Presidente Prudente, 2002.

RAMOS FILHO, E. da S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003 – 2006).** Presidente Prudente-SP: UNESP, 2008. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008.

RAMOS FILHO, E. da S. **A contrarreforma agrária no Brasil no início do século XXI.** Artigo preparado para apresentação no IV Fórum e I Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho, mesa redonda: “Movimentos sociais no campo: territórios de conflito”, realizado na Universidade Federal de Sergipe de 29 a 31 de agosto de 2011.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs.** São Paulo: Cortez, 2000.

RODRÍGUEZ, A.; ARDID, M. Psicología Social y políticas públicas. In: J. L. A. ESTRAMIANA, A. GARRIDO, & J. R. TORREGROSA (Orgs.), **Psicología Social aplicada**. Madrid: McGraw-Hill. p 451-474. 1996.

ROUSSEFF, D. Discurso de Posse. **Folha UOL**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 24/04/2011.

SALLES, J. T. A. O.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Assentamentos rurais e produção de alimentos básicos: uma abordagem a partir de um estudo de caso. **Revista Cadernos de Debate**. Núcleo de estudos e pesquisas em alimentação. UNICAMP, v.3. 1995. Páginas 1-13.

SAMPAIO, P. de A. Terras devolutas e latifúndio. **Economia e Sociedade**, Campinas, (6): 197-199, jun.1996.

SANTOS, J. A. da C. et al. Estrutura fundiária nos territórios de identidade da Bahia. **IV SEMNA DO ECONOMISTA E IV ENCONTRO DE EGRESSOS**. UESC. Ilhéus. Bahia. 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. S. **SE PLANTA E COLHE ALIMENTOS NESTE SERTÃO: resistência e permanência da autonomia camponesa e as ações do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto de soberania alimentar**. Dissertação. Ano de Obtenção: 2012. 252 p. UFS-NPGEO.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHENATO, V. C. . A Produção Social da Diferença entre Colonos e Assentados. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia - SBS 2011, 2011, Curitiba - PR. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011, 2011.

SCHNEIDER, S. Abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004, p. 88 – 125.

SCHNEIDER S., CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49. (Série Estudos Rurais).

SILVA, A.A. FERNANDES, B. M. ; VALENCIANO, R.C. (coords.). **RIST - Relatório de Impactos Socioterritoriais: Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no Pontal do Paranapanema**. UNESP- NERA Presidente Prudente. 378 p. 2006.

SILVA , A. G. da, e ARAÚJO, J.P. de. O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun de 2008. P.103 A 127.

SILVA; C. S. D. da;. **Os Impactos Socioterritoriais do Assentamento Padre Josimo I e II no Município de Cristalândia-TO e Entorno. – Palmas - TO:** [s.n.],Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Palmas. 2009. 117f.

SILVA, D. A. Desenvolvimento e políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária. In: **IV Encontro da rede de estudos rurais. Mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político**. Curitiba 2010.

SILVA, D. N. e MENDES, L.G. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. **Revista Bahia Agrícola**. V.2, n.3, novembro de 1998. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1198/fundiaria.htm. Acesso em 14/03/2105.

SILVA, P. M. da; CASALINHO, H. D. Desenvolvimento e reforma agrária na região sul do RS: os impactos dos assentamentos no cotidiano das famílias, **ACTA Geográfica**. Boa Vista, v.5, n.10, p.115-134. jul./dez. de 2011.

SILVA, T. P. da;. **As Formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Batayporã/MS**. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. Ano de Obtenção: 2004. 165 P.

SILVA, J. G. da,(Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1980. 240p.

SILVA, L. G. T. **Política agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos do sudeste paraense**. 2007. Tese - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém. 2007.

SERRA, E. Os movimentos rurais organizados pela Reforma Agrária no Norte do Paraná. In: **Realidade Agrária do Norte Paranaense**: transformações recentes e novas perspectivas. (Asari, A.Y. et al.) Londrina/Maringá/Uberlândia:UEL/UEM/UFU, 2001, p. 185-245 (Relatório de Pesquisa)

SOUZA, C. M. de. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, nº 16., p. 20-45. 2006.

SOUZA, M. P. de; LIMA, J. E. A Distribuição da Terra no Brasil e nas Unidades da Federação. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, jan-mar. 2003.

SOUZA, P. S. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio- SP**. Mestrado em GEOGRAFIA. UNESP- PRESIDENTE PRUDENTE-SP. Ano de Obtenção: 2007.

SPAROVEK, G. (Ed.) **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003. 204 p.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SPOSITO, M. E. B. Espacialidade, Cotidiano e Poder. **Revista Paranaense de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB. Curitiba. n. 1, p. 14 – 22. 1996.

STÉDILE, J.P. (Org.) **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

STEFANINI, L. L. A Propriedade no Direito Agrário. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1978.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”** . Tese (doutorado) - Presidente Prudente : [s.n], 2009 , 325 f. - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

TSUKAMOTO, R. Y. ; ASARI, A. Y. . Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de autosustentação. **Geografia** (Londrina), UEL, v. 12, p. 483-494, 2003.

VARGAS. A. Agricultura Familiar e sustentabilidade. **Sociedade e desenvolvimento rural**. On line – v.4, n. 1 – Jun – 2010. p.133-143. Disponível em:< <http://www.inagrodf.com.br/revista>>. Acesso em 15 de março de 2105.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec, 1991.

ZARNOTT, A. V. **PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO NO PROGRAMA DE ATES NO RS**. Universidade Federal de Santa Maria. Monografia de Conclusão de Curso. 2011

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ASSENTADOS (QUANTITATIVO)

QUESTIONÁRIO

TEMÁTICA1: Características populacionais (quem são?)

- 1) Quantas pessoas moram em sua casa e qual o sexo?
 - a) 1 pessoa ()
 - b) 2 pessoas () ()
 - c) 3 pessoas () () ()
 - d) 4 pessoas () () () ()
 - e) 5 pessoas () () () () ()
 - f) 6 pessoas () () () () () ()
 - g) Mais de 6 pessoas () () () () () () () () () () () () () () ()

- 2) Qual a idade dos moradores de sua residência?
 - a) 0 a 10 ()
 - b) 11 a 20 ()
 - c) 21 a 30 ()
 - d) 31 a 40 ()
 - e) 41 a 50 ()
 - f) 51 a 60 ()
 - g) Mais de 60 ()

- 3) Qual a sua cor e etnia?
 - a) BRANCA ()
 - b) PARDA ()
 - c) NEGRA ()
 - d) AMARELA ()
 - e) INDÍGENA ()

- 4) LOCAL ONDE MORAVA QUANDO NASCEU
 - A) MORAVA NO CAMPO ()
 - B) MORAVA NA CIDADE ()
 - C) NÃO INFORMADO ()

TEMÁTICA2: Condições de vida (como vivem?)

- 5) Qual a quantidade de cômodos de sua residência?
 - a) 1 cômodo ()
 - b) 2 cômodos ()
 - c) 3 cômodos ()
 - d) 4 cômodos ()
 - e) 5 cômodos ()
 - f) 6 cômodos ()
 - g) Mais de 6 cômodos ()

- 6) A água para o uso da residência é suficiente para atender a todas as necessidades da família o ano inteiro?
 - a) Sim ()

b) Não ()

7) A situação do abastecimento de energia elétrica é:

- a) Disponível o ano todo em condições adequadas (SIM) ()
- b) Com quedas ou pouca força (Com intermitência) ()
- c) Não possui energia elétrica? (Não) ()

8) Qual a situação da via de acesso (ramal ou estrada) para o lote?

- a) Péssimo ()
- b) Ruim ()
- c) Razoável ()
- d) Bom ()
- e) Ótimo ()
- f) Não respondeu ()

9) Em relação à saúde pública, qual é a sua avaliação sobre o acesso ao hospital ou posto de saúde?

- a) Péssimo ()
- b) Ruim ()
- c) Razoável ()
- d) Bom ()
- e) Ótimo ()
- f) Não respondeu ()

10) Qual o grau de escolaridade dos membros de sua família?

- a) Não alfabetizados ()
- b) 1ª à 4ª série ()
- c) 5ª à 9ª série ()
- d) Médio Incompleto ()
- e) Médio Completo ()
- f) Superior Incompleto ()
- g) Superior completo ()

11) PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO ASSENTADA QUE ESTÁ FREQUENTANDO ESCOLA

- a) Frequenta ()
- b) Não Frequenta ()

12) NÚMERO DE ESTUDANTES, CONFORME LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

- a) NO PRÓPRIO ASSENTAMENTO()
- b) NO ASSENTAMENTO VIZINHO()
- c) NA CIDADE ()
- d) NÃO ESTA FREQUENTANDO ESCOLA ()

TEMÁTICA3: Dados de produção e renda (como fazem?)

13) Você tem acesso ao PRONAF?

- a) Sim ()
- b) Não ()

14) Você tem acesso aos créditos do INCRA?

- a) Apoio inicial ()
- b) Fomento ()
- c) Aquisição de material de construção ()
- d) Recuperação e material de construção ()

15) Quais os principais produtos produzidos em sua propriedade? E em quais quantidades?

PRODUTO	QUANTIDADE

16) Qual a renda aproximada de sua família em salários mínimos(SM)?

- a) Até 0,5 SM ()
- b) 0,51 a 1 SM ()
- c) 1,1 a 2 SM ()
- d) 2,1 A 3 SM ()
- e) 3,1 A 4 SM ()
- f) 4,1 A 5 SM ()
- g) Mais de 5 SM()

17) De onde vem a sua renda?

- a) Benefícios? ()
- b) Trabalho Externo? ()
- c) Produção agropecuária? ()

18) Qual o destino de sua produção?

- a) Vendas ()
- b) Autoconsumo ()

TEMÁTICA4: Percepção das condições gerais de vida antes e após o assentamento (o que pensam)

19) Em relação às condições gerais de produção, comercialização e renda, qual sua avaliação sobre o tamanho do seu lote?"

- a) Péssimo ()
- b) Ruim ()
- c) Razoável ()
- d) Bom ()
- e) Ótimo ()
- f) Não respondeu ()

20) Comparando as condições de vida de sua família em relação a situação anterior ao assentamento, qual sua avaliação em relação a:

-MORADIA:

- a) Muito Melhor ()
- b) Melhor ()
- c) Igual ()
- d) Pior ()
- e) Muito pior ()

-ALIMENTAÇÃO:

- a) Muito Melhor ()
- b) Melhor ()
- c) Igual ()
- d) Pior ()
- e) Muito pior ()

-EDUCAÇÃO:

- a) Muito Melhor ()
- b) Melhor ()
- c) Igual ()
- d) Pior ()
- e) Muito pior ()

-RENDAS:

- a) Muito Melhor ()
- b) Melhor ()
- c) Igual ()
- d) Pior ()
- e) Muito pior ()

-SAÚDE:

- a) Muito Melhor ()
- b) Melhor ()
- c) Igual ()
- d) Pior ()
- e) Muito pior ()

TRABALHO, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE**Tipos de Trabalho e Assalariamento****21) TIPOS DE RELAÇÃO DE TRABALHO DESENVOLVIDAS NO LOTE**

- a) ASSALARIAMENTO TEMPORÁRIO ()
- b) ASSALARIAMENTO PERMANENTE ()
- c) FAMILIAR (COM MEMBROS DA FAMÍLIA) ()
- d) TEMPORÁRIO

22) NÚMERO DE PESSOAS QUE ESTÃO TRABALHANDO NO LOTE COMO ASSALARIADAS

- a) UMA PESSOA ()
- b) DUAS PESSOAS ()
- c) TRÊS PESSOAS ()
- d) QUATRO PESSOAS ()
- e) CINCO PESSOAS OU MAIS ()

23) TROCA DE DIAS DE SERVIÇO COM VIZINHOS NOS

PERÍODOS DO PLANTIO E DA COLHEITA

- a) TROCA ()
- b) NÃO TROCA ()

24) NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA QUE TRABALHAM COMO ASSALARIADOS

- a) NUNCA SE ASSALARIOU ()
- b) UMA PESSOA ()
- c) DUAS PESSOAS ()
- d) TRÊS PESSOAS ()
- e) QUATRO PESSOAS ()

SERVIÇOS, TÉCNICA E TECNOLOGIA**25) UTILIZAÇÃO DE RAÇÃO ESPECIAL NA ÉPOCA DAS SECAS**

- A) UTILIZA ()
- B) NÃO UTILIZA ()

26) UTILIZAÇÃO DE ORDENHA MECÂNICA NA RETIRADA DO LEITE UTILIZA ()

- a) NÃO UTILIZA ()

27) CONHECECIMENTO SOBRE A TECNOLOGIA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

- a) CONHEÇO ()
- b) NÃO CONHEÇO ()

28) MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DE APRENDER A TRABALHAR COM A TECNOLOGIA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

- a) TENHO ()
- b) NÃO TENHO ()
- c) NÃO INFORMADO ()

29) RECEBIMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

- a) RECEBE ()
- b) NÃO RECEBE ()

30) ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- a) ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL (INCRA) ()
- b) ÓRGÃO PÚBLICO ESTADUAL (EBDA) ()
- c) ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL (PREFEITURA) ()
- d) MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS E SINDICATOS ()
- e) ÓRGÃO NÃO GOVERNAMENTAL (ONG) ()
- f) CONTRATADA PELA PRÓPRIA COMUNIDADE ()
- g) COOPERATIVA DE ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ()
- h) NÃO RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ()

31) NÚMERO DE VISITAS DE TÉCNICOS DA EBDA JÁ RECEBIDAS DESDE QUE MORA NO LOTE

- a) UMA VISITA ()
- b) DUAS VISITAS()
- c) SEMPRE RECEBO VISITAS()
- d) NUNCA RECEBI ()

32) CONHECIMENTO SOBRE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA EBDA NO ASSENTAMENTO

- a) TENHO CONHECIMENTO ()
- b) NÃO TENHO CONHECIMENTO()

33) NÚMERO DE VISITAS DE TÉCNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA JÁ RECEBIDAS DESDE QUE MORA NO LOTE

- a) UMA VISITA ()
- b) DUAS VISITAS ()
- c) SEMPRE RECEBO VISITAS()
- d) NUNCA RECEBI()

34) CONHECIMENTO SOBRE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA NO ASSENTAMENTO

- a) TENHO CONHECIMENTO()
- b) NÃO TENHO CONHECIMENTO()

35) OPINIÃO SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA

- a) ÓTIMO ()
- b) REGULAR ()
- c) RUIM()

36) EXISTÊNCIA DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR SEGUNDO O NÚMERO TOTAL DE LOTES VISITADOS

- a) EXISTE ()
- b) NÃO EXISTE ()

37) TIPOS DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EXISTENTES

- a) -----
- b) -----
- c) -----
- d) -----

38) REALIZAÇÃO NO LOTE DE APLICAÇÃO DE PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLOS

- a) JÁ APLICOU ()
- b) NÃO APLICOU ()

39) UTILIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

- a) ADUBO (ORGÂNICO)()
- b) ADUBOS E CORRETIVOS (COMUNS)()
- c) HERBICIDAS()
- d) FUNGICIDAS E ADESIVOS()

- e) INSETICIDAS()
- f) FORMICIDAS ()
- g) SEMENTES TRANSGÊNICAS()
- h) SEMENTES (COMUNS) ()
- i) MATURADORES()
- j) NENHUM

CONHECIMENTO

40) EXISTÊNCIA DE ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA REALIZANDO ALGUM CURSO TÉCNICO OU SUPERIOR?

- a) EXISTE ()
- b) NÃO EXISTE ()

41) PARTICIPAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OFERECIDOS PELO INCRA, EBDA, PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA

- a) SIM, JÁ PARTICIPEI, PELO _____
- b) NUNCA PARTICIPEI ()

42) QUAIS CURSOS VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE FAZER:

- a) 1º _____
- b) 2º _____
- c) 3º _____

TEMÁTICA INFRA ESTRUTURA

MORADIA

43) MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DA CASA - PAREDE

- a) TIJOLOS()
- b) MADEIRA ()
- c) LONA ()
- d) PAU-A-PIQUE ()
- e) MISTA (ALVENARIA E MADEIRA) ()

44) MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DA CASA - PISO

- a) TERRA BATIDA()
- b) CONTRAPISO ()
- c) CERÂMICA()

45) MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DA CASA - COBERTURA

- a) LONA ()
- b) TELHA ()
- c) LAJE ()
- d) MADEIRA ()
- e) OUTROS()

ENERGIA ELÉTRICA

46) COMO OCORREU A INSTALAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

- a) PROGRAMA LUZ DA TERRA ()
- b) PROGRAMA LUZ PARA TODOS()
- c) RECURSOS PRÓPRIOS()
- d) NÃO POSSUI ENERGIA()

INSTALAÇÃO SANITÁRIA

47) TIPOS DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA

- a) SANITÁRIO DENTRO DE CASA E CANO ATÉ A FOSSA FORA DE CASA ()
- b) DIRETO DA FOSSA()
- c) NÃO POSSUI INSTALAÇÃO SANITÁRIA()

POSTO DE SAÚDE

48) EXISTÊNCIA DE POSTO DE SAÚDE NO ASSENTAMENTO OU NAS PROXIMIDADES

- a) EXISTE ()
- b) NÃO EXISTE ()
- c) O POSTO MAIS PRÓXIMO FICA NA CIDADE DE ESPLANADA()

ÁGUA

49)USOS DA ÁGUA NO LOTE

- a) DOMÉSTICO()
- b) DOMÉSTICO/ANIMAIS()
- c) DOMÉSTICO/ANIMAIS/IRRIGAÇÃO()

50)FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS ASSENTAMENTOS

- a) POÇO()
- b) ARTESIANO (SEM TRATAMENTO)()
- c) POÇO ARTESIANO(COM TRATAMENTO)()
- d) CACIMBA()
- e) CISTERNA OU POÇO()
- f) BUSCA ÁGUA NA MINA()
- g) RIO()
- h) IGARAPÉ()
- i) Córrego()
- j) RIACHO()
- k) RIBEIRÃO()
- l) OUTRAS FONTES()

51)TIPOS DE TRATAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA PARA BEBER NOS ASSENTAMENTOS

- a)FILTRADA/FERVIDA/TRATADA COM ÁGUA SANITÁRIA()
- b)FILTRADA()
- c) FERVIDA()

- d) CLORADA/TRATADA COM ÁGUA SANITÁRIA()
- e) SEM TRATAMENTO()
- f) FILTRADA/FERVIDA()

TELEFONE

52) TIPOS DE TELEFONE EXISTENTES NOS ASSENTAMENTOS

- a) TELEFONE CONVENCIONAL()
- b) CELULAR RURAL()
- c) CELULAR CONVENCIONAL()
- d) NÃO()

TRANSPORTE

53) FORMAS DE DESLOCAMENTO DO ASSENTAMENTO ATÉ A CIDADE

- a) NÃO PASSA ÔNIBUS NO MEU LOTE()
- b) COLETIVO PÚBLICO (PREFEITURA)()
- c) COLETIVO PÚBLICO (PRIVADO)()
- d) CARRO PRÓPRIO()
- e) CARONA COM VIZINHOS (NA BEIRA DA ESTRADA/ÔNIBUS ESCOLAR)()

54) TIPOS DE DESLOCAMENTO DOS ESTUDANTES ATÉ A ESCOLA

- a) A PÉ()
- b) DE BICICLETA()
- c) DE CAVALO()
- d) DE MOTO()
- e) COM TRANSPORTE FORNECIDO PELA PREFEITURA()
- f) COM TRANSPORTE PARTICULAR PAGO PELOS ASSENTADOS()
- g) COM EMPRESAS DE ÔNIBUS()
- h) CARRO PRÓPRIO()
- i) CARONA()
- j) NÃO ESTUDA()
- k) CARRO PRÓPRIO()
- l) CARONA()
- m) OUTROS _____

55) OPINIÃO DOS ASSENTADOS SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS

- a) ESTÃO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO()
- b) NÃO ESTÃO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO()

56) OPINIÃO DOS ASSENTADOS SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS DO ASSENTAMENTO ATÉ AS PRINCIPAIS CIDADES VIZINHAS

- a) ESTÃO BOAS ()
- b) NÃO ESTÃO BOAS()

IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

57) EXISTÊNCIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS NO SEU LOTE

- a) TRATOR()
- b) CAMINHÃO()
- c) CAMIONETA()
- d) AUTOMÓVEL()
- e) MÁQUINA AGRÍCOLA()
- f) MOTOCICLETA()
- g) TRATORES()
- h) NÃO POSSUI NENHUM DESTES ITENS()

BENS DE CONSUMO

58) EXISTÊNCIA DE BENS DE CONSUMO NA SUA RESIDÊNCIA

- a) FOGÃO ()
- b) GELADEIRA ()
- c) TELEVISÃO ()
- d) RÁDIO ()
- e) LIQUIDIFICADOR()
- f) TANQUINHO ()
- g) VENTILADOR ()
- h) ANTENA PARABÓLICA()
- i) PARELHO DE SOM()
- j) MÁQUINA DE CALCULAR()
- k) MÁQUINA DE COSTURA()
- l) MÁQUINA DE LAVAR()
- m) FREEZER ()
- n) CÂMERA FOTOGRÁFICA()
- o) VIDEOGAME()
- p) MICROCOMPUTADOR()
- q) VIDEOCASSETE()
- r) MICROONDAS()
- s) IMPRESSORA()
- t) APARELHO DVD()
- u) CÂMERA FILMADORA()

SANEAMENTO

59) PRINCIPAL DESTINO DO ESGOTO DAS CASAS

- a) FOSSA SÉPTICA(REVESTIDA COM ALVENARIA)()
- b) FOSSA NEGRA(RUDIMENTAR)()
- c) RIO, IGARAPÉ, RIACHO, LAGOA()
- d) ESGOTO A CÉU ABERTO()

ARMAZENAMENTO

60) EXISTÊNCIA DE LUGAR ADEQUADO PARA O ARMAZENAMENTO DA PRODUÇÃO

- a) NÃO EXISTE()
- b) BARRACÃO ()
- c) DESPENSA ()
- d) CASINHA()
- e) GALPÃO()
- f) COOPERATIVA()

LIXO DOMÉSTICO

61) DESTINO DO LIXO DOMÉSTICO NA SUA RESIDÊNCIA

- a) QUEIMADO ()
- b) ENTERRADO EM TERRENO ()
- c) A CÉU ABERTO ()
- d) COLETA INDIRETA FEITA EM CAÇAMBA/QUEIMADO ()
- e) QUEIMADO/ENTERRADO()

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

62) ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS EXISTENTES NO ASSENTAMENTO

- a) NÃO TEMOS NENHUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ASSENTAMENTO ()
- b) DESCONHEÇO A EXISTÊNCIA DE ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ASSENTAMENTO ()
- c) ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS ()
- d) SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS()
- e) GRUPOS INFORMAIS DE MULHERES, DE JOVENS, ETC()
- f) NÚCLEO DE PARTIDO()

63) PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES COLETIVAS NO ASSENTAMENTO

- a) MUTIRÃO PARA PLANTIO, COLHEITA E CONSTRUÇÕES DE CASAS()
- b) CAMPANHAS SOBRE EDUCAÇÃO, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, OBTENÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO()
- c) EVENTOS COMUNITÁRIOS()
- d) FESTAS RELIGIOSAS()
- e) BINGOS, TORNÊIOS DE FUTEBOL E OUTROS ESPORTES()
- f) NENHUMA()
- g) OUTROS()

64) LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E DE ASSOCIAÇÕES DOS ASSENTAMENTOS EM ESPLANADA SEGUNDO O MST, PREFEITURA E EBDA:

ASSENTAMENTO:_____

MST:_____

PREFEITURA _____

EBDA _____

OUTRO _____

DIMENSÃO ATITUDES E OPINIÃO DA POPULAÇÃO ASSENTADA

65) NA SUA OPINIÃO QUAL A MAIOR NECESSIDADE DOS ASSENTADOS?

OPINIÃO DA POPULAÇÃO ASSENTADA

66) GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ASSENTADOS COM A PRODUÇÃO OBTIDA SEGUNDO O TAMANHO DO LOTE:

- a) CORRESPONDE ÀS EXPECTATIVAS DE PRODUÇÃO()
- b) SÃO SEMPRE ABAIXO DAS EXPECTATIVAS ()
- c) NÃO PRODUZ()
- d) PRODUÇÃO RAZOÁVEL ()
- e) NÃO SOUBE INFORMAR()

67) OPINIÃO DOS ASSENTADOS(1. BOM 2.REGULAR e 3.RUIM) SOBRE:

- a) TAMANHO DO LOTE ()
- b) LOCALIZAÇÃO DOS LOTES()
- c) RESIDÊNCIA ()
- d) SERVIÇOS ()
- e) ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE ()
- f) ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS BÁSICOS DE EMERGÊNCIA ()
- g) ACESSO A CRÉDITO AGRÍCOLA()
- h) OBTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ()

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ASSENTADOS (QUALITATIVO)

QUESTÕES ABERTAS PARA OS ASSENTADOS

1) VOCÊ PREFERE A RESIDÊNCIA NO LOTE OU NA AGROVILA?
POR QUE?

- 2) SEUS FILHOS PRETENDEM NO FUTURO TRABALHAR NA CIDADE OU NO ASSENTAMENTO? COMENTE.
- 3) ALGUM PARENTE SEU JÁ ENTROU NO ASSENTAMENTO APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO? O QUE ACHA DISSO?
- 4) VOCÊ SENTE SAUDADES DO TEMPO EM QUE NÃO MORAVA NO ASSENTAMENTO? COMENTE.

- 5) O QUE VOCÊ ACHA DO TRABALHO COLETIVO?
- 6) O QUE VOCÊ ACHA DO PAPEL DO INCRA JUNTO AOS ASSENTADOS?
- 7) VOCÊ TEM AMIZADE COM ASSENTADOS DE OUTROS LOCAIS OU COM VIZINHOS DO ASSENTAMENTO, O QUE ACHA DISSO?
- 8) MUITOS ASSENTADOS JÁ SAIRAM DO LOTE? O QUE ACHA DISSO?
- 9) VOCÊ ACHA QUE EXISTE PRECONCEITO CONTRA OS ASSENTADOS FORA DO ASSENTAMENTO?
- 10) O QUE VOCÊ ACHA DA VIDA SEM PATRÃO?
- 11) O QUE VOCÊ ACHA DO APÓIO DOS PODERES MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL?
- 12) O QUE VOCÊ ACHA DO CRÉDITO RECEBIDO PELOS ASSENTADOS?

APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS MUNÍCIPES (QUALITATIVO)

QUESTÕES ABERTAS PARA OS MUNICÍPIOS

- 1) QUAL A IMPORTÂNCIA DOS ASSENTADOS PARA O MUNICÍPIO?
 - 2) VOCÊ GOSTA DA PRESENÇA DOS ASSENTADOS NO MUNICÍPIO?
 - 3) VOCÊ ACHA QUE A CIDADE MUDOU DEPOIS DOS ASSENTAMENTOS?
 - 4) A ECONOMIA DO MUNICÍPIO MELHOROU DEPOIS DOS ASSENTAMENTOS?
 - 5) VOCÊ ACHA QUE OS ASSENTADOS PREJUDICAM O MUNICÍPIO EM ALGUMA COISA? COMENTE?
 - 6) VOCÊ ACHA QUE AS TERRAS DO MUNICÍPIO ESTÃO MELHORES DISTRIBUIDAS DEPOIS DOS ASSENTAMENTOS?
 - 7) VOCÊ ACHA QUE O MUNICÍPIO ESTARIA MAIS DESENVOLVIDO SE NO LUGAR DOS ASSENTAMENTOS FOSSE PLANTIO DE EUCALÍPTO?
- O QUE VOCÊ ACHA QUE DEVE SER FEITO PARA MELHORAR A RELAÇÃO DOS ASSENTADOS COM OS MUNÍCIPES